

**De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha  
D. Isabel de Lencastre e Avis  
(1397-1429)**

**Ana Paula Jerónimo Antunes**

**Mestrado em História**

**(área de especialização em História Medieval)**

**Setembro, 2012**

**De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha  
D. Isabel de Lencastre e Avis  
(1397-1429)**

**Ana Paula Jerónimo Antunes**

**Dissertação de Mestrado em História  
(especialização em História Medieval)**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização em História Medieval, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa e a co-orientação da Prof<sup>ª</sup>. Doutora Manuela Santos Silva (FLUL).

**Setembro, 2012**

*“No tempo presente, a História tem particular empenho no homem comum, no estudo das redes materiais, mentais, institucionais e políticas que o condicionaram em vida. Mas não podemos deixar de lançar o foco sobre este homem ou mulher (...).”*

António Borges Coelho

*“Apostada em fazer sair a história das rainhas, princesas e das mulheres de corte, do limbo obscuro e anedótico da historieta da «alcova» (...).”*

Maria Paula M. Lourenço

## AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos vão para o orientador desta dissertação, o Prof<sup>o</sup> Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa que demonstrou total apoio desde a primeira hora a este meu projecto, à partilha de conhecimentos e recomendações, sem as quais este seria um outro trabalho; e para a co-orientadora Prof<sup>a</sup> Doutora Manuela Santos Silva, do departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela disponibilização imediata de toda a bibliografia que me pudesse ser útil para o desenvolvimento do meu trabalho, sobretudo a documentação inédita, mas também pelo estímulo e a partilha de conhecimentos.

Aos amigos de sempre que se mostraram disponíveis para ajudar no que fosse necessário: à Anabela, ao António e à Arminda. À Chris pela ajuda inestimável no tratamento das imagens e por se mostrar uma ouvinte atenta dos conteúdos aqui apresentados.

Às colegas do mesmo *ofício* que fui conhecendo em encontros, colóquios e congressos no âmbito da História e que me deram sugestões inestimáveis para este trabalho: à Isabel Castro Pina, à Maria Alice Santos e à Maria Dávila.

Ao Gonçalo, colega de Mestrado, sempre atento à documentação. À Paula Rosa pela ajuda no inglês.

À Marília Lourenço dos Serviços Académicos pelo profissionalismo e simpatia demonstrados.

Finalmente, aos responsáveis por tudo isto, que à sua maneira fizeram com que esta minha vontade fosse uma realidade: os meus pais.

## RESUMO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha - D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)

AUTORA: Ana Paula Jerónimo Antunes

PALAVRAS-CHAVE: infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, século XV, ínclita geração, Casa das rainhas, família real, Portugal.

Filha e irmã de figuras incontornáveis da história portuguesa do início do século XV, a infanta D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1471) foi a protagonista feminina da corte avisina entre 1415 e 1429. Após a morte da rainha D. Filipa de Lencastre, sua mãe, ela assume com determinação e firmeza a administração e a gestão da Casa da rainha, agora Casa da infanta. Líder do gineceu da corte do pai, o rei D. João I, teve a seu cargo a função de representação, não deixando de intervir de forma activa na reforma da Igreja, ao lado do pai e do irmão mais velho. Este protagonismo adiou o seu casamento, que se concretizou após o do príncipe herdeiro D. Duarte, quando D. Isabel contava já 32 anos, com o duque de Borgonha, Filipe o Bom.

Mantida na sombra pela historiografia portuguesa, que ao ignorá-la reduziu a cinco elementos a Ínclita Geração, será através de um estudo de uma historiadora francesa que no final do século XX nos apercebemos da verdadeira dimensão de mulher de poder que foi D. Isabel, como duquesa de Borgonha. Dificilmente se acredita que terá sido apenas devido ao casamento e à sua saída do reino que a infanta D. Isabel se tornou a mulher activa e interveniente no governo do ducado, caso a sua vivência na corte portuguesa tivesse sido tão apagada como se pensava. Decidimos, por isso, partir para o nosso estudo tentando traçar os principais passos da vida desta mulher enquanto infanta de Portugal, desde o dia em que nasceu, a 21 de Fevereiro de 1397, até ao dia em que colocou os pés em terras flamengas pela primeira vez, a 26 de Dezembro de 1429, com base em fontes documentais e crónicas e bibliografia geral e específica.

## **ABSTRACT**

**TITLE:** From Princess of Portugal to Duchess of Burgundy - Isabel de Lancaster and Avis (1397-1429)

**AUTHOR:** Ana Paula Jerónimo Antunes

**KEYWORDS:** Isabel of Portugal, duchess of Burgundy, fifteenth century, Illustrious Generation, Queens' Household, Royal Family, Portugal.

Both daughter and sister of unavoidable figures of the Portuguese History from the beginning of the 15<sup>th</sup> century, Princess Isabel of Lancaster and Avis (1397-1471) was the female main character of the Avis Court between 1415 and 1429. After the death of her mother, Queen Philippa of Lancaster, she takes command of the administration and management of the Queen's Household, now the Princess's Household, with great determination and strength. Leader of the female household within her father's court, King John 1<sup>st</sup>, she took upon herself the function of representation, as well interfering in an active way in the reform of the Church, together with her father and eldest brother. This leadership postponed her marriage, which took place after that of the Prince Heir, Duarte, when Isabel was 32 years old, to the duke of Burgundy, Philip the Good.

Kept in the shadow by the Portuguese historiography, which by ignoring her, reduced to five the number of elements of the Illustrious Generation, only through the investigation of a French historian at the end of the 20<sup>th</sup> century, we understand the true dimension of the power of this woman, Isabel, as the Duchess of Burgundy. It is hard to believe that only through her marriage and her leaving the Kingdom did Isabel become the active and intervening woman in the Duke's government, if her experience in the Portuguese Court had been as shy as one had thought before. Because of that, have we decided to initiate the study by attempting to follow the main steps in the life of this woman as Princess of Portugal, since her birth on February 21<sup>st</sup>, 1397, until the day she set foot on Flemish lands by the first time, in December 26<sup>th</sup>, 1429, having done that through several documental sources and chronicles and also general and specific bibliography.

# ÍNDICE

## Introdução

### Capítulo I – A única filha do casal real D. Filipa de Lencastre e D. João I

1. O nascimento da infanta Isabel
2. A linhagem de Lencastre
3. A linhagem de Avis
4. Os irmãos da infanta Isabel
5. A educação da *ínclita* infanta Isabel

### Capítulo II – Uma infanta *quase rainha* na corte portuguesa

1. A Casa das rainhas
  - 1.1 - A Casa da rainha D. Filipa de Lencastre
  - 1.2 - As terras da rainha
  - 1.3 - A morte da rainha D. Filipa de Lencastre
2. A infanta D. Isabel como herdeira da Casa de sua mãe
3. A Casa da infanta D. Isabel de Lencastre e Avis (1415-1428/29)
  - 3.1 - O pessoal do serviço doméstico da infanta D. Isabel
  - 3.2 - A infanta D. Isabel como senhora-donatária de Óbidos (1415/1428)
    - 3.2.1 - A correspondência com o concelho de Óbidos
    - 3.2.2 - Os oficiais e os funcionários judiciais ao serviço da infanta D. Isabel, em Óbidos
  - 3.3 - A relação da infanta D. Isabel com a vila de Alenquer
4. A intervenção religiosa da infanta D. Isabel
  - 4.1 - Protecção a homens e instituições
    - 4.1.1 - O Mosteiro de Penha Longa
    - 4.1.2 - O Mosteiro de S. Bento de Xabregas e Estevão de Aguiar
    - 4.1.3 - João Vicente, o médico
    - 4.1.4 - João Vicente, o religioso

- 4.1.5 - Frei Martim Lourenço, o pregador
- 5. A infanta D. Isabel na corte joanina: *até que venha outra rainha a este reino!*
  - 5.1 - Função cerimonial e de representação
  - 5.2 - Confirmando um documento em nome do rei
  - 5.3 - Assinando os seus próprios documentos
- 6. A convivência da infanta D. Isabel com o pai e os irmãos

### **Capítulo III – Um casamento tardio com um dos homens mais ricos e influentes da Europa**

- 1. Os primeiros candidatos a noivos da infanta D. Isabel
- 2. O interesse em casar a infanta D. Isabel com o duque Filipe III, de Borgonha
- 3. A Borgonha e o seu duque, *o grande leão da Flandres*
- 4. A embaixada borgonhesa em Portugal (Dez. 1428 a Out. 1429)
- 5. O contrato de casamento
- 6. Lisboa como palco dos festejos
  - 6.1 - O casamento por procuração dito “*por palavras de presente*”, no paço do castelo de S. Jorge
  - 6.2 - O banquete de despedida na sala das Galés
  - 6.3 - As justas e folguedos na Rua Nova
  - 6.4 - A missa de despedida na Sé-Catedral
  - 6.5 - A saída da comitiva do porto
  - 6.6 – Os acompanhantes da infanta D. Isabel
- 7. Os gastos com o casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha
- 8. Finalmente a tão esperada e desejada portuguesa: *Isabel*

### **Conclusão**

### **Fontes e Bibliografia**

### **Índice dos Anexos**

## LISTA DE ABREVIATURAS

AHCMO – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Óbidos

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Cap./cap. – Capítulo/s

Coord./coord. - Coordenação

Cx./cx. – Caixa

Dir./dir. - Direcção

Doc./doc. – Documento/s

Ed./ed. – Edição

Eds./eds. - Editores

Fasc./fasc. – Fascículo/s

Fl./fls. – Fólio/s

Int./int. - Introdução

Mç./mç. – Maço

n.r. – nota de rodapé

*Ob. Cit. – Obra Citada*

Org./org. - Organização

p. – página

pp. – páginas

T./t. – Tomo

Trad. - Tradução

Transc. – Transcrição

Vol./vol. – Volume/s

# De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha

## D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)

### INTRODUÇÃO

Desde os bancos da escola primária e muito pela instigação da minha mãe tornei-me uma admiradora confessa do primeiro rei da segunda dinastia e de toda a sua prole. Mas o barulho e o ruído à volta da *íclita geração* foram sempre tão sustentados pela cronística e pela historiografia que se conseguiu reduzir os seis membros a cinco, tendo-se ocultado exactamente o de maior longevidade. A ocultação histórica em relação às mulheres é algo que se aceita com naturalidade, porque “naqueles tempos” não era suposto que uma mulher interferisse no processo histórico, muito devido à sua própria natureza.

As duas grandes construções que contribuíram para a imagem da mulher durante toda a Idade Média foram fornecidas, uma pela filosofia e a medicina gregas, em que a mulher surge como uma forma humana física, intelectual e espiritualmente incompleta e imperfeita; a outra, pelas doutrinas judaico-cristãs que ensinaram que o homem é a “imagem de Deus” e a mulher “uma forma humana inferior”, pelo que a sua criação a partir da costela de Adão e a sua culpa pelo pecado original tiveram como intuito reiterar a sua inferioridade e a sua maldade. Foi fundamentalmente à Igreja que se ficaram a dever as regras de regulamentação da moral e da vida social pelas quais se regeu a Europa cristã, a partir do século IV. As atitudes misóginas por parte dos pensadores da Antiguidade Clássica e dos Padres da Igreja tiveram repercussões muito negativas e duradouras na imagem da dignidade feminina. Na *Summa theologica*, uma obra que influenciará decisivamente toda a cultura europeia, S. Tomás de Aquino, um bom leitor de Aristóteles, afirmou: “*Deve dizer-se que, pela natureza particular, a mulher é algo de deficiente e ocasional (...)*”<sup>1</sup>. Os textos e as imagens que se

---

<sup>1</sup> Citado por HESPANHA, António Manuel - “O estatuto jurídico da mulher na época da expansão”.

reproduziram ao longo dos séculos revelavam sempre a mulher como um ser fundamentalmente mau e inegavelmente inferior. Esta herança cultural estendeu-se à tradição jurídica europeia, à qual Portugal não escapou, recheada de normas que, no que à mulher dizia respeito, eram meras extensões das Escrituras e que entraram por via do direito canónico, discriminando profundamente mais de metade da população.

Mas uma coisa era a mentalidade e a lei, outra bem diferente, a realidade. Como adverte António Manuel Hespanha, o mundo medieval europeu “*participava de outras tradições jurídicas e políticas que outorgavam papéis políticos diferentes ao feminino*”. Conheciam-se desde há muito nas classes sociais mais elevadas, mulheres “*que exerciam prerrogativas de mando e jurisdição*”, logo, conclui Hespanha, “*a incapacidade política da mulher não podia decorrer de um defeito do sexo, mas apenas de um costume criado em certas nações*”<sup>2</sup>. Chegados ao século XV, a sociedade continua a balizar-se, no que às mulheres diz respeito, entre a mentalidade e a norma jurídica, misóginas, e uma realidade que abria brechas cada vez maiores, muito fruto das circunstâncias que alteravam o real papel das mulheres no trabalho e no seio da nobreza e da família real. Ou seja, aos poucos as mulheres ocupavam o espaço público e os cronistas só disso não deram conta manifestamente por mera ginecocegueira<sup>3</sup>, dos próprios e dos “*encomendadores*” das crónicas. Em Portugal, devemos também acrescentar a “*depuração e remodelação*” levada a cabo em 1458, por Gomes Eanes de Zurara, cronista e guarda-mor da Torre do Tombo, que modificou de forma cabal “*a nossa capacidade de conhecer o passado*”, devido à redução drástica dos livros de chancelaria régia<sup>4</sup>.

---

*O rosto feminino na expansão portuguesa*, Congresso Internacional, 21-24 Nov., 1994, Actas. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. I. Disponível em: [www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/acs\\_MA\\_4953.doc](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/acs_MA_4953.doc), p.6.

<sup>2</sup> HESPANHA, António Manuel – *Ob. Cit.*, p. 10

<sup>3</sup> Palavra que vimos utilizada pela primeira vez na dissertação de mestrado de Josefina Moreira, intitulada *As mulheres na Expansão Portuguesa no tempo de Vasco da Gama*, Lisboa: Universidade Aberta, 2003 (policopiada), que significa “*a não observação das mulheres apesar de elas estarem lá. São invisíveis. É uma doença que tem atacado a História. É uma anomalia que tem deturpado os factos históricos*”. Esta dissertação foi publicada como: D’ARMADA, Fina – *Mulheres Navegantes no tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Ésquilo, 2006.

<sup>4</sup> SILVA, Manuela Santos – *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 141. Por exemplo: os dez livros de D. Pedro I foram reduzidos a um; os dezassete de D. Fernando a dois; os quarenta e oito de D. João I a quatro; os cinco de D. Duarte a um.

Não admira, pois, que um dos membros da *íclita geração* tenha sido quase silenciado, ao ficar na sombra do pai e dos irmãos pelo facto de ser mulher e que tenhamos conhecimento da sua existência apenas quando se fala do seu casamento. Temos, pois, uma princesa que viveu durante trinta e dois anos invisível na corte joanina. Esta é, provavelmente, a imagem que os cronistas seus coevos tentaram que fosse passada para a posteridade. E foi efectivamente o que “quase” aconteceu, já que foram poucos os que a ela se referiram ao longo dos séculos de forma sustentada e não apenas com meras alusões repetidas até à exaustão. Falamos de D. Isabel, a única filha do casal real D. Filipa de Lencastre e D. João I, da qual tentaremos revelar o percurso enquanto infanta de Portugal, antes de casar e partir para a Borgonha onde será uma duquesa inesquecível até hoje.

As primeiras referências elogiosas à personalidade e à acção desta mulher não as encontrei - inexplicavelmente - em nenhum livro de História. Li-as em 1994, num romance histórico, da autoria de Agustina Bessa-Luís, intitulado *O Concerto dos Flamengos*<sup>5</sup>. Até aí, a irmã do rei D. Duarte, do infante D. Pedro, o das “*sete partidas*”, de Henrique, o Navegador, do infante D. João e do infante Santo, era apenas uma princesa “como as outras”: a dada altura casou e viveu feliz para sempre! Hoje, depois de tantos anos a recolher dados sobre D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha, ainda pergunto às diversas pessoas com quem me cruzo, e nas quais há professores universitários e cidadãos com apenas a quarta classe, curiosos da História de Portugal e menos entusiastas com as coisas do passado, quais os filhos de D. Filipa de Lencastre e D. João I? Raríssimas são as respostas que apontam uma filha no rol, mas também há quem pergunte “qual delas?”. Valha a verdade que se a pergunta recaísse sobre qualquer outra pessoa ou acontecimento do passado, a resposta seria idêntica. Os portugueses perderam há muito a sua memória colectiva e ainda não perceberam que um país que não preserva e conhece o seu passado está perdido para o futuro.

Em 1998, o ano em que Portugal comemorava de forma entusiasta a chegada de Vasco da Gama à Índia, uma historiadora francesa, Monique Sommé, publicou a sua tese de doutoramento, intitulada *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: une*

---

<sup>5</sup> BESSA-LUÍS, Agustina – *O Concerto dos Flamengos*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

*femme au pouvoir au XV<sup>e</sup> siècle*<sup>6</sup>. Juntando os dois escritos, este e o de Agustina, foi fácil concluir que esta mulher havia tido uma vida excepcional, o que não admirava, sendo filha e irmã de quem era, mas apenas depois de casar e ir viver para a Europa do Norte. Estranhei ambas as prosas, já que parecia que a infanta nunca tinha existido e havia dado lugar à duquesa de forma espontânea, quando colocou os pés em território flamengo pela primeira vez. O que até se compreende, embora seja de difícil aceitação, já que a corte portuguesa vacilava entre duas atitudes: a paternalista e a misógina. Por um lado, condescendendo em que algumas mulheres, nomeadamente as rainhas, as princesas e outras de alta estirpe, pudessem herdar bens, serem proprietárias e terem jurisdições várias; por outro, tentando que as Escrituras e a Patrística no que ao mundo feminino dizia respeito, não caíssem no esquecimento, o que contrastava visivelmente com a filoginia da corte borgonhesa.

A documentação portuguesa publicada encobre praticamente esta personalidade, contendo enormes lacunas para que lhe possamos traçar um percurso a direito. Mas porque não traçar-lhe um mais enviesado? Apesar de tudo encontrámos alguns vestígios dos anos que viveu em Portugal e, ao contrário do que aconteceu com outras infantas, algumas até bem mais recentes, embora esses vestígios escritos sejam limitados, eles são muitíssimo incisivos sobre a notável personalidade desta mulher, que se dirigia aos interlocutores, independentemente da sua origem e da sua função, de forma enérgica e determinada, sem complexos de inferioridade.

A maioria dos registos que a esta infanta dizem respeito está num exemplar que se pensa único: o *Livro do Tombo do Concelho de Óbidos*, que inclui algumas cartas trasladadas, escritas sob as suas ordens, enquanto senhora de Óbidos. Transcritas pela Doutora Ana Filipa Roldão, foram descobertas pela Prof<sup>a</sup> Doutora Manuela Santos Silva, do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e co-orientadora deste meu contributo para revelar o percurso de D. Isabel, enquanto infanta. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo fomos encontrar mais três cartas originais, que embora não sendo inéditas quanto ao conteúdo, são de inegável valor, já

---

<sup>6</sup> SOMMÉ, Monique – *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV<sup>e</sup> siècle*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

que foram assinadas pela sua própria mão e seladas com o seu selo, desaparecido mas bem marcado. Uma delas contem, provavelmente, a primeira designação pública e formal, como “Infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha”, datada de 13 de Setembro de 1429, cerca de um mês e meio após ter casado por procuração com Filipe, o duque de Borgonha. Também as Chancelarias de D. João I, de D. Duarte e de D. Afonso V nos ajudaram a desvendar a acção desta infanta, bem como muitos documentos inclusos nos *Monumenta Henricina* e, finalmente, as fontes documentais borgonhesas publicadas, por Jaques Paviot e por Monique Sommé, que nos ajudaram a repor a verdade em relação a algumas das datas de acontecimentos ligados ao seu projecto de casamento.

A amnésia dos cronistas e dos historiadores ao longo dos séculos em relação às mulheres foi uma realidade, apenas interrompida quando era preciso elevá-las ao estatuto de pérfidas ou santas, consoante o herói que se pretendia glorificar. No caso de D. Isabel, para exaltar convenientemente o pai e os irmãos, sem que se tornasse público e para a posteridade a sua forte intervenção junto da família, da corte e do reino, a solução era a ocultação, o esquecimento, o eclipse. Não podemos dizer que não tenha resultado, mas a célebre frase “*não se pode enganar todos todo o tempo*” tem aqui uma forte expressão.

O primeiro cronista a dar-nos conta da existência da infanta Isabel, porque lhe assinala o nascimento, foi Fernão Lopes, que com ela conviveu na corte. E a frase é lapidar e fará escola ao longo dos séculos: “ (*...*) *naceo hua filha, que chamarã dona Isabel (...)* *que depois foi Duquesa de Breguonha*”. Mas o cronista há-de reservar mais umas palavras a Isabel, desta feita com a notícia do seu possível casamento no reino de Castela com o primo Juan II. Gomes Eanes de Zurara repete os rumores que no reino se espalhavam, sobre o seu possível casamento com o primo inglês Henrique V, para esconder a empresa de Ceuta e a promessa de um faustoso enxoval que lhe seria oferecido pela primeira mulher do rei de Granada, se D. Filipa interviesse num assunto de Estado, a seu favor. Assinala ainda o cronista a sua presença, nos dias que antecedem a morte da mãe, a rainha D. Filipa, e relata-nos a forma como a infanta se tornou a herdeira de todos os bens da sua mãe. No regresso de Ceuta é ela a digna representante da corte, em Évora, onde se aguardam os *heróis*. Só voltamos a ter notícias de D. Isabel pela pena de Rui de Pina, já ela é duquesa de Borgonha há dezanove anos, após a

tragédia da batalha de Alfarrobeira. Quando chegamos ao século XVI, o nosso maior poeta, Luís de Camões, o autor que designa a prol de D. Filipa de Lencastre e de D. João I como a “*Ínclita geração, altos Infantes*”, no Canto IV, estrofe 50, de *Os Lusíadas*, não esqueceu D. Isabel, como condessa da Flandres, quando lhe associa o célebre *Magriço*, na prestação de um serviço<sup>7</sup>. Na mesma época, Duarte Nunes de Leão e Pedro de Mariz fazem-lhe uma breve referência, por sinal bastante elogiosa, que irá ser repetida pelos autores vindouros, sobretudo os do século XVIII: José Soares da Silva e António Caetano de Sousa.

Em meados do século XIX, o Visconde de Santarém<sup>8</sup> dedica algumas páginas ao casamento de D. Isabel, na sua obra sobre as relações diplomáticas de Portugal, mas onde encontrámos algumas falhas que convém colmatar com documentação mais actual. Mas será preciso chegar ao final desse século, para ver surgir uma obra historiográfica de referência sobre a ínclita geração: *Os filhos de D. João I*, de Oliveira Martins. Com uma prosa de inegável encanto que prende do início ao fim, onde a ironia se alia à clareza das ideias, próprio dos homens da geração de 70, também ele sofreu de ginecocegueira de forma grosseira, em relação à infanta D. Isabel, num século em que os historiadores franceses estavam a publicar inúmeras obras sobre os “duques de Borgonha” e em que nomeadamente Barante elogia de forma generosa a actividade diplomática da duquesa D. Isabel de Portugal. As referências que Oliveira Martins faz à infanta são as mesmas que transportamos desde o século XV: nasceu, chorou pela morte da mãe que lhe deixou as suas terras, teve um irmão que lhe tratou do casamento e casou com o duque de Borgonha. Chama-lhe “*a nova Medea ...*”, por ter sido resgatada por Jason, personificado no duque Filipe, seu marido, numa alusão à instituição da Ordem do Tosão de Ouro, terminando o último capítulo da obra com a referência aos “*duques de Borgonha*”, no rescaldo de Alfarrobeira. Como homem progressista

---

<sup>7</sup> Canto VI, estrofe 68. O episódio (não se sabe bem ao certo se é história, se é lenda) foi narrado nas crónicas antigas, nomeadamente em “*Os doze de Inglaterra*”. Sendo D. Isabel a responsável pelas negociações com o rei francês, Carlos VII, negociou a suserania a que a França tinha direito perante o ducado de Borgonha. Após longas e difíceis conversações e a fim de evitar uma guerra que se anunciava, a duquesa de Borgonha propôs a resolução do conflito à boa maneira feudal: um duelo entre dois cavaleiros escolhidos por cada um dos lados. D. Isabel escolheu Álvaro Gonçalves Coutinho, que venceu o embate. Ficou o ducado de Borgonha livre da obrigação de estar presente nas cortes de França e de prestar vassalagem ao seu suserano.

<sup>8</sup> SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com diversas potências do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. 3º Tomo. Pariz: J. P. Aillaud, 1842-1869.

politicamente num Portugal à beira da República, Oliveira Martins podia ter ajudado a alterar a trajectória da história das mulheres, pelo menos desta. Mas não o fez ...

Entrados no século XX e até 1973, as referências a D. Isabel passam a ser mais visíveis (ainda que sem um trabalho de fôlego como seria desejável), embora demasiado lacónicas sobre a infanta, pela mão de alguns autores: Sousa Viterbo, Braamcamp Freire, Conde de Sabugosa, Eduardo de Noronha, Cardoso Gonçalves, Bertha Leite, José Cortez, Alfredo Gândara, Américo Faria, Faria de Morais, Eduardo Brazão e Maria Julieta Ruival. No entanto, nos anos 30, Fernando Pessoa, na sua obra *Mensagem*, dedicou versos aos pais e aos irmãos de Isabel ... mas ignorou-a completamente! Após o derrube da ditadura, em 25 de Abril de 1974, seria expectável que a História das Mulheres conhecesse um novo impulso, mas tal não aconteceu. Teremos de esperar até meados da década de 80<sup>9</sup> para que a visão tradicionalista, “*que não punha em causa a posição subordinada das mulheres na História*”, desse lugar a uma nova concepção de olhar as fontes e de as interrogar de outra forma<sup>10</sup>. Quanto a D. Isabel, surgem alguns bons exemplos, mas que confirmam a tradição de sempre: a infanta de Portugal dá lugar, ao fim de algumas frases, à duquesa de Borgonha, mesmo na historiografia estrangeira, como o já citado estudo da historiadora francesa.

Chegados ao século XXI, numa altura em que a produção historiográfica portuguesa se torna mais madura e consistente, e o mercado ávido de biografias das personagens mais marcantes da nossa História, nomeadamente dos reis e das rainhas de Portugal, três dos biografados nestas colecções<sup>11</sup> muito contribuiram para o presente estudo: da autoria de Maria Helena da Cruz Coelho, Luís Miguel Duarte e Manuela Santos Silva<sup>12</sup>, respectivamente D. João I, D. Duarte e D. Filipa de Lencastre, o pai, o

---

<sup>9</sup> Colóquio “A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais”, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985.

<sup>10</sup> SILVA, Manuela Santos e RODRIGUES, Ana Maria S. A. – “Women’s and Gender History”, *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, dir. José Mattoso, eds. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco. Lisboa: IEM, 2011, pp. 483-498

<sup>11</sup> *Reis de Portugal*. Dir. Roberto Carneiro e Coord. Científica. Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2005/2006. *Rainhas de Portugal*. Coordenadoras: Ana Maria S. A. Rodrigues, Isabel dos Guimarães Sá e Manuela Santos Silva. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011/2012.

<sup>12</sup> A 29 de Junho de 2011 a infanta D. Isabel mereceu a atenção de Manuela Santos Silva, que apresentou uma comunicação sobre o tema na *Academia Portuguesa de História*, intitulada “Isabel: a Infanta da Íncerta Geração (1397-1430)”. Disponível em:

<http://academiaportuguesadahistoria.gov.pt/comunicacoes.html#com1>

irmão mais velho e a mãe da infanta D. Isabel, em conjunto ajudaram a clarificar as relações que com ela mantiveram.

A infanta D. Isabel tem basicamente dois ciclos de vida: do nascimento até à morte da mãe e daqui até se casar e partir para a Flandres. Trinta e dois anos em que pretendemos indagar alguns dos aspectos do seu percurso público e privado, preenchendo, por vezes, as lacunas que nos foram surgindo, com o levantamento de hipóteses e muitas interrogações como único método de investigação. Assim, estruturámos o nosso estudo em três capítulos fundamentais, de onde partimos para vários subcapítulos.

No primeiro capítulo abordamos o nascimento, a educação e a formação da infanta Isabel; as linhagens dos progenitores, os irmãos e o contexto histórico saído da Revolução de 1383/85. Os dados disponíveis no que concerne aos primeiros anos de vida de Isabel estão omissos nas fontes. Não admira, tendo em conta a época e a tradição, já que a importância da sua vida, mesmo tratando-se de uma filha de reis, era adquirida após um percurso relativamente longo, no seu caso após o casamento e pela pena de cronistas estrangeiros. Não quisemos, no entanto, deixar de apontar pormenores que seriam inevitáveis numa qualquer criança de sangue real que nascesse por aqueles tempos em Portugal ou em qualquer outro reino da Europa Ocidental. Por isso, rodeámo-nos de bibliografia variada, sobretudo de autores portugueses, para entendermos como era nascer e crescer no final do século XIV, início do XV, na corte portuguesa.

No capítulo seguinte procurámos descrever a Casa da rainha D. Filipa de Lencastre, já que após a sua morte ela será herdada pela sua filha. Com as fontes disponíveis, apenas para Óbidos, faremos uma análise à administração e gestão da Casa da infanta D. Isabel, bem como aos seus servidores e funcionários. Outras facetas marcantes da sua vida como filha de reis foram a acção religiosa e a convivência intelectual com as mais representativas figuras eclesiásticas da corte, bem como a função cerimonial e de representação que lhe estava afectada por ser a única mulher de sangue real na corte joanina e, finalmente, a relação que teve com o pai e os irmãos.

No terceiro e último capítulo a abordagem centrar-se-á na questão do casamento: os primeiros candidatos ainda na adolescência, o noivo tardio e a embaixada que este enviou ao cabo de cinco anos de troca de correspondência, o contrato de casamento e os festejos. Através de um relato escrito que se crê fidedigno de alguém que vinha na embaixada borgonhesa, podemos ter alguns pormenores privilegiados sobre os últimos oito meses que a infanta Isabel passou no seu reino. De primordial importância foi a caracterização de Lisboa à época, para “visualizarmos” o espaço em que decorreram os últimos dias da infanta D. Isabel antes de partir para um casamento que, se a não fez feliz na intimidade, lhe proporcionou o papel de protagonista na cena política, cultural e diplomática da Europa do tempo.

Em todo este trabalho, procurámos que a vivência da infanta D. Isabel não fosse engolida pela história política do reinado do seu pai e pelas intervenções dos seus irmãos, recorrendo a elas apenas para contextualizar o período histórico. Do mesmo modo, sempre que se justifique para enquadrar e enriquecer a personalidade em estudo, faremos incursões à D. Isabel, duquesa de Borgonha. Por dois motivos: conhecemo-la primeiro nesse papel e os estudos que existem, quer em Portugal quer no estrangeiro, abordam maioritariamente os quarenta e um anos em que foi a mulher e a mãe dos duques de Borgonha. E foi este conhecimento que nos instigou à descoberta dos trinta e dois anos em que havia sido “apenas” *a infanta de Portugal*.

A nortear uma boa parte deste trabalho, e como inspiração muitas vezes forçada devido à escassez de fontes, estará sempre uma frase que retive do Doutor Armindo de Sousa e que me deu alento para prosseguir: “*A situação é mais verosímil: não porque a documentação o afirme ou confirme, mas tão-só porque não o desmente e a conjuntura o sugere*”. Com as ausências e os silêncios também podemos construir percursos e encontrar caminhos ...

## I – A única filha do casal real D. Filipa de Lencastre<sup>13</sup> e D. João I

### 1. O nascimento da infanta Isabel

Ia o ano de 1397 no seu segundo mês, quando em Évora, provavelmente no Convento de S. Francisco, a rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre, de 37 anos, “dá à luz” mais um filho, numa das duas câmaras que o seu marido ali havia mandado construir, para usufruto da família, sempre que àquela cidade se deslocasse na itinerância da corte<sup>14</sup>. Diz-nos o cronista que foi no dia 21, numa quarta-feira<sup>15</sup>. Nada a assinalar, pois as rezas e benzeduras, as crenças e as relíquias para um bom parto, tão ao gosto da época e da religiosidade da rainha, estavam potenciadas pelo próprio edifício. O parto correu sem percalços e o resultado não foi apenas o nascimento do sexto filho, mas o nascimento de uma menina, voltando o ramo feminino a estar assegurado, o que não é de somenos importância dada a possível relevância de uma aliança matrimonial no futuro, entre o reino de Portugal e outra qualquer casa real ou aristocrática europeia. Chamaram-lhe Isabel, a versão portuguesa do nome da tia materna, Elizabeth<sup>16</sup>.

É provável que os sinos das igrejas da cidade tenham tocado a rebate, assinalando o feliz acontecimento, tradição que bem se justificava. O que não sabemos é se na altura em que se ouviu o primeiro choro da pequena infanta haveria algum astrólogo atento ao momento, e na carta astral colocou o sol em signo de Peixes, mas por certo foi um dia

---

<sup>13</sup> Aportuguesamento do nome da casa ducal Lancaster, que passaremos a designar na versão portuguesa.

<sup>14</sup> GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis Portugueses no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p. 288, n.r. 80. Para a cidade de Évora, esta autora refere que, durante a primeira metade do século XIV, há notícia de que D. Afonso IV e D. Pedro utilizavam o Convento de S. Francisco como residência, quando aí se deslocavam. D. João I no início do seu reinado edificou “duas câmaras” com o objectivo de aí passar a ter os seus aposentos sempre que se deslocasse à referida cidade. Em 1428 são referidos como “paços de S. Francisco”. BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. S/l: FCG/JNICT, 1995, pp.78 e 81: “(...) o convento de S. Francisco também beneficiou nos séculos XIV-XV, de alguns favores régios. D. Fernando doou-lhe a horta que trocara com o cabido (...) também alguns favores da parte de D. João I que fez benfeitorias no mosteiro: mandou construir duas câmaras com trescâmara e privada, cercar um ferragal e horta, plantar muitas laranjeiras e fazer um poço e lavatório «para seu solaz e espaço». Tal obra deu-lhe direitos de uso (...)”. Numa época em que a corte era itinerante, era usual que os reis utilizassem e adaptassem locais pré-existentes.

<sup>15</sup> LOPES, Fernão – *Crónica Del Rei Dom Joham I de boa memória e dos Reis de Portugal o decimo*. Copiada por William J. Entwistle, com uma nota prévia de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968, II vol., cap. CXLVIII, p. 306

<sup>16</sup> Também o nome da tetravó paterna, rainha Santa Isabel de Aragão, da bisavó materna Isabel de França e da avó materna Isabel de Beaumont, a primeira duquesa de Lencastre. Ver no Anexo D-III (Outros) o quadro genealógico com os antepassados da infanta Isabel.

feliz, já que o dia 21 de Fevereiro não era propício a acidentes nefastos<sup>17</sup>. Todavia estava-se em pleno Inverno, e mesmo que houvesse um fogão na câmara da rainha e as paredes e o soalho estivessem revestidos de couro, de tapeçarias ou de peles<sup>18</sup>, era necessário que a recém-nascida fosse resguardada do frio e colocada “sobre um pano seco e levemente aquecido”<sup>19</sup> pela parteira, que desconhecemos quem foi, após o que era feito um rigoroso exame a todas as funções julgadas vitais à sobrevivência de um recém-nascido. Não rezam as crónicas que houvesse algo errado com a pequena infanta, pelo que foi “lavada em água, salgada uma hora antes do banho e devidamente perfumada com plantas aromáticas”<sup>20</sup>. Embora numa época de “crescente valorização letrada do aleitamento materno”<sup>21</sup>, as elites aristocráticas nobres, nomeadamente a família real, ainda não tinham perfilhado tal procedimento, por isso a rainha D. Filipa logo entregou a pequena Isabel aos cuidados de uma ama-de-leite, Mór Gonçalves<sup>22</sup>. A sua escolha foi por certo efectuada segundo critérios muito exigentes<sup>23</sup>, já que se pensava que o leite da amamentação transmitia carisma e virtudes da respectiva linhagem. Hoje sabemos mais que D. Filipa, já que a escolha se revelou acertada, pois um “*laço de afecto recíproco*” se teceu entre a ama e a infanta, até à morte da primeira. No entanto, não sabemos se Mór era nobre ou plebeia e se a sua escolha se efectuou em Évora ou em outro qualquer local. A documentação apenas nos informa que a infanta tinha um colação, ou seja, Mór encontrava-se ainda a amamentar o seu próprio filho, Lopo Gonçalves.

Após estes rituais iniciáticos da vida da pequena infanta, o primeiro sono aguardava-a num berço em madeira encomendado exclusivamente para ela, já que o irmão que a antecedeu não tinha completado ainda três anos. O berço estaria equipado com um

---

<sup>17</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 101

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, pp. 82-84; SILVA, José Custódio Vieira da – “O paço”. *História da Vida Privada em Portugal – a Idade Média*, vol. 2, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p. 91

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Ana Rodrigues – “A Criança”, *História da Vida Privada em Portugal - a Idade Média*, vol. 2, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p. 260

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>21</sup> Idem, *Ibidem*, p. 263

<sup>22</sup> Voltaremos a falar desta importante personalidade na vida da infanta Isabel mais à frente e também no próximo capítulo.

<sup>23</sup> *História da Vida Privada. Da Europa feudal ao Renascimento*, vol. 2. dir. de Philippe Ariès e Georges Duby. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 281. Veja-se também OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Ob. Cit.*, pp. 262-263.

colchão cheio de lã ou penas, forrado de pano fino sobre o qual se colocavam os *lençóis* possivelmente feitos no mesmo material e sobre os quais se deitavam os cobertores de lã ou de pele. Para cobrir este berço principesco existiria por certo uma pequena colcha ornamentada em tecido mais ou menos rico ou luxuoso<sup>24</sup>.

Segundo a tradição cristã, cerca de oito dias após o parto proceder-se-ia ao baptismo das crianças, numa igreja, por um sacerdote. O número de padrinhos para o sexo feminino era, geralmente, de três, duas mulheres e um homem, mas podia ser aumentado se se tratasse de um baptizado de um membro da família real<sup>25</sup>. No caso da infanta Isabel não sabemos nem o local, embora a probabilidade de ter sido na igreja do próprio convento de S. Francisco seja de aceitar, nem quem foram as madrinhas e os padrinhos. Quanto às prováveis festas e banquetes para celebrar tão feliz acontecimento, apenas podemos adivinhar.

Segundo os itinerários de D. João I, a família estava reunida na planície alentejana: “(...) o rei demora-se em Évora até ao termo de Maio”, o que nem sempre acontecia, sobretudo numa época em que o reino, embora estabilizado do ponto de vista político, estava longe de estar pacificado, permanentemente assombrado por Castela. Aliás, o recrudescimento das hostilidades parece ser uma evidência, pois “*estando nesta cidade reuniu quatro mil lanças, com a intensão de entrar em Castela*”, o que não terá acontecido<sup>26</sup>. A pequena infanta Isabel, assim como a restante família, deixou Évora com apenas três meses e alguns dias, em direcção a Lisboa, mas aí haveria de voltar na itinerância da corte.

Ela será, assim, a única descendente feminina do casal real D. Filipa de Lencastre e D. João de Avis. Uma mistura improvável entre uma inglesa culta e devota, filha primogénita de Branca de Lencastre e de João de Gand<sup>27</sup> (filho do rei Eduardo III de Inglaterra e da rainha Filipa de Hainaut) e um rei português, filho bastardo de D.

---

<sup>24</sup> *História da Vida Privada. Da Europa feudal ao Renascimento*, p. 224; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ob. Cit.*, pp. 77-78

<sup>25</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *Ob. Cit.*, p. 151

<sup>26</sup> MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988, p. 73

<sup>27</sup> O costado paterno de João de Gand ficou para a história de Inglaterra, como a dinastia dos Plantagenetas, palavra de origem francesa “*plantgenêt*”, que significa giesta, a planta adoptada pelo fundador da casa, Geoffrey V, conde de Anjou que casou com a herdeira do rei Henrique I, Matilde de Inglaterra. O filho de ambos, Henrique II (?1154-1189?), dá início à dinastia Plantageneta. Há quem considere que Ricardo II foi o último dos Plantagenetas.

Pedro I e de uma “*amiga com que dormio*”<sup>28</sup>, Teresa de seu nome, mas com apelidos variados conforme as teses sobre as suas origens<sup>29</sup>. Improvável, já que o casamento dos pais da infanta Isabel se deu num contexto muito peculiar para os reinos de origem de ambos, mas possível tendo em conta o ambiente geral vivido em terras europeias.

Não cabe aqui fazer a história da aliança estratégica entre os reinos de Portugal e da Inglaterra no final do século XIV, nem esmiuçar o contexto histórico anterior ao nascimento da infanta Isabel, mas apenas dizer que este casamento foi uma consequência natural do Tratado de Windsor<sup>30</sup>, formalmente proclamado a 9 de Maio de 1386, entre o rei inglês Ricardo II (primo direito de D. Filipa) e o rei português D. João I, na presença dos seus representantes. Ora acontecia que à época o duque de Lencastre tinha pretensões à coroa de Castela<sup>31</sup>, e Portugal ainda estava “em guerra” com o reino vizinho. Nasce assim a aliança político-diplomática mais velha do mundo. Para a cimentar concretizou-se um casamento entre o rei de Portugal, ainda solteiro, e uma das filhas de João de Gand. Numa primeira abordagem pensou-se na filha mais nova do duque, Catarina<sup>32</sup>, resultante do seu segundo casamento com Constança de Castela, mas depressa essa hipótese foi abandonada devido ao risco de comprometer todo o reino, que tão recentemente havia estado numa situação semelhante. Mas a existência de uma filha primogénita do duque de Lencastre, com uma idade muito próxima da do rei de Portugal, fez com que a escolha se tornasse óbvia. É assim que a 2 de Fevereiro de 1387 o casal, Filipa e João, contrai matrimónio na sé do Porto, mesmo faltando a autorização papal para o fazerem, já que D. João I havia professado quando se tornou mestre da Ordem de Avis, necessitando de ser dispensado dos votos eclesiásticos. À luz da época, esta situação não era favorável ao rei, que não lhe bastava ser bastardo, para ainda viver em pecado até Janeiro de 1391, altura em que finalmente chegaram ao reino as

---

<sup>28</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização Editora, s/d, cap. I, p. 9

<sup>29</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 16, n.r. 2

<sup>30</sup> SILVA, Manuela Santos - *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, pp. 100-101. Esta autora relembra a dado passo: “*O tratado tinha a particularidade de estabelecer uma aliança de três tipos de interesses diferentes embora conectados: militar, político e económico. O acordo obrigava os dois reinos a auxiliarem-se mutuamente, quer em situação ofensiva quer defensiva, contra todos os restantes, à excepção do Papa, do Imperador e do legítimo rei de Castela*”.

<sup>31</sup> João de Gand voltará a casar, em 1371, com Constança, filha do defunto rei de Castela Pedro I, no ducado da Aquitânia, onde as três filhas deste se haviam refugiado quando se iniciou a guerra civil em Castela e que era à época uma possessão inglesa em território francês (um dos motivos da guerra dos Cem Anos).

<sup>32</sup> Contava em 1386, 14 anos.

dispensas pedidas ao anterior pontífice romano. Foram, pois, apaziguadas as más-línguas, com efeitos retroactivos aos idos de 1386, quando o papa Urbano VI havia autorizado as dispensas pedidas, mas apenas oralmente. Começou o casal com o pé esquerdo, sem amor nem escolha pessoal de ambos os lados, por conveniência de política externa. Mas o tempo havia de dar razão a esta união profícua.

## 2. A linhagem de Lencastre

A casa Lencastre fora herdada pela avó materna da infanta Isabel, Branca (?1341-1369), após a morte do pai e da irmã, no ano de 1362, altura em que já estava casada com o terceiro filho sobrevivente do rei Eduardo III, João de Gand (1340-1399), por nesta cidade da Flandres ter nascido. Fora, aliás, o rei que fizera do pai de Branca duque de Lencastre, devido aos serviços prestados à coroa inglesa, não hesitando em casar um dos seus segundogénitos com a jovem herdeira do abastado ducado. E desta união nasceram três filhos que viveram até à idade adulta: Filipa em 1360, Isabel em 1363 ou 1364 e Henrique em 1366. Devido a uma série de fatalidades, entre as quais a morte sem descendência do rei Ricardo II, primo em primeiro grau de Filipa, será o seu irmão a ocupar o trono de Inglaterra, como Henrique IV.

O vasto ducado de Lencastre orgulhava-se do seu poderio económico, mas também do apoio que dava ao conhecimento em geral, à cultura e às artes em particular: músicos, poetas, escritores, pintores, e estudiosos dos mais diversos domínios do saber, aí tinham um porto de abrigo. Esta situação estendia-se à educação dos filhos dos duques “(...) *que acreditavam nos benefícios de uma educação esmerada e generalizavam-na aos seus membros*”<sup>33</sup>. A duquesa Branca terá sido uma das primeiras damas da nobreza inglesa a saber escrever, conhecimento que desde logo ensinara à sua filha mais velha<sup>34</sup>. A mais recente biógrafa de D. Filipa de Lencastre diz-nos que: “*Convivendo com tantos artistas e homens de cultura, tendo como mãe uma mulher atenta e interessada nas novidades que lhe chegavam sobretudo pelos amigos mais próximos, é natural que as crianças da casa de Lancaster e Filipa em especial, por ser a mais velha, tenham tido uma precoce formação académica e artística, pouco acessível a outros. O ambiente doméstico não os incentivava, porém, a só privilegiar o*

---

<sup>33</sup> SILVA, Manuela Santos – *Ob. Cit.*, pp. 49-50

<sup>34</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob. Cit.*, p. 114

*conhecimento livresco ou mesmo artístico. (...) a caça (...) era praticada como desporto por todos (...). Aprender a montar fazia parte do programa educacional. O estábulo estava naturalmente bem apetrechado, havendo cavalos para todos os membros da família, com uma montada para cada criança*”<sup>35</sup>.

Após a morte da mãe de Filipa, quando esta contava apenas oito anos, o seu pai voltou a casar, desta feita com a filha primogénita do deposto e assassinado rei de Castela, Pedro I, Constança de seu nome. O casal ducal teve uma filha, Catarina, que já encontrámos como possível candidata a noiva do rei D. João I, e que, mais tarde, acabará casada com o rei de Castela Enrique III, ocupando na mesma altura com a sua meia-irmã os tronos de Portugal e de Castela, respectivamente. Esta é, assim, a segunda família de D. Filipa de Lencastre<sup>36</sup>.

Mas o duque não se ficou por aqui. É possível que ainda em vida de Branca tenha iniciado um relacionamento com uma das damas de companhia de sua mulher, Catarina Roet de Swynford, filha de um cavaleiro do séquito da rainha Filipa de Hainaut. Mas como já vimos, não são as más-línguas que fazem a História, mas os factos que se podem comprovar<sup>37</sup>. O resultado deste relacionamento, precoce ou não, resultou numa prole de quatro filhos. O primeiro a nascer deste relacionamento foi João Beaufort<sup>38</sup>, em 1372. O segundo terá nascido em 1375, Henrique Beaufort. Uma menina nasce em 1377, Joana e, finalmente, o quarto filho do duque de Lencastre com a governanta das duas filhas mais velhas, Tomás, nasce em 1381<sup>39</sup>, todos legitimados depois da morte da duquesa Constança, em 1394. No entanto, a sua educação e o seu futuro foram assegurados desde sempre. Esta é a terceira família de D. Filipa de Lencastre. Tenhamos em atenção o segundo destes meios-irmãos da rainha de Portugal, Henrique Beauford:

---

<sup>35</sup> SILVA, Manuela Santos – *Ob. Cit.*, pp. 53-54

<sup>36</sup> Ver no Anexo D-III (Outros) o respectivo quadro genealógico.

<sup>37</sup> SILVA, Manuela Santos – *Ob. Cit.*, p. 51: “*Não existem vestígios do serviço que Catherine prestava a Blanche anteriores a 24 de Janeiro de 1365*”. E acrescenta noutro ponto desta mesma obra: “*Apesar do recente casamento com Constanza, Jonh deve ter começado uma ligação amorosa com Catherine Swynford (agora viúva), logo após ter regressado a Inglaterra e se ter reencontrado com os filhos e a sua ama ou governanta*”, p.78

<sup>38</sup> Nome de família que se associava a um senhorio francês dos Lencastre, perdido em 1369.

<sup>39</sup> Sobre este ramo da família ver SILVA, Manuela Santos – *Op. Cit.*, pp.77 à 83 (n.r. 5)

teve uma educação universitária em Oxford, tendo chegado bem alto na sua actuação política e na sua carreira eclesiástica<sup>40</sup>.

Esta é, portanto, a vasta linhagem materna que ligava a infanta Isabel ao reino de Castela, mas sobretudo ao reino de Inglaterra com consequências visíveis no seu futuro<sup>41</sup>. Educada e formada de perto por sua mãe até aos dezoito anos, a infanta Isabel orgulhava-se desta metade inglesa do seu sangue.

### 3. A linhagem de Avis

Façamos agora uma incursão pela linhagem paterna. O pai da infanta Isabel é, em 1397, a própria história. Foi, provavelmente, dos poucos reis de Portugal que fez história antes de consolidar um poder que só por circunstâncias muito peculiares havia de ser seu. E acabou sendo. Como já aludimos, o mestre de Avis era filho bastardo do rei D. Pedro I. Após o assassinato de D. Inês de Castro, segundo o cronista, o rei “*nom quis mais casar (...) nem (...) lhe prouve receber molher; mas ouve amigas com que dormio, e de nenhuma ouve filhos, salvo d’huuma dona natural de Galiza que chamarom Dona Tareija, que pario del huum filho que ouve nome Dom Joham, que foi mestre Davis em Purtugal, e depois Rei (...)*”<sup>42</sup>. E Fernão Lopes, apontando Lisboa como local de nascimento, aos 11 de Abril de 1357, depois do meio-dia, prossegue, informando-nos que o rei o mandou criar a Lourenço Martins da Praça, um cidadão de Lisboa que morava junto da Sé. Três anos depois, o pequeno João continuará a sua criação, mas desta feita já na companhia de D. Nuno Freire de Andrade, mestre da Ordem de Cristo. E a ficha biográfica de João parece assim completa para os primeiros anos de vida, não fosse não se saber, ainda hoje, as origens e as ligações familiares daquela que foi a sua mãe. Para a biógrafa mais recente de D. Pedro I, “*(...) é um problema por resolver, uma vez que as opiniões são várias e dispares sobre o assunto*”<sup>43</sup>. A História tem destas armadilhas e este caso deve ser dos poucos em que a dúvida assenta na maternidade e não na paternidade. Fernão Lopes diz-nos que Teresa é uma dama galega (provavelmente do séquito de D. Inês de Castro), mas estranhamente

---

<sup>40</sup> SILVA, Manuela Santos, *Ob. Cit.*, p. 83. Em 1397, tornou-se bispo de Lincoln; em 1405, bispo de Winchester e em 1426, cardeal. Foi em três momentos grande chanceler de Inglaterra: 1405-07; 1413-17; 1424-26.

<sup>41</sup> Ver no Anexo D-III (Outros) os quadros genealógicos referente à linhagem Lencastre.

<sup>42</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*, cap. I, p. 9

<sup>43</sup> PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 179

não nos dá qualquer detalhe sobre as suas origens. Não é crível que nem ele, nem D. Duarte soubessem as origens da avó paterna da Ínclita Geração, até porque é admissível que ainda a tenham conhecido. Para Maria Helena da Cruz Coelho parece que não há dúvidas sobre o patronímico: *Lourenço*. Quanto à filiação as propostas são variadas<sup>44</sup>. Para nós a mais verosimilhante é a que aponta para que Teresa Lourenço seja filha do homem a quem o rei D. Pedro I entregou o filho para criar durante os primeiros três anos, o que seria natural pois era seu avô e um honrado cidadão de Lisboa, explicando a forte raiz familiar, para que no futuro o Mestre de Avis se identifique tanto com este grupo social que o ajudará a subir ao trono. Mais adiante na crónica de D. Pedro I, o cronista diz-nos que quando o pequeno João tinha sete anos se deu a morte de D. Martim do Avelar, mestre da Ordem de Avis. Mestre Freire de Andrade não perde a oportunidade de solicitar ao rei o lugar agora vago para este filho<sup>45</sup>. E é assim que João se torna aos sete anos mestre da Ordem de Avis, uma instituição beneditina de cariz simultaneamente religioso e militar que não devia facilitar a vida aos seus membros, dada a reputação de exigência que a precedia, ainda mais se lhes juntarmos o cumprimento dos votos básicos: a pobreza, a obediência e a castidade<sup>46</sup>. Esta última será, provavelmente, a mais difícil de cumprir, se pensarmos que a planície alentejana propicia uma certa solidão, que não seria fácil de ultrapassar para um jovem adolescente. Por isso, como refere o cronista no penúltimo capítulo da crónica que dedicou ao pai “(...) *veo a tempo que começou de florescer em manhas e bomdades e autos de cavalaria (...)*”<sup>47</sup>. É deste modo que o jovem freire João se perde de amores por uma donzela, Inês Pires de seu nome, de quem tem um casal, não se sabendo ao certo nem o local (talvez Veiros, no Alentejo), nem a data de nascimento das crianças, mas que se crê situar-se entre 1370 e 1380, nascendo Afonso em primeiro lugar e Beatriz<sup>48</sup> depois. Ora, este primeiro ramo familiar de Avis, sobretudo o lado masculino

---

<sup>44</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob. Cit.*, p. 16 (n. r. 2)

<sup>45</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*, cap. XLIII, p.195

<sup>46</sup> PIMENTA, Cristina – *Ob. Cit.*, p. 181

<sup>47</sup> LOPES, Fernão – *Ob. Cit.*, cap. XLIII, p. 198

<sup>48</sup> Sobre o casamento inglês de D. Beatriz, veja-se SILVA, Manuela Santos – “O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança”. *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, coord. Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 77-91. Será a madrastra a tratar do seu casamento em Inglaterra com Thomas Fitzalan, titular do condado de Arundel, um dos mais importantes daquele reino, já que os seus titulares eram aparentados com a família real. Realizado a 26 de Novembro de 1405, na presença do próprio rei de Inglaterra Henrique IV e do irmão da noiva, D. Afonso, conde de Barcelos. Dez anos depois fica viúva,

(Afonso, futuro conde de Barcelos e o primeiro duque de Bragança), terá na vida da infanta Isabel e dos seus irmãos uma importância indelével para o melhor e para o pior.

Quando o rei D. Fernando sobe ao trono, João, mestre de Avis, passa a frequentar a corte do seu meio-irmão, juntamente com os outros meios-irmãos, filhos de D. Inês de Castro. Toda a família reunida sob os auspícios de um mesmo homem: D. Pedro I. Segundo a biógrafa de D. João I, este liderou a comitiva que acompanhou a sobrinha Beatriz, filha de D. Fernando e D. Leonor Teles, até Badajoz para o casamento com o rei de Castela, Juan I. Mas o facto de ser um homem da corte proporcionou-lhe também assistir ao avanço da intimidade pessoal e política entre a sua cunhada e João Fernandes Andeiro, um nobre de origem galega, conde de Ourém, e que muitos serviços, sobretudo diplomáticos, prestava ao rei D. Fernando<sup>49</sup>.

Não cabe aqui alargarmo-nos em pormenores sobre os factos ocorridos durante a crise e a Revolução de 1383/85, que culminaram com a ascensão de D. João, mestre de Avis, a rei de Portugal. No entanto, e por ser uma conjuntura com repercussões no futuro político e social do reino, tentaremos *grosso modo* destacar os acontecimentos mais relevantes, que impediriam a anexação do reino de Portugal no reino de Castela. Para o efeito, socorremo-nos da mais recente *História de Portugal*, editada entre nós<sup>50</sup>.

Segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa as convulsões no reino iniciaram-se com a morte do rei D. Fernando, a 22 de Outubro de 1383, estando a sucessão no trono obrigada ao Tratado de Salvaterra<sup>51</sup>, o que significava a regência de D. Leonor Teles, até que a filha D. Beatriz, com 12 anos, casada com o rei de Castela, viesse a dar à luz um varão, que seria jurado rei aos 14 anos. Assessorada pelo conde Andeiro, a rainha-viúva ficaria com as rédeas do poder por muitos e bons anos, o que desagradava a muita gente, incluindo muitos nobres, tanto que a 6 de Dezembro, aquele será morto pelo mestre de Avis, exigindo a população de Lisboa a sua nomeação para «Regedor e

---

vindo a casar com Gilberto Talbot, barão de Irchenfield, enviuvando novamente em 1419. Beatriz morreu em Novembro de 1439 (informações retiradas da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, livro III, pp. 21-26). No entanto, há autores que sugerem que D. Beatriz não consumou este segundo casamento, mas terá casado em 1432 com o filho de Elizabeth de Lencastre com John Holland, com o mesmo nome do pai e também ele conde de Huntingdon.

<sup>49</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob. Cit.*, p. 32

<sup>50</sup> *História de Portugal* – Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, cap. V, pp. 135-151

<sup>51</sup> Sobre o Tratado de Salvaterra de Magos, veja-se Valentino Viegas, *Lisboa, a força da revolução (1383-1385)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985, pp. 42-59

Defensor do reino», o que veio a ser aprovado pelo senado da Câmara. Desesperada pelos acontecimentos, a regente pede apoio ao genro que, mesmo antes do final do ano, invade o reino de Portugal. No início de 1384, D. Leonor Teles renunciava à regência, em favor do casal real castelhano. A nova função de D. João, mestre de Avis norteou-o para a reorganização militar e de defesa do reino perante a invasão castelhana, pelo que contou com o hábil comando de Nuno Álvares Pereira<sup>52</sup> no Alentejo, tendo conseguido importantes vitórias militares, originando alterações no apoio inicialmente prestado ao Mestre de Avis. Tinha chegado a hora de convocar as Cortes para legitimar aquele que no fundo “*desempenhava as funções atribuídas a um verdadeiro rei*”. Realizadas em Coimbra, entre Março e Abril de 1385, a grande dúvida consistia não em apoiar D. Beatriz, a rainha de Castela, mas qual o João a eleger, já que os candidatos mais fortes eram ambos filhos de D. Pedro I, mas de mães diferentes: um de Inês de Castro (por isso legitimado), outro de Teresa Lourenço. Escolher o monarca que melhores provas já tivesse dado para conduzir os destinos do reino era o grande objectivo a que se propunha João das Regras. Superou a tarefa e D. João, mestre de Avis, foi proclamado rei, dia 6 de Abril de 1385, após um vibrante e inteligente discurso. Se não o tivesse conseguido pela oratória, teriam as armas de Nuno Álvares Pereira falado mais alto. E acabaram por falar mais alto, mas contra o exército castelhano na icónica, embora não derradeira, batalha de Aljubarrota<sup>53</sup>, no dia 14 de Agosto do mesmo ano, onde o rei castelhano sofreu uma pesada derrota, perdendo milhares de homens. A guerra com Castela haveria de continuar, até à assinatura do tratado de paz em 1411, apenas ratificado vinte anos depois.

Como bem nos lembra Armindo de Sousa, “*D. João I merece a nossa admiração. Porque humano, igual a qualquer de nós. Não nasceu herói; fez-se. Não nasceu rei; aprendeu. Empurrado pelos factos? Com certeza. Mas tirou dos factos*

---

<sup>52</sup> 1360-1431. Um dos numerosos filhos do prior do Hospital frei Álvaro Gonçalves Pereira foi nomeado, com apenas 24 anos, condestável do reino.

<sup>53</sup> Sobre a batalha de Aljubarrota, veja-se João Gouveia Monteiro, *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 273-277; do mesmo autor *Aljubarrota 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Prefácio, 2003; DUARTE, Luís Miguel, *Guerra pela independência (1383-1389)*. Matosinhos/Lisboa: Quidnovi/Academia Portuguesa de História, 2006.

lição. E isso é ser inteligente. (...) É de homem com muito mérito. De rei da Boa Memória”<sup>54</sup>.

#### 4. Os irmãos da infanta Isabel

Regressados novamente a 1397, dez anos depois do casamento dos pais da infanta Isabel, esta tem já quatro irmãos, todos de sexo masculino.

A primeira gravidez da rainha D. Filipa parece não ter chegado ao fim. É pelo menos o que nos diz a biógrafa do marido: “Logo nos inícios da sua fertilidade sofreu um aborto. (...) Estávamos em Julho de 1387”<sup>55</sup>. Um ano depois, e seguindo Fernão Lopes, a segunda gravidez resultou no nascimento de uma menina a quem chamaram Branca, numa homenagem à mãe de Filipa, a duquesa de Lencastre, que morreu cerca de oito meses depois<sup>56</sup>. O primogénito nasce em Julho de 1390, em Santarém, a quem puseram o nome de Afonso, como o avô paterno D. Afonso IV, vindo a falecer no final de 1400 (tinha Isabel quase cinco anos). De seguida a linha varonil volta a reforçar-se com o nascimento, em Outubro de 1391, em Viseu, daquele que será o futuro rei, a quem chamam Duarte, numa homenagem ao avô da rainha, o rei de Inglaterra Eduardo III e ao seu tio, o afamado *Príncipe Negro*. Pouco mais de um ano depois, em Dezembro de 1392, em Lisboa, novamente um rapaz, desta feita homenageando o pai do rei, Pedro. Em Março de 1394, um novo rebento vê a luz do dia no Porto, e Henrique toma o nome da linhagem materna: irmão da mãe, o futuro rei de Inglaterra, Henrique IV e do avô materno Henrique de Lencastre. Depois do nascimento de Isabel (1397), a rainha ainda verá nascer mais dois rapazes, ambos em Santarém: em Janeiro de 1400, João, como o pai e como o avô materno e, em menos de dois anos, em Setembro de

---

<sup>54</sup> SOUSA, Armino de - “1325-1480”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 496

<sup>55</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob. Cit.*, p. 119

<sup>56</sup> LOPES, Fernão – *Crónica Del Rei Dom Joham I ...*, cap. CXLVIII, p. 306. A maioria dos historiadores, seguindo Fernão Lopes, nomeadamente D. António Caetano de Sousa, coloca o resultado da primeira gravidez da rainha D. Filipa de Lencastre nesta filha, bem como Fonseca Benevides, que a coloca como o resultado da primeira gravidez, antes do primogénito, Afonso. Oliveira Martins fá-la nascer em 1395, antes portanto de Isabel. Montalvão Machado diz que foi em 1398, neste caso depois de Isabel. Recentemente, Manuela Santos Silva corrobora esta tese. Estes dois últimos autores apontam o documento que legitimou Afonso, o filho bastardo de D. João I, datado de 20 de Outubro de 1401, em que são inumerados os filhos nascidos e sobreviventes até à data: Duarte, Pedro, Henrique, João, Isabel e Branca. In *Chancelaria de D. João I*, organização e revisão geral de João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, vol. II, t. 3, doc. 1474, p. 244.

1402, finalmente, nasce o último filho deste profícuo e fértil casal real, Fernando como o meio-irmão do pai.

Rematando estes nascimentos, e projectando as suas vidas futuras, apetece-nos citar Henrique Barrilaro Ruas: *“Uma coisa é indiscutível: a grandeza individual e a projecção histórica desta mulher e destes cinco homens. (...) Raras vezes, na História de qualquer nação, se terá reunido tão extraordinário friso de personalidades do mesmo sangue na mesma geração. É a inteligência, é a cultura, é a virtude que fazem, de cada um, modelo difícil de imitar”*<sup>57</sup>.

No entanto, a grande questão que se coloca é: que relação teve esta mulher com estes cinco irmãos, enquanto infanta e mesmo enquanto duquesa de Borgonha? Mesmo que os dados disponíveis sejam exíguos, tentaremos clarificar a situação no II capítulo deste estudo.

## 5. A educação da *íncrita* infanta Isabel

A bagagem religiosa e cultural vasta e consolidada que D. Filipa de Lencastre trouxe da sua terra natal foi colocada ao serviço dos seus filhos numa época em que já se encontrava normalizado que a educação dos príncipes deveria ser na corte, junto da mãe, mesmo que com o crescimento das crianças fosse necessário um mestre, embora não haja notícias das identidades desses mestres para qualquer dos infantes<sup>58</sup>. No entanto, há documentação a referir que os três filhos mais velhos, Duarte, Pedro e Henrique, a partir de 1408, passaram a ter a própria casa, com vários servidores<sup>59</sup>, mas sem qualquer referência a mestres. Também para a infanta Isabel foram distribuídos vários *moradores*, numa data em que não teria mais do que 5 ou 6 anos: 1 reposteiro, 4 moços, 2 de câmara e 2 de estrebaria, e várias moças<sup>60</sup>; a existência dos moços de estrebaria significava que uma das actividades da infanta passaria pela equitação, aliás como constatámos para sua mãe na corte dos Lencastre, em Inglaterra.

---

<sup>57</sup> RUAS, Henrique Barrilaro - “A *Íncrita* Geração”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. IV. Alfragide: Ediclube, 2004, pp. 371-372 e 374.

<sup>58</sup> MATOS, Luís de - “O ensino na corte durante a dinastia de Avis”. *O Humanismo Português (1500-1600)*. Lisboa: Academia das Ciências, 1988, p. 500

<sup>59</sup> Ver a n. r. 63

<sup>60</sup> Idem.

Conhecemos três nomes associados ao núcleo estrito da infanta Isabel, durante a fase de crescimento e formação: a ama-de-leite, o amo e um escudeiro, embora as donas e donzelas do gineceu de sua mãe estivessem também ao seu serviço e delas saibamos a parentela<sup>61</sup>.

Temos conhecimento, através de documentação tardia, registada nas chancelarias de D. Duarte e D. Afonso V, que a ama Mór Gonçalves (a que já aludimos) era casada e tinha um filho<sup>62</sup>. Não sabemos se este relacionamento se manteve desde o nascimento da infanta sem interrupções ou se, por outro lado, ele se terá reavivado com a morte da rainha. Para a época e embora o período de amamentação fosse prolongado pelo menos até aos 4 anos, a ausência do nome de Mór Gonçalves da lista de moradores da corte<sup>63</sup> é uma realidade. No entanto, ela será uma das 2000 pessoas que integrará a comitiva da infanta para o ducado de Borgonha e com ela ficará, vindo a falecer em Bruges. Quanto ao amo<sup>64</sup>, Pedro Eanes será uma companhia constante da infanta, já que também a acompanhará à Flandres, sendo o responsável pela entrega do dote do seu casamento, depois seu secretário pessoal e, em 1431, o primeiro feitor de D. João I, em Bruges<sup>65</sup>. Sobre as origens destas duas personagens nada sabemos, a não ser que sempre tiveram a confiança da infanta e anteriormente dos seus progenitores. Finalmente, um dos seus pajens e depois escudeiro foi Estevão de Aguiar, que será, até à partida da infanta para a Borgonha, um amigo constante, vindo a ser abade de Alcobaça<sup>66</sup>.

Já nos detivemos sobre a corte em que a rainha Filipa foi instruída até aos vinte e seis anos, altura em que partiu de Inglaterra para a Galiza e mais tarde para Portugal, para casar com o rei D. João I, que foi educado pelo mestre da Ordem de Cristo e mais tarde pelos membros da Ordem de Avis pautada por uma rigorosa formação militar,

---

<sup>61</sup> Sobre este assunto ver o capítulo II.

<sup>62</sup> Idem

<sup>63</sup> Esta lista, intitulada *Quaderno dos que ora el rrey de[ue] trager por moradores*, encontra-se publicada em *Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 122, pp. 280-293, sem data. Por isso não há uma unanimidade da parte dos historiadores que a dão como tendo sido escrita entre 1402 e 1407. Voltaremos a este assunto no próximo capítulo, nas n.r. 125 e 126.

<sup>64</sup> À época também apelidado de aio, preceptor ou mestre.

<sup>65</sup> FREIRE, Anselmo Braancamp – “Maria Brandoa, a do Crisfal – A feitoria da Flandres, I parte”. *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, 1908, pp. 293-444. A ele voltaremos no capítulo II.

<sup>66</sup> *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 61, pp.117-118, n. r. 1: estas informações foram retiradas de Fr. Manuel dos Santos e da sua obra “*Alcobaça Ilustrada*”; NASCIMENTO, Aires A. – “Novos Fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada”, *Península*, Revista de Estudos Ibéricos, nº 2, 2005, p. 12. A ele voltaremos no II capítulo.

educação eclesiástica e implícita cultura do espírito. Os infantes saídos desta profícua união tiveram o privilégio de possuir dois progenitores altamente habilitados e exigentes no ensino e na moral, como aliás é referido pelo próprio D. Duarte, no seu *Leal Conselheiro*: “*E nos havemos por muito bem-aventurados, além da honra e proveito, por havermos tão virtuosos Padre e Madre por senhores, dos quais recebemos nossa principal ensinança*”<sup>67</sup>.

Seja como for, foi nesta altura que se começaram a introduzir “*importantes inovações educativas*”<sup>68</sup>, nomeadamente ao nível da corte e das grandes famílias aristocráticas no que toca à cultura letrada. Foram muitos os que sugeriram a generalização do ensino infantil letrado, recomendando o seu início desde os tempos da ama, não devendo esperar pelos sete anos. Maria Helena da Cruz Coelho a propósito da rainha afirma: “*À sua prole numerosa terá D. Filipa dedicado o melhor do seu tempo e saber para a bem educar e preparar para a vida, não deixando de a familiarizar com os costumes ingleses e de lhes inculcar o respeito e admiração pelos feitos dos antepassados da sua linhagem*”<sup>69</sup>. O mesmo deve ter feito D. João I quanto aos seus próprios feitos e aos dos seus antepassados. Segundo a mais recente biografia desta rainha inglesa e tendo em conta o que se passava na casa ducal de seu pai, como hipótese podemos estender o cuidado com a educação à corte portuguesa e à instrução que D. Filipa terá proporcionado à sua filha, já que as fontes não nos indicam qualquer vertente da educação da infanta Isabel. Neste contexto, a dado passo, Manuela Santos Silva, refere: “*(...) a instrução elementar ministrada às crianças era bastante mais comum e generalizada do que normalmente se costumava pensar. (...) em grandes casas da aristocracia inglesa havia sempre um professor contratado (...)*”. E a autora prossegue afirmando que às raparigas era ensinado o latim, para que entendessem o serviço religioso e as orações, o francês, considerada a língua “de Corte” e da cultura, e o inglês para poderem ler romances. Quanto aos trabalhos especificamente femininos, como coser, bordar ou tecer, e às qualidades inerentes que tornariam as raparigas esposas e mães idóneas, eles eram assegurados por uma governanta ou perceptora, por altura dos doze anos. Acrescenta ainda a mesma autora: “*Para muitas delas a hora de acordar*

---

<sup>67</sup> DUARTE, D. – *Leal Conselheiro*, edição de João Morais Barbosa (actualização ortográfica, int. e notas). Lisboa: INCM, 1982, cap. 98, p. 429

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Ob. Cit.*, p. 267

<sup>69</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 121

*andaria pelas seis ou sete da manhã, levando-as a iniciar o seu dia com uma missa diária na capela da casa familiar. Só depois se seguiria o pequeno-almoço. Até à hora de almoço era tempo de estudo, ao qual voltariam durante a tarde, mas de modo a que ainda houvesse tempo para outras actividades, tais como a música e a dança (...)*". Este modelo de formação, para as raparigas da elite social, só ficaria completo quando tomassem consciência que se deviam comportar com *“modéstia, humildade e prudência, sendo ao mesmo tempo caridosas e muito piedosas”*<sup>70</sup>.

Podemos, assim, ficar com uma ideia do tipo de formação que a infanta Isabel terá recebido, embora não sabendo se ela tocava especialmente algum instrumento, se dançava de forma airosa, se cantava melodiosamente, se era perita no jogo do xadrez, se montava de forma exímia o seu cavalo, se eventualmente caçava na companhia do pai ou dos irmãos (embora a caça fosse uma actividade essencialmente masculina) ou se tinha um falcão pessoal. Com um pai que escreveu ele próprio um tratado de montaria<sup>71</sup>, pelo menos pela curiosidade própria da idade e do género, a infanta terá muito provavelmente ido pelo menos uma vez assistir à caça ao javali, onde se utilizavam lanças e matilhas de cães. Mas a cetraria, a caça com aves de rapina domesticadas tinha algum encanto, como nos diz Oliveira Marques<sup>72</sup>, sendo por isso algo vulgar na aristocracia feminina das várias cortes europeias<sup>73</sup>. Era provável que fosse uma actividade do agrado da infanta. Mas os modos e a etiqueta de corte não devem ter passado despercebidos à rainha, no que à sua filha dizia respeito: andar, conversar e comer com a postura correta, vestir-se e conviver na corte de forma apropriada. Tudo regras que deviam ser aprendidas e apreendidas para que a sua honestidade nunca fosse colocada em causa, tendo em conta o papel que dela se esperava como a única filha dos reis de Portugal. Todas as actividades mencionadas seriam vulgares para a época, no seio da família real mesmo para uma mulher, mas as fontes continuam silenciosas.

---

<sup>70</sup> Sobre este assunto ver SILVA, Manuela Santos - *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*, pp. 46-54.

<sup>71</sup> *“O Libro de Monteria”*, de D. João I. Escrito depois de 1415 (no prólogo o rei aparece-nos com o título de “senhor de Cepta”). Esta obra, dividida em três partes e de “carácter técnico”, tinha como objectivo ensinar os monteiros nas regras e preceitos da arte da caça ao monte, embora haja variadas leituras para as metáforas existentes ao longo do texto, que não se confinam à prática da montaria.

<sup>72</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 187

<sup>73</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”, *História da Vida Privada em Portugal - a Idade Média*, p. 167

No final do século XIV, alguns pedagogos debruçavam-se já sobre a instrução das crianças de sexo feminino das classes altas, embora não houvesse grandes mudanças comparando com épocas anteriores, já que se continuava a acreditar no pouco ou nenhum raciocínio por parte das mulheres. De qualquer modo era preferível que aprendessem leitura, escrita e cálculo, evitando assim “*maus pensamentos e os consequentes pecados da carne e da vaidade*”<sup>74</sup>. Supomos, por isso, que os conhecimentos letrados estavam acessíveis, sendo considerados por D. Filipa de Lencastre como necessários e vantajosos, como o foram para ela. Não sabemos se terá contratado para a sua única filha um mestre para o ensinamento do português falado, escrito e lido, já que esta língua não devia ser o seu forte. Estamos em crer que a infanta Isabel, tal como os seus irmãos, aprendeu a ler e a escrever latim, pelo menos o básico para o entendimento do serviço religioso, e o francês<sup>75</sup>, cujo grau de dificuldade não podemos avaliar, mas que lhe chegou para criar o seu mote e a sua divisa<sup>76</sup> e, evidentemente, a segunda língua dos infantes, o inglês. A tudo isto deveremos juntar igualmente a realidade plurilinguística da corte portuguesa, onde não podemos esquecer as várias línguas em uso no resto da Península Ibérica e que eram perceptíveis entre nós<sup>77</sup>. Para a vida futura da infanta Isabel, como diplomata, esta será uma poderosa arma. Quanto ao cálculo, não temos dúvidas em afirmar que era um dos seus gostos preferidos, a avaliar o seu futuro na área financeira e administrativa da sua Casa e dos seus domínios e, já como duquesa, o rigor com que geriu os recursos ducais a fim de equilibrar e restaurar a riqueza da Borgonha<sup>78</sup>.

A maioria dos autores por nós consultada é da opinião que os seis membros desta ínclita geração (mesmo que a queiram reduzir a cinco!) terão recebido uma educação

---

<sup>74</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ob. Cit.*, p. 268

<sup>75</sup> Duas das principais figuras da casa da rainha falavam fluentemente o francês: o seu vedor da fazenda, Lourenço Anes Fogaça, que acumulava com a função de chanceler do rei e embaixador que havia sido em Inglaterra, e a sua aia Beatriz Gonçalves de Moura que se devia entender com a rainha, exactamente nesta língua. COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 142.

<sup>76</sup> A infanta D. Isabel já na Borgonha criará a sua divisa: «*Tant que je vive*» (tendo como figura uma estacada circular com uma porta), como resposta à que seu marido, o duque de Borgonha, havia tomado na altura do casamento: «*Autre n'aurai*». Veja-se para as empresas da família de Lancastre e Avis, entre outros, SEIXAS, Miguel Metelo de – *As armas do infante D. Pedro e de seus filhos*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1994

<sup>77</sup> GOMES, Saul António – “As políticas culturais de tradução na corte portuguesa do século XV”. *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, nº 33, 2010, pp. 175-176

<sup>78</sup> SOMMÉ, Monique - *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV<sup>e</sup> siècle*. Sobre este assunto veja-se a II parte desta obra, intitulada “*Le Pouvoir Financier*”, pp. 95-218

fora do comum, só justificada pelo acervo cultural dos seus progenitores. Segundo o biógrafo do primogénito dessa geração de irmãos, “(...) *todos os infantes lêem muito e escrevem com extrema desenvoltura; (...) todos (...) sabem construir e pôr por escrito uma argumentação articulada, convincente e sustentada (...). Duarte e Pedro aventuraram-se na escrita (...) com resultados excelentes. De Henrique, Fernando e João temos apenas cartas*”<sup>79</sup>. No próximo capítulo deste estudo podemos verificar que a infanta Isabel mandou escrever ou escreveu mesmo pelo próprio punho várias cartas institucionais e só não possuímos mais porque, infelizmente, a voragem dos tempos assim não consentiu. Como duquesa de Borgonha, no entanto, a quantidade de correspondência é impressionante. Para o irmão D. Duarte, da conferência de Arras, em 1435, escreveu uma longa carta a dar-lhe conta dos resultados da referida conferência<sup>80</sup>. Recentemente foi compilada a sua correspondência para várias entidades, num total de 252 cartas<sup>81</sup>. Por certo, bem mais do que aquelas que os cinco irmãos juntos terão escrito ao longo das suas vidas.

O ambiente cultural abrangente onde D. Filipa de Lencastre viveu cerca de 26 anos, antes de se tornar rainha de Portugal, foi importado para a corte do marido, consumando-se na prática de uma formação religiosa e intelectual semelhante para todos os filhos, sem discriminação de género. Algo que não era, evidentemente, muito difundido nas cortes europeias, embora não fosse inédito. Terá sido Christina de Pizan<sup>82</sup> a primeira a pensar e a escrever sobre a igualdade na educação para rapazes e raparigas, já que a capacidade intelectual das mulheres não era inferior à dos homens. O irmão de D. Filipa, já como rei Henrique IV, terá mesmo convidado Christina para estanciar na sua corte, embora esta não tenha aceitado<sup>83</sup>. É, pois, muito provável que as ideias da

---

<sup>79</sup> DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*, p. 35

<sup>80</sup> *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, pp. 97-99; *La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Éditée par Monique Sommé. Ostfildern: Thorbecke, 2009, doc. 28, pp. 67-69.

<sup>81</sup> *La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Éditée par Monique Sommé. Ostfildern: Thorbecke, 2009

<sup>82</sup> Escritora: Veneza (?1364) – Abadia de Poissy (1431). Autora de uma vasta obra onde se destacam poemas, biografias e livros didáctico-moralistas entre os quais “*Le livre des trois vertus*”, que chegará a Portugal pela mão da infanta Isabel, já como duquesa de Borgonha, endereçado à sua sobrinha a rainha D. Isabel, filha do infante D. Pedro e mulher de D. Afonso V.

<sup>83</sup> SILVA, Manuela Santos - “Práticas religiosas e hábitos culturais inovadores na corte dos reis de Portugal (1387-1415)”, *Actas do colóquio “Poder espiritual/poder temporal: as relações igreja-estado no tempo da monarquia (1179-1909)”*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2009, p. 210

primeira mulher a viver de forma profissional da escrita fossem do conhecimento da mãe da infanta Isabel e que as tenha colocado em prática.

Sabendo das exigências religiosas e morais da rainha D. Filipa, da diversidade de livros que a biblioteca da corte joanina possuía<sup>84</sup>, imaginamos a insistência que teria em todos os aspectos da instrução, educação e formação, para com a sua única filha. Exigia, por certo, tanto ou mais do que o que lhe foi exigido a ela, pois não queria deixar o mundo dos vivos sem se certificar que a filha fosse um exemplo para o corpo feminino da sua corte ou de outra qualquer corte de que viesse a ser senhora, pelo casamento. Muitas vezes, as uniões precoces dentro das famílias reais levavam a que se descurasse a instrução pela família de origem<sup>85</sup>. Não foi o caso da infanta Isabel, que teve a mãe junto dela até aos dezoito anos, embora não se possa evidentemente descurar a influência do pai. É a própria opinião do irmão mais velho sobre a influência de ambos os progenitores nas suas vidas que convém trazer a debate: “*E por o dito senhor Rei nós fomos por suas grandes virtudes, muito saber e bom amor em esta prática bem suportados, e sempre entendemos que por ele e por a Rainha, nossa senhora e madre em todas grandes virtudes muito perfeita, cuja alma cremos que é em santa glória, fomos encaminhados a qualquer boa maneira que sobre isto tivemos*”<sup>86</sup>.

Em suma, “*À sua prole numerosa terá D. Filipa dedicado o melhor do seu tempo e saber para a bem educar e preparar para a vida (...)*”<sup>87</sup>. A sua morte em 1415 haveria de fazer da filha uma mulher autónoma, administrando e gerindo a sua própria Casa, herdada da mãe. Quando abandonou a corte do pai, a infanta já contava trinta e dois anos, sendo nessa altura uma mulher madura, preparada, dinâmica, esclarecida, para quem a ingenuidade, por certo, há muito havia desaparecido, mas com a consciência plena da vasta rede de parentesco em que estava inserida nas diversas cortes europeias e “*uma mais vasta noção do horizonte do que a maioria das mulheres da sua*

---

<sup>84</sup> No que se refere à chamada *livraria* de D. João I, podemos destacar algumas temáticas existentes: romances de cavalaria inspirados na lenda do rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda, literatura espiritual e histórica, literatura técnica (alveitaria, falcoaria, cetraria, etc.), literatura educativa e didáctico-moralista conhecida por “espelhos de príncipes”, e até algumas obras do foro “científico” dedicadas a temas de astronomia, astrologia, medicina, cirurgia, plantas medicinais, etc.. Vejam-se, BUESCU, Ana Isabel - “Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas”. *eHumanista*, vol.8, 2007, pp. 143-170; GOMES, Saul António – *Ob. Cit.*, pp. 173-181; MONTEIRO, João Gouveia – “A literatura dos príncipes de Avis”. *Vértice*, 2ª série, Agosto de 1988, pp. 89-103.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Ob. Cit.*, p. 270

<sup>86</sup> DUARTE, D. – *Ob. Cit.*, cap. 98, pp. 430-431

<sup>87</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 121

época”<sup>88</sup>. Nas palavras de Oliveira Martins “a implacável senhora D. Filipa”, governava a corte com mão de ferro<sup>89</sup>; um exemplo que a infanta Isabel irá seguir à risca?

## II – Uma infanta *quase rainha* na corte portuguesa

Esta ideia<sup>90</sup> sintetiza bem aquele que terá sido o papel da infanta D. Isabel na corte do pai, após a morte de D. Filipa, em Julho de 1415, e até 1429, altura em que contrai matrimónio com o duque de Borgonha e parte para a Flandres. Para apadrinhar esta afirmação teremos que saber, afinal, como organiza e administra a rainha, no início do século XV, o seu séquito e o seu património. No capítulo anterior, aludimos à acção que D. Filipa de Lencastre teve na educação dos seus filhos, que embora tenha sido a sua vertente mais forte, não foi a única. Iniciamos este capítulo analisando a vertente social, económica e administrativa da rainha-consorte, nessa *autêntica instituição* que foi a Casa da rainha e que será herdada por sua filha, a infanta D. Isabel.

### 1. A Casa das rainhas<sup>91</sup>

É provável que, desde os primeiros reis de Portugal, as rainhas-consortes passassem a usufruir dos rendimentos de bens situados em diversos pontos do território, que, no entanto, foram mudando ao longo do tempo, já que não existia uma propriedade fixa das rainhas. Estas terras constituíam assim, nos primeiros tempos da monarquia, o apanágio ou a “*Casa das Senhoras Rainhas*”<sup>92</sup>, para seu sustento e do pessoal que as servia, embora haja autores que consideram que a quantidade e a qualidade dos senhorios doados “*variavam conforme a confiança que o soberano depositava na esposa*”<sup>93</sup>.

<sup>88</sup> DAEHNHARDT, Rainer – *Mulheres de armas e coragem*. Lisboa: Publicações Quipu, 1999, p. 51

<sup>89</sup> MARTINS, Oliveira – *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães editores, 1993, p. 25

<sup>90</sup> SABUGOSA, Conde de – *Gente d’Algo*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1915, p. 64. “*Era uma quasi Rainha!*”.

<sup>91</sup> Esta casa é uma instituição e não uma realidade física e/ou espacial, ela é um misto entre pessoas que servem a rainha (na corte e fora dela) e o seu património (as terras em que é senhora-donatária).

<sup>92</sup> TORRES, Ruy d’Abreu – “*Rainhas, Casa das*”, vol. V. *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 230-232

<sup>93</sup> MONTEIRO, J. P. Franco – *As Donatarias de Alemquer (Historia da Casa das Rainhas)*. Lisboa: M. Gomes Editor, 1893, p. 1.

Segundo Fonseca Benevides terá sido a noiva de D. Dinis, D. Isabel de Aragão, vinda de um reino largamente influenciado pela jurisprudência romana sobre casamentos, a primeira a transportar com ela um dote recebido de seu pai. O seu marido havia de lhe doar terras, em momentos diversos<sup>94</sup>. Este sustento, doado por altura do casamento, conhecido tradicionalmente através dos códigos visigóticos como *arras*, era a principal fonte para autonomizar a existência das rainhas-consortes e do seu séquito, em relação ao rei. Em outras ocasiões, o rei podia doar mais terras, que tinham somente o estatuto de “mantimento”, com direito a retirar apenas o rendimento.

Embora com algumas exceções, possuíam assim as rainhas não só o usufruto das rendas<sup>95</sup>, e os direitos reais (dinheiro e géneros), mas também jurisdição (nomeação de oficiais judiciais e outros, e recebimento de multas e outras taxas), embora o senhorio continuasse propriedade da Coroa, visto que quando a rainha morria os bens da sua Casa voltavam à Coroa e só tornavam a ser doados a uma infanta ou a uma nova rainha se o rei assim o consentisse (não se assinalam, porém, rainhas sem *arras* e sem câmara). Como veremos, é o que vai acontecer à infanta D. Isabel, após a morte de sua mãe. Por esta razão, devemos estudar com algum pormenor a Casa da rainha D. Filipa de Lencastre.

### 1.1 – A Casa da rainha D. Filipa de Lencastre

Desconhece-se o contrato de casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, bem como a carta de doação de qualquer das localidades que se entende terem feito parte das terras da rainha<sup>96</sup>. No entanto, sabemos que o pai de Filipa a teria deixado sem dote, segundo nos lembra Manuela Santos Silva, a sua mais recente biógrafa<sup>97</sup>, o que fazia prever uma certa urgência noutra tipo de doações. Assim, logo após o casamento,

---

<sup>94</sup> BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Rainhas de Portugal*, T.I. Lisboa: Typografia Castro Irmão, 1878, p.4

<sup>95</sup> Segundo Manuela Santos Silva em “Os primórdios da Casa das Rainhas de Portugal”. *Raízes Medievais do Brasil Moderno- Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2007, p. 33: “*Em matéria fiscal, auferiam dos seguintes direitos: 1/8 da produção agrícola ou do peixe que se pescava em toda a costa ocidental e ao qual a rainha tinha acesso em alguns portos da sua jurisdição; a jugada; o padroado das Igrejas; a aposentadoria, e, finalmente, auferiam direitos específicos de cada uma das localidades sobre sua jurisdição*”.

<sup>96</sup> FERRO, João Pedro – *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 222

<sup>97</sup> SILVA, Manuela Santos – “A casa e o património da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da casa das rainhas na Idade Média”. *Revista Signum*, 2010, vol. 11, nº2, pp. 210 e 212.

é intenção do rei fazer doação de terras à rainha, como nos descreve Fernão Lopes, na segunda parte da crónica que dedicou ao primeiro rei da segunda dinastia<sup>98</sup>. Poucos dias após o casamento, “(...) mandou que ouvesse pera despessa de sua casa, ataa que teuesse terras (...)”. O que nos leva a concluir que a doação das terras à rainha foi feita em data posterior, mas até lá “(...) as remdas da alfamdega e da portagem, com o Paaço da Madeira, de que largamente podia auer vimte mjll dobras bem prestes, se as todas despemder quisesse”. Foi assim que, nos primeiros tempos, a rainha se manteve a si e ao pessoal que o rei colocou ao seu serviço.

Desta forma e continuando a seguir o cronista, a Casa da rainha possuía oficiais régios (alguns partilhados com o rei) e “*molheres pera (a) guardar e seruir*”. Destacamos, para a área administrativa, o mordomo-mor<sup>99</sup>, o vedor da fazenda<sup>100</sup> e o vedor da casa<sup>101</sup>; a Copa fica a cargo de um copeiro-mor<sup>102</sup>, a Ucharia (despensa da casa real) de um uchão<sup>103</sup> e de um mantieiro<sup>104</sup>, e, finalmente, a Repostaria com um reposteiro-mor<sup>105</sup>. Por seu lado, a Capela da rainha tem um capelão-mor, um confessor e outros ministros do “*Divinal Ofiço*”; e, por fim, vários escudeiros de ambas as nacionalidades – portugueses e ingleses - sem especificação da quantidade.

Segundo Rita Costa Gomes, que estudou a corte portuguesa nesta época, “*a presença das mulheres, que foi sempre considerada um distintivo da sociedade cortesã no final da Idade Média, está ligada, de modo muito preciso, à da rainha, personagem central desse mundo feminino e cuja família se organiza de forma autónoma. A maioria dos servidores das rainhas medievais eram, é certo, homens. Mas, além desse elemento*

---

<sup>98</sup> LOPES, Fernão – *Crónica Del Rei Dom Joham I ...*, II parte, cap. XCVII, p. 210

<sup>99</sup> Um dos oficiais da casa real, chefe superior da administração civil, com funções mais honoríficas e esporádicas do que administrativas e permanentes, era D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo.

<sup>100</sup> Encarregado de superintender na administração da fazenda real, Lourenço Eanes Fogaça era chanceler do rei e homem bastante familiar a D. Filipa, que o terá conhecido como diplomata na sua Inglaterra natal.

<sup>101</sup> Afonso Martins, escrivão da puridade do rei e futuro prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

<sup>102</sup> Gonçalo Vasques Coutinho (ver n.r. 108) responsável entre outras coisas, pela guarda da baixela, coadjuvado por Rodrigo Eanes, criado do rei.

<sup>103</sup> Responsável pelo abastecimento de cereais e das mais diversas vitualhas e que neste caso acumulava com a função de saquiteiro do rei.

<sup>104</sup> Responsável pela ração de pão distribuída aos membros da corte.

<sup>105</sup> Fernão Lopes de Abreu, responsável pela guarda de objectos preciosos da rainha e recebedor de dinheiro que lhe era entregue pelos almoxarifes e pelo tesoureiro do rei, tendo por isso uma função financeira. Acompanhava o rei, a rainha ou os infantes nas suas deambulações. Todos os membros da família real tinham um.

numericamente dominante do seu séquito, considerava-se que a rainha devia estar acompanhada de um número idealmente elevado de mulheres de variada condição, que a seguissem de modo permanente”<sup>106</sup>. O gineceu da corte é, pois, constituído por várias donas e donzelas com distinto estatuto social e de parentela<sup>107</sup>. É ainda o cronista Fernão Lopes que nos adianta os seus nomes: Beatriz Gonçalves de Moura<sup>108</sup>, aia<sup>109</sup>; as donzelas Beatriz de Castro<sup>110</sup> e Teresa Vasques Coutinho<sup>111</sup> a camareira-mor<sup>112</sup>, a sua irmã Leonor Vasques Coutinho<sup>113</sup> (ambas filhas de Beatriz Gonçalves de Moura<sup>114</sup>); Berengária Nunes Pereira<sup>115</sup>, Beatriz Pereira<sup>116</sup> e sua irmã Leonor Pereira<sup>117</sup> e outras

---

<sup>106</sup> GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis Portugueses no final da Idade Média*, p. 46

<sup>107</sup> Idem, *Ibidem*, p. 54 – “Sabemos pouco sobre as funções concretas que cabiam a estas mulheres na corte (...) tal distinção de estatuto mantém a sua funcionalidade nas fontes analisadas, hierarquizando as mulheres segundo a diversidade e autonomia das suas esferas de acção. A Donzela (...) mais dependente da soberana, e com uma esfera de acção mais reduzida, ou geralmente indiferenciada. A Dona, em contrapartida, estão reservados os papéis de maior autonomia e autoridade (...) nomeadamente, os de sua camareira ou aia”. As Donzelas eram assim totalmente dependentes da rainha, ao contrário das Donas que tinham casa própria e, normalmente eram casadas ou viúvas.

<sup>108</sup> Filha de Gonçalo Vasques de Moura, oriundo de Moura, no Alentejo. Foi mulher de Vasco Fernandes Coutinho (coureiro de Leomil, meirinho-mor do reino na comarca da Beira, viveu em Trancoso, onde venceu os castelhanos no tempo de D. João, mestre de Avis, tendo ganho os castelos de Marialva, Moreira e Sabugal; falecido em princípios de 1384), com quem casou em 1361. Este casal teve como primogénito Gonçalo Vasques Coutinho, nomeado marechal do reino, em 1398, alcaide-mor de Trancoso e talvez de Lamego e que também foi copeiro-mor da rainha, como já vimos. Casou pela primeira vez, com D. Leonor Gonçalves de Azevedo e tiveram entre outros filhos, o célebre Álvaro Gonçalves Coutinho (1393-1432/33), o *Magriço*. Estas informações foram retiradas de OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Cascais : Patrimonia, 1999, pp. 35, 36 e 42; e de GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. IV vol., 3ª edição. Braga: Carvalhos de Basto, 1992, p.10

<sup>109</sup> BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946, t.. III, p. 205. Diz-nos este autor: “e porque a rainha era inglesa e não sabia portanto os costumes de Portugal, deu-lhe também uma fidalga para sua aia. Esta havia de moradia mensalmente 800 libras, ou dezasseis dobras castelhanas”.

<sup>110</sup> Idem, *Ibidem*: “A mais nobre do séquito da rainha, recebia 1.000 libras”. Filha de D. Álvaro Peres de Castro.

<sup>111</sup> Era a filha mais nova de Beatriz Gonçalves de Moura. Foi mulher de D. Martinho, filho do Conde D. Gonçalo.

<sup>112</sup> ALMEIDA, D. Francisco de (conde do Lavradio) – *As Camareiras-mores das Rainhas Portuguesas*. Lisboa. MCMXLI, pp. 5-9. Diz-nos este autor que a autoridade destas senhoras foi desde sempre muito grande e os seus poderes discricionários. As suas atribuições eram muitas e variadas, destacaremos algumas: era a primeira pessoa do gineceu, logo após a rainha e as suas ascendentes e descendentes; era a responsável pelo governo da corte da rainha, sendo-lhe sujeitas todas as damas e donzelas e demais empregadas ao serviço da rainha; nas festividades onde a rainha estivesse presente, regulava os lugares que as senhoras da corte deviam ocupar, sendo o seu lugar sempre atrás da rainha.

<sup>113</sup> Uma das cinco donzelas da rainha. Casou com D. Fernando de Bragança.

<sup>114</sup> Além destas duas filhas, ainda Mécia haverá de entrar ao serviço da rainha D. Filipa de Lencastre.

<sup>115</sup> Filha de Rui Pereira que morreu na batalha naval de Lisboa, mulher de Afonso Vasques Correia

<sup>116</sup> Filha de Álvaro Pereira, segundo marechal de D. João I, embora já falecido, mulher de Martim Vasques de Resende

<sup>117</sup> Casada com Gomes Freire

donzelas e mulheres de câmara “*quaaes compria a homra de seu estado*”<sup>118</sup>, nomeadamente mulheres de menor prestígio social, como as covilheiras, mancebas e amas<sup>119</sup>. Rita Costa Gomes diz-nos que a casa da rainha D. Filipa de Lencastre teria cerca de 180 funcionários, dos quais apenas 30 a 38 eram do sexo feminino, ou seja, menos de metade dos cerca de 390 indivíduos previstos entre os moradores do rei<sup>120</sup>.

Esta Casa da rainha era, pois, sustentada pelas 20.000 dobras que se estimava de rendimento proveniente das rendas da alfândega e da portagem com o paço da madeira, pelo menos no início de vida em comum, pelo que não sabemos quando lhes foram doadas as terras, embora Manuela Santos Silva aponte o final de 1387<sup>121</sup>.

Independentemente dos rendimentos que lhe chegavam das suas terras, a quantidade de pessoal que lhe estava adstrito na corte e que formava a sua *moradia*, foi sofrendo algumas alterações. Não vamos esmiuçar essas mudanças, mas apenas constatar que todas elas tiveram por causa a redução da despesa. Através do cronista Fernão Lopes ficamos a saber de uma reforma levada a cabo por D. João I, preocupado em corrigir e emendar as despesas da sua Casa, da rainha e dos infantes que ainda eram pequenos<sup>122</sup>. Embora não tenhamos noção da data desta reforma<sup>123</sup>, o rei propôs ao Conselho, entre outras medidas, a redução de pessoal nas referidas Casas. Verificamos, pois, que na Casa da rainha existiam 25 donzelas, as quais foram reduzidas para 14, tendo sido retiradas as covilheiras aos infantes<sup>124</sup>.

Através de um outro documento intitulado *Quaderno dos que ora el rrey de[ue] trager por moradores*<sup>125</sup>, também com data incerta<sup>126</sup>, altera em parte as “*moradias*” da

---

<sup>118</sup> LOPES, Fernão – *Crónica Del Rei Dom Joham I ...*, II parte, cap. XCVII, p. 210

<sup>119</sup> GOMES, Rita Costa – *Ob. Cit.*, p. 46

<sup>120</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 51-52

<sup>121</sup> Manuela Santos Silva, no artigo publicado na Revista *Signum* citada na n. r. 97, aborda este tema e aponta algumas datas nas pp. 218, 219 e 221.

<sup>122</sup> LOPES, Fernão – *Ob. Cit.*, caps. CC e CCI

<sup>123</sup> Idem, *Ibidem*, cap. CCI, p. 451: “*Posto el-Rey em tal asseseço, dessabaffado dos feytos da guerra, cuydou correger sua cassa e terra dalgumas coussas que lhe pareceram dignas de emmemdar (...)*”. Há quem considere que este momento se refere a umas tréguas assinadas com Castela, em 1400. No entanto para Henrique da Gama Barros, Tomo III, p. 205: “*Depois da paz de 1411 o numero das damas da rainha foi reduzido (...)*”. Para este autor o período de paz coincide com o tratado assinado em 1411 e não com as referidas tréguas de 1400.

<sup>124</sup> LOPES, Fernão – *Ob. Cit.*, cap. CCII, p. 455

<sup>125</sup> *Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 122, pp. 280-293. Segundo Rita Costa Gomes o termo “*morador*”, refere-se “*à presença física dos indivíduos junto dos monarcas, em situação de total integração na corte*”

rainha, que conhecíamos logo após o casamento, mantendo-se no entanto a aia Beatriz Gonçalves à cabeça com a maior retribuição, 9.000 libras, logo seguida da sua filha mais velha Mécia Vasques, com 8.000 libras. Em terceiro lugar e com um rendimento bastante inferior, aparece outra das filhas de Beatriz, Leonor Vasques, com 1600 libras, que já constava dos nomes da primitiva lista, indicada na crónica de Fernão Lopes. Apenas um nome se repete, embora não saibamos se se trata da mesma pessoa, Leonor Pereira, que consta assim na primeira distribuição de moradores à rainha, logo após o casamento e da lista do *quaderno de moradores da corte*, quando foi necessário reduzir o pessoal.

Neste *quaderno* interessa-nos recuperar a cláusula dedicada *aos que cresceram e andam com os infantes*. Nela podemos constatar os moradores destinados à infanta D. Isabel, numa altura em que era ainda uma criança: 1 reposteiro, 4 moços, 2 de câmara e 2 de estrebaria e várias moças (não especificadas em termos de função), pagando-lhes em pães, num total de 1400 libras<sup>127</sup>. Este pessoal de corte era remunerado ao mês ou ao ano. Recebiam um vencimento em dinheiro, ou, muitas vezes, em cereais (como é o caso). Em geral, o moço de câmara tinha direito a casa, cama e mesa gratuitas<sup>128</sup>. Quanto ao Reposteiro, já vimos que tinha uma dimensão financeira, provavelmente de gestão da câmara da infanta, e de guarda dos seus objectos mais valiosos.

---

*enquanto organismo itinerante, com determinada assiduidade (...). A principal característica dos moradores é a de serem alimentados pelo rei (...)*. *A corte dos reis de Portugal ...*, p. 182

<sup>126</sup> Em nota de rodapé do referido documento publicado na *Monumenta Henricina* é proposta a data de 1402 (também proposta por Lúcio de Azevedo e aceite por Maria Helena da Cruz Coelho), mas antes de 29 de Setembro, data de nascimento do infante Fernando, que não consta na lista. No entanto, Jorge Faro (*Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.30) considera que a data para a execução deste *quaderno* deve ser posterior a 23-28 de Julho de 1405, data em que Vasco Gil deixou de ser designado como escolar e passou a intitular-se licenciado, e anterior a 22 de Junho de 1406, data em que Martim Miguens deixou de ser porteiro dos Contos. 1405 é também a data defendida por Rita Costa Gomes para esta lista de pessoal ao serviço da corte. Acrescentamos também que a data da referida lista não chegará a 1408, data em que D. João I, nas cortes de Évora de 7 de Abril, monta as casas para os três filhos mais velhos, Duarte, Pedro e Henrique (*Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 134, pp. 316-318). Não sabemos, porém, se a reforma apontada por Fernão Lopes coincide com este *quaderno* ou se como defende Gama Barros é posterior e datada de 1411.

<sup>127</sup> *Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 122, p. 291. Segundo Rita Costa Gomes este pagamento de “rações” diárias era feito em cereal“(…) destinados ao sustento do próprio morador”, como vemos no pagamento aos moços de câmara da infanta D. Isabel que é de sete pães. *Ob. Cit.*, pp. 186-187.

<sup>128</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 149

## 1.2 - As terras da rainha

Se não conhecemos o contrato de casamento de D. Filipa com D. João I, nem a lista dos senhorios que prometeu doar à sua mulher, como sabemos quais eram as terras da rainha D. Filipa de Lencastre? No contrato de casamento do infante D. Duarte com D. Leonor de Aragão (16-2-1428)<sup>129</sup>, no ponto 11, pode ler-se: “(...) *a dicta camera que tinha a senhora rrainha dona Felipa, que som as villas de Alenquer, Sintra, Obidos, Aluajazere, Torres Novas, Torres Uedras e outras quaees quer villas e lugares e herdamentos e rrendas dellas, que a dicta senhora rrainha tinha em camera (...)*”<sup>130</sup>. E acrescenta-se a divisão em duas partes dos bens que haviam sido da rainha-mãe, a fim de D. Leonor escolher uma delas, cabendo-lhe a restante metade quando fosse rainha<sup>131</sup>. Evidentemente que esta ressalva tinha que ver com o facto da infanta D. Isabel continuar solteira e no reino. Podemos constatar que mais tarde, a 4 de Novembro de 1428, D. Duarte procede à reforma de alguns dos capítulos do seu contrato de casamento<sup>132</sup>, nomeadamente no item 11, onde se encontram já discriminadas as localidades escolhidas por D. Leonor: “(...) *E a dyta senhora jffamte toma, escolhe, por sua parte, as dytas vyllas dAllamquer, Symtra e Obydos*”<sup>133</sup>.

Finalmente e apenas após a morte de D. João I, em carta de D. Duarte, datada de 11 de Janeiro de 1435, o rei faz doação à rainha D. Leonor sua mulher, “*em dias de sua ujda*”, ou seja, vitaliciamente, as vilas e termos de Alvaiázere, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Alenquer e Óbidos, a teor do seu contrato de casamento<sup>134</sup>. Concluímos que, em relação a Alvaiázere, Torres Vedras e Torres Novas, e até à saída do reino no início de Outubro de 1429, a infanta D. Isabel terá continuado como donatária das referidas terras com todos os direitos, rendas e jurisdições, e que provavelmente após esta data teriam revertido novamente para a coroa. No entanto, a existência de um outro documento contradiz, em parte, o conteúdo deste. A verdade é que entre estas seis

---

<sup>129</sup> *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 91, pp. 180-197

<sup>130</sup> *Idem*, p. 188

<sup>131</sup> SILVA, Manuela Santos – “Os primórdios da casa das rainhas”, p. 36: “*Quando uma divisão entre duas titulares se tornava imperativa, far-se-ia reunindo as três primeiras vilas nomeadas num grupo e as três restantes num outro*”. Foi o que aconteceu quando D. Duarte casou com a infanta D. Leonor de Aragão, mas sua irmã ainda estava no reino e solteira.

<sup>132</sup> *Monumenta Henricina*, vol. III, pp. 263-275

<sup>133</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. I, Tomo 1, doc. 693, p. 425 (Livro 1º, fl. 113v.º); *Monumenta Henricina*, Vol. III, p. 269

<sup>134</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. V, doc. 60, pp. 134-135

localidades há uma que não fez parte das terras de D. Filipa de Lencastre: Alvaiázere. Em seu lugar a sexta localidade era Montemor-o-Velho.

Vejam os que nos diz o primeiro capítulo especial do concelho de Montemor-o-Velho às Cortes de Évora-Viana de 1481-82: “(...) *tal villa logo foy dada e aprovada aa coroa real. E a primeira cousa de seu senhorio foy a rainha dona Tareja com sua irmaa a rainha dona Branca que foram filhas del rei dom Sancho etc. e asy per este modo sempre decendendo per esta geeraçam ataa vinda da rainha dona Felipa vossa visavoo que Deus aja e assy pertencee oe foy da coroa real atee que ell rei dom Joham deu casa ao ifante dom Pedro vosso avoo e feze-lhe desta terra de Coimbra e suas comarcas e infantado. E porque esta villa ficava assy dentro e pertencia assy aas rainhas foy dada ao dito ifante e deram por ellaas rainhas Alwayazer e asy se tirou da coroa real.*(...)”<sup>135</sup>. Ficamos deste modo a saber, segundo Maria Helena de Cruz Coelho que tem estudado esta localidade, porque é que em 1405 a rainha D. Filipa apoiou o concelho de Montemor-o-Velho na reivindicação da jurisdição crime de Tavarede<sup>136</sup>. Mas o que este documento nos esclarece é que, Montemor-o-Velho fazia parte das terras da rainha D. Filipa e não Alvaiázere. Voltaremos ao assunto um pouco mais à frente.

Segundo a biógrafa de D. Filipa de Lencastre, “*fossem quais fossem as terras de D. Filipa, a verdade é que, a partir da sua época, se nota que a constituição do património das rainhas ganhou uma estabilidade sem precedentes*”<sup>137</sup>. Assim, os senhorios que pertenciam à rainha D. Filipa de Lencastre e dos quais passou a receber as rendas, além de todos os direitos já supracitados, foram: Alenquer, Sintra, Montemor-o-Velho, Torres Novas, Torres Vedras e Óbidos. E é nesta última localidade que nos vamos deter, pois foi nela que chegou até nós o Livro do Tombo<sup>138</sup>. Qual a importância deste registo?

---

<sup>135</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Montemor-o-Velho a caminho da corte e das cortes*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2010, p. 94

<sup>136</sup> Idem, *Ibidem*, p. 15. Podemos também acrescentar que em 1410 o almoxarife da rainha em Montemor-o-Velho termina o julgamento de uma demanda entre o cabido de Coimbra, como réu, e Pero Vasques, rendeiro da portagem dessa vila, como autor. VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e Poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 505

<sup>137</sup> SILVA, Manuela Santos – “A casa e o património da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre ...”, p. 219

<sup>138</sup> Descoberto por Manuela Santos Silva no Arquivo Municipal daquela vila. A propósito deste assunto, refere a própria autora, em artigo publicado na revista *Signum*, já citado na n. r. 97. [A descoberta do referido caderno] “ (...) *escrito em pergaminho e datado das primeiras décadas do século XV (sensivelmente de 1410 a 1434), composto maioritariamente por resumos de documentação régia e das rainhas e também de traslados das cartas mais importantes. Constitui, ao que sabemos, a espécie mais antiga do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Óbidos e vem intitulado como “Tombo do*

Na opinião de Manuela Santos Silva, que tem estudado a Casa da rainha D. Filipa de Lencastre, a ela se deve a obrigação de exigir aos concelhos de onde era senhora “o registo num livro de todos os documentos que lhes eram enviados por elas [as rainha] ou pelos reis, e ainda quaisquer outras cartas de interesse municipal”<sup>139</sup>. Ou seja, esta obrigatoriedade terá abrangido todas as suas terras, mas infelizmente só chegou até nós o registo do concelho de Óbidos. A referida autora considera ser provável que a composição deste livro tenha depois continuado o seu percurso com a filha, a infanta D. Isabel, por motivos óbvios: ambas partilhavam as mesmas preocupações no que respeitava à administração da Casa das rainhas. No entanto, das seis localidades que constituíam as terras da rainha, apenas em Óbidos se encontrou o referido “*Livro do Tombo do Concelho*”<sup>140</sup>. Para o nosso estudo, vamos deixar de lado os documentos de D. Filipa de Lencastre e centrar-nos naqueles que dizem respeito à administração da infanta D. Isabel. Mas antes, vejamos como é que a única filha de D. Filipa de Lencastre herda a Casa da sua mãe.

### 1.3 – A morte da rainha D. Filipa de Lencastre

Recorremos desta feita ao cronista Gomes Eanes de Zurara<sup>141</sup> e ao episódio da morte da rainha D. Filipa, nas vésperas da partida para Ceuta, em Julho de 1415. No capítulo XLIII, que o autor titula “*De como o infante D. Pedro requereu à Rainha, que fosse sua mercê deixar as suas terras à Infanta, sua irmã, e de como lhe foi concedido*”, damos conta que, após o episódio da distribuição das espadas pelos três filhos mais velhos e as respectivas *encomendas*, Beatriz Gonçalves de Moura, a sua aia, lembrou à sua senhora que tinha uma filha e que esta devia ser *encomendada* ao herdeiro. A rainha respondeu que D. Duarte sabia bem as responsabilidades que devia ter especialmente com a irmã. E é nesta altura que D. Pedro (a quem a mãe *encomendou* a honra de donas e donzelas), colocando em prática esse pedido, disse à Rainha: “*Senhora, se vos aprouvesse, a mim*

---

*Concelho [de Óbidos]”, contendo uma divisória designada por “Livro das cartas e privilégios”. Entre outro tipo de documentação, e para além da listagem dos bens concelhios que lhe concede o título, as cartas nele guardadas – algumas apenas resumidas, outras transcritas na íntegra – tinham como autoras Filipa de Lencastre, a sua filha Isabel e Leonor de Aragão, sua nora, sendo a maior parte, porém, emanada das chancelarias reais”, p. 226*

<sup>139</sup> SILVA Manuela Santos - “Os primórdios da casa das rainhas”, p. 37

<sup>140</sup> Trabalho a que aludimos neste estudo e cuja introdução pertence à co-orientadora desta dissertação, Manuela Santos Silva, e a transcrição a Ana Filipa Roldão, 2007 (para publicação).

<sup>141</sup> ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Editorial Escol, s/d, cap. XLIII, pp. 95-96.

*parece-me que seria bem chamarem El-Rei e pedir-lhe que as terras que vós tendes, que ele as queira dar à Infanta, vossa filha para seu sustento enquanto não houver outra Rainha*”<sup>142</sup>. Diz-nos o cronista que todos os infantes<sup>143</sup> concordaram e que o rei foi chamado e depressa chegou junto de sua mulher. E, segundo Zurara, foi dito o seguinte pela boca de D. Filipa ao seu marido, o rei de Portugal: “*Mas porque vossa senhoria bem sabe que a Infanta, vossa filha, tem já dezanove anos de idade, e como é já uma mulher adulta, e que depois da minha morte é necessário que todas as senhoras, donas e donzelas, que vivem na minha casa, que fiquem com ela e que ela as sustente, com vossa mercê e ajuda, peço-vos que as terras que eu de vós tinha, lhes façais delas mercê até que seja vontade de Deus que ela se case ou que venha uma Rainha para este Reino, ainda que eu espere em Deus, que a caseis em pouco tempo como é de esperar*”<sup>144</sup>. Como acrescenta o cronista, o rei emocionado terá respondido desta forma ao pedido: “*Senhora, sinto-me muito feliz por fazer tudo o que me pedis, e mais ainda lhe faço mercê e doação de todas as jóias e da baixela e das restantes coisas que de vós ficarem e me pertenceram*”<sup>145</sup>.

Voltamos à autora que estudou a corte portuguesa no final da Idade Média, para concluirmos que a rainha era a cabeça de uma família alargada, mas cuja organização era, no entanto, muito débil: quando a rainha morria a relação que antes unia os seus membros era desfeita, e os seus bens patrimoniais voltavam à coroa. Ora, com a morte de D. Filipa de Lencastre tal não se verificou, como o cronista acabou de relatar. Aquilo que era a sua Casa foi herdado pela sua única filha, dando continuidade, assim, à função que na corte e nas suas terras tinha sido a de sua mãe: à falta de uma rainha todos os elementos que constituem a sua Casa organizam-se em torno de outra mulher de sangue real, cujo estatuto se aparenta com o daquela<sup>146</sup>. E quando sabemos o papel desempenhado por esta infanta, a partir de 1430 na corte de Borgonha, compreendemos bem o zeloso trabalho que deve ter desempenhado na corte portuguesa e nas suas terras, embora os cronistas portugueses não o tenham registado, como o fizeram com as proezas dos irmãos, votando-a a um esquecimento total.

---

<sup>142</sup> Idem, *Ibidem*, p. 95

<sup>143</sup> Os dois filhos mais novos da rainha, João e Fernando, que contavam à época respectivamente quinze e doze anos, estavam ausentes do local devido à peste.

<sup>144</sup> ZURARA, Gomes Eanes – *Ob. Cit.*, p. 96

<sup>145</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>146</sup> GOMES, Rita Costa – *Ob. Cit.*, p. 58

## 2. A infanta D. Isabel como herdeira da Casa de sua mãe

Temos assim uma situação de exceção, no que à Casa das rainhas diz respeito. Após a morte de D. Filipa de Lencastre, quer o rei quer o seu herdeiro concordam na doação à infanta D. Isabel de todo este património material e humano, para que se possa sustentar a si e a todos os que passam a depender dela. Nas palavras de Manuela Santos Silva esta doação atípica, feita a alguém que não viria a casar com um rei de Portugal, “*teria de incluir cláusulas incomuns aos documentos outorgados às donatárias anteriores*”<sup>147</sup>, como a de não ser uma doação vitalícia e os bens não poderem ser alienados, sob pena de reverterem para a coroa.

Vejamos em pormenor o que nos diz o documento<sup>148</sup>, datado de 20 de Julho de 1415, dois dias após a morte da rainha, assinado em nome de D. João pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, e selada com o seu selo, no Restelo:

*“(...) doaçom a ifante dona Isabell minha filha de todalas terás assy fortelezas como teras chãas com todalas rendas e dereytos e pertenças e jurdições e mero misto império*<sup>149</sup> *que a rainha Dona Filipa minha molher, a que Deus perdoe, de nos avia per doaçõs que nos dellas avimos feytas”.*

A doação incluía, sobre os ditos senhorios, todas as rendas, direitos, pertenças e jurisdições (civil e criminal), ou seja, um poder soberano e judicial, à exceção da justiça suprema (não podia condenar à morte), do comando militar (não nomeava o alcaide) e de cobrar certos impostos (sisas), que continuavam a ser monopólio real. Esses poderes e privilégios fundamentavam juridicamente a administração e o governo das terras que iam ser tuteladas pela infanta. A seguir encontramos as cláusulas

---

<sup>147</sup> SILVA, Manuela Santos - “Os primórdios da casa das rainhas de Portugal”, p. 40

<sup>148</sup> Tudo leva a crer que esta carta, da mesma maneira que foi recebida em Óbidos, copiada e registada para o Livro do Tombo, tenha sido recebida nas outras cinco localidades que a partir desta data passaram a estar na posse da infanta D. Isabel (Anexo A – I).

<sup>149</sup> “*Merum e mixtum imperium*”: segundo António Manuel Hespanha, enquanto os súbditos tinham o dever de honrar, servir e defender o seu senhor, este *em contrapartida tinha o direito de julgar* e mandar em todos os que vivessem no seu senhorio. Consistia no poder de julgar e punir, in *História das Instituições (épocas medieval e moderna)*, pp. 110-111. Para A. H. Oliveira Marques esta expressão diz respeito à jurisdição dos senhorios, “*se essa justiça abrangia tanto os feitos cíveis como os crimes e a todos os níveis, dizia-se que o senhor possuía o «mero e misto império». No «mero império» ou soberania pura, sem restrições, incluíam-se a faculdade de impor as penas de morte, mutilação e desterro, enquanto o «misto império» se limitava à faculdade de estabelecer penas menores, mormente pecuniárias, conquanto permitisse decisões finais em pleitos cíveis*”, in *Portugal na Crise dos séculos XIV-XV*, vol. IV. Lisboa: Presença, 1987, p. 238.

excepcionais da doação – inibições - conforme o estado civil, o comportamento público ou privado, e as opções de vida da infanta:

*“A qual dooaçom lhe nos façe mostam somente ataa que ella seia casada e nom casada ella posto que entre em ordem e se faça freyra professa ou fazendo de ssy tal cousa per que desonre ssy e seu linhagem o que Deus non queyra ou morendo ante que casas e pella guysa que dictohe que des entom quebree a dictaa doaçom e non valha, e as teraas com suas jurdiçoes todas e rendas e dereytos e mero misto império seiam tornadas a coroa do reyno”.*

Esta doação tinha, como vimos, alguns limites – se a infanta entretanto casasse, se tornasse freira, se cometesse actos que a desonrassem a si ou à sua família ou, evidentemente se morresse. Se alguma destas situações se verificasse a quebra de contrato era imediata e a dita doação passava a não ter qualquer valor: as terras e as suas jurisdições, as rendas e direitos, voltariam ao património da coroa.

O documento continua dizendo que a infanta podia assim tomar e cobrar a posse das referidas terras com todas as suas rendas e direitos, mas com algumas condições:

*“(...) que ella as non posa todas nem parti dellas vender, nem dar, nem doar, nem escambar, nem alear per algum outro titulo de poçesam, nem legado, nem fidey comisso em testamento, nem em coudicilho, nem em nenhua outra ultima vontade, (...)”.*

Estava-lhe, portanto, vedada a venda total ou parcial de qualquer propriedade que destes senhorios fizesse parte integrante, de igual modo não a podia dar, doar ou trocar, alienar por troca com outro título de posse, ou sequer como disposição adicional a um testamento. Se isto não fosse observado pela infanta D. Isabel, esta doação seria pura e simplesmente anulada. Mas é o príncipe herdeiro D. Duarte que termina a carta, jurando pela memória da mãe que nunca serão contra esta doação, pelo contrário a farão guardar e cumprir, assinando e selando também com o seu selo, sendo depois entregue à infanta, como ordena o rei. Nesta doação é evidente uma concepção patrimonial da coroa, que mesmo perante um membro da família real exige o vínculo de fidelidade que deve ser prestado ao rei.

Neste documento não são descritas quais as terras que eram da rainha D. Filipa, embora nesta altura, como já o referimos, sabemos que não era Alvaiázere, mas sim Montemor-o-Velho que vai ser herdado pela infanta D. Isabel, embora vá estar na sua posse por pouco tempo, já que cederá o supracitado senhorio ao seu irmão D. Pedro, como podemos constatar na carta de escambo, datada de 10 de Setembro de 1416<sup>150</sup>, que D. João I faz com o infante Pedro, dando Alvaiázere por Montemor-o-Velho. A dada altura é dito: “(...) *que nós ora ouvemos por renúnciação da infante dona Isabel minha filha (...) polla villa d’Alvayazar com sua jurdiçom e todos outros directos os quaees em ella há o dicto iffante meu filho. O qual iffante renunciou e leixou em nossas m̃aos o dicto lugar e villa d’Alvayazar com todos os seus directos per bem do dicto scambo (...).*”. Desta forma, o duque de Coimbra ficará senhor da vila e do castelo de Montemor-o-Velho, doando em troca à sua irmã a vila de Alvaiázere<sup>151</sup>.

No entanto, através de um documento publicado pela investigadora Maria Helena da Cruz Coelho, no seu amplo estudo sobre a região do Baixo Mondego<sup>152</sup>, em que o concelho de Montemor-o-Velho está inserido, constatamos que a infanta D. Isabel ainda teve tempo de “ *julgando em apelação*”, comutar uma sentença do seu almoxarife na mencionada localidade, absolvendo os moradores de Alfarelos, senhorio do mosteiro de S. Paulo de Almaziva, após uma reclamação apresentada pelo concelho montemorense, permitindo aos referidos moradores terem currais próprios, onde encerrassem o gado tresmalhado. A carta foi escrita em Torres Vedras, a 21 de Agosto de 1416, e a infanta D. Isabel utiliza logo no início a expressão “*minha villa de Monte Moor o Velho*”. Não é tanto o conteúdo desta longa carta, que termina com a sentença da senhora da terra “*como per nós he julgado*”, que convém salientar, mas o facto de se tratar de uma intervenção um ano após a doação das terras, em comparação com o relacionamento activo mas tardio de correspondência que veremos para Óbidos. Por outro lado, estamos em presença de dois documentos que se contradizem e que nos podiam induzir em erro, se apenas tivéssemos tido em conta o contrato de casamento de D. Duarte: afinal,

---

<sup>150</sup> Publicada por Maria Helena da Cruz Coelho, *Montemor-o-Velho a caminho da corte e das cortes*, pp. 116-117

<sup>151</sup> Idem, *Ibidem*, p. 17; MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Vida e Obra do infante D. Pedro*, Figueira da Foz-Mira-Lisboa: Centro de Estudos do Mar - C.M. de Mira-Gradiva, 1996, pp. 9-10

<sup>152</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Vol. II (apêndice documental), Lisboa: INCM, 1983, Documento 57, pp. 818-819.

Alvaiázere nunca fez parte do património da rainha D. Filipa, mas sim Montemor-o-Velho.

Podemos intuir, embora sem certezas, que as 20.000 dobras que se estimavam de rendimento proveniente das rendas da alfândega e da portagem com o paço da madeira, dadas em arras no início do casamento a D. Filipa, tivessem ficado de fora desta doação, pois não aparecem descritas no documento<sup>153</sup>.

### **3. A Casa da infanta D. Isabel de Lencastre e Avis (1415-1428/29)**

Não sabemos, do primitivo núcleo da casa da rainha de que Fernão Lopes nos deu conta, nem posteriormente entre os nomes que constavam no *quaderno dos moradores da corte*, quais os que passaram para a casa da infanta D. Isabel, a partir de Julho de 1415. Terá havido demissão dos oficiais da casa de D. Filipa e admissão de novos funcionários? Terá havido extinção de estruturas governativas institucionalizadas quer para a domesticidade, quer para as suas terras? Não temos fontes que nos permitam avançar com qualquer tipo de resposta. No entanto, como infanta herdeira da mãe, os sectores fundamentais da sua casa continuavam ligados à domesticidade, à administração das suas terras (neste caso temos elementos para Óbidos) e, provavelmente, como para a sua mãe, ao oratório e à capela. Para serviços específicos, como a administração, era necessário pessoal especializado, embora nos seja difícil reconstruir com rigor, pela inexistência de documentação, todos quantos estiveram ao serviço da infanta D. Isabel. Assim, analisar a composição e a estruturação do séquito isabelino, devido à exiguidade dos dados não é impossível, mas ficará por certo bastante incompleto. No entanto, através de alguns documentos dispersos podemos apontar algumas das mulheres e alguns dos homens que prestaram serviço junto da infanta D. Isabel, nas mais variadas funções.

---

<sup>153</sup> Como dissemos, esta concessão constituiu as arras da rainha D. Filipa, não tendo nós nenhuma confirmação documental quanto ao facto de ela ter continuado a gozar desses dividendos após a doação das terras.

### 3.1 - O pessoal do serviço doméstico da infanta D. Isabel<sup>154</sup>

Começamos por dois nomes que nos aparecem na Crónica de Zurara, quando a rainha pedia a protecção para elas ao seu primogénito, da seguinte forma: ” (...) *encomendo Beatriz Gonçalves de Moura e Mécia Vaz, sua filha, que são mulheres que me têm servido da melhor maneira, e sabeis a conta em que sempre as tive e também vos encomendo todas as minhas outras servidoras e criadas*”<sup>155</sup>. Como já vimos, ambas estão presentes junto do leito de morte de D. Filipa, passando para a casa da infanta D. Isabel<sup>156</sup>, com certeza com as mesmas funções que haviam tido junto da rainha: Beatriz, sua aia, e Mécia, sua camareira-mor. Após a morte de D. Beatriz, o conde do Lavradio (no pequeno opúsculo que dedicou a esta função), aponta D. Catarina Teixeira<sup>157</sup> como camareira-mor da infanta D. Isabel. Já aludimos ao facto de a camareira-mor ser considerada o topo desta construção social privada da casa da rainha (neste caso da infanta), dirigindo as damas, as donzelas, as criadas e as demais servidoras.

Através da mais recente biografia de D. João I, a sua autora aponta-nos Afonso Vasques como reposteiro-mor<sup>158</sup> da infanta<sup>159</sup>, uma espécie de protector da casa, pois era o responsável pelos bens materiais mais valiosos da infanta e, como vimos, desde muito cedo que lhe haviam atribuído um.

Na já referida carta da infanta D. Isabel, a propósito de uma sentença sobre Montemor-o-Velho, datada de 1416, detectamos Vasco Afonso, como seu tesoureiro-mor. Do mesmo modo, através de duas das cartas enviadas ao concelho de Óbidos pela infanta D. Isabel, a primeira datada de 1425, encontramos Pedro Eanes como seu

---

<sup>154</sup> As mulheres e os homens que integravam o séquito da infanta D. Isabel e que, provavelmente a acompanhavam na itinerância da corte.

<sup>155</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Ob. Cit.*, cap. XLII, p. 94

<sup>156</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 143. D. Beatriz morre em 1418. A sua importância quer na corte, quer como fundadora da linhagem dos *Coutinho*, era de tal ordem que o seu funeral foi um acontecimento nacional, tendo ido a sepultar junto do marido no mosteiro de Salzedas, in OLIVEIRA, Luís Filipe – *Ob. Cit.*, p.42

<sup>157</sup> ALMEIDA, D. Francisco de (conde do Lavradio) – *As Camareiras-mores ...*, refere que esta senhora era mulher de Gomes Martins de Vasconcelos, pai do conde Rui Gomes de Alvarenga, instituidor do morgadio de Torres Vedras, p. 9

<sup>158</sup> Já aludimos às suas atribuições financeiras, na responsabilidade da guarda de objectos preciosos e das alfaias da câmara, bem como recebedor de quantias em dinheiro e objectos dos almoxarifes, intimamente relacionado com o tesoureiro-mor (GOMES, Rita Costa - *Ob. Cit.*, p. 26)

<sup>159</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 221

despenseiro<sup>160</sup> e, na outra de 1427, Rodrigo de Mafamede surge como seu moço de câmara<sup>161</sup>.

Através de uma carta que se encontra no ANTT<sup>162</sup>, assinada pela própria mão de D. Isabel, datada de 13 de Setembro de 1429, poucos dias antes de sair do reino para o ducado de Borgonha, encontramos referenciado Álvaro Afonso como seu escrivão da puridade.

Os cargos de oficiais da Casa da infanta, à semelhança da Casa de seu pai ou dos seus irmãos, eram considerados como “*de confiança*”, pelo que podiam ser “*livremente tirados*”<sup>163</sup>. Basicamente, à infanta D. Isabel ter-lhe-iam atribuído os mesmos oficiais, damas e donzelas e demais serviçais, que à sua mãe, embora, à exceção dos já apresentados, não possuamos outros nomes.

Através da Chancelaria de D. Duarte<sup>164</sup> detectámos alguns nomes e respectivas funções ao serviço da infanta D. Isabel, para quem ela, já como duquesa de Borgonha, pede a concessão de privilégios vários. Assim, vamos encontrar Martim Vicente, morador em Évora, que foi seu estribeiro. Na mesma localidade, encontramos Nuno Martins que terá sido seu servidor, sem qualquer tipo de atribuição específica. Finalmente, num outro documento aparece-nos João Rodrigues, que embora seja escudeiro de D. Duarte, terá sido criado da infanta D. Isabel.

Por seu lado, através de alguns documentos da Chancelaria de D. Afonso V (com datas da regência de D. Pedro), publicados por Sousa Viterbo<sup>165</sup>, em 1905, encontramos três nomes ao serviço da infanta D. Isabel: Pedro Eanes, João Esteves e Diogo Afonso. O primeiro é-nos apresentado como mantieiro<sup>166</sup> da infanta, o que coincide com o mesmo nome que numa carta ao concelho de Óbidos<sup>167</sup>, datada de 1425,

---

<sup>160</sup> Carta nº 3, da correspondência com o concelho de Óbidos (Anexo A – II).

<sup>161</sup> Carta nº 6, da correspondência com o concelho de Óbidos (Anexo A - II).

<sup>162</sup> Coleção Especial, cx. 72, mç. 26, doc. 2 (Anexo A - III).

<sup>163</sup> HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições ...*, p.393

<sup>164</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. III. Lisboa: CEH/UNL, 2002, pp. 245-246, 372-373, 450-452.

<sup>165</sup> VITERBO, Sousa – “Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha. Notas documentais para a sua biografia e para a história das relações entre Portugal e a Borgonha”. *Arquivo Histórico Portuguez*. Lisboa, 1905, vol. III, nº 3 e 4, pp. 97-98

<sup>166</sup> Segundo Rita Costa Gomes o mantieiro seria um dos funcionários da Ucharia, responsável pelo pão cozido (não pelo seu fabrico), *Ob. Cit.*, p. 25

<sup>167</sup> Carta nº 3, da correspondência com o concelho de Óbidos (Anexo A-II).

nos aparece como seu despenseiro. Para o segundo nome a função apontada é a de saquiteiro<sup>168</sup> e, finalmente, Diogo Afonso foi seu cozinheiro. Três funções que muito têm que ver com os distintos departamentos da corte, nomeadamente, a Ucharia e a Cozinha.

Continuamos com os documentos transcritos por Sousa Viterbo, da Chancelaria de D. Afonso V, onde vamos encontrar mais quatro nomes ao serviço da infanta D. Isabel, desta feita apontados como *criados*<sup>169</sup>, mas que terão tido funções diferenciadas, como nos mostram as suas nomeações para cargos, após a saída da infanta do reino. Vejamos: Mem Gonçalves foi seu escudeiro; Pedro Vasques seu escrivão; Afonso Eanes seu criado, mas que vemos em 1456 a ser nomeado escrivão da câmara da vila de Sintra e seu termo, escrivão do hospital e da gafaria da mesma vila e, finalmente, tabelião do cível e do crime, igualmente de Sintra e seu termo; Lopo d'Água foi seu escrivão da câmara e da almotaçaria da Lourinhã, D. Duarte permite-lhe agir como tabelião, em 1443, o regente D. Pedro confirma a mercê e D. Afonso V, em 1451, confirma-o no lugar de escrivão dos resíduos da Lourinhã. Num outro subcapítulo deste estudo voltaremos a estas concessões de privilégios da chancelaria régia a antigos colaboradores da infanta D. Isabel, pois agora o nosso interesse vai simplesmente para a lista dos *moradores* ao seu serviço.

Num outro documento da chancelaria de D. Afonso V, mas em tempos da regência do tio, aparece-nos Leonor Rodrigues, que foi para o ducado de Borgonha com D. Isabel<sup>170</sup>. Como muito bem refere Sousa Viterbo, o documento não nos dá informações acerca de qual a sua função junto da duquesa. Com a documentação borgonhesa<sup>171</sup>, arriscamos a considera-la como uma das suas camareiras, já que D. Isabel lhe proporcionou três casamentos: o primeiro com um camareiro do duque, Jean Machefoing, o segundo com o português, Estevão Eanes e o terceiro com Paul

---

<sup>168</sup> Segundo Rita Costa Gomes o saquiteiro estaria intimamente relacionado com o mantieiro, pois era o responsável pela distribuição do pão cozido, *Ob. Cit.*, p. 25

<sup>169</sup> Sobre esta expressão diz-nos Rita Costa Gomes não saber ao certo “*qual o espectro de situações concretas a que aludem, no interior da sociedade cortesã*”. No entanto, para a época, *criado* era considerado um indivíduo *da criação* do rei. E mais acrescenta a referida autora “*(...) o epíteto de «criado» acumulável com uma enorme variedade de situações, quanto à ocupação cortesã dos indivíduos e, até, à sua condição social – tanto se aplica aos membros dos mais elevados estratos da nobreza como a eclesiásticos ou a modestos servidores do rei*”. *Ob. Cit.*, p. 180. Podemos aplicar a situação à infanta D. Isabel.

<sup>170</sup> VITERBO, Sousa – “Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha ...”, p. 89

<sup>171</sup> *Portugal et Bourgogne au XV siècle*, pp. 121-122

Deschamps, que havia sido secretário do duque e depois da própria duquesa, demonstrando assim que a importância de Leonor junto de D. Isabel não devia ser pouca, acabando mesmo o duque Filipe por ser padrinho de um dos filhos do casal. É de supor que Leonor Rodrigues já desempenhasse a função de camareira na corte portuguesa.

Também a sua ama-de-leite Mór Gonçalves parece ter estado desde sempre ao seu serviço. Segundo Sousa Viterbo<sup>172</sup>, terá permanecido na corte mesmo após a sua criação, embora, como já o referimos, o seu nome não conste no citado *quaderno dos moradores da corte*, o que nos pode levar a colocar a hipótese de ela, depois da criação da infanta, ter regressado à sua terra (provavelmente era originária de Évora, onde havia nascido D. Isabel) e só terá voltado à corte após a morte da rainha D. Filipa. O certo é que, a pedido da infanta D. Isabel, já como duquesa de Borgonha, D. Duarte lhe faz várias mercês, todas confirmadas na regência de D. Pedro, o mesmo acontecendo com seu único filho, Lopo Gonçalves, colação da infanta e que foi corregedor de Lisboa. As mercês que Mór obtém da coroa portuguesa situam-se em Évora, como a tença sobre a portagem desta cidade. O relacionamento entre ambas terá sido tão intenso que na hora de partir para a Flandres Mór não hesitou em acompanhar a infanta (embora fosse casada), onde acabou por morrer, em data incerta, ainda que estivesse viva em Março de 1442<sup>173</sup>. Ficou sepultada na igreja de S. Domingos, em Bruges.

Um outro nome há da maior importância para a história eclesiástica e da cultura em Portugal desta época, apontado como natural de Lisboa, filho de pais nobres mas não abastados que se terá “*criado em casa da infanta D. Isabel, filha del Rey D. João I, duquesa de Borgonha e a serviu de menino e ao depois de escudeiro ...; do serviço da Infanta passou a militar em Itália; e lá tocado de superior impulso tomou o habito de N. P. S. Bento na cidade de Florença (...)*”<sup>174</sup>. Falamos de Estevão de Aguiar, que deu os primeiros passos na corte como pajem e depois escudeiro da infanta Isabel e que, por várias opções que foi fazendo ao longo da vida, chegou a abade de Alcobaça entre 1431

---

<sup>172</sup> VITERBO, Sousa – Ob. Cit., pp. 83-86.

<sup>173</sup> *Portugal et Bourgogne au XV siècle*, p. 321. A existência de uma doação (um cofre) à sua “mãe de leite”, Mires de Gonsalves, por parte da duquesa D. Isabel, datada de “antes de 8 de Março de 1442”.

<sup>174</sup> *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 61, pp. 117-118, n. r. 1: estas informações foram retiradas de Fr. Manuel dos Santos e da sua obra “*Alcobaça Ilustrada*”; NASCIMENTO, Aires A. – “Novos Fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada”, *Península*, Revista de Estudos Ibéricos, nº 2, 2005, p. 12

e 1440 (teve uma acção notável de favorecimento do livro nesta abadia cisterciense), tendo também frequentado o círculo de letrados de D. Duarte<sup>175</sup>. A ele voltaremos quando abordarmos o interesse que D. Isabel demonstrará pela reforma religiosa em terras portuguesas.

Finalmente, e embora não tenhamos conseguido qualquer documento ou estudo mais completo que o demonstre, é provável que D. Álvaro Gonçalves de Abreu, que foi bispo de Lamego, Silves e de Évora, fosse o capelão da infanta D. Isabel<sup>176</sup>.

*Quadro nº 1*

**Pessoal ao serviço da infanta D. Isabel entre 1397 e 1429**

FUNÇÃO	NOME
Ama (de leite)	Mór Gonçalves
Camareira-mor	Beatriz Gonçalves de Moura Mécia Vasques Coutinho Catarina Teixeira
Amo	Pedro Eanes
Cozinheiro	Diogo Afonso
Despenseiro/mantieiro	Pedro Eanes
Camareira (donzela)	Leonor Rodrigues
Escrivão	Lopo d'Água Pedro Vasques
Escrivão da pureidade	Álvaro Afonso
Escudeiro	Estevão de Aguiar Mem Gonçalves
Estribeiro	Martim Vicente
Moço de câmara	Rodrigo de Mafamede

<sup>175</sup> NASCIMENTO, Aires A. – “Novos Fragmentos de textos portugueses medievais ...”, p. 12

<sup>176</sup> É esta a opinião de LEMAIRE, Claudine e HENRY, Michèle – *Catalogue Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne, 1397/1471*, Bruxelles: Bibliothèque royale Albert I, 1991, p. 31. Foi bispo de Lamego entre 1419 e 1421; de Silves entre 25 de Maio de 1421 e 11 de Fevereiro de 1429, altura em que se tornou bispo de Évora.

Reposteiro-mor	Afonso Vasques
Saquiteiro	João Esteves
Tesoureiro-mor	Vasco Afonso
Criado	Afonso Eanes João Rodrigues
Servidor	Nuno Martins
Ouvidor	Gonçalo Eanes

Será que existiu alguma influência da corte avisina na estruturação, composição e funcionamento da Casa da infanta D. Isabel? O mais certo é que a resposta seja afirmativa, embora os dados disponíveis não nos permitam ir mais longe. Segunda a autora que estudou a casa das rainhas para os séculos XVII e XVIII, “*entrar*” ao serviço da Casa tinha um significado muito especial: o reconhecimento social desde os mais humildes aos mais nobres. Ser “*criado e morador*”, no caso de D. Isabel, da Casa da infanta, quando outra mulher da mesma linhagem e do mesmo estatuto era inexistente na corte portuguesa, “*era, só por si, estatuto almejado*”<sup>177</sup>.

#### Quadro nº 2

#### Funcionários senhoriais ao serviço da infanta D. Isabel

DATA	NOME	FUNÇÃO	LOCAL
1416	Afonso Fernandes Vasco Afonso	Almoxarife Tesoureiro-mor	Montemor-o-Velho
	Pedro Afonso	Funcionário do almoxarifado	
	Gil Vasques	Tabelião	Torres Vedras
1419	João do Porto	Escrivão	Lisboa

<sup>177</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Casa, Corte e Património das Rainhas (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, quatro volumes. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999 (tese de doutoramento policopiada), p.889.

1426	Vasco (?) Afonso João Valdez	Tesoureiro-mor Escrivão da infanta	Lisboa
1429	Álvaro Afonso	Escrivão da puridade	Lisboa

Não estando, por certo, completa esta lista de servidores, ela foi a “reconstrução” possível tendo em conta a escassez das fontes para a casa da infanta D. Isabel. A “generosa” atribuição de mercês, privilégios, regalias, benesses e isenções aos que estiveram ao seu serviço será uma realidade solicitada pela própria já em terras borgonhesas, aos irmãos D. Duarte e D. Pedro e ao sobrinho D. Afonso V. A protecção aos seus foi algo que a infanta D. Isabel não descurou mesmo longe da sua terra natal. Por outro lado, os que a acompanharam e por lá permaneceram, não foram menos agraciados: muitos com altos cargos, outros contraindo honrosos casamentos, criando laços de vária ordem e afirmando a sua identidade, à volta da duquesa.

### 3.2 – A infanta D. Isabel como senhora-donatária de Óbidos (1415/1428)

Apesar de termos constatado que, infelizmente, apenas chegou até nós um dos livros do Tombo de entre as seis localidades das terras da infanta, podemos de algum modo analisar a sua acção como senhora das terras de Óbidos, pois incluído no já citado “Tombo do Concelho” encontramos um “Livro de cartas”<sup>178</sup>, onde há seis missivas enviadas pela própria infanta D. Isabel<sup>179</sup>, e ainda nove traslados *em prubica forma*<sup>180</sup>, para que documentos mais antigos não se perdessem, obrigando ao seu registo no livro do tomo do concelho de Óbidos, “*porquanto se podiam perder e o dicto concelho*

<sup>178</sup> “*Livro das cartas e privilegios que o Concelho há e que som lançados na arca do dicto Concelho de que Stevam Lourenço tem hua chaue*”.

<sup>179</sup> Não são originais, mas sim traslados.

<sup>180</sup> Um da Chancelaria de D. Fernando; três de sentenças do próprio concelho; quatro da Chancelaria de D. João I, e finalmente um da rainha D. Filipa de Lencastre, datado de 1401. Quanto a este último, o seu conteúdo é o seguinte: obriga a que todos os moradores da dita vila e do seu termo, independentemente de terem certos privilégios (besteiros de cavalo e do conto, monteiros, caseiros, clérigos, escudeiros e cavaleiros) sejam obrigados a ajudarem nas obras de reconstrução de pontes, fontes e calçadas, após umas grandes cheias que na dita vila aconteceram, pois são obras piedosas. Assim, e após uma queixa da parte dos vereadores e dos homens-bons de Óbidos, informando que os grupos privilegiados as não queriam fazer e que dessa forma não havia gente suficiente para as levar a cabo, a rainha obriga a que o serviço de *adúa* (anúduva) seja feito por todos, independentemente do privilégio que constava no foral da vila (fl.19r).

*perder o seu direito*” (documento da chancelaria do seu tio, o rei D. Fernando<sup>181</sup>), ou ainda *“porquanto a dicta carta andava per fora quando compria por algumas cousas que perteeçiam ao dito concelho e andando asy fora se podia perder e seria gram prejuízo ao dicto concelho*” (carta da chancelaria de seu pai), e finalmente *“porquanto a dicta carta era escripta em papel e se podia perder e porque era prol cumonall a todos e que andava per muytas mãs*” (carta da rainha sua mãe<sup>182</sup>). Assinalamos desta forma uma preocupação constante e responsável da parte da infanta, em preservar os documentos valiosos para o concelho e para as suas donatárias, evitando a sua perda ou deterioração, valorizando e conservando a memória e o património, numa época em que as ameaças poderiam vir de um vasto grupo de interessados, como o próprio rei ou municípios vizinhos.

### **3.2.1 - A correspondência com o concelho de Óbidos<sup>183</sup>**

Como assinala Manuela Santos Silva, entre a data de concessão dos vários senhorios à infanta D. Isabel e a primeira carta (que conhecemos) dirigida *“à sua vila de Óbidos*”, passaram oito anos<sup>184</sup>. Só a partir de 1423 é que comprovamos uma troca de correspondência entre a edilidade obidense e a sua donatária, com um total de seis cartas enviadas entre Fevereiro de 1423 e Dezembro de 1427. Não alvitramos qualquer hipótese para este início tardio de relacionamento com Óbidos, até porque como já assinalámos, houve um relacionamento bastante precoce com Montemor-o-Velho, logo em 1416 e com Alenquer, em 1419 (como veremos mais adiante) e embora não possuindo qualquer outra correspondência com os restantes concelhos, nada nos diz que com eles a relação não possa ter sido mais precoce.

Se a infanta D. Isabel se dirigiu a Óbidos por seis vezes, durante cinco anos, porque não o terá feito para os outros cinco concelhos, o mesmo número de vezes ou até mais, se fossem concelhos problemáticos? E com as outras localidades, como sabemos se foi tão tardio esse relacionamento? Perguntas às quais infelizmente não pudemos dar

---

<sup>181</sup> *Tombo do Concelho de Óbidos*, fl. 16v

<sup>182</sup> *Idem*, fls. 18v e 19r

<sup>183</sup> As seis cartas serão apresentadas na íntegra, no Anexo A-II, como “Correspondência com o concelho de Óbidos”, cuja transcrição, já referimos, é da autoria de Ana Filipa Roldão.

<sup>184</sup> SILVA, Manuela Santos – “Óbidos, terra que foi da Rainha D. Filipa (O senhorio de Óbidos de 1415 a 1428)”. *A região de Óbidos na época medieval (Estudos)*. Óbidos: Coleção PH-Estudos e Documentos, 1994, p. 96

resposta. O certo é que para Montemor-o-Velho houve uma intervenção pouco tempo depois da infanta ter tomado posse da sua doação, ao contrário de Óbidos, onde ela se deu apenas oito anos depois.

Não é nosso propósito analisar exaustivamente o conteúdo das seis cartas que a infanta D. Isabel enviou ao concelho de Óbidos, um dos seus domínios senhoriais. No entanto, é importante que delas façamos uma síntese até para nos apercebermos do tipo de problemas que o concelho lhe colocava e ela tinha de resolver, bem como o tipo de vocabulário utilizado, que nos pode dar uma perspectiva da sua personalidade.

## Carta 1

### 1423 Fevereiro 3, Santarém<sup>185</sup>

Infanta D. Isabel à sua vila de Óbidos

*Carta retirando todo o poder jurisdicional ao corregedor<sup>186</sup>, João Mendes<sup>187</sup>. Ficava o concelho proibido de cumprir quaisquer posturas, ordenações e sentenças emanadas dele. A vila só devia ter em conta as cartas ou alvarás dela ou do seu ouvidor, já que a jurisdição era sua<sup>188</sup>.*

Sentimo-nos tentados a considerar um certo desafio à autoridade do seu pai, quando proíbe a acção do corregedor, nomeado por ele. O corregedor era o cargo de maior importância, escolhido pelo próprio rei, para determinados concelhos inseridos

---

<sup>185</sup> Considerámos interessante saber se nas localidades de onde a infanta D. Isabel emanava a sua correspondência estaria acompanhada pelo pai. Poderíamos, desta forma, ter uma ideia da eventual “contaminação” entre a casa da infanta e a corte régia. Será que o pai de alguma maneira exercia influência sobre as suas decisões? Provavelmente não temos resposta, mas ficamos com a ideia da partilha da vida familiar entre pai e filha. Socorremo-nos da obra de Humberto Baquero Moreno – *Os Itinerários de D. João I*, para nos informar dessa situação. No caso desta carta escrita em Santarém, no decurso dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, o rei alterna a sua presença em Lisboa, Santarém e Almeirim. Provavelmente estariam juntos nesta data, p. 179.

<sup>186</sup> HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições*, pp. 252-253. Segundo este autor: “A competência dos corregedores era muito vasta, pois abrangia, quer «feitos de justiça», quer o «verramento da terra»: inquirir da actividade dos juizes ordinários (e, também, dos juizes de fora), dos tabeliães e de outros funcionários locais, receber queixas contra os poderosos, reprimir os «bandos» locais, inspeccionar o estado das praças de guerra e dos abastecimentos, encarregar-se de colheita de dados estatísticos sobre a região, confirmar as eleições dos magistrados locais, etc (...)”. Para este assunto ver: BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública* ..., t. XI, cap. IV, pp.169-209

<sup>187</sup> Já o encontramos no *quaderno dos moradores da corte*, como oficial de relação, usufruindo de 7.000 libras anuais, apenas ultrapassado pelo Chanceler, com 9.000 libras.

<sup>188</sup> RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais: Patrimonia Histórica, 1996, p. 345. Esta autora refere que as queixas das donatárias, contra os corregedores, que chegavam ao rei, recebiam respostas favoráveis deste, que ordenava invariavelmente aos seus oficiais que respeitassem as jurisdições de tais senhoras, até porque o seu âmbito jurisdicional colidia com o do ouvidor da rainha e, nas terras desta, era-lhe exigido que se abstinisse de qualquer actuação.

numa comarca. Entre as queixas que havia contra eles, assinale-se a de quererem julgar as causas que pertenciam aos juizes locais, nomeados pela infanta, como foram assinaladas, por exemplo, nas cortes de Lisboa de 1427; e eram graves, segundo nos relata Gama Barros, na sua *História da Administração Pública*: “*queixavam-se os povos a D. João I de que em vez de nomear para o cargo de corregedor os indivíduos letrados, discretos e entendidos, como sempre tinha feito, escolhe agora para esse logar uns simples estudantes, que mal sabem escrever, e que por ignorância commettem muitas injustiças (...)*”<sup>189</sup>.

Neste caso particular, a infanta está ao lado do concelho e o corregedor pode bem ser um destes casos assinalados, acumulando com a arbitrariedade de permanecerem mais do que oito dias em cada lugar a visitar, sem qualquer justificação, demorando-se nas terras por seis, sete ou oito meses, à custa dos moradores, de quem exigiam total aposentadoria<sup>190</sup>.

## **Carta 2**

**1423 Outubro 24, Lisboa**<sup>191</sup>

Infanta D. Isabel ao concelho e homens-bons da sua vila de Óbidos

*Carta confirmando todos os privilégios, liberdades, honras, bons usos e costumes*<sup>192</sup> *que se usavam e estavam ao tempo das outras rainhas. Que todos cumpram, guardem e façam cumprir.*

Era um procedimento normal, que deveria ocorrer quando um concelho era doado a um novo senhor ou senhora, tendo em conta o carácter autónomo da sua administração. A ordem jurídica local estava contida no *foral* e nas posturas e na existência de magistrados eleitos pelo concelho.

## **Carta 3**

**1425, Julho 13, Feira (Sta. Maria da)**<sup>193</sup>

Infanta D. Isabel aos juizes e oficiais do concelho da vila de Óbidos

---

<sup>189</sup> BARROS, Henrique da Gama – *Ob. Cit.*, t. XI, p.187.

<sup>190</sup> Idem, *Ibidem*, p.191.

<sup>191</sup> *Os Itinerários de D. João I* referem que a partir de Maio e até Novembro o rei permanece em Lisboa, com várias viagens intercaladas a Sintra. Pai e filha podiam estar juntos nesta data, p. 179.

<sup>192</sup> O que quer dizer conforme o foral, datado, provavelmente, de 1195.

<sup>193</sup> A confirmar-se que este alvará foi escrito na Feira, não há registo da estadia de D. João I nessa localidade.

*Alvará que retira o privilégio ao grupo dos besteiros a cavalo, obrigando os coudéis a disponibilizar as bestas de carga e os homens para fazerem os serviços que lhes forem requeridos pelo concelho, como aliás era uso, antes deste cargo existir.*<sup>194</sup>

O processo de recrutamento de besteiros de cavalo era normalmente levado a cabo pelo coudel, que dependia apenas do alcaide, que por sua vez respondia directamente ao monarca, mesmo nas terras da infanta. A obrigação do concelho para com o rei era a de fornecer ao exército régio um determinado número de indivíduos para cumprirem esse serviço. Em época de paz, a infanta considerou que os besteiros de cavalo deveriam disponibilizar-se para efectuarem outro tipo de serviços que o concelho necessitasse.

#### **Carta 4**

**1426 Outubro 18, Lisboa**<sup>195</sup>

Infanta D. Isabel aos juízes da sua vila de Óbidos

*Carta que renova a concessão do rei a Diogo Henriques, seu escudeiro, sobre o julgado dos órfãos da vila de Óbidos, devido ao embargo decretado pelos juízes, por ele não ter apresentado uma autorização da Infanta.*

A infanta é categórica na avaliação da situação e em dado passo da carta que envia aos juízes da sua vila de Óbidos, para que mantenham o escudeiro de seu pai como responsável pelo julgado dos órfãos, ordena “(...) mando a fazer por minha merçee e vontade he de o elle asy aver come se o tevesse per minha carta”.

#### **Carta 5**

**1427**<sup>196</sup> **Agosto 18, Santarém**<sup>197</sup>

---

<sup>194</sup> Sobre este assunto ver BARROS, Henrique da Gama – *Ob. Cit.*, t. III, pp. 69 a 86: “No meio do século XV os cargos de coudel eram em muitas partes ocupados pelos senhores das terras, contra o antigo costume, e mais diziam os povos, para oprimirem os moradores do que para fazerem serviço ao rei. Eram constantes por todo o século XV os clamores do braço popular. As repetidas queixas contra os coudéis insinuam que o cargo se havia tornado odioso. Os coudéis tinham a seu cargo recrutar gente para as galés. A pedido dos povos nas cortes de Coimbra, de 1400, deixou de haver coudéis nos concelhos. Dez anos depois os coudéis voltaram aos concelhos”, p. 83.

<sup>195</sup> Os *Itinerários de D. João I* referem uma provável estadia em Lisboa, na mesma data, p. 191

<sup>196</sup> Na transcrição feita por Ana Filipa Roldão, a data que aparece é «1437(?)» Verificado o texto concluímos que esta data está provavelmente incorrecta e que o ponto de interrogação foi bem colocado. Pensamos que a data seja 1427 e assim a consideramos, com a anuência de Manuela Santos Silva, co-orientadora desta dissertação.

Infanta D. Isabel aos juízes, vereadores, procurador e homens-bons do concelho de Óbidos.

*Carta enviada através de frei Agostinho, freire da Ordem Terceira de S. Francisco, que tem e possui a administração das gafarias hospitalares nas terras da infanta, exigindo que lhe dessem todas as condições para que ele pudesse consertar as casas das caldas de Óbidos.*

Esta é a única carta em que podemos vislumbrar uma relação entre a Casa da infanta e instituições de assistência social, como os hospitais e as gafarias. E é pena, já que para além dos poderes apontados, Paula Marçal Lourenço, que tem estudado a Casa das rainhas para os séculos XVII-XVIII, diz-nos que as rainhas-consortes dispunham de amplos e diversos direitos de natureza eclesiástica, que incluíam, entre outros, o direito de padroado das terras sob a sua alçada jurisdicional, a que estava anexa a prerrogativa de provimento dos respectivos cargos e benefícios eclesiásticos, a protecção a mosteiros, a conventos, a misericórdias, a confrarias, a irmandades e a hospitais, sem esquecer as esmolas múltiplas a pessoas e a instituições<sup>198</sup>. Para administrar estes hospitais e gafarias escolheu a infanta D. Isabel um franciscano que pelo que nos diz o documento era o “*teendor e adminystrador das gafarias espritaes nas terras da Ifante*”. Deduzimos que seria o provedor e administrador de todos os hospitais e gafarias das seis localidades de onde D. Isabel era donatária. Neste caso específico, detectamos uma preocupação da infanta em preservar o bom estado das caldas de Óbidos, pelo que determina que os vereadores, o procurador e os homens-bons da vila e do termo disponibilizem animais de carga para que possam transportar telhas e madeiras e outras coisas necessárias para as obras. É provável que esta determinação esteja ligada com a registada na carta 3, em que obriga os besteiros de cavalo a fazerem outros serviços requeridos pelo concelho.

## **Carta 6**

---

<sup>197</sup> *Os Itinerários de D. João I* dão-no como estando até final de Agosto em Santarém, havendo grande probabilidade de estarem juntos, pai e filha, p. 195.

<sup>198</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal – “A casa das rainhas e a confraria do Espírito Santo de Alenquer (1645-1653): poderes senhoriais e patrocínio religioso”. *Arquipélago, História*, 2ª série, V, 2001, p. 652. No subcapítulo 5 abordaremos o apoio da infanta D. Isabel à reforma religiosa, onde podemos constatar que exerceu estes direitos.

## 1427 Dezembro 2, Évora<sup>199</sup>

Infanta D. Isabel ao concelho de homens-bons da sua vila de Óbidos

*Carta em resposta a uma outra<sup>200</sup> que os homens-bons do referido concelho lhe haviam enviado, tratando de temas vários.*

Nesta longa resposta da senhora de Óbidos ao concelho dos homens-bons, são várias as questões colocadas. Vejamos os diversos temas abordados:

A questão da cevada: pelo estatuto que lhe assistia de ser a responsável pela sua própria Casa na corte de seu pai, uma das suas obrigações era a da retribuição da “ração” aos seus *moradores*, pois como já vimos muitos deles recebiam em cereal. Assim, a cevada era um produto imprescindível para a manutenção daqueles e daquelas que partilhavam a corte itinerante com ela. Não havia, pois, qualquer tipo de condescendência por parte da infanta perante “a má vontade”, segundo ela, demonstrada pelos homens da câmara, fosse qual fosse a justificação. A infanta é muito firme e directa na sua resposta, não deixando margem para qualquer dúvida: há que cumprir as suas ordens. D. Isabel tem direito como donatária daquelas terras a dez moios<sup>201</sup> de cevada e não aceita desculpas para que lhos não forneçam e dá mesmo um conselho: se todos contribuírem com pouco que seja, todos juntos fazem a quantidade que lhe é devida, e se for necessário, devem exigir ao grupo dos privilegiados (os que não têm obrigação de participar) que o façam do mesmo modo.

A questão da aposentadoria: os lavradores de Óbidos haviam apresentado queixa à câmara, pelo facto de João Gonçalves, escrivão dos contos d’el-rei, lhes ter tomado as roupas de cama. A infanta D. Isabel diz não poder ir contra o alvará passado pelo pai e que lhe dá o direito de tomar aposentadoria, desvalorizando a situação e acrescentando de viva voz: “*porem eu emtendo que elle lhe pode fazer em suas roupas muy pouco dano com essa pouca gente que traz*”.

A questão dos alvarás: o concelho acusa-a de ter passado um alvará a Mendes Álvares, obrigando a dar aposentadoria aos leprosos que iam com frei Agostinho, de

---

<sup>199</sup> *Os itinerários de D. João I* dizem-nos que o rei nos meses de Novembro e Dezembro esteve em Lisboa, mas com várias deslocações a Vila Franca de Xira. Retorna a Lisboa a 4 de Dezembro, onde fica até ao ano seguinte, p. 196. Nesta caso pai e filha parecem estar afastados um do outro.

<sup>200</sup> Ou outras (?), mas que estão ausentes deste “Livro do Tombo”.

<sup>201</sup> Moio: medida do que uma mó pode moer num dia. O mesmo que sessenta alqueires.

quem já falámos. Mas a infanta D. Isabel refuta tal acusação, afirmando que nunca passou semelhante alvará. Apenas havia passado dois: um a Rui Lourenço, escudeiro do irmão D. Pedro, que se ia curar “*de tal door*”, mas que estava numa fase tão avançada da cura que se Deus assim o permitisse voltaria curado; o outro alvará passou-o a Rodrigo de Mafamede, seu moço de câmara (que já teria tido a lepra mas que se havia curado).

A questão da nomeação dos juízes: os juízes e oficiais do concelho queixavam-se que “*por ligeiras cousas*” a infanta D. Isabel muito os pressionava, exigindo-lhes a presença perante ela. Por esse motivo, no ano seguinte, eles recusavam ser nomeados. Pediam, por isso, que a nomeação de presença fosse passada apenas através da chancelaria. Mas ela vinca muito bem a sua autoridade, dizendo que eles têm que sujeitar-se àquilo que ela ordenar, pois estão ao seu serviço, e lhe basta passar alvarás ou portarias para que venham à sua presença. Realça bem que devem cumprir o seu ofício e serem diligentes perante as suas ordens. E exige ser informada dos mandados ou cartas dos ouvidores ou dos corregedores do rei, cujo conteúdo prejudiquem as rendas, direitos e jurisdições que ela tem sobre o concelho, nomeadamente a jugada a que tem direito. Ordena que recebam dos lavradores apenas três alqueires de cereal, medido pelo padrão do concelho e pelo seu almoxarife, ou quem o concelho quiser por medidor, e se algum lavrador se escusar, cada um dos vereadores do concelho com o almoxarife dela, devem avaliar a situação para que mantenha o seu direito de jugada e o lavrador não fique prejudicado.

A questão do pagamento: D. Isabel dispõe que, a todos aqueles que pagaram a jugada e que tiveram o rendeiro como testemunha, o corregedor não possa obrigar a pagar de novo. Aqueles que ainda não pagaram que lhe paguem directamente a ela e que tal fique escrito.

Da leitura destas cartas há, logo à partida, uma conclusão inevitável, a existência de três poderes concorrentes: o rei, a senhora e o concelho. É à luz deste triângulo que temos de avaliar as deliberações que a infanta D. Isabel tomou enquanto senhora destas terras e que foram quase sempre pouco sensíveis aos queixumes dos homens do concelho. Podemos afirmar que o relacionamento da infanta D. Isabel com o concelho de Óbidos, entre 1423 e 1428, foi activo, profícuo e talvez algo buliçoso. No estudo de

Manuela Santos Silva sobre a região de Óbidos na época medieval, nomeadamente sobre estes mesmos documentos, podemos ler: *“Por eles parece-nos quase possível conhecer um pouco da personalidade e da forma de agir desta infanta, que se nos apresenta sempre firme nas suas decisões e coerente na maneira de se afirmar como a mais forte autoridade de Óbidos”*<sup>202</sup>. De facto, através desta circunscrita mas rica correspondência, constatamos a vigorosa personalidade da infanta, que se dirige impositiva e frontalmente, sem embaraço, aos juízes e aos homens-bons da edilidade, exigindo-lhes lealdade e o cumprimento das suas deliberações, tendo exercido sobre este senhorio *“todos os poderes que lhe eram consentidos”*<sup>203</sup>. Estamos convencidos que, embora sabendo bem os limites do seu poder, se terá rodeado de conselheiros e funcionários experientes e de qualidade, para que nunca a acusassem de ir mais além nos poderes consentidos pela legislação. A infanta não dava espaço a que houvesse atropelos à sua jurisdição, levados a cabo pelos juízes ou homens-bons ou até oficiais ao serviço do seu pai, o que justifica alguma dureza nas suas decisões. Só podemos lamentar que não tenham chegado até nós, os “livros do tombo” das restantes localidades de onde D. Isabel era senhora-donatária.

### **3.2.2 – Os oficiais e os funcionários judiciais ao serviço da infanta D. Isabel, em Óbidos**

Ao prosseguirmos pelo século XV deparamo-nos com uma especialização crescente de tarefas no que toca à administração pública, e que, segundo Ana Maria S. A. Rodrigues, a Casa das rainhas *“se apressou a copiar na sua modesta medida”*<sup>204</sup>.

Havia um grande número de cargos cujo provimento era da responsabilidade da infanta D. Isabel, por ser a detentora do senhorio. Através das cartas emanadas da própria infanta e transcritas a seu pedido para o “Livro do Tombo”, para o período em estudo – 1415 a 1428 – vamos encontrar em Óbidos um conjunto de funcionários judiciais e fiscais, com nomes e atribuições paralelos aos da Coroa, nomeadamente um ouvidor e um almoxarife (embora apenas tenhamos conhecimento do nome do seu escrivão). Um ouvidor ocupava-se dos assuntos cíveis e criminais, entrando, em muitas ocasiões, em confronto com o corregedor, embora fosse exigido a este último que em

---

<sup>202</sup> SILVA, Manuela Santos – “Óbidos: terra que foi da Rainha D. Filipa ...”, p. 96

<sup>203</sup> Idem, Ibidem, p. 97

<sup>204</sup> RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *Ob. Cit.*, p. 321

*terras da rainha se abstinhasse de actuar*<sup>205</sup>. Segundo Henrique da Gama Barros, “*o ouvidor das terras da rainha, devia ser visita habitual na corte, o qual desembargava por apelação no tribunal do rei, os feitos crimes*”<sup>206</sup>, enquanto os feitos cíveis “ *julgava-os por si, com recurso igual ao que estava estabelecido para as sentenças do corregedor da corte*”<sup>207</sup>. Os conflitos que podiam existir estão bem patentes no documento<sup>208</sup> em que a infanta D. Isabel ordena que ninguém atendesse às posturas e ordenações emanadas do corregedor, mas apenas às suas ou às do seu ouvidor, porque a jurisdição a ela pertencia. Quanto ao almoxarife, ele era responsável pelas questões financeiras, encarregado de fiscalizar e proceder à cobrança de todos os direitos e rendas. É provável que para as restantes terras sob sua administração houvesse estes e outros funcionários, mas a documentação que (não) temos não o permite concluir. No entanto, sempre que se verificassem irregularidades era ao ouvidor da infanta que cabia a inquirição, o julgamento dos feitos produzidos e a responsabilidade pela produção de documentos que toda esta actividade desencadeava, muitas vezes com uma justaposição de competências algo ambíguas, como constatamos quando os tabeliães<sup>209</sup> da infanta são simultaneamente escrivães<sup>210</sup> da câmara, embora fosse a melhor forma da infanta controlar o que se passava no concelho, já que ela possuía os seus próprios tabeliães. Concluimos deste modo que ao serviço da infanta D. Isabel, para o concelho de Óbidos, para o período entre 1416 a 1428 e com a documentação que possuímos, ela tem os

---

<sup>205</sup> *Tombo do Concelho de Óbidos*, p. 8

<sup>206</sup> Como podemos constatar no documento (a que já aludimos) da infanta D. Isabel para o concelho de Montemor-o-Velho, datado de 1416

<sup>207</sup> BARROS, Henrique da Gama – *Ob. Cit.*, t. III, pp. 248 e 249

<sup>208</sup> Anexo A-II, carta 1

<sup>209</sup> Sobre este assunto ver BARROS, Henrique da Gama – *Ob. Cit.*, t. VIII, tit. IX, pp. 355-484. Embora os tabeliães do rei exercessem o seu ofício na cidade, vila ou lugar, estes a que nos referimos são os da donatária do senhorio. Nas pp. 417 e 418 desta obra, o autor diz-nos: foi D. Fernando que estabeleceu que só ao rei e a mais ninguém pertencia acrescentar ou fazer tabeliães, mantendo-se contudo excepções, que foram concedidas pelo rei, aos infantes e condes, ao almirante e alferes-mor, ao mosteiro de Alcobaça e aos mestres das ordens militares, que podiam escolher os seus próprios tabeliães, mas sempre com o seu consentimento. Os tabeliães que praticassem a sua função sem licença régia eram condenados à morte e para os senhores das terras era a perda de toda a jurisdição que lhes tivesse sido dada. D. João I parece não ter alterado a lei do seu irmão. Eram os oficiais que autenticavam os contratos e os actos de direito privado, em geral referentes à propriedade (escrituras públicas).

<sup>210</sup> Sobre este assunto ver HESPANHA, António Manuel, *Ob. Cit.*, pp. 228 e 276 – este autor não discrimina a função de escrivão da do tabelião, diz que ambos “*são oficiais régios, representantes do rei*”. E acrescenta um pouco mais à frente, na mesma obra, que “*os escrivães deviam desempenhar na vida jurídica local um papel muito importante, já que sabiam ler e escrever e dominavam a praxe judicial e a arte notarial. Os escrivães e os tabeliães terão sido durante muito tempo os únicos técnicos de direito escrito e erudito a nível local, pois havia juizes analfabetos que deles eram totalmente dependentes*”.

seguintes oficiais: um ouvidor, dois tabeliães, dois escrivães, um almoxarife e o respectivo escrivão e um despenseiro.

*Quadro nº 3*

**Funcionários senhoriais ao serviço da infanta D. Isabel, em Óbidos**

DATA	NOME	FUNÇÃO
1416 1423 1424 1425 1426 <sup>211</sup>	Vasco Eanes	Tabelião da infanta e escrivão do concelho
1418	João Fernandes	Tabelião da infanta
1423	João Álvares	Escrivão da infanta
1424	Afonso Eanes do Cadaval	Escrivão do almoxarifado da infanta
1424	Fernão d'Álvares	Ouvidor da infanta
1425	Pedro Eanes	Despenseiro <sup>212</sup> da infanta
1425	João de Lisboa	Escrivão da corte <sup>213</sup>
1426	João Valdez	Escrivão da infanta
1427	Frei Agostinho	Provedor e administrador dos hospitais e gafarias das terras da infanta

<sup>211</sup> Nesta data apenas aparece como tabelião da infanta.

<sup>212</sup> É o responsável pelo abastecimento da despensa da Infanta, tornando-o deste modo um potencial destinatário de entregas em dinheiro e/ou géneros por parte dos almoxarifes das terras da infanta.

<sup>213</sup> Encontramos João de Lisboa no *quaderno dos moradores da corte*, no item “Monteiros”, como “escrivão dos feitos” a receber 500 libras anuais (*Monumenta Henricina*, Vol. I, p. 288). Encontramo-lo a escrever uma carta, a mando do rei D. João I, no Porto, a 14 de Setembro de 1398 (*Tombo do Concelho de Óbidos*, p. 42). Vinte e sete anos depois, vamos encontrá-lo a escrever uma carta a mando da infanta D. Isabel, em Santa Maria da Feira, a 13 de Julho, de 1425 (Anexo A-II, carta 3).

### 3.3 – A relação da infanta D. Isabel com a vila de Alenquer

A correspondência que chegou até nós, entre a infanta e as vilas de que era donatária, não se limitou à vila de Óbidos. No ANTT fomos encontrar duas cartas alusivas à vila de Alenquer, que provam bem o relacionamento activo que ela mantinha com as suas terras e neste caso uma precocidade que não encontrámos para Óbidos, como já referimos. No entanto, a natureza dessa epistolografia é bem diferente, pois tratam-se de duas cartas de conteúdo muito específico: uma que confirma um privilégio dado por sua mãe, outra uma doação. A primeira missiva, datada de 23 de Outubro de 1419, é dirigida em primeiro lugar aos juízes de Alenquer e de seguida a todos os juízes, justiças oficiais e pessoas das restantes vilas, terras e lugares e diz respeito a um privilégio que teria sido concedido por D. Filipa de Lencastre ao Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa, que desde sempre contou com uma especial protecção régia, desde que foi fundado em Dezembro de 1147, pelo nosso primeiro rei. Não sabemos de que privilégio se trata, já que a infanta D. Isabel apenas o confirma, sem o designar, deste modo: (...) *o dicto privilegio seia em todo bem guardado sem outro nenhum enbarguo que sobrelo lhes seia posto. (...) E guardae o dicto privylegio como dicto he he (sic) (...)*<sup>214</sup>. É provável que a doação tivesse que ver com bens situados na vila de Alenquer, já que os seus juízes são os primeiros destinatários desta missiva.

A segunda carta, a que aludiremos mais adiante quando falarmos de frei Estevão de Aguiar<sup>215</sup>, diz respeito à doação em forma de tença da infanta D. Isabel a este clérigo, de uns moinhos chamados “moinhos da fonte del Rey”, situados na vila de Alenquer. Estes moinhos rendiam “*cinquo moyos de pam terçado (...) ou seis mil libras por o dicto pam segundo*”, e encontravam-se aforados a Leonor Gomes, viúva de Álvaro Mendes, procurador dos feitos de el-Rei, que os havia aforado à rainha D. Filipa.<sup>216</sup>

Em nota conclusiva, cumpre-nos colocar algumas questões, embora não tenhamos respostas conclusivas para a sua maioria: qual a verdadeira importância da Casa da infanta D. Isabel? Traduzir-se-ia ela em poder efectivo dentro da corte joanina? À partida, o poder da infanta advinha-lhe do facto de pertencer à família real, o topo da hierarquia social do reino, onde encabeçava o sector feminino da corte em substituição

<sup>214</sup> Ver transcrição no Anexo A-III, carta 2, ANTT/Colecção Especial, cx. 72, mç. 26, nº 1

<sup>215</sup> Ver subcapítulo 4.1.2.

<sup>216</sup> Ver transcrição no Anexo A-III, carta 3, ANTT/Colecção Especial, cx. 72, mç. 26, nº 1

da rainha, para mais quando o sucessor do trono continuava solteiro. A importância de uma Casa era sustentada pela quantidade de rendas e de bens, assim como pelo número de dependentes e servidores que a constituíam. Seria o seu séquito grandioso ou pelo contrário reduzido? Acontece que não encontramos qualquer documento que nos elucidie sobre a receita total dos rendimentos das suas terras, bem como de outros funcionários e servidores ao seu serviço, nos restantes domínios, já que apenas possuímos documentação para Óbidos e Alenquer. Podia comparar-se, quer em termos territoriais quer de rendimentos, com o ducado de Coimbra, do irmão D. Pedro? Ou com o ducado de Viseu, do irmão D. Henrique? Por outro lado, desconhecemos se a casa da infanta teria dificuldades financeiras, se as despesas com o seu abastecimento e os pagamentos aos seus funcionários, servidores, criados e moradores se equilibravam com as rendas ou se necessitou em alguma altura de recorrer a empréstimos, como já era habitual à época, também na família real. Perguntas para as quais não temos resposta.

No reino da ignorância permanecemos, sobre se o rei seu pai lhe fez durante estes 14 anos alguma mercê, além das jóias, da baixela e dos restantes elementos (não especificados) que haviam pertencido à sua mãe e que D. João I prometeu doar, na hora da morte da sua mulher. De igual modo não conseguimos apurar qual a despesa anual da Casa da infanta D. Isabel. No entanto, como veremos, a documentação disponível informa-nos que foram feitas doações a diversas instituições religiosas. Como não possuímos qualquer inventário da Casa da infanta D. Isabel, é-nos difícil perscrutar a sua riqueza, por exemplo, no que concerne a jóias, objectos em ouro ou em prata, livros, vestuário, relíquias, retábulos e toda uma panóplia de objectos do quotidiano, objectos com funções simbólicas e práticas específicas ou até de colecção.

Devido à autonomia que mantinham perante a corte, as Casas das rainhas ou das infantas eram, assim, um veículo de ascensão e permanência para determinadas parentelas, constituindo também elas, à sua maneira, uma forma de poder político no feminino, já que se esperava delas a atribuição de rendas e mercês.

#### **4. A intervenção religiosa da infanta D. Isabel**

Desde o século XIV, mas com maior incidência ao longo da centúria seguinte, a Europa foi atravessada por um debate vigoroso sobre a vivência e a devoção religiosas,

e Portugal evidentemente não foi exceção. Segundo Maria de Lurdes Rosa, “*este debate concretizou-se em torno do recorrente tópico cristão da «reforma», essa nostalgia da «pureza primitiva» que tantas vezes assomara já à história do cristianismo. Simplesmente, agora talvez mais que nunca, atravessava uma sociedade inteira, dizia respeito a todos, e devia ser por todos resolvida, tanto leigos como estrutura eclesiástica*”<sup>217</sup>. As razões para a mudança não se prendiam apenas com os abusos cometidos pelos membros da Igreja, como o do concubinato, a infidelidade aos votos ou a exigência de benefícios, pois estes vinham de outras épocas, mas sobretudo pela exigência de um *regresso ao passado*, onde o relacionamento com o divino fosse mais íntimo para os fiéis. Mas a reforma pretendida e que começara na base espontaneamente, deveria ocorrer não contra a Igreja, mas dentro dela (embora nem sempre contando com o apoio da sua hierarquia), já que o povo cristão, embora contestando os seus sacerdotes, não queria abdicar deles.

Abarcando numa primeira fase os movimentos da observância e o clero secular, este movimento reformador contou com o envolvimento de leigos, mas também de religiosos e eclesiásticos pertencentes à elite sociocultural; e no início do século XV passou a contar com o apoio e o empenho da família real de D. João I, da rainha-consorte e dos infantes seus filhos, destacando-se para o nosso estudo a infanta D. Isabel, que impulsionou, protegeu e apoiou homens e instituições envolvidos na renovação de uma vivência religiosa com as pretensões que ela própria partilhava. Neste âmbito, procurámos encontrar, no domínio das suas atribuições, responsabilidades e poder de acção, qual o seu contributo efectivo para a reforma da igreja em Portugal<sup>218</sup>. Para isso, socorremo-nos de alguma correspondência e documentação dispersas, é certo, mas que nos dão bem a medida do envolvimento activo nesta causa por parte de uma princesa dos primeiros anos de quatrocentos, na corte portuguesa.

---

<sup>217</sup> ROSA, Maria de Lurdes - “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, *História Religiosa de Portugal*, vol. 1, dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 492

<sup>218</sup> Causa que levará para os territórios do ducado de Borgonha, onde viverá 41 anos. Aí a sua acção será muito maior, no espaço e no tempo, proporcional ao seu poder político e económico.

## 4.1 – Protecção a homens e instituições

A primeira referência que temos de intervenção da infanta Isabel, na protecção a um clérigo data de 3 de Junho de 1412<sup>219</sup>. Solicitou benefícios (embora não se saiba exactamente quais), para Frei João Fernandes, franciscano, capelão pontifício e bacharel em Teologia, nos seguintes termos: “(...) *pro quo etiam dilecta in Christo filia Elizabeth, carissimi in Christo filii nostri johannis, Portugalie et Algarbii regis illustris, nata, nobis super hoc humiliter supplicavit, favoribus prosequi gratiosis ...* (...)”. Esse pedido foi aceite, tendo o papa João XXIII passado uma bula. Ele é bastante relevante por dois motivos: a precocidade etária (apenas 15 anos) da sua intervenção no pedido de protecção para quem a servia (embora não saibamos que relacionamento existia entre a infanta e este franciscano) e o perfil intelectual das personalidades de que se rodeou, clérigos altamente letrados.

### 4.1.1 - O Mosteiro de Penha Longa

Este mosteiro é considerado o mais antigo de uma das novas congregações eremíticas canonicamente aprovadas, a de S. Jerónimo, cuja construção foi iniciada em 1400, em Sintra, um ano depois do papa Bonifácio IX ter dado autorização para o efeito. D. João I fomentava a implantação de novas famílias religiosas e os Jerónimos foram uma delas. No local escolhido para o efeito, consta que já existia uma pequena ermida consagrada a Nossa Senhora da Piedade e parece não haver dúvidas sobre a inicial contribuição do rei para erguer o mosteiro<sup>220</sup>. Mas a existência de uma carta do próprio D. João I, datada de 25 de Janeiro de 1431<sup>221</sup>, citada em outra confirmativa de D. Afonso V, de 21 de Janeiro de 1449<sup>222</sup>, aponta a infanta D. Isabel como “refundadora” do dito mosteiro. É o próprio prior da Penha Longa que refere que a infanta lhes dava muitas esmolas e uma determinada tença anual:

---

<sup>219</sup> *Chartularium Universitatis Portucalensis*, dir. A. Moreira de Sá, vol. III. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966, p. 42

<sup>220</sup> SOUSA, Tude M. de – *Mosteiro e Quinta da Penha Longa na Serra de Sintra*. Sintra: Sintra Gráfica, s/d, pp. 26 e 29

<sup>221</sup> Publicada por SOUSA, Tude M. de – *Ob. Cit.*, p. 27

<sup>222</sup> SANTOS, Cândido dos – *Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*, Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1980, pp. 17-18 e 276-277. O autor publica este documento, através da chancelaria de D. João II, com a data de 26 de Janeiro de 1483, onde é confirmada esta carta de D. Afonso V.

*“Dom Joham etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o prior e conuêto do moesteiro de Pera Longa<sup>223</sup> nos enviarõ dizer que a Ifante minha filha duquesa de Bregonha refumdara e fizera o dito moesteiro e lhe fazia muitas esmolos e daua cada hûu ano certa teêça per que auiam aquellas cousas que lhe erom necessárias, e que sua vontade fora de lhes dar cousa em que se podessem mãteer o que elle nom poderá fazer por rezom de sua partida ...”.*

Por este motivo, o monarca concede uma licença aos frades daquele mosteiro para comprarem bens de raiz, já que a sua benfeitora vivia agora fora do reino<sup>224</sup>. Se nos lembrarmos que Sintra era uma das localidades que pertencia à Casa da infanta, e que entre 1415 e 1428 esteve na sua posse, é de supor que foi neste espaço de tempo que ela tomou para si a protecção das obras do referido mosteiro. Como já o referimos, a senhora-donatária dispõe de amplos e diversos direitos de natureza eclesiástica, que incluíam, entre outros, a protecção a mosteiros e conventos.

*“Dom Afonso etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que o prioll e o mosteiro de Pera Longa nos jmviam dizer que a Jfanta mynha tya a duquesa de Brogonha fundara e fezera o dicto mosteiro e lhe fazia mujtas esmolos e lhe dava cada hûu anno certa temça porquanto sam aquellas cousas que lhes eram necessárias e que a sua vontade fora de lhes dar cousa em que Se podessem manter o que ella nom poderá fazer por razom de sua partyda ...”.*

#### **4.1.2 - O Mosteiro de S. Bento de Xabregas e Estevão de Aguiar**

Não querendo entrar em detalhes que nos podem desviar da nossa intenção (o papel desempenhado por D. Isabel na causa da reforma da Igreja, em Portugal), o certo é que houve protagonistas eclesiásticos com quem a infanta se relacionou e que temos de chamar ao nosso estudo para que se clarifique a sua real intervenção.

Já fizemos referência ao apoio e ao envolvimento directo da família real na promoção da reforma de igrejas e mosteiros portugueses, sobretudo beneditinos. Para

---

<sup>223</sup> Designação transcrita por Cândido dos Santos na *Ob. Cit.* na n.r. anterior e que aludia ao mosteiro da Penha Longa.

<sup>224</sup> Aliás a única concedida por D. João I, segundo VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e Poder no século XV*, pp.135 e 137

esta missão, D. João I e o infante D. Duarte indigitaram D. Gomes Eanes<sup>225</sup>, abade de Santa Maria de Florença e o zelador dos dinheiros do rei de Portugal no estrangeiro<sup>226</sup>, mas que se encontrava desde meados de 1424 em Portugal temporariamente. A 30 de Maio de 1425, o papa Martinho V concedeu a Frei Estêvão de Aguiar<sup>227</sup> e Frei Fernando Falcão<sup>228</sup>, dois monges portugueses discípulos de D. Gomes, do mesmo mosteiro de Florença, a possibilidade de tomarem ordens sacras e poderem ser eleitos abades, independentemente do seu passado ligado às armas, mas também uma licença para erigirem em Portugal um novo mosteiro, dedicado à observância beneditina, com a ajuda de parentes e de fiéis. Acontece, no entanto, que frei Estêvão adoeceu e ficou retido em Florença, mas frei Fernando Falcão regressou ao reino, ainda em tempo de se cruzar com D. Gomes, com quem teve várias alterações, segundo parece devido a informações incorrectas prestadas por D. Estêvão. Após várias vicissitudes, que não vamos chamar para o nosso estudo, D. Gomes regressa a Florença no início de 1426 sem ter mostrado resultados para a missão que lhe foi confiada<sup>229</sup>.

Mas a missão de que frei Estêvão vinha incumbido, fundar de raiz uma comunidade que constituísse um pólo dinamizador da reforma, prossegue. É o próprio que, em carta endereçada a D. Gomes, informa sobre a construção desse novo mosteiro: *“já tenho huas casas dentro na çidade, que me deu o jnfante dom Anrjque”*<sup>230</sup>.

Efectivamente, a existência de um instrumento notarial de doação de casas em Lisboa, do infante D. Henrique, regedor da Ordem de Cristo, a frei Fernando Falcão e a frei Estêvão de Aguiar assim o prova. A dada altura é referido no documento o seguinte: *“(…) deste dja [21 de Maio de 1426] pera todo ssenpre, huas cassas que ssom da dicta*

---

<sup>225</sup> NUNES, Eduardo – *Dom Frey Gomez, abade de Florença (...1420-1440...)*, vol. I. Braga: Edição do autor, 1963, p. 20; COSTA, António Domingues de Sousa – “D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”. *Stvdia Monastica*, vol. V, fasc.1. Abadia de Montserrat: 1963: “D. Gomes, filho de Lisboa, andava por terras de Itália na primeira metade do século XV. Embaixador do rei de Portugal e do Papa (através do núncio), religioso culto e influente, superior experimentado na reforma beneditina do seu tempo, ele era o indigitado para a reforma dos mosteiros portugueses, se o tempo e as ocupações disso o não embaraçassem”, p. 63

<sup>226</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 124

<sup>227</sup> Já lhe fizemos referência no I capítulo deste nosso estudo, como pajem e depois escudeiro da infanta Isabel.

<sup>228</sup> VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e Poder no século XV*, p. 66: “Ambos tinham professado no mosteiro de Santa Maria de Florença: D. Estêvão a 4 de Abril de 1422 e D. Fernando a 25 de Junho de 1423”.

<sup>229</sup> Idem, *ibidem*, pp. 65 a 67 e 160

<sup>230</sup> É provável que esta carta, de que não temos a data, seja posterior à desistência de frei Falcão como beneditino, para professar como franciscano, que se deu em meados de 1427, já que as casas foram doadas aos dois confrades e na carta frei Estêvão fala na primeira pessoa do singular.

*hordem e a ella pertencem, que ssom na çidade de Lixboa, acima de Sam Martjnho, e partem com Sam Bras e com casas que forom de Joham Aluarez, caualeiro, e com rrua prubjca e com muro da çerca velha. As quaes cassas lhe deu e outorgou pera todo sempre, com todas ssuas emtradas e saídas e djreitos e pertenças que a ellas pertencem, (...)”.* Mas ao avançarmos no texto, concluímos que não se trata propriamente de uma doação, mas de uma troca, embora provavelmente a localização dos terrenos favorecesse os Beneditinos: “(...) *que façam dellas [e] em ellas, come de suas próprias, todo o que lhjs prouguer, com tal condiçom que os sobre dictos frej Fernam Falcam e frej Stevam dAgiar dem por as dictas cassas aa dicta hordem outros bens de rrajz, na dicta çidade de Lixboa ou em seu termo, que seiam mjlhores e ualham majs e possam rrender majs que as dictas casas som e podjam rrender*”<sup>231</sup>.

Esta mercê destinava-se, assim, à construção do mosteiro beneditino de S. Bento de Xabregas, a que se juntava a oferta de D. João I, a 28 de Agosto de 1426, de tudo o que restava do paço de Xabregas, destruído pelos castelhanos em tempos fernandinos<sup>232</sup>. Esses escombros compreendiam pedra, cantaria, argamassa das paredes, arcos e portais, que podiam ser levados e usados para erguer o novo mosteiro<sup>233</sup>.

Não se pense, no entanto, que o apoio da família real a frei Estevão na construção do seu mosteiro se ficou por aqui. Avancemos dois meses e vamos encontrar a infanta D. Isabel a envolver-se activamente na sua construção, que terá sido mesmo erguida a expensas suas. O registo da doação, em nome de Estevão de Aguiar, é datado de 25 de Outubro 1426, e implica bens que a infanta possuía em uma das suas terras, Alenquer: “(...) *meos moinhos que eu hey em a minha villa dalanquer (...)”.* Rendiam “*cinquo moyos de pam terçado duas partes de trygo e huma de segunda ou seis mill libras por o dicto pam segundo (...) o quall moinho lhe eu dou em teença que elle ho aja livremente sem me delle pagando nenhum foro nem pensam.*”<sup>234</sup>. Este envolvimento da infanta D. Isabel não se ficou pela documentação. Tal envolvimento foi comentado numa carta enviada a D. Gomes, por altura do andamento dos trabalhos de construção do oratório, dando a entender que teria ela própria contratado o architecto e escolhido o estilo architectónico que o mosteiro deveria ter.

---

<sup>231</sup> *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 61, pp. 115 à 118; COSTA, António Domingos de Sousa – *Ob. Cit.*, p. 135, n. r. 155

<sup>232</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob. Cit.*, p. 164

<sup>233</sup> ANTT, Coleção Especial, cx. 32, nº 47

<sup>234</sup> Ver transcrição no Anexo A-III, Carta 2. ANTT, Coleção Especial, cx. 72, mc. 26, nº 1

Segundo Rafael Moreira, na sua tese de doutoramento<sup>235</sup>, a propósito do estilo arquitectónico tardo-gótico de raiz inglesa adaptado para o Mosteiro da Batalha e que pouco a pouco se espalhava por outras obras, provavelmente neste mesmo mosteiro de S. Bento, em Xabregas, diz-nos que suscitou, à época, algumas críticas. Uma delas, da autoria do reformador Mendo Gomes de Seabra<sup>236</sup>, a propósito da referida construção, patrocinada pela “*infanta D. Isabel, futura duquesa de Borgonha*”, para frei Estevão de Aguiar, chegou a desabafar que estava a ser construído “*tão ao modo de Inglaterra que dir-se-ia estarmos em país estrangeiro*”. Ora, como veremos, este desabafo ou comentário mais irónico teve pelo menos um ouvinte, Pero Lopes do Quintal, que logo se apressou em colocá-lo numa carta, que enviou a D. Gomes, datada de 10 de Dezembro de, provavelmente, 1427, e que bem pode ter contribuído para as acusações que mais tarde o abade de Florença fará contra os dois beneditinos:

*Outº si vos çertifico que a senhora Ifanta ora faz huum lugar a frej Esteuã d’Agiar aalem de Exobregas onde chamam a do madeireiro e deu elrey toda a cantaria e a pedra dos paaços d’Exobregas pera fazerem o moestejro (...) e ho lugar hemajs a modo de Ingraterra que de Meendo de Seaura que he pertugeese queriao em outro Reyno.*<sup>237</sup>

Voltemos à contenda de D. Gomes com os seus companheiros beneditinos, ou melhor, com um ex-beneditino, frei Fernando Falcão (franciscano desde 1427), e com frei Estêvão de Aguiar. É no meio dela que vamos encontrar a mediação pacificadora de D. Isabel<sup>238</sup>. Trata-se de uma carta, datada de 30 de Dezembro de 1428, enviada de Salvaterra<sup>239</sup>, por D. Isabel, ao abade de Florença<sup>240</sup>, em que ela não se inibe de se

---

<sup>235</sup> MOREIRA, Rafael de Faria Domingues – *A arquitectura do renascimento no sul de Portugal (a encomenda régia entre o Moderno e o Romano)*. Lisboa: FCSH, 1991 (texto policopiado).

<sup>236</sup> Foi cavaleiro/valido de D. João I, tendo tido uma relativa importância na corte. Em data indeterminada, retirou-se para um oratório que o próprio fundou perto de Setúbal, chamado Mendoliva. Manteve-se em contacto com a corte e muitas vezes aconselhou espiritualmente D. Duarte. Morreu em 1481. Ficou também conhecido por ser um penitente e um eremita da Serra de Ossa. No seu oratório em Setúbal celebrou a sua primeira missa, frei João Vicente (dados retirados de PORTALEGRE, Paulo de - *Novo Memorial do Estado Apostólico – primeira crónica dos Lóios*. Edição crítica, int. e notas de Cristina Sobral. Lisboa: Roma Editora, 2007, p. 195).

<sup>237</sup> MOREIRA, Rafael – *Ob. Cit.*, p. 20

<sup>238</sup> Este empenho de pacificar as relações entre homens de religião contou também com o envolvimento de D. Duarte. Quanto ao envolvimento dos restantes três infantes, não há notícias de qualquer intervenção, embora nestas datas em que decorre o conflito D. Pedro estivesse no seu périplo europeu.

<sup>239</sup> Ao verificarmos os itinerários de D. João I, deparamo-nos para o ano de 1428 com a estadia do rei a partir de meados de Agosto e até ao termo do ano, em Estremoz, onde aliás inicia 1429, pois é aí que

dirigir a D. Gomes demonstrando-lhe que está errado e tomando a defesa enérgica do seu amigo de sempre. É a própria carta da infanta que esclarece uma parte do conflito. D. Gomes terá pedido ao papa que excomungasse os seus ex-companheiros, acusando-os de lhe terem ficado com um breviário e vários livros, quando do seu regresso a Itália. Mas a infanta desmonta a incriminação, sabendo bem o que está por detrás dela: D. Gomes não tolerou o facto dos dois monges não lhe terem solicitado autorização para a construção do novo mosteiro beneditino. Nem necessitavam dela, pois haviam-na trazido de Itália pela mão do próprio papa. E afirma mesmo D. Isabel: “*E asi eu lhe tenho começado huu, acerqua acabado, e já esta em ele*”, dando a entender que sendo o mosteiro para frei Estevão de Aguiar é ela que o está a pagar. Desagradar-lhe-ia muito não ter o apoio de D. Gomes, já que até ao momento e faltando tão pouco para terminar a empreitada, seria um desperdício enorme de tempo e dinheiro que tal tarefa não se concluísse e não tivesse o apoio dele. D. Isabel termina a carta pedindo ao Abade de Florença que retire as acusações, que são infundadas, e que absolva os dois monges, pois isso lhe daria muito prazer.

Verificamos assim que o estilo da infanta D. Isabel se repete. O seu discurso é coerente e consistente seja qual for o destinatário das suas palavras, dirigindo-se da mesma forma firme e directa aos juízes ou vereadores de um concelho ou a um abade português em Florença, amigo pessoal do seu pai e do papa, expressando sempre o que lhe vai na alma, tentando ser justa e equilibrada na defesa de pessoas ou causas, mas nunca se amedrontando em utilizar as palavras que considera que melhor expressam o que quer dizer e, evidentemente, defendendo os seus interesses mais particulares, sobretudo os económicos. O certo é que após esta intervenção o abade D. Gomes reconciliou-se com D. Estêvão de Aguiar, voltando a actuar em consonância. Tanto que, a 13 de Março de 1429, D. Estêvão de Aguiar foi nomeado abade comendatário de Pedroso. Coincidência ou não, o mosteiro que D. Isabel estava a construir para o seu protegido nunca seria ocupado por ele. No entanto, independentemente desse facto, as

---

aguarda a chegada da sua nova nora, D. Leonor de Aragão, no dia de Natal de 1428, com toda a sua família, incluindo a infanta D. Isabel. Nesta data já estavam em Lisboa os enviados do duque de Borgonha, sendo provável que a notícia já lhe tivesse chegado, o que não a demoveu nem um pouco das suas responsabilidades e envolvimento em causas que lhe eram queridas. Salvaterra de Magos era uma das vilas de D. Fernando, que aliás o pai haveria de lhe doar hereditariamente nas vésperas da partida para a Flandres com a irmã.

<sup>240</sup> Publicada em *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 61, pp. 117 e 118; e também COSTA, António Domingues de Sousa – *Ob. Cit.*, pp. 134 e 135.

doações da infanta continuaram, desta feita, directamente ao mosteiro beneditino, já em avançada fase de construção. Numa carta “*assignada per minha mão e asseellada com o meu seelo*”, datada de 13 de Setembro de 1429, nas vésperas da sua ida para a Flandres e identificando-se já como “*duquesa de Bregonha*”<sup>241</sup>, assume pessoalmente a sua fundação “*(...) o qual mosteiro eu edefiquey no logar em que he edificado (...)*”. E prossegue enumerando os bens em doação que passariam directamente para o património do próprio mosteiro: “*(...) de pam e de vinho e dazeite e almoyinha e casas de morada com tres pardieiros e com tres poços daugoa e huum sseco (...)*”, com a localização exacta da vinha e das oliveiras, junto ou nos arredores de “*Enxobregas*”<sup>242</sup>.

Coincidindo praticamente no tempo a desistência de frei Estevão de Aguiar de S. Bento de Xabregas com a saída do reino da sua fundadora e benfeitora, o certo é que o dito mosteiro teve vida efémera<sup>243</sup>. Em Outubro de 1431, Estevão de Aguiar foi nomeado abade de Alcobaça, sem dúvida num dos muitos braços de ferro entre o poder régio e o eclesiástico, em que o primeiro triunfou sobre o segundo<sup>244</sup>. Professou então na Ordem de Cister e dedicou-se à reforma da comunidade alcobacense. Por este motivo, o mosteiro de Xabregas era património do mosteiro de Alcobaça, até que em Janeiro de 1456 será aqui que se instalará a segunda casa da congregação dos Lóios, segundo uma disposição testamentária da rainha D. Isabel (havia morrido em Dezembro do ano anterior), mulher de D. Afonso V, passando, então, a designar-se de São João

---

<sup>241</sup> Havia casado por procuração, a 25 de Julho de 1429, no paço da Alcáçova de Lisboa (Castelo de S. Jorge).

<sup>242</sup> ANTT/Colecção Especial, cx. 72, mc. 26, nº 2. Publicada por COSTA, António Domingos de Sousa - *Bispos de Lamego e de Viseu, no século XV (1394-1463)*, vol. I. Braga: Editorial Franciscana, 1986, pp. 214-215, n. r. 343.

<sup>243</sup> PINA, Isabel Castro – *Os Lóios em Portugal...*, p. 140: “*Apesar do empenho da coroa e das expectativas que se criaram em torno da sua fundação, o mosteiro de Xabregas não veio a revelar-se importante na reforma beneditina. Em 1429, a nomeação de Estêvão de Aguiar para abade do mosteiro de Pedroso afastou do mosteiro de Xabregas o principal defensor da observância beneditina. Não obstante o seu início auspicioso, o mosteiro acabou por ter um percurso apagado e nunca albergou uma comunidade importante*”.

<sup>244</sup> Nomeado por D. João I, que o escolheu pessoalmente, foi o responsável pela abadia de Alcobaça até 1446, ano da sua morte. Neste âmbito, e com um poder considerável do ponto de vista económico, foi um membro activo no apoio ao regente D. Pedro. Seguindo de perto o que nos diz Virgínia Rau, quando em Setembro de 1439 o infante se dirigia para o seu ducado, passou por Alcobaça e logo o seu abade D. Estevão de Aguiar se prontificou a auxiliá-lo militarmente, com uma hoste de 500 homens a cavalo e a pé. Não era de menor importância este auxílio, pois vinha de um alto dignatário eclesiástico. Durante a regência, D. Pedro convidou-o para o seu conselho. RAU, Virgínia- “O infante D. Pedro e a regência do reino em 1439”. Separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, nº 8, 1965, pp. 143-150.

Evangelista. A partir de 1462, passou a ser a sede da congregação<sup>245</sup>. Assim, e de forma evidentemente indirecta, a infanta D. Isabel haveria de ficar ligada à fundação dos Lóios, mas não só. Esta congregação foi recentemente bem estudada por Isabel Castro Pina<sup>246</sup>, pelo que possuímos mais elementos sobre as duas personagens que se seguem e o seu relacionamento com a infanta.

#### 4.1.3 – João Vicente, o médico

Mestre João Vicente terá nascido em Lisboa, na freguesia de São Julião, em 1380, aparentado pelo lado materno com o primeiro condestável do reino, D. Álvaro de Castro, conde de Arraiolos. Matriculou-se na universidade, estudou lógica, graduou-se em filosofia, cursando de seguida medicina «em que foi o homem mais douto do seu tempo»<sup>247</sup>, tendo sido médico de D. João I e de D. Duarte, que o nomeou físico-mor do reino<sup>248</sup>. Nesta função o seu envolvimento com as figuras gradas da corte era uma obrigação que ele, não descurava. Relata-nos frei Paulo de Portalegre: “*Era em todas as coussas da casa, asi dentro como fora, aos quaes ele cõ sua doutrina e descrição dava saudáveis comselhos asi per[a] as almas como pera os corpos, pola vertude de Deos. E os ajudava muito acerca dos Senhores, cõ os quaes avia gramde emtrada e lugar*”. Assim, no seguimento de um Mestre João Vicente que salvava vidas, temos um conselheiro espiritual também para os males da alma. Todavia, as maiores honras recebeu-as dos infantes principalmente do infante D. Fernando, a quem operou uma “*admirável cura*”, mas também da infanta D. Isabel: “*E todos ho amavam e desejavam singularmente e sobre todos ha nobre princeza filha d’el rei que depois foi Duquesa de Borgonha (...)*”<sup>249</sup>.

O que o cronista não nos diz é se esta aproximação da infanta Isabel a João Vicente foi pela via da vivência religiosa ou da medicina<sup>250</sup>, se por ambas. Com os dados

---

<sup>245</sup> *Ordens religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa. A autoria: Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 242

<sup>246</sup> PINA, Isabel Castro – *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da congregação dos cônegos seculares de São João Evangelista*. Lisboa: FCSH-UNL, 2011.

<sup>247</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *Ob. Cit.*, p. 186.

<sup>248</sup> PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico – primeira crónica dos Lóios*. Na nota 6.º/20-21, p. 195, refere-se que João Vicente teria 32 anos, em 1412, altura em que D. Duarte se junta ao pai na governação do reino. COSTA, A. D. Sousa – *Ob. Cit.*, p. 190, estranha o facto de ter sido D. Duarte a nomeá-lo físico-mor do reino.

<sup>249</sup> PORTALEGRE, Paulo de – *Ob. Cit.*, pp. 84 e 85

<sup>250</sup> PINA, Isabel Castro – *Ob. Cit.*, p. 78

que dispomos, muito provavelmente foi por ambas. No que à medicina concerne, vamos colocar uma hipótese que nos parece interessante desenvolver, tendo em conta o que os relatos borgonheses nos informam sobre a duquesa D. Isabel de Portugal, no que ao tratamento de doentes diz respeito, quando a dada altura da sua vida se recolheu no castelo de Motte-au-Bois e aí instalou um abrigo (diríamos hoje um misto de asilo e hospital) para mulheres idosas, isoladas e doentes. Colocamos, por isso, a hipótese de os conhecimentos na área da *medicina* (tratamento e cura de algumas doenças agudas e alívio para doenças crónicas) que a infanta D. Isabel possuía, terem sido adquiridos com o físico-mor da corte. Infelizmente, as fontes portuguesas, quer documentais, quer cronísticas sobre este assunto nada nos confirmam, embora também não o desmintam. Apenas o omitem.

Para a época e tendo em conta a atípica educação e formação destes ínlitos infantes, a que já aludimos, o interesse por este ramo do saber por parte da infanta não admira, já que o vamos encontrar também no seu irmão Duarte. No *Livro dos Conselhos* o primogénito dedica numerosas páginas ao tema da “saúde” e à resolução de vários males, com várias “receitas”, ditas mezinhas, os remédios de uma medicina rudimentar, na linguagem da Idade Média. Sabemos que havia livros de medicina na livraria de D. João I e do próprio D. Duarte<sup>251</sup>, e outros que abordavam a cura dessas mesmas doenças com um receituário variado, sobretudo à base de plantas medicinais.

As receitas mais complexas eram feitas nas boticas com a intervenção directa do físico e do boticário, mas as mezinhas domésticas passavam de boca a orelha por todos, fossem curandeiros, mulheres de virtude ou apenas curiosos que gostavam de se tratar a eles mesmos ou ajudar os outros, até porque a figura do físico não era ainda vulgarizada, contando-se pelos dedos o número daqueles que estavam disponíveis mesmo nas cidades. Nas zonas urbanas mais pobres e nas áreas rurais essa actividade era assegurada pelos barbeiros-cirurgiões, que estavam mais próximos da população<sup>252</sup>. Segundo Oliveira Marques, as mezinhas eram variadas, “*desde os pós de texugo (uma mistela de sangues de texugo com canela, gengibre, verbena, genciana ou açafão, cravo, mina, aloés, etc.) até ao sangue de touro misturados com raízes várias*”<sup>253</sup>. Na

---

<sup>251</sup> No *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* é o próprio que apresenta a lista dos livros que possuía, nomeadamente livros de Avicena e um livro da lepra, pp. 206-207.

<sup>252</sup> GUERRA, Miller – “A medicina em Portugal na Idade Média”. Separata do *II centenário da Academia das Ciências*. Lisboa: Academia das Ciências, 1986, p. 630

<sup>253</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – “*Portugal na Crise ...*”, p. 475

referida obra de D. Duarte encontramos mais de uma dúzia de mezinhas, receitas e *regimentos* para as mais variadas maleitas: dor nos olhos, de estômago, de dentes, para quando caem os mamilos, para a peste, etc., bem como a maneira de as preparar e de as tomar ou aplicar. Não era pois de estranhar que a infanta Isabel se tivesse interessado por estes assuntos, tendo à sua disposição livros e mestres que lhe podiam ter feito chegar certos ensinamentos na área da saúde e que segundo Lemaire e Henry, que em 1991 levaram a cabo uma exposição em Bruxelas sobre Isabel de Portugal<sup>254</sup>, ela terá posto em prática na Borgonha. Os testemunhos sobre o seu papel de *curadora* assumido no castelo de Motte-au-Bois<sup>255</sup>, na floresta de Nieppe, para onde se retirou em 1457, são numerosos.

Um desses testemunhos vem de um cronista borgonhês, coevo da duquesa, Chastelain, que no capítulo LXXXVII da sua terceira *Crónica* (que traduzimos livremente), afirma: “(...) *com uma humildade nunca vista, ela tratava os doentes com as próprias mãos, e limpava e tratava as feridas sem recusar ninguém, revestindo depois as feridas com esparadrapos que ela mesmo fazia, dando-lhes dinheiro e carne, de tal maneira que de todo o lado os pobres e os doentes chegavam ao convento sem que nenhum fosse recusado*”<sup>256</sup>.

Outro testemunho é uma passagem da «*Vie anonyme*»<sup>257</sup>, que traduzimos livremente: “*Ela era hábil em muitas coisas, entre elas na medicina, ela tinha sempre uma grande provisão de antídotos e unguentos requintados e outros remédios muito eficazes para a recuperação dos pobres e doentes. Ela nunca recusava tratar ninguém fosse qual fosse a doença e cuidava com as próprias mãos todas as úlceras infectadas (...)*”<sup>258</sup>. Influenciado ou não por estas descrições, em 1940, o vicomte Charles Terlinden descreve estas actividades de D. Isabel: «*Elle s’occupe de médecine usuelle*

---

<sup>254</sup> LEMAIRE, Claudine et HENRY, Michèle – *Catalogue Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne, 1397/1471*. Bruxelles: Bibliothèque royale Albert I, 1991.

<sup>255</sup> SOMMÉ, Monique - *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne*, p. 459. Esta autora afirma que D. Isabel criou, neste seu domínio, situado na castelania de Cassel, no condado da Flandres, um hospital para uma dúzia de mulheres idosas e pobres, de quem ela própria cuidava com a ajuda de algumas freiras. Aí podiam ficar a viver o resto da vida. No seu testamento cada uma destas doze mulheres foi contemplada com uma quantia em dinheiro.

<sup>256</sup> CHASTELLAIN, Georges – *Œuvres*, vol.3. Bruxelles: éd. Baron Kervyn de Lettenhove, 1864, pp. 443-444

<sup>257</sup> Manuscrito anónimo do século XVII ou XVIII, traduzido para o francês, de um outro em latim que se encontra perdido. Há quem atribua a sua autoria a Vasco de Lucena, aquando da morte da duquesa.

<sup>258</sup> Citado por LEMAIRE, Claudine et HENRY, Michèle – *Catalogue Isabelle de Portugal ...*, pp. 95-96

*pour pouvoir venir personnellement en aide aux pauvres et aux malades, faisant ainsi bénir son nom par tous ceux qui bénéficiaient de son inépuisable charité»<sup>259</sup>*

Uma prova física sobre as habilidades médicas de D. Isabel é-nos fornecida por um tratado de medicina em versão francesa, intitulado *Le livre des simples medicines*, de Mattheus Plantearius<sup>260</sup>, onde foi descoberta, na última página, a sua assinatura<sup>261</sup>. Segundo Lemaire e Henry o mau estado do pergaminho resulta do manuseamento intensivo do manuscrito, por parte da duquesa de Borgonha<sup>262</sup>.

Todavia, estes relatos sobre a piedade e a humildade de D. Isabel, duquesa de Borgonha, que a apresentam como cuidadora de doentes «com as suas próprias mãos», inserem-se numa regra subjacente às ordens religiosas, sobretudo aos beneditinos que o faziam nos mosteiros em cumprimento de um dever de caridade: “*A assistência médica deve ser prestada aos doentes como se fosse ao próprio Cristo*”<sup>263</sup>. Aliás, não nos podemos esquecer da sua padroeira e homónima, Santa Isabel da Hungria (1207-1231), que era ainda sua parente, embora muito afastada, já que era tia-avó, da sua tetravó, a Rainha Santa Isabel. Na época em que viveu, também ela (sendo filha do rei da Hungria e tendo casado com o landgrave da Turíngia, uma região da Alemanha) abdicou do seu

---

<sup>259</sup> TERLINDEN, Vicomte Charles – « Les relations de famille entre les maisons souveraines de Belgique et de Portugal ». *Congresso do Mundo Português*, vol. II. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 213

<sup>260</sup> 1120-1161, médico e professor da Escola de Medicina de Salerno, no sul da Península Itálica. Filho do professor Giovanni Plateo ou Plateario, o *Velho*, e da médica e professora *Sapiens Matriona* Trotula Abella, ambos da mesma escola. Mattheus foi autor de um dos tratados medievais mais ricos e detalhados sobre as propriedades curativas de plantas e minerais. *De Medicinis simplicibus* ou *De Simplici Medicina* ou ainda, *Circa Instans*, por serem estas as duas primeiras palavras do prólogo – *Circa instans negocium in simplici busmedicinisno strum versatur propositum...*, com cerca de 250 tópicos referentes a drogas medicinais, suas propriedades, história e etimologia, apresentadas alfabeticamente. Incluía, então, uma lista de simples ingredientes primários para confeccionar medicamentos. O manuscrito iniciava-se com uma descrição de cerca de 500 plantas e a sua origem geográfica, classificando-as e descrevendo os seus poderes medicinais. Foi o primeiro documento que estabeleceu os padrões para a nomenclatura das plantas. Traduzido para o francês no século XV, possui 386 ilustrações. Ainda são conhecidas algumas cópias dessa tradução em bibliotecas da Rússia e da França. O tratado foi repetidamente editado até ao século XVII. Informações retiradas do site: <http://www.godecookery.com/regimen/regimen.htm>. Também um texto em PDF retirado da net: DIAS, José Pedro Sousa – *A Farmácia e a História*. Lisboa: Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 30-31.

<sup>261</sup> Embora sumida e detectada apenas através de raios ultravioletas, segundo LEMAIRE, Claudine et HENRY, Michèle – *Ob. Cit.*, p. 74

<sup>262</sup> Em geral, os monges e as freiras que prestavam este tipo de cuidados de saúde faziam uso das plantas “os simples”, que cultivavam nas hortas (herbaria), situadas nas cercas dos mosteiros. (GUERRA, Miller – *Ob. Cit.*, p. 630)

<sup>263</sup> Idem, *Ibidem*.

estatuto de princesa e do conforto que era a sua vida e entregou-se a cuidar dos mais doentes e necessitados, com as suas próprias mãos<sup>264</sup>.

#### 4.1.4 - João Vicente, o religioso

Depois da alusão que fizemos ao relacionamento da infanta Isabel com João Vicente, pela via da medicina, talvez possamos detectar um sinal claro desse envolvimento, mas na faceta religiosa de protecção e impulsionamento de conventos dominicanos, nomeadamente S. Domingos de Benfica<sup>265</sup>, a primeira casa da observância dominicana em Portugal. Influenciada talvez por João Vicente, cujo convívio com aquele convento datava da sua mocidade<sup>266</sup>, ela protegeu-o de forma generosa, como refere o *Novo Memorial*: “... (a qual era ha que mais hanelava ha se fazer ha casa de Bem Fiqua), ho amava muito [João Vicente] e se esforçou muito ha fazer nesta casa de Bem Fiqua pelo indozimeto do virtuoso físico Mestre Johane”<sup>267</sup>. É no mesmo capítulo da primeira crónica dos Lóios que ficamos a saber que o médico, além de frequentar a corte pelos motivos já apontados, era um grande frequentador do mosteiro de S. Domingos, onde gostava de passar todo o tempo que podia<sup>268</sup>, como é referido no texto: “(...) de modo que jaa sua vida mais parecia de singular e grande religioso, pola frequetação dos acima ditos religiosos de Bem Fica (...) os visitava e cõsolava, não como sigolat mas asi como antigo religioso”<sup>269</sup>. O que nos faz acreditar que a relação de ambos era do âmbito da corte, mas também do convento de S.

---

<sup>264</sup> Foi a primeira santa a quem atribuíram o “milagre das rosas”. Em 1238, o Papa Gregório IX, de acordo com o Conselho dos Cardeais, canonizou-a em Perusa, no mesmo lugar da canonização de São Francisco de Assis. Mais tarde foi declarada Padroeira dos Irmãos da Ordem Franciscana Secular. Veja-se por todos SCHNEIDER, Reinhold – *Santa Isabel da Hungria*. Castelo Branco: Evoramons, 2005.

<sup>265</sup> Após uma doação vitalícia de D. João I (a pedido do Doutor João das Regras), datada de 22 de Maio de 1399, à ordem de S. Domingos, “(...) dos nossos paaços de bemfica da par da cidade de lixboa com todos seus pumares e ortas e entradas e saídas pera se fazer deles huu mosteiro e starem hi frades a serujço de deus (...). Chancelarias portuguesas: D. João I. vol.II, Tomo 3 [II-1468], pp. 230-231; SOUSA, Fr. Luís de – *História de S. Domingos*, Porto: Lello e Irmãos Editores, 1977, vol. I, livro, II, cap. II, p. 815.

<sup>266</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *Bispos de Lamego e Viseu ...*; “Passou a mocidade na quinta de seu pai, em Benfica, frequentando o convento dos Dominicanos (...) e pensou em fazer-se religioso de São Domingos, no convento de Benfica”, pp. 186-187

<sup>267</sup> PORTALEGRE, Paulo de – *Ob. Cit.*, pp. 84 e 85

<sup>268</sup> PINA, Isabel Castro – *Ob. Cit.*: “A relação de João Vicente com este convento manteve-se durante toda a vida. Aí se dirigiu para ingressar na vida religiosa, apesar de dissuadido pelos superiores devido à forte oposição familiar. Mais tarde, ao confrontar-se com algumas dificuldades na formação do novo instituto, voltou a considerar a possibilidade de professar no convento, ao qual tinha «muita afeição e grande inclinação»”, pp. 79-80

<sup>269</sup> PORTALEGRE, Paulo de – *Ob. Cit.*, pp. 84 e 85

Domingos de Benfica<sup>270</sup>, um centro de estudos e religiosidade de nomeada da cidade de Lisboa. É natural que a espiritualidade aí praticada se aproximasse muito da pregação do próprio S. Domingos, embora com fortes laivos da corrente conhecida como *Devotio Moderna*, corrente muito popular nos territórios do Norte da Europa, para onde a infanta foi viver a partir do final de 1429<sup>271</sup>. A verdade é que D. Isabel pode muito bem ter tomado conhecimento dela através dos vários leigos e religiosos que conheceu pessoalmente e com quem partilhava o mesmo ideal de reforma da igreja. Essa consciência e, porque não dizê-lo, responsabilidade, impulsionou-a para que no ducado de Borgonha levasse a cabo de forma mais activa, uma reforma que iniciou em Portugal.

Voltando a João Vicente, em 1420, “*reúne-se em Lisboa com alguns companheiros, entre os quais o pregador Martim Lourenço e o fidalgo Afonso Nogueira*”<sup>272</sup>, *animados pelo desejo de uma vivência espiritual renovada para os padres seculares, na igreja dos Olivais, em Lisboa*”<sup>273</sup>. Sendo tão próxima de João Vicente, como reflectem as crónicas, qual a participação que a infanta teve nestas tertúlias? Terá dado a sua opinião? Voltando ao referido grupo e não querendo aprofundar o tema com pormenores que para este estudo não são prioritários, importa dizer apenas que Mestre João Vicente acabou por fundar a ordem dos Cónegos de São João Evangelista, mais conhecida por Lóios, uma ordem religiosa portuguesa, embora aquando da sua fundação se tivesse filiado na ordem italiana dos Cónegos de S. Jorge de Alga, de Veneza, cujo fundador haveria de ser eleito papa, como Eugénio IV, e a quem João Vicente salvara a vida<sup>274</sup>.

Não admira, depois de tudo o que dissemos, que João Vicente (e também o seu amigo Martim Lourenço) tenha sido um dos membros da comitiva que acompanhou a

---

<sup>270</sup> PINA, Isabel Castro – *Ob. Cit.*, pp. 68: “*O capítulo geral da Ordem dos Pregadores, realizado em 1426 na cidade de Bolonha, confirmou como Generale, o studium do convento de S. Domingos de Lisboa, principal centro intelectual da ordem em Portugal. Todos estes estabelecimentos de ensino, sediados em Lisboa, exigiam a presença de mestres muitas vezes vindos do estrangeiro ou preparados em universidades europeias*”.

<sup>271</sup> VENTURA, Margarida Garcez – “Os bons clérigos recebem boas mercês: apontamentos para o estudo das doações régias à Ordem de São Domingos nos inícios da Dinastia de Avis”. *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Coord. Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p. 486

<sup>272</sup> Um seu irmão, Rui Nogueira, acompanhará D. Isabel à Borgonha. A ele voltaremos no capítulo III deste estudo.

<sup>273</sup> NUNES, Eduardo – *Ob. Cit.*, p. 354; PORTALEGRE, Paulo de – *Ob. Cit.*, p. 33 (int. de Cristina Sobral)

<sup>274</sup> Em 1425 obtêm a sua primeira casa, um mosteiro beneditino, em Barcelos (S. Salvador de Vilar de Frades), cedido pelo arcebispo de Braga. Em Roma, o papa Martinho V aprova a congregação em 1427.

infanta D. Isabel à Flandres, quando ela partiu em Outubro de 1429 para se casar com o duque de Borgonha<sup>275</sup>, já como cónego de S. João Evangelista e provavelmente vestido com o hábito azul adoptado. É pelo menos o que nos relata o cronista dos Lóios, no capítulo primeiro da segunda parte da crónica que temos vindo a referir: “*Qaso oferecendo-se asi, ouve de ir pera fora do regno, scilicet, pera Flandres, a Duquesa de que acima faley, cõ a qual foi acordado de ir ho devoto mãcebo amigo de Deos, ho Infãte Dom Fernãdo seu irmão, o qual, como era barão prudente e chegado a Deos, trabalhou-se de levar cõsiguo alguas pessoas devotas que elle pôde. (...) Marti Lourenço e (...) Mestre Joane (...) sendo estes padres (...) demoverõ-se a ir e nõ somente por satisfazer [o Infante e a Duquesa, ambos irmãos, e ainda per requerimento de seu padre o nobre rey Dom Joam], mas ainda por se acaso ofrecer por irem e corte de Roma (...)*”<sup>276</sup>. A ser verdade que ambos integraram a comitiva de D. Isabel, isso demonstra que cerca de nove anos depois da primeira reunião os fundadores da congregação continuam com uma relação próxima e de confiança com a corte, nomeadamente com os seus infantes. Após os festejos do casamento da infanta, já em Janeiro de 1430, ambos seguem em direcção a Roma, a fim de conseguirem do papa privilégios para a congregação.

#### **4.1.5 - Frei Martim Lourenço, o pregador**

Frei Martim Lourenço era teólogo pela universidade de Lisboa e um pregador de excepção, a quem chamavam à época «o boca de oiro»<sup>277</sup>, pela excelência da sua oratória. Encontramo-lo, em data que não conseguimos apurar, como capelão-mor de D. João I<sup>278</sup>, o que à partida revela que se tratava de um prestigiado clérigo culto e letrado.

Não é de estranhar que em 1420 (já era sacerdote) se tenha juntado a João Vicente (e Afonso Nogueira), pois conheciam-se da corte régia, já que um tratava dos males do corpo do monarca e o outro dos tormentos da alma. Essa provável intimidade

---

<sup>275</sup> *Ordens religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Autoria: Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 235

<sup>276</sup> PORTALEGRE, Paulo de – *Ob. Cit.*, p. 98. A autora da introdução e das notas desta obra adverte-nos, no entanto, para a inexistência de provas documentais no que se refere à ida destes dois cónegos na comitiva da infanta D. Isabel para a Flandres. A mesma advertência faz COSTA, António Domingues de Sousa, que não encontrou nos documentos relativos aos desposórios e casamento de D. Isabel os nomes dos religiosos em causa. Por isso se interroga: “ (...) *terá efectivamente o fundador dos Lóios acompanhado a infanta até à Flandres?*”. In *Bispos de Lamego e Viseu*, p. 217

<sup>277</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *Ob. Cit.*, p. 187

<sup>278</sup> GOMES, Rita Costa – *Ob. Cit.*, p. 114; COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 139

fez dele o principal companheiro de João Vicente nas tarefas fundacionais da nova congregação<sup>279</sup>. Como sacerdote próximo da corte e da família real, por certo terá privado com os clérigos humanistas vindos de Florença, ligados à reforma beneditina, de que já falámos anteriormente, D. Gomes, frei Estevão de Aguiar e frei Fernando Falcão.

Após as festividades que envolveram o casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha, ambos os religiosos se encaminharam para Roma, onde pretendiam confirmar a congregação e as doações à nova ordem<sup>280</sup>. Deixando para trás o que se terá passado em Roma com estas duas personalidades, vamos encontrar D. Martim Lourenço (co-fundador da ordem dos Lóios) na Flandres, em Dezembro de 1431, como confessor da duquesa D. Isabel, segundo refere numa carta um tal João Dias, enviado do abade D. Gomes<sup>281</sup>, onde o critica pelo rigor da sua postura, o que contraria os relatos inscritos no *Novo Memorial*, onde lhe é atribuído uma enorme afabilidade de carácter: “(...) amavel de todos, de benina e agradável converçsam, homee de doutrina e muito prezada amtre os principes”<sup>282</sup>. Morreu cedo, provavelmente antes de 1437, quando a congregação dava ainda os primeiros passos<sup>283</sup>.

Será que algum destes clérigos ocupou o lugar de confessor da infanta D. Isabel, enquanto ela viveu em Portugal? Provavelmente nunca o saberemos.

Como diz Isabel Castro Pina sobre este período e a propósito da onda reformista eclesiástica proporcionada pelos membros da corte de Avis: “*A observância mendicante, a renovação dos ambientes monásticos e a difusão da «devotio moderna» provocaram o desenvolvimento da literatura espiritual, devocional e sentenciosa*”<sup>284</sup>, que a infanta deve ter aproveitado para a sua instrução religiosa.

Foram estas as ligações que encontrámos entre a infanta D. Isabel, algumas instituições religiosas e homens que, individualmente e em grupo, protagonizaram e contribuíram para a reforma da igreja em Portugal, na primeira metade do século XV. E elas demonstram que a infanta esteve atenta a uma iniciativa que verdadeiramente só viria a dar frutos em meados do século seguinte. Mas que não restem dúvidas de que as

---

<sup>279</sup> PINA, Isabel Castro – *Ob. Cit.*, p. 80

<sup>280</sup> A 7 de Maio de 1431, o novo papa Eugénio IV, a quem João Vicente havia salvado a vida há anos atrás, nomeia-o bispo de Lamego. (introdução de Cristina Sobral, in *Novo Memorial*, p. 34)

<sup>281</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *Ob. Cit.*, n. r. 359<sup>a</sup>, p. 220

<sup>282</sup> PORTALEGRE, Paulo de – *Ob. Cit.*, pp. 86-87.

<sup>283</sup> PINA, Isabel Castro – *Ob. Cit.*, pp. 81

<sup>284</sup> Idem, *Ibidem*, p. 63

raízes dessa reforma estão no tempo de D. João I e D. Duarte e contaram com a ajuda da infanta D. Isabel, num contexto (rescaldo do Cisma) que à partida implicava uma solução a longo prazo. Por isso, os resultados podem não ter sido espectaculares, mas ficamos a conhecer melhor mais uma das vertentes da acção da infanta D. Isabel, que não se limitou às funções de representação e de cerimonial que esperavam dela, na corte do rei seu pai. Por outro lado, esta convivência com alguns dos clérigos mais notáveis intelectualmente e existentes à época no reino, terá sido um trunfo para a acção verdadeiramente autónoma e independente que D. Isabel levará a efeito nos territórios do ducado de Borgonha, no âmbito quer da reforma religiosa, quer do patrocínio de traduções de obras da antiguidade clássica e do foro da «*devotio moderna*», acção essa empreendida desde a sua chegada e continuada de forma sistemática ao longo dos quarenta e um anos em que foi mulher e mãe dos duques de Borgonha<sup>285</sup>.

### **5. A infanta D. Isabel na corte joanina: até que venha outra rainha a este reino!**

Depois de nos subcapítulos anteriores termos destacado as duas grandes áreas de acção da infanta D. Isabel, herdeira e administradora da “*Casa da rainha*” e elemento activo da família real na reforma da Igreja, vamos destacar o papel central na vida da corte de D. João I, após a morte de sua mãe, com alguns episódios disseminados e outros tantos dados pontuais recolhidos nas mais variadas fontes documentais e narrativas, que, embora escassas, sempre nos transmitem alguma informação. Alguns desses dados assinalam a função cerimonial ou de representação a que estava obrigada, mesmo depois do casamento do seu irmão mais velho, outros dão-nos uma dimensão mais íntima da sua actuação permitindo-nos, por certo, construir o seu percurso de forma mais sustentada. Para um conhecimento mais amplo da vida da infanta D. Isabel, não poderíamos passar sem analisar o que seria a vivência quotidiana fora do seu desempenho de administradora e gestora da sua Casa.

#### **5.1 - Função cerimonial e de representação**

Por ser a única mulher da família real, o papel simbólico e representativo que teve de abraçar colocou-a no centro do quotidiano da corte do seu pai. Que corte era agora esta, que chegou a ser caracterizada por “*um puritanismo frio, mais inglês que*

---

<sup>285</sup> Veja-se para o tema da vivência religiosa de D. Isabel de Portugal, como duquesa de Borgonha, SOMMÉ, Monique - *Isabelle de Portugal, une femme au pouvoir au XV<sup>e</sup> siècle*, cap. XVI: “La foi et les oeuvres”, pp. 451-478.

*lusitano*”<sup>286</sup>? Continuaria a ser “governada” com mão de ferro? Na opinião de Maria Helena da Cruz Coelho, D. João I e D. Filipa de Lencastre haviam “*renovado e implementado um moderno modelo de corte, centrado na casa do rei, composto pela família e pelas pessoas que a ele se vincularam e o serviam (...) corte, com a sua estrutura, etiqueta e cerimonial próprios (...) com uma formação social mais íntima e privada, que tem a sua raiz matricial no casal real e sua descendência*”<sup>287</sup>.

Os tempos eram de paz e a corte estava agora mais vazia, o rei era viúvo e estava quase com 60 anos e dois dos seus filhos, Pedro e Henrique, tinham os seus próprios ducados, onde passariam a maior parte do tempo. Em 1424, o infante D. João casa e um ano depois D. Pedro sai do reino, por três anos, para um périplo por diversas cortes europeias. Talvez as próprias palavras do rei nos ajudem a definir os parâmetros desta “nova” corte, onde se detecta o brilho, a dignidade e a ritualização<sup>288</sup>. Escreveu D. João I no seu *Livro da Montaria*, a propósito do remédio “para o cansaço do entendimento”:

*“(...) em ueer a sala muy bem guarnida de muy ricos panos, e outrosi ueer muytas donas e donzelas muy ricamente uestidas, e também caualeiros como escudeiros, que todos nom parassem mentes senom em tomar prazer (...) que se deuia alegrar em ouuir os muy doces tangeres que fazem os instrumentos (...) em tomar hua fermosa dona ou donzela polla mão e dançar com ela*”<sup>289</sup>.

Estas “novas” regras não se ficam, no entanto, pela literatura ou pela escrita do pai e dos filhos, mas elogiam todo um aparato régio, que não é esquecido, já que ajuda a definir os modelos palacianos que alojam a vida de corte. Destas palavras escritas pelo próprio rei intuímos que as distrações no interior do paço passaram a ser estimuladas, embora as actividades ao ar livre não deixassem de ter o seu lugar, como a caça, as justas e os torneios. Mas D. João I, quem sabe se incentivado pela juventude da sua única filha, considerava de grande utilidade para o “descanso do trabalho intelectual” que se organizassem bailes e saraus.

---

<sup>286</sup> SOUSA, Armindo de – “1325-1480”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2, p. 542

<sup>287</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 112

<sup>288</sup> Idem, *Ibidem*, p. 144

<sup>289</sup> *Livro da Montaria feito por D. João I, rei de Portugal*. Publicado por Francisco Maria Esteves Pereira, por ordem da Academia das Ciências de Lisboa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, pp. 11-12.

Para isso, fizeram-se obras para o alargamento e melhorias dos paços reais, criando salas para proporcionar esse ambiente de alguma sofisticação cortesã. Foi precisamente após a conquista de Ceuta (embora em data incerta), que D. João I deu início a uma grande intervenção arquitectónica no paço da vila de Sintra, assim como nos paços dos castelos de Leiria e de Lisboa. Na opinião de José Custódio Vieira da Silva, a atenção dada pelo rei às suas moradas explica-se devido à importância que “(...) a habitação dos reis e da nobreza estava a adquirir como imagem fundamental do seu poder político e elevação social, enquadrando-se na necessidade do monarca afirmar, o seu prestígio de fundador de uma nova dinastia (...)”<sup>290</sup>.

Será que D. João I queria aproveitar o pouco tempo que ainda lhe restava para uma vivência mais descontraída? Será que a infanta D. Isabel o apoiou nesse espírito ou por outro lado pretendeu manter o espírito severo imposto pela falecida mãe? Estamos em crer, mera intuição, que terá ajudado o pai numa prática menos fria para a vivência quotidiana da corte. Agora era ela o braço direito do seu pai, ficando a responsabilidade da governação para o seu irmão mais velho. Um poder no feminino, diferente sem dúvida do masculino, mas que não deixa de ser poder.

Uma das interrogações que nos proporciona esta mudança da figura feminina central, na corte avisina, prende-se com a ocupação do espaço, pela infanta, que antes estava reservado à sua mãe, isto é, a câmara, considerado um espaço físico mas também social. Teria D. Isabel transformado a sua câmara num lugar mais luxuoso? Ou permaneceria austero, como provavelmente a sua mãe o deixou? Sem qualquer tipo de inventário é difícil inferir o que quer que seja. Embora com a sua casa própria, a infanta D. Isabel não possuía um espaço físico inerente a ela, mantendo-se provavelmente junto do pai e do irmão mais velho nos paços que estes ocupavam. Quando o próprio D. Duarte, embora em data indeterminada, descreve o paço de Sintra<sup>291</sup>, não aponta quem ocupava, na itinerância da corte, determinado espaço, à excepção do rei.

Tendo sido formada pela mãe até aos 18 anos e tendo ficado ainda durante alguns anos com as mesmas donas e donzelas que haviam servido a rainha, é natural que o

---

<sup>290</sup> SILVA, J. C. Vieira – *O Palácio Nacional de Sintra*. S/l, Ippar/Scala Publishers, 2003, p. 21

<sup>291</sup> *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte, (Livro da Cartuxa)*, ed. Diplomática, transcrição de João José Alves Dias, introdução e revisão de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 166-168

serviço da sua casa não tivesse sofrido grandes alterações, no que concerne às questões do cerimonial e das práticas, assim como à corte em geral. E a grande questão que se coloca é: qual o grau de independência da casa de D. Isabel perante a vivência de uma corte em itinerância? Embora acreditando que durante 14 anos a infanta não esteve em permanência junto do seu pai, como seria a sua vivência cortesã quando o espaço era compartilhado ou por outro lado, quando estavam em locais diferenciados? Já nos vamos habituando à inexistência de fontes disponíveis para nos ajudarem a responder a esta interrogação.

Uma das práticas quotidianas da corte joanina e de todos os seus membros era, além das devoções e das práticas espirituais, o culto celebrado na capela. A rainha D. Filipa havia introduzido na capela real uma inovação à liturgia oficial: o costume de Salisbury, conhecido por *Sarum Use*, transmitindo a mesma forma de rezar aos seus filhos, como é reconhecido por alguns cronistas<sup>292</sup>. Implicava um maior grau de complexidade e de cerimonial nas missas, com a participação de vários religiosos e cantores, tendo este modo de rezar sido mantido na corte portuguesa durante algumas gerações<sup>293</sup>. Que relação tinha a Casa da infanta com o Sagrado? Estamos em crer que a sua vivência religiosa se centrava muito, aliás como tinha sido a da mãe, num elevado número de orações diárias, partilhadas provavelmente na capela real, já que estamos em crer que a infanta não possuiria uma capela autónoma da capela real (como espaço físico reservado ao culto e às devoções), já que na itinerância da corte ela provavelmente dividia o espaço com o do seu pai ou do seu irmão mais velho. De qualquer modo, quando D. Isabel se deslocava de forma autónoma na sua própria itinerância, estamos em crer que levaria no seu séquito o pessoal eclesiástico adstrito ao seu culto e que geria a sua Capela, assegurando o seu funcionamento, como sejam o capelão, o esmoler, os moços de capela e os cantores, todos sob a alçada do capelão-mor e, finalmente o confessor<sup>294</sup>. Embora as fontes registem que, por exemplo, nas terras que eram agora da infanta D. Isabel existiam os “Paços da Rainha”, nomeadamente em Alenquer, a documentação não registou, se em alguma delas existiria um espaço fixo reservado ao culto e às devoções e a existir, se ele foi alterado pela infanta ou permaneceu como sua mãe o

---

<sup>292</sup> SILVA, Manuela Santos - *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*, pp. 170-171.

<sup>293</sup> Idem, *ibidem*, p. 172

<sup>294</sup> GOMES, Rita Costa – *Ob. Cit.*, p. 28. O conceito de Capela à época abrangia também o espaço onde se guardavam os objectos litúrgicos utilizados no culto e as relíquias.

deixou. Será que D. Isabel na sua câmara possuía um oratório, ou terá herdado algum da rainha D. Filipa? E quanto às alfaias litúrgicas utilizados no culto, aos livros, ao mobiliário e adereços? É provável que utilizasse os que haviam pertencido a sua mãe.

No entanto, independentemente da religiosidade, das práticas e hábitos de piedade vinculados do rei e de todos os infantes de Avis, não se deixavam de fazer actividades profanas em uso na época, aquelas que mais os entusiasmavam e que já aludimos.

A primeira intervenção da infanta D. Isabel como cabeça do séquito feminino de donas e donzelas da corte avisina foi quando organizou a recepção ao pai e ao grupo que o acompanhava, na cidade que a vira nascer, em Setembro de 1415. A este propósito escreveu Alfredo Gândara: *“Foi ela quem, em Évora, após a empresa de Ceuta, o recebeu solenemente, na consciência da sua dignidade de representante da Nação agradecida e palpitante de orgulho e esperança, em nome da qual lhe deu as prolfasas”*<sup>295</sup>. O cronista Zurara faz desta recepção um dos episódios centrais da sua crónica, contando que após o regresso de Ceuta a frota estacionou no Algarve, em Tavira, onde o rei fez duques os filhos D. Pedro e D. Henrique, como modo de agradecimento pelos seus feitos na praça marroquina. Daí partiram para Évora onde os esperavam aquele que tinha ficado como regente do reino, o mestre da Ordem de Avis, frei Fernão Rodrigues de Sequeira, os dois infantes mais novos, D. João e D. Fernando, e a infanta D. Isabel, para uma recepção onde prevalecia a alegria do povo de Évora pela vitória. Nesse dia, relata o cronista, as ruas haviam sido limpas e as janelas engalanadas, ninguém trabalhou, o povo na rua cantava e todos vestiam as suas melhores roupas. E a crónica prossegue com uma referência ao protagonismo da infanta D. Isabel, sem esquecer a “etiqueta”: *“Todas as mulheres nobres foram ter com a Infanta, e a acompanharam até que El-Rei seu pai chegou, e então ela saiu à primeira sala acompanhada de todas aquelas nobres mulheres e com grande mesura e reverência recebeu seu pai e irmãos, e assim todos os outros homens nobres que com ele vinham cada um segundo o seu estado”*<sup>296</sup>.

Cerca de um ano depois, em Outubro de 1416, a trasladação do corpo da sua mãe a rainha D. Filipa do convento de Odivelas para o mosteiro da Batalha, foi outra das

---

<sup>295</sup> GÂNDARA, Alfredo – *Isabel filha de D. João I (prolongamento histórico de Joana d’Arc)*. Lisboa, Livraria Bernardo, 1954, p. 25

<sup>296</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. CIII, p.184

ocasiões em que se constata que ela é líder do gineceu da corte joanina. Segundo Frei Luís de Sousa o corpo foi desenterrado no dia 9, e “... *foi achado inteiro, e sem corrupção, e acompanhado de suave cheiro ...*”. Foi levado pelo rei seu marido, pelos infantes filhos de ambos, D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. João, D. Fernando, D. Isabel e “... *de grande numero de Prelados, e Clérigos, e Frades, e de todos os senhores, e fidalgos da Corte, e de muitas donas, e donzelas illustres que seguíão a Infanta dona Isabel: e em 15 de Outubro ficou depositado na capella mor ...*”<sup>297</sup>.

É evidente que esta função, atribuída naturalmente à infanta D. Isabel, era do conhecimento das cortes estrangeiras, pelo que possuímos três documentos em que esse protagonismo é reconhecido. As três missivas são enviadas da corte de Aragão.

A primeira é datada de 30 de Janeiro de 1427, “*carta da rainha regente D. Maria de Aragão ao infante D. Henrique de Portugal, a recomendar-lhe Luís de Falces, mordomo de seu marido, o qual vai cumprir voto a Santiago de Compostela e visitá-lo, assim como a el-rei de Portugal, aos infantes D. Duarte e D. Fernando e à infanta D. Isabel*”<sup>298</sup>. Vemos deste modo que a infanta D. Isabel não foi desprezada e que a rainha de Aragão a trata em pé de igualdade com toda a família.

Outra carta é a enviada pelo rei Afonso V ao rei D. João I, datada de 8 de Fevereiro de 1428, no contexto do futuro consórcio entre o primogénito português e a irmã do monarca de Aragão. O conteúdo recomenda dois músicos, um tocador de órgão e outro de harpa, a passarem alguns dias na corte portuguesa antes da chegada da noiva aragonesa. Em nota de rodapé desta carta, os seus editores acrescentam que, com data do dia seguinte, carta idêntica foi enviada a outros destinatários, entre eles a infanta D. Isabel<sup>299</sup>.

Finalmente, uma nova carta do rei de Aragão, datada de 16 de Agosto de 1428, dirigida a todos os infantes (à excepção de D. Duarte, futuro cunhado), recomenda-lhes um seu emissário, doutor em leis, para que tivessem em atenção o que ele ia explicar da parte do monarca aragonês (não sabemos qual o conteúdo das conversas, mas por certo

---

<sup>297</sup> SOUSA, Fr. Luís de – *Ob. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. XXV, p. 671

<sup>298</sup> *Monumenta Henricina*, vol. XV e Suplemento, doc. 23, p. 224

<sup>299</sup> *Idem*, Idem, doc. 90, pp. 179-180

teria que ver com o casamento da sua irmã D. Leonor com o primogénito)<sup>300</sup>. Nada de extraordinário, se o rei Afonso V não tivesse enviado uma carta de igual conteúdo, endereçada exclusivamente à infanta D. Isabel<sup>301</sup>. Provavelmente por já saber, através do contrato de casamento, que a Casa que ela administrava e geria em parte iria reverter para sua irmã logo após o casamento com D. Duarte. Estas três cartas endereçadas pessoalmente à infanta D. Isabel podem não passar de mera cortesia e etiqueta, mas não deixam de revelar que a infanta D. Isabel não vivia esquecida na corte.

No âmbito dos casamentos dos seus irmãos, nomeadamente do infante D. João e de D. Duarte, não sabemos até que ponto houve um envolvimento claro de D. Isabel na preparação da cerimónia e dos festejos. Para o infante D. João não temos qualquer relato, mas para D. Duarte temos a carta que o infante D. Henrique escreveu ao pai (que não esteve presente nas cerimónias por se achar doente) relatando os acontecimentos, datada de 22 de Setembro de 1428: nem por uma vez é citado o nome da infanta D. Isabel ou do infante D. João<sup>302</sup>. O que nos dá legitimidade para imaginar que a infanta ficou junto do pai e não participou no casamento do seu irmão mais velho.

Avancemos no tempo. O rei D. João I apenas conhecerá a sua nova nora no dia de Natal de 1428, numa recepção dada em Estremoz, que pela descrição supomos magnífica. Foi incluída na crónica de Jean Le Févre, senhor de Saint-Remy<sup>303</sup>. Pela descrição apresentada, inferimos que, tal como D. João I, também a sua filha só naquela ocasião tomou contacto com a mais recente cunhada, se tivermos em conta a probabilidade da infanta D. Isabel não ter estado no casamento do irmão mais velho, como já referimos. Esta descrição tem algum interesse para o nosso estudo, sobretudo porque é a única que conhecemos que nos transmite a forma de vestir da infanta para a recepção à sua cunhada e a sua posição no respectivo desfile, revelando-nos o lugar de primordial importância que ocupava no cerimonial de corte, junto do pai e dos irmãos.

---

<sup>300</sup> *Idem*, *Idem*, doc. 39, pp. 238-239

<sup>301</sup> *Idem*, *Idem*, doc. 40, pp. 239-240

<sup>302</sup> *Idem*, vol. III, doc.125, pp. 255-259

<sup>303</sup> SAINT-REMY, Jean Le Févre, seigneur de - *Chronique*, t. II. Paris: F. Morand, 1881, cap. CLXII, pp. 151-158; MARQUES, A. H. de Oliveira “O Portugal do tempo do Infante D. Pedro visto por estrangeiros (A Embaixada Borguinhã de 1428-29)”. *Biblos*, Vol. LXIX. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993. pp. 59-78; *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle ...*, appendice II, pp. 511-513. Cresce que tal relato tenha sido escrito por um rei de armas chamado Flandre, que veio na comitiva borgonhesa que acabara de atracar em Lisboa. Sabendo que a corte estava em Estremoz, enviaram este rei de armas avisando que a embaixada acabara de chegar. Flandre aproveitou o momento para o relatar.

A aparência ajudava a manter quer o *status*, quer a imagem do monarca e dos infantes, sendo a roupa um indicativo de distinção social, logo uma manifestação de poder. Os cerimoniais da corte, já o referimos, tinham usos codificados e regulamentados, embora como refere Maria Helena da Cruz Coelho, para o tempo de D. João I “*nenhuma ordenação nos chegou*”<sup>304</sup>.

Para os vários locais do itinerário que D. Leonor de Aragão haveria de percorrer, o rei enviou diferentes grupos para a receberem. O terceiro grupo era constituído por D. Isabel e pelo irmão D. Henrique, que chegaram na companhia de muitas donas, donzelas e pajens, todos ricamente vestidos. Diz o cronista que vinham a cavalo, ajaezados ricamente, particularizando a imagem da infanta da seguinte forma:

*«Ladicte infante de Portingal avoit, par dessus sa vesture, ung riche manteau fendu aix deux costés, ung chapperon en gorge de velours bleu, et dessus, ung chappel de Brabant, brochié d’or; et cuidoient aucun que se fust ung chevalier»*<sup>305</sup>.

Sem dúvida que a “moda”, como uma questão de aparência, sempre foi pautada por variáveis temporais, mas também contextuais, sendo a roupa feminina a que mais evidenciava uma dicotomia de mentalidades. Por um lado, o pensamento clerical que exige esconder o corpo, por outro, o pensamento dos outros homens que gostava de apreciar o corpo feminino. Chegados ao século XV, o vestuário feminino exalta os atributos da feminilidade, ou seja da sedução, alongando o corpo através da cauda, pondo em evidência o colo e o busto com decotes e as curvas das ancas. Juntando à forma a qualidade dos tecidos, os ornamentos, os acessórios e os enfeites, o resultado continuava a ser dúbio: por um lado, o espanto e o fascínio pelo luxo, pela cor e pelo brilho, por outro, a condenação moral pela lascívia que a imagem provocaria nos homens. Mas as mulheres que utilizaram a forma de vestir com intuito de modelarem a sua personalidade social individual, embora minoritárias, existiram. Travestiram-se e transgrediram a moda em uso nas cortes e entre as mulheres de alta condição, ligando o traje à sua própria identidade, à sua própria natureza, expressando a sua realidade, parecendo ser este o caso da infanta D. Isabel, embora não saibamos se este modo de vestir, que causou estranheza ao relator por não ser vulgar na sua terra de origem, se

---

<sup>304</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 144

<sup>305</sup> SAINT-REMY, Jean Le Févre, seigneur de – *Ob. Cit.*, p. 153

prendia com um pudor de influência religiosa, segundo o qual cobrir o corpo era uma obrigação, ou se, por outro lado, se prendia com uma questão de personalidade, não vendo a infanta, qualquer necessidade de se exhibir.

Pela descrição do cronista, o desfile foi sumptuoso, destacando-se o luxo, a ostentação e a profusão ornamental, numa notável manifestação do poder real. Ora o que consideramos curioso neste relato é o comentário sobre as parecenças da infanta com um cavaleiro. Pela capa sem lados com grandes aberturas laterais que tapava o vestido? Pelo turbante sobre o qual foi colocado um “chapel” de Brabante, que, infelizmente, não conseguimos identificar? Ou pela maneira como montava a cavalo? Sabemos que o tecido da capa era luxuoso e o “chapel” de Brabante era em veludo debruado a ouro. Estando em pleno Inverno, parece-nos natural este tipo de vestimenta para resguardar do frio. Como não temos qualquer descrição do vestido por debaixo da capa rachada, não podemos inferir se a infanta estava vestida segundo a última moda nas cortes europeias da época.

O relato prossegue com um banquete, que teve lugar após o serviço religioso. Os banquetes reais estavam submetidos a regras da etiqueta e do cerimonial muito exigentes. Em regra a mesa do rei era colocada num estrado, isto é, num local mais elevado, dada a proeminência da figura real, sendo a mesa forrada com uma toalha feita de um pano mais ou menos luxuoso. Dado que o banquete pretendia homenagear D. Leonor foi esta que se sentou à direita do seu sogro, ficando a infanta D. Isabel à esquerda do seu pai. Os infantes seus irmãos, à exceção de D. Duarte, fizeram o serviço de mesa, segundo o uso da corte portuguesa<sup>306</sup>.

Em suma, estes ritos ocasionais como os casamentos, os baptismos, as festividades religiosas anuais, as entradas régias, as recepções a embaixadores, os banquetes, etc., não sendo uma prática do quotidiano, exigiam a presença da filha do rei. A vivência diária na corte joanina da infanta D. Isabel, líder do gineceu cortesão, lugar desempenhado anteriormente pela rainha-mãe D. Filipa, não se limitava à religiosidade ou às práticas femininas próprias de uma princesa, já que a atenção prestada aos seus familiares, servidores e moradores, era da sua responsabilidade, bem como um exemplo

---

<sup>306</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob. Cit.*, p. 155. Haveremos de voltar ao cerimonial e à etiqueta da corte portuguesa, no que aos banquetes diz respeito, no próximo capítulo, quando a homenageada for a infanta D. Isabel.

comportamental a seguir. Da mesma forma, acompanhar o pai, o irmão e os demais cortesãos nos serões de leitura em voz alta, nos bailes, nos jogos, fossem eles físicos, como as justas, ou mentais como o xadrez, ou, até na caça, era não só uma obrigação protocolar, como demonstrava a importância da figura do rei, da sua família e da corte.

## 5.2 – Confirmando um documento em nome do rei

Através da Chancelaria de D. João I verificamos que em 1396 o rei “*confirmou e outorgou aos mareantes da ujlla de faarom todos seus priujllegios foros liberdades e boons custumes de que sempre husaram etc*”<sup>307</sup>. Ora, em 19 de Fevereiro de 1429, a infanta D. Isabel confirma por carta aos mareantes de Faro os privilégios já concedidos por D. João I. Infelizmente não possuímos o original de tal documento, tendo esta informação sido retirada da obra que Alberto Iria dedicou ao Algarve e aos Descobrimentos e de que onde apenas viu o volume com os traslados dos originais, bastante mais tardio, constituído por 257 fólios; a carta assinada por D. Isabel estaria no fl. 22<sup>308</sup>. Acharmos de especial interesse este facto, já que prova que a infanta tinha poderes para assinar documentos administrativos, fora da área de influência da sua Casa. Na data em que o fez, com toda a probabilidade a infanta ainda estava em Avis, na companhia do pai e dos irmãos, recebendo a embaixada borgonhesa do duque Filipe. Faro nem sequer pertencia à sua casa. Porque lhe foi dada esta incumbência? Prova de confiança do pai? Questões que eventualmente nunca terão uma resposta. Nas várias obras que consultámos, há quem refira que a infanta utilizou letras de câmbio nas transferências de dinheiro para o estrangeiro, mas não conseguimos essa confirmação das fontes.

No entanto, gostaríamos de divulgar uma das muitas opiniões que se foram formando, na Bélgica actual, sobre D. Isabel e no que ao seu passado de infanta diz respeito. Em 2009, foi editado o catálogo de uma exposição sobre Carlos, o Temerário, em que Susan Marti escreve o seguinte: “*Conformément à la costume portugaise, elle est associée au gouvernement, à l’administration et à la gestion des finances où elle*

---

<sup>307</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. II, Tomo 2, doc. 1072, p. 258.

<sup>308</sup> *Descobrimentos Portugueses (documentos para a sua história): O Algarve e os descobrimentos*. Vol. II – Tomo I. Publicados por Alberto Iria e prefaciado por João Martins da Silva Marques. Lisboa: Edição do Instituto de Alta Cultura, 1956, p. 50

*acquiert de l'expérience*”<sup>309</sup>. Infelizmente não conseguimos saber de onde esta autora retirou tal informação, mas não deixa de ser interessante que a expresse desta forma.

### 5.3 – Assinando os seus próprios documentos

Quando abordámos a Casa da Infanta, nomeadamente as cartas do *Tombo de Óbidos* que chegaram até nós trasladadas num volume existente no Arquivo Municipal de Óbidos, não tínhamos como verificar a ortografia da infanta D. Isabel. Estes documentos oficiais eram redigidos por escrivães ou tabeliães ao seu serviço, responsáveis pelos pormenores legais, mas a forma de utilizar as palavras e os argumentos esgrimidos, num estilo objectivo e muito firme, são elucidativos da sua personalidade. E não diferenciava os destinatários, fossem eles os juízes ou vereadores (exigindo-lhes o que era seu por direito ou ordenando fazer segundo a sua vontade) ou D. Gomes, um eclesiástico da maior importância para a corte portuguesa e para Roma, aconselhando-o à reconciliação com os antigos companheiros. Este cunho tão pessoal demonstra bem a facilidade com que utilizava as palavras: nada ficava por dizer e dizia-o de forma clara e directa. Quem utiliza a palavra escrita com esta habilidade, demonstra bem que teve uma formação sustentada e exigente, como aliás verificámos no primeiro capítulo deste estudo. Administrar a sua Casa, onde prestavam serviço muitos homens e muitas mulheres, onde se recebiam bens e mercadorias e se pagavam salários e moradias, eram, entre outras, actividades rotineiras para o seu bom funcionamento, onde a escrita tinha, obrigatoriamente, um lugar privilegiado, embora estas cartas, não nos dêem a dimensão da grafia da infanta, por serem, como dissemos, trasladados. Se a infanta escrevia não o podemos afirmar, embora a existência de uma carta do Tombo de Óbidos a que já fizemos referência, não tenha no final qualquer menção ao escrivão ou tabelião que a fez, ao contrário de todas as outras e como era hábito<sup>310</sup>. Para numerosos casos, nesta época, não temos outra «unidade de medida» senão as assinaturas feitas nesses documentos oficiais. Felizmente, para a infanta D. Isabel, possuímos três cartas em pergaminho, que se encontram no ANTT<sup>311</sup>, que ela assinou e selou: “*assignada per minha mão e asseellada com o meu seelo*”.

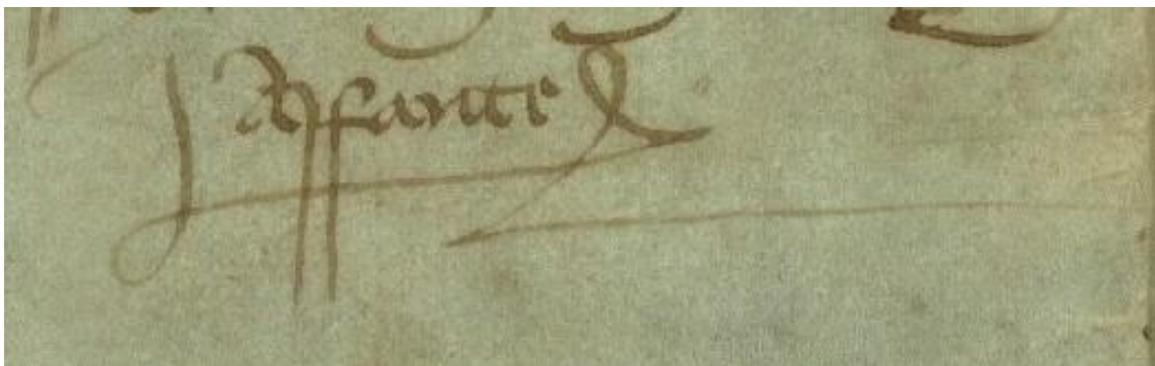
---

<sup>309</sup> *Catalogue de l'Exposition «Charles Le Téméraire (1433-1477)»*, dir. Susan Marti, Till-Holger Borchert et Gabriele Keck. Bruges: Fonds Mercator, 2009, p. 27

<sup>310</sup> Anexo A-III, carta 5

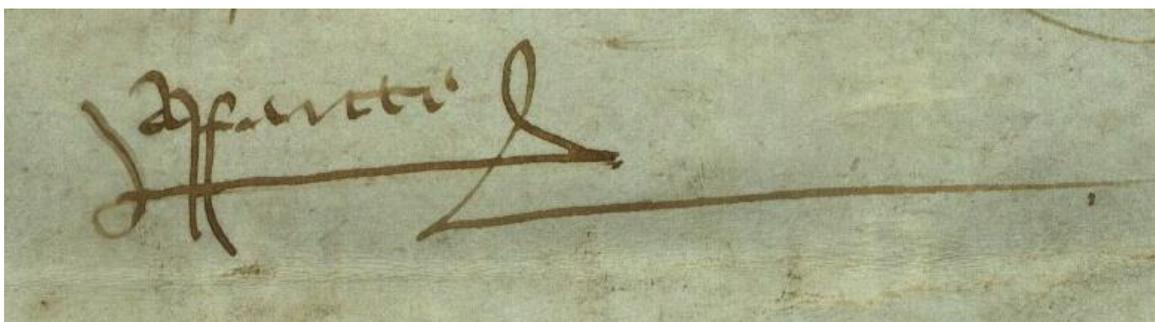
<sup>311</sup> ANTT/Colecção Especial, cx. 72, mç. 26, docs. 1, 2 e 3

**Documento de 1419: a ifante**



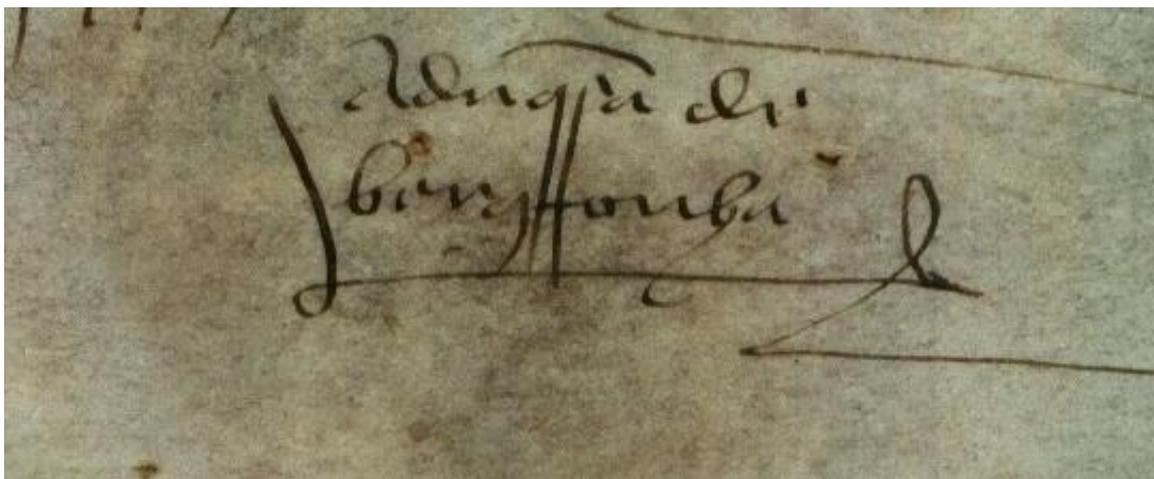
A close-up photograph of a handwritten signature in brown ink on aged, yellowish paper. The signature is written in a cursive script and reads "J. Infante". The ink is slightly faded, and the paper shows signs of wear and discoloration.

**Documento de 1426: a ifante**



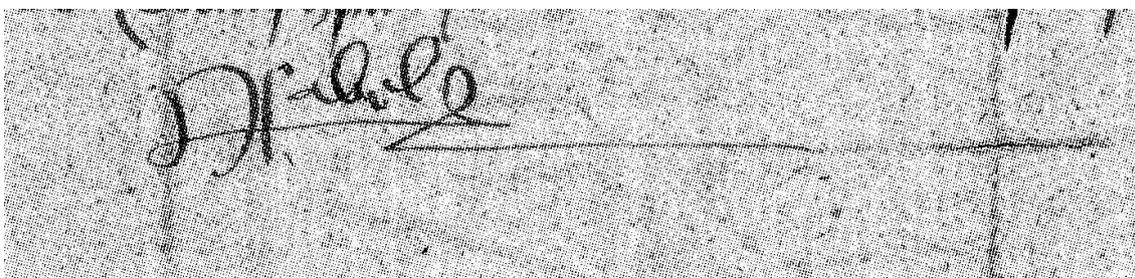
A close-up photograph of a handwritten signature in brown ink on aged, yellowish paper. The signature is written in a cursive script and reads "J. Infante". The ink is slightly faded, and the paper shows signs of wear and discoloration.

### Documento de 1429: *a duquesa de Borgonha*



Verificamos que nestas assinaturas não há nada de decorativo ou complexo. É uma assinatura simples, concreta e genuína, onde apenas o traço alongado de um extremo ao outro parece querer destacar o nome. É aliás o traço que predomina nas duas assinaturas, uma espécie de protecção ao seu nome. É um conjunto seguro e flexível. Embora o conteúdo se altere na assinatura de 1429 (visto o documento datar de 13 de Setembro e a infanta D. Isabel ter casado por procuração, no dia 25 de Julho, assumindo a partir dessa data a condição de mulher do duque de Borgonha, logo de duquesa), o remate permanece igual entre 1419 e 1429 e até o facto de ter alterado o conteúdo da sua assinatura demonstra bem um certo à-vontade em o fazer. Não sabemos se este início e remate que resguarda a assinatura da infanta tinham algum significado, mas constatamos que a sua assinatura na Borgonha mantém o mesmo início e o mesmo remate, embora sem a designação de duquesa de Borgonha, mas apenas: *Isabel*.

### Documento de 1438: *Isabel*



Há, nestas assinaturas, uma coerência e uma consistência na forma, que coincidem com a simplicidade como se designa a si própria. A propósito da escrita,

recorremos às palavras de Maria José Azevedo Santos: “*A escrita comanda tudo e todos, mesmo aqueles que não a sabem fazer nem a podem ler: controla, fiscaliza, legitima, estabelece direitos e deveres, cria memória individual e colectiva, perpetua acontecimentos*”<sup>312</sup>.

Em geral, estes documentos depois de escritos e assinados eram dobrados e fechados, neles se colocando um selo de modo a autenticá-los. Derramava-se um pouco de cera vermelha sobre o pergaminho ou o papel e de seguida calcava-se com o sinete, deixando um desenho pessoal impresso na cera, uma espécie de brasão ou símbolo pessoal, composição que desconhecemos no caso da infanta D. Isabel. Possuímos o anverso destes três documentos, apenas o de 1419 não tem qualquer marca, os outros dois possuíram o selo da infanta, como aliás a própria refere ao finalizar as cartas. No entanto, a voragem dos tempos não permite que se vislumbre qualquer símbolo registado. Resta apenas a marca vermelha, redonda, deixada pelo selo da infanta D. Isabel. Duas das cartas do Tombo de Óbidos, das quais apenas conhecemos os traslados e não os originais como as anteriores, finalizam dizendo que foram seladas com o camafeu da infanta<sup>313</sup>.

## **6. A convivência da infanta D. Isabel com o pai e os irmãos**

Mais uma vez as crónicas coevas omitem, praticamente, qualquer comentário feito a este respeito. Desinteresse dos cronistas ou exigência dos “encomendadores”? No entanto, e para o período após a morte da mãe, podemos sempre interpretar alguns aspectos recolhidos de forma avulsa nas diversas fontes disponíveis.

No século XVI, Duarte Nunes de Leão, na crónica que dedica ao pai da infanta D. Isabel, escreve o seguinte: “*foi huma Princeza de grandes virtudes, e perfeições, sem cujo conselho o Duque não movia cousa alguma de paz, nem de guerra por seu grande aviso, e prudencia*”<sup>314</sup>. Na mesma época, Pedro de Mariz refere que o duque Filipe celebrou de forma magnífica e com grande aparato este seu terceiro casamento, não só

---

<sup>312</sup> SANTOS, Maria José Azevedo- *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004, p. 14

<sup>313</sup> Para o irmão D. Henrique sabemos que tinha o selo com o seu camafeu e o sinete com as suas armas (embora se desconheça a composição), *Monumenta Henricina*, vol. III, p. XIV

<sup>314</sup> LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal: Crónica de D. João I e de D. Afonso V*. Porto: Lello e Irmão, 1975, p. 720

devido à majestade do rei seu sogro, mas também “*pelas excelências da nova Princeza; que foy de taõ valeroso animo, e de tanta prudencia dotada, que sem seu parecer não fazia o Duque seu marido cousa alguma, tudo ella governava, e regia*”<sup>315</sup>.

Dois séculos mais tarde a historiografia do século XVIII repete esta ideia. O autor da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* refere-se à infanta nos seguintes moldes: “*dotada de rara fermosura, e de tantas perfeições, e virtudes, que a deixou recomendavel aos seculos futuros*”<sup>316</sup>. O que nos acrescenta pouco, parecendo mais um retrato estereotipado de uma qualquer princesa, exaltando logicamente a sua beleza. Finalmente, e pela mesma altura, Joseph Soares da Sylva acrescenta a importância que D. Isabel teve para o pai, quando este ficou viúvo: “*Era tanta a sua prudencia, e juízo, que seu pay, e depois seu marido se valeraõ muitas vezes do seu conselho nos negocios mais arduos*”<sup>317</sup>. Sem esquecer que “*Foram taõ notorias as muitas perfeçoens, e virtudes de que a natureza, e a graça haviaõ dotado a Infanta D. Isabel...*”<sup>318</sup>.

No entanto, quer o cronista Fernão Lopes, quer o próprio D. Duarte escreveram sobre o relacionamento dos filhos com o pai. A este propósito, escreve Manuela Santos Silva na biografia da mãe dos infantes: “*Falavam-lhe, porém, sempre verdade. E o rei sabia que com eles podia contar, fosse na aceitação de cargos e tarefas, na deslocação à corte a seu pedido, na participação em cerimónias que o engradeciam e à monarquia, ou quando se encontrava doente. E, em compensação, sabiam que ele estava também disponível para os aconselhar e os ajudar em tudo o que precisassem*”<sup>319</sup>. Após a morte da mãe, esta descrição sobre o relacionamento do rei com os filhos, sobretudo com a infanta D. Isabel, parece-nos muito verosímil e assenta bem com o que diz a maioria dos autores, que sugerem uma relação muito próxima da infanta com o seu pai: *a filha querida!*, como sugerem alguns. Embora com fama de romancear bastante, o conde de Sabugosa chega mesmo a dizer que a infanta acompanhava sempre o rei seu pai, que se acostumara a ouvir a voz ajuizada da filha, que tanto lhe recordava a dedicada mulher,

---

<sup>315</sup> MARIZ, Pedro de – *Dialogos de Varia Historia em que se referem as vidas dos senhores Reys de Portugal*, vol. I. S/1, 1749, p. 239

<sup>316</sup> SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, Lda., 1946, p. 67

<sup>317</sup> SYLVA, Joseph Soares da - *Memórias para a História de Portugal que comprehendem o Governo del Rey D. João I: 1383 até 1433*. Tomo Primeiro. Lisboa: Officina de Joseph António da Sylva, 1730, p. 519

<sup>318</sup> Idem, *Ibidem*, p. 515

<sup>319</sup> SILVA, Manuela Santos - *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*, p. 180

nunca deixando de a consultar nos casos íntimos de consciência política, que nem sempre lhe aprazia expor aos filhos, e que com ela tinha mais jeito de confidenciar. E interroga-se o citado Conde sobre a tardança no casamento desta princesa, cujo dote agradaria por certo a qualquer casa reinante ou principesca: “*Egoísmo de velho? Preguiça de vontade? Exagero de coração?*”<sup>320</sup>. Helena Maria de Resende sugere que podia ter que ver com “*o grande carinho e estima que ligava pai e filha e possivelmente no apoio prestado pela infanta, quer na educação dos irmãos mais novos quer na orientação da vida política, uma vez que era possuidora de uma inteligência viva e de um espírito sagaz, incomuns nas jovens da época*”<sup>321</sup>.

São conhecidos os laços afectivos que D. Filipa de Lencastre soubera reforçar entre os membros da sua família. O cronista Zurara fez questão de relatar a alegada conversa avisada havida entre a rainha moribunda e o seu primogénito, sobre a amizade e a união que entre todos eles deveria existir e que nunca deixasse que a inveja de outros os separasse<sup>322</sup>. Não custa a acreditar que D. Duarte tivesse contado com a solidariedade da infanta D. Isabel, para que esta união nunca se tivesse quebrado, embora em alguns momentos ela tenha sido periclitante. Neste contexto de união familiar detectámos algumas ocasiões em que os seis irmãos partilharam os mesmos espaços. Foi o caso, já referido, da trasladação do corpo da mãe, D. Filipa de Lencastre, acompanhado por todos os membros da família, em 1416.

Não encontramos qualquer outra referência nem modo de averiguar outro qualquer acontecimento que tenha juntado todo o clã, até ao dia de Natal de 1428, na recepção à infanta Leonor de Aragão, em Estremoz, organizada por D. João I. No ano seguinte, em Setembro de 1429, a família volta a reunir-se no banquete de despedida à duquesa de Borgonha, organizado por D. Duarte.

Comecemos, exactamente, pelo irmão mais velho de quem a separavam cerca de seis anos. No seu *Leal Conselheiro*, no capítulo que dedica às “maneiras de amar”, D. Duarte confessa: “*E a Duquesa de Bregonha, minha muito prezada e amada irmã,*

---

<sup>320</sup> SABUGOSA, Conde de – *Gente d’Algo*, pp. 66-67

<sup>321</sup> RESENDE, Helena Maria de – “D. Isabel, uma infanta portuguesa no ducado da Borgonha”. in “*O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa, Congresso Internacional, I*”. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 154

<sup>322</sup> ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XLII, p. 94

*nunca tão perfeitamente sentiu minha boa vontade como desde que foi destes reinos partida.*”<sup>323</sup>, o que nos leva a inferir que a ausência desta irmã lhe deixou uma profunda saudade, difícil de colmatar, embora tenha sido a sua falta que despertou o sentimento que por ela tinha. Pelo hábito da sua presença ou por ter sido sempre uma conselheira serena e avisada? Sabemos que, no decorrer de 1428, ambos os irmãos uniram esforços para conciliarem alguns eclesiásticos com quem estavam há muito a trabalhar na reforma da igreja em Portugal, como já referimos. As energias despendidas durante cerca de meia dúzia de anos para conseguir um bom casamento com benefícios para o reino, mas que por outro lado proporcionasse uma aliança que valorizasse a sua irmã, teve sem dúvida a sua mão, responsável máximo que foi pelo contrato de casamento. Não foi por acaso que no testamento de D. João I, redigido a 4 de Outubro de 1426, o rei mandou e estabeleceu que D. Duarte “*aja em sua guarda e encomenda*”, no topo das responsabilidades e antes de todos os outros irmãos e sobrinhos que são enumerados, “*a ifamte dona Jsabell, mynha filha, sua jrmãa (...). E os ajude a casar e alojar e lhes faça toda homrra e bem que poder*”<sup>324</sup>. Talvez por esta exigência do rei no seu testamento, as grandiosas festividades aquando da despedida do reino de D. Isabel, foram suportadas por D. Duarte. Uma vez na Borgonha, a infanta-duquesa D. Isabel solicitou várias mercês, escrevendo uma série de cartas de recomendação ao rei seu irmão, para interceder a favor de alguns daqueles que a haviam servido enquanto infanta de Portugal<sup>325</sup>. Finalmente, na sequência da conferência de Arras (1435), a duquesa envia ao rei seu irmão uma longa carta explicativa da opção tomada pelo seu marido de se reconciliar com a França em detrimento de um entendimento claro com a Inglaterra, levando os enviados desta a abandonar a conferência sob protesto<sup>326</sup>. É claro que o conteúdo desta missiva é meramente do foro político-diplomático, sem que nela existe qualquer diligência mais pessoal ou qualquer ponta de afectividade. Não sabemos mesmo se existiu correspondência meramente pessoal entre a duquesa e os seus familiares portugueses. É possível que sim, mas não restam quaisquer sinais dela.

---

<sup>323</sup> DUARTE, D. – *Leal Conselheiro*, p. 219

<sup>324</sup> *Monumenta Henricina*, vol. X, doc. 70, pp. 131-139

<sup>325</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. III (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

<sup>326</sup> *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, pp. 97-99; *La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*, pp. 67-69

Desde que D. Pedro, de quem distava apenas 4 anos, requereu à mãe de ambos, no leito de morte, que deixasse para a sua irmã tudo o que lhe pertencia, até à tragédia de Alfarrobeira, não encontramos indícios de uma ligação mais íntima ou profunda entre ambos os irmãos. É certo que D. Pedro esteve ausente do reino cerca de três anos e é provável que quando passou pela Flandres, tenha tentado influenciar o futuro cunhado para aceitar a proposta de casamento que o seu pai e o seu irmão mais velho tentavam há muito fazer aceitar ao duque Filipe ou, pelo menos, tenha pressionado o primo inglês, o duque de Bedford, cunhado de Filipe, para que aconselhasse este a casar com D. Isabel. Mas isto são apenas suposições. Um facto assinalável é que D. Pedro não esteve presente nem na ratificação do contrato de casamento da irmã, nem na cerimónia que no paço da Alcáçova de Lisboa uniu por procuração a infanta à casa de Borgonha. No entanto, enquanto regente da coroa na menoridade de D. Afonso V, D. Pedro sempre se mostrou receptivo aos pedidos da irmã, no que concerne às mercês e privilégios com que esta queria premiar os seus antigos servidores<sup>327</sup>, bem como para isentar a sua nau borgonhesa (que trazia e levava de retorno variada mercadoria) do pagamento de dízimas e portagens. Mas a duquesa haveria de colocar em prática as últimas palavras “proferidas” pela mãe pouco antes de morrer, quanto à união fraternal entre todos os irmãos<sup>328</sup>: D. Isabel foi a *Antígona* de que D. Pedro e os seus filhos precisaram, em 1449, depois da fatídica batalha de Alfarrobeira. Incansável perante tudo e todos para que se fizesse justiça à memória do seu irmão e um funeral digno do seu estado, a duquesa não descansou enquanto não teve junto de si três dos seis sobrinhos, a quem tratou como se fossem seus filhos, mantendo de igual modo uma especial atenção e ligação para com os restantes.

Quanto ao irmão D. Henrique, com quem apenas fazia diferença de três anos, as ligações são igualmente ténues, embora tenha sido junto dele que apareceu na recepção à mulher de D. Duarte, Leonor de Aragão, em Estremoz, no final do ano de 1428<sup>329</sup>. No entanto, D. Henrique terá sido um dos maiores entusiastas do casamento da irmã com o duque de Borgonha, adivinhando uma provável e profícua aliança para a cruzada contra

---

<sup>327</sup> VITERBO, Sousa – “Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha. Notas documentais para a sua biografia e para a história das relações entre Portugal e a Borgonha”. *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, 1905, vol. III, nºs 3 e 4, pp. 81-106

<sup>328</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Ob. Cit.*, cap. XLIII, p. 96

<sup>329</sup> SAINT-REMY, Jean Le Févre, seigneur de – *Ob. Cit.*, p. 153

o infiel<sup>330</sup>. Não é pois de admirar que tenha contribuído para o dote da irmã, com algumas peças pessoais de valor, que mandou penhorar para o efeito<sup>331</sup>. Já como duquesa de Borgonha, as ligações entre ambos os irmãos destacam-se de uma forma mais visível até pelo facto de durante muitos anos eles terem sido os dois únicos membros da ínclita geração vivos<sup>332</sup>, sendo por isso a ligação de maior longevidade. Por exemplo, na opinião de J. P. Oliveira e Costa parece ter existido “*uma operação coordenada entre borgonheses e a Casa de Viseu*” para a construção de caravelas, a embarcação que deu alento aos Descobrimentos Portugueses, e em que o papel de D. Isabel terá sido relevante, dada a responsabilidade que tinha no governo do ducado de Borgonha<sup>333</sup>. O mesmo autor acrescenta ainda que a ocupação dos Açores foi uma colaboração entre D. Henrique e a duquesa sua irmã, já que em 1450 será confiada a capitania da ilha Terceira a um flamengo, Jacome de Bruges, prosseguindo esta colaboração durante as décadas seguintes, com o envio de mais flamengos para povoarem (principalmente) as ilhas do grupo central<sup>334</sup>. Finalmente, através do relato de Luís de Cadamosto, um veneziano que por “mero acaso” acabou ao serviço de D. Henrique, participando em viagens por África, durante os anos de 1455-56, somos informados de uma oferta que o infante enviou à sua irmã, na Borgonha: “*Foi-me dado pelo dito senhor [um negro chamado Guminansa] outro pé de elefante, que medi mais vezes debaixo da sola, e o achei da grossura de três palmos e um dedo, quer de cumprimento, quer de largura, e de todos os lados. Também o apresentei, com um dente de doze palmos de cumprimento ao dito senhor Infante, ele enviou tudo como um grande presente à senhora Duquesa de Borgonha*”<sup>335</sup>.

Restam os irmãos mais novos de D. Isabel: João e Fernando, com os quais pelo menos até à morte de D. Filipa teve uma relação por certo bastante íntima, já que devem ter sido criados juntos. Após a morte da mãe, o pai e os restantes irmãos partem para Ceuta, ficando D. Isabel e estes dois irmãos “*sob governo do mestre de Aviz a quem o*

---

<sup>330</sup> SCHULZ, Werner – *Andreaskreuz und Christusorden – Isabella von Portugal und der burgundische Kreuzzug*. Freiburg: Universitat Freiburg, 1976, pp. 81 e 92

<sup>331</sup> *Monumenta Henricina*, vol. IV, doc. 25, pp. 126-128

<sup>332</sup> O rei D. Duarte foi o primeiro a morrer, em 1438. Seguiu-se-lhe o infante D. João, em 1442. D. Fernando, em 1443 e finalmente, o infante D. Pedro, em 1449. D. Henrique morrerá em 1460, sendo D. Isabel a última representante da ínclita geração a deixar o mundo dos vivos: apenas em 1471.

<sup>333</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e – *Henrique, o Infante*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 280

<sup>334</sup> Idem, *ibidem*, p. 293

<sup>335</sup> *Descobrimentos Portugueses (documentos para a sua história)*, suplemento ao Vol. I, doc. 134

*governo deste reino ficou encomendado*”<sup>336</sup>. Assim se mantêm até ao regresso do pai, que após a tomada de Ceuta estancia no Algarve e logo depois parte para Évora onde assiste a uma calorosa recepção, para comemorar os feitos de Ceuta. O cronista não refere se os três irmãos que participaram na tomada de Ceuta acompanharam o pai a Évora<sup>337</sup>. É provável que estivessem os três juntos no casamento do infante D. João, realizado em 1424, mas as fontes não o registaram. Alguns anos mais tarde, ambos os irmãos são testemunhas no contrato de casamento da infanta D. Isabel (aliás, à excepção de D. Pedro, todos os irmãos são testemunhas do dito contrato)<sup>338</sup> e estão presentes na cerimónia de casamento por procuração, no paço da Alcáçova de Lisboa.

Se do relacionamento da infanta com os três irmãos mais velhos considerámos escassas as informações, em relação ao infante D. João, de que era mais velha quatro anos, além do que já apontámos não dispomos de qualquer outra notícia.

O benjamim da família deve ter sido aquele que mais presente sempre esteve na sua vida de infanta. Quando Fernando nasceu, Isabel contava seis anos. Era evidentemente ainda muito nova, mas depressa percebeu que o seu irmão era diferente. A rainha-mãe teve uma gravidez, diríamos hoje, de alto risco<sup>339</sup> e o infante “*veyo taõ mortificado do ventre de sua mãy, e em taõ fraca disposição, que o bautizãraõ logo. E toda a pelle do corpo se lhe esfolou em taõ grandes pedaços, que a da mãõ sahia toda inteyra, como se fosse luva*”, escreveu o seu cronista frei João Álvares, acrescentando que “*até aos vinte e cinco anos foi doente, tendo estado muitas vezes em perigo de morrer*”<sup>340</sup>. Por esta descrição, entendemos bem a intervenção de “cura” que o físico João Vicente deve ter tido para com o infante Fernando. Não admira que Isabel como irmã mais velha tenha tido por ele um carinho especial: a única rapariga e o irmão mais novo. Em Abril de 1415, o espião Ruy Dias de Vega, que se encontrava em Lisboa ao serviço do rei D. Fernando I de Aragão, a propósito da armada que então se preparava para a conquista de Ceuta vai encontrá-los juntos na companhia dos pais: “*Et, señor, elrey et la rryna et el*

---

<sup>336</sup> ZURARA, Gomes Eanes – *Ob. Cit.*, cap. XLIII, p. 96

<sup>337</sup> Idem, *ibidem*, cap. CIII, p. 184

<sup>338</sup> *Princesas de Portugal. Contratos Matrimoniais dos séculos XV e XVI*. Edição e tradução Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p.57

<sup>339</sup> Veja-se o que diz a este propósito o cronista da *História de S. Domingos*, vol. I, livro VI, cap. XXVII, p. 675.

<sup>340</sup> ÁLVARES, Frei João – *Chronica dos feytos, vida, e morte do Infante Santo D. Fernando que morreo em Fez*. Lisboa: Occidental, 1730, cap. II, pp. 7-8

*infante don Fernando, que es el menor, et la infante doña Ysabel estan en Sacaven*”<sup>341</sup>. Em Julho, quando a mãe de ambos morreu, o jovem Fernando, com apenas 12 anos, ficou a cargo do pai, enquanto o infante João ficou na Casa de D. Duarte. Esta distribuição é bem significativa: a infanta D. Isabel com o pai e com o irmão mais novo, que a deve ter tomado por uma substituta da mãe, agora que ela já havia completado 18 anos. Sabemos que tinham interesses e amigos comuns, sobretudo no âmbito intelectual e religioso<sup>342</sup>, mas a maior demonstração de carinho à sua irmã havia de se destacar quando aos 27 anos a acompanhou à Flandres em representação do seu pai, o rei de Portugal. Infelizmente, D. Isabel só lhe pôde recompensar a alma, já que depois da tragédia de Tânger e quando finalmente lhe chegou a notícia da morte do irmão, tudo fez até ao fim da vida para conseguir a sua canonização. Não conseguiu, e cerca de um mês antes de morrer viu aprovado pela Câmara de Lisboa a instituição de uma missa anual, realizada às suas custas (124.200 reaes), que devia ter lugar todos os dias 5 de Junho (data do falecimento), na Igreja de S. António à Sé, em honra e memória do infante Santo<sup>343</sup>.

Ao concluirmos mais um capítulo deste estudo, permitimo-nos fazer uma pequena síntese daquilo de que temos vindo a tratar. Embora não especificamente sobre a infanta, mas sobre os seis membros da *ínclyta geração*, diz Henrique Barrilaro Ruas, a propósito da sua vivência religiosa: “*é uma gente que vive em profundidade a fé que professa. São leigos: mas pertencem à Igreja, podem tomar iniciativas, sugerir esquemas de sermões, aconselhar os chefes responsáveis, estender até às camadas mais profundas da sociedade e a todos os problemas da vida a mensagem cristã – doutrinária, litúrgica, ética, sacramental*”<sup>344</sup>. Foi o que analisámos para um dos seus membros, mesmo que a limitação das fontes não nos deixe ir um pouco mais longe. Mas em todas as iniciativas e aconselhamentos levados a cabo pela infanta D. Isabel encontramos uma certa paixão pelo poder ou pelo menos pelo protagonismo das decisões. O poder, mesmo que relativo, não é uma questão de género. Neste caso da *ínclyta geração*, ele é genético, numa mistura exponencial entre ambas as linhagens de mãe e pai, tocando todos os seis filhos sobrevividos de D. João I e D. Filipa de Lencastre,

---

<sup>341</sup> *Monumenta Henricina*, vol. II, doc. 57, p. 135

<sup>342</sup> Ver o capítulo II, subcapítulos 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5

<sup>343</sup> Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico, livro I de Contratos, doc. 5 (18/11/1471)

<sup>344</sup> RUAS, Henrique Barrilaro – “A *Ínclyta Geração*”, *História de Portugal*, dir. João Medina, p. 382

cada um à sua maneira. A infanta D. Isabel praticou o poder e gostou. A vivência como administradora da *Casa* que havia sido de sua mãe e as mais variadas funções que era chamada a desempenhar na corte, junto do pai e do irmão mais velho, abriram-lhe o caminho para que na Borgonha garantisse institucionalmente um lugar de primeiro plano na política, na governação, nas finanças e na diplomacia do ducado do seu marido, praticando, efectivamente, o poder e não apenas a chamada *magistratura de influência* ou um simples papel de representação.

Com este protagonismo durante cerca de catorze anos, em que um vasto poder de decisão se alia a um poder económico considerável, tudo leva a crer que D. Isabel não tivesse pressa em casar. Partilhamos plenamente a opinião de Manuela Santos Silva, quando nos diz que “*tal situação lhe tenha agradado e só tenha pensado em casar e partir da corte quando o irmão mais velho desposou Leonor de Aragão*”<sup>345</sup>. De facto, o seu protagonismo havia chegado ao fim como *a infanta de Portugal*. Era tempo de iniciar outros protagonismos, num outro espaço.

### **III – Um casamento tardio com um dos homens mais ricos e influentes da Europa**

O casamento era um assunto muito ponderado entre as famílias régias, pois servia, entre outras realidades, para estreitar laços entre casas reinantes. Era um pacto político entre duas famílias, um acto diplomático vinculado pelo sangue, pelos herdeiros e pelas heranças<sup>346</sup>. A circulação de mulheres entre linhagens, através do casamento, era de primordial importância, servindo para o estabelecimento de alianças. As mulheres, ao saírem da linhagem do pai para a do marido, contribuíam para a revitalização de ambas. Sendo à partida negociado pelos homens, era aos chefes da linhagem que cabia a tarefa de escolher os futuros cônjuges, mas eram as mulheres que reforçavam os laços dentro da linhagem, passando a ter um papel primordial e decisivo. Neste caso particular da

---

<sup>345</sup> Comunicação apresentada na *Academia Portuguesa de História*, intitulada “Isabel: a Infanta da Ínclita Geração (1397-1430)”, p. 17. Disponível em:

<http://academiaportuguesadahistoria.gov.pt/comunicacoes.html#com1>

<sup>346</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – “A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha”. Separata da *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXVI, vol. 1, Coimbra: Instituto de História Económica e Social/FLUC, 2002/2003, p. 45

infanta D. Isabel, o seu envolvimento no projecto matrimonial advém do facto de se saber e se sentir filha de reis, consciente do seu papel nesse estatuto, sabendo exactamente aquilo que o reino esperava dela. Por isso, o casamento tardou até ela deixar de ser a única representante feminina de sangue real na corte avisina. Estamos em crer que não se terá remetido ao papel de mera espectadora e que a sua vontade terá sido um factor determinante para a escolha e aceitação do noivo.

### **1. Os primeiros candidatos a noivos da infanta D. Isabel**

A primeira notícia que temos para casar a infanta, é-nos dada por Fernão Lopes<sup>347</sup>, que tece algumas considerações sobre a forma de casar os filhos dos reis. Assim, na opinião do cronista, estes casamentos entre reinos deviam ser feitos tendo em vista uma *“allyança mais firme”*, não sendo por isso *“lijeiros de fazer, por as muytas cousas de que se nelles trauta”*. E acrescentava o cronista que, após a assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Castela em 1411, se iniciaram conversações secretas com vista a casar os filhos dos reis destes dois reinos peninsulares uns com os outros. Mas tal ideia só haveria de ser posta em prática quando D. Catarina de Lencastre assume a regência do reino de Castela. Fazia gosto de um casamento entre sua filha, também Catarina<sup>348</sup>, e o príncipe herdeiro de Portugal, D. Duarte, que não colheu da parte deste grande entusiasmo, já que a sua prometida tinha apenas cinco anos e ele vinte (a acreditar na data avançada pelo cronista de 1411). Apresentadas as várias razões para o casamento não se efectivar, quis a rainha regente de Castela casar o seu filho, herdeiro do trono, Juan II<sup>349</sup>, com a infanta D. Isabel de Portugal, afirmando mesmo que tal era um desejo antigo do seu falecido marido, mas também do seu cunhado Fernando, com quem partilhava a regência. Após o pregão de paz em Valladolid, em 1411, e antes que os embaixadores portugueses regressassem ao reino, a rainha terá perguntado ao filho à frente dos ditos embaixadores: *“Filho, Senhor, com quem uos prazeria a uos de cazardes? E el-Rei respondeo, e disse: Com a Infante de Portugal, que me dizem que he huma das fremozas donzellas do mundo”*<sup>350</sup>. No entanto, nenhum destes dois

---

<sup>347</sup> LOPES, Fernão – *Crónica Del Rei Dom Joham I ...*, II parte, cap. CXCVIII, pp. 441-443

<sup>348</sup> 1406-1439

<sup>349</sup> 1405-1454

<sup>350</sup> LOPES, Fernão - *Ob. Cit.*, p. 443

casamentos se concretizou, embora quer a linhagem quer o estado dos quatro nubentes fosse de igualdade, como refere o cronista.

As referências sobre alegados projectos de casamento da única filha do casal real prosseguiram a bom ritmo. Com o reino apaziguado com Castela, D. João I pensou em organizar um torneio grandioso para armar cavaleiros os três filhos mais velhos. Mas a ideia não agradou aos jovens que, tendo o pai como exemplo, queriam algo que lhes desse fama e glória por esse *mundo* fora e não apenas um ritual de circunstância. Foi assim que surgiu a ideia de conquistar Ceuta, a cidade por onde nos idos de 711 os muçulmanos haviam invadido a Península Ibérica. A empresa teria de ser preparada em segredo e sem pressas, para não falhar. Mas a azáfama da preparação não deixava ninguém indiferente e os boatos não se fizeram esperar. O cronista Gomes Eanes de Zurara diz mesmo que “(...) *procuravam descobrir qual seria o lugar verdadeiro para onde aquela frota havia de fazer a viagem e sobre isto tinham grandes discussões (...)*”. E prossegue com o que se alvitrava entre as gentes mais velhas: “*Assim, uns diziam que El-Rei mandava a Infante a Inglaterra para casar naquele reino muito honradamente, e que seus irmãos iam com ela com aquela força de gentes e corregimentos de guerra, para ajudarem El-Rei, seu primo, a conquistar o reino de França*”<sup>351</sup>. Este ponto da narrativa do cronista é importante, para chegar à segunda proposta de casamento para a infanta D. Isabel. Este primo a que o cronista se refere é Henrique V<sup>352</sup>, que se preparava também ele para ter a mais retumbante vitória em solo francês, na sequência da Guerra dos Cem Anos. Acontecerá cerca de dois meses após a conquista de Ceuta, em Outubro de 1415, em Azincourt, onde a fina flor da nobreza francesa, incluindo o delfim, num campo de batalha totalmente enlameado que impedia as bestas de carga de fazerem qualquer tipo de movimentação, sucumbiu à agilidade dos arqueiros ingleses, que disparavam cem flechas por minuto, em direcção a corpos vivos mas inertes pelo peso das armaduras.

---

<sup>351</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*, capítulo XXX, p. 69; *Monumenta Henricina*, vol.II, doc. 57, p.142: “*Et, señor, dyzen que casa la fija doña Isabel com elrey de Yngla Terra*”, segundo uma carta do espião aragonês Ruy Dias de Veja ao rei de Aragão, Fernando I, sobre a preparação da ida a Ceuta.

<sup>352</sup> Henrique V (1387-1422), filho de Henrique IV e Maria de Bohun. Ascendeu ao trono de Inglaterra em 1413. Em 1420, no seguimento do tratado de Troyes, em que é proclamado herdeiro da França, casa com Catarina de Valois, filha do rei Carlos VI e de Isabel da Baviera.

Não sabemos por que este enlace não se concretizou ou se foi apenas um projecto fictício<sup>353</sup>, já que por certo seria do agrado da rainha D. Filipa de Lencastre. Para o rei de Inglaterra o casamento com uma prima portuguesa no início do seu reinado não lhe traria uma grande fortuna política, pelo que preferiu esperar por uma mais favorável conjuntura, vindo a casar em 1420, com a filha do rei de França.

Independentemente de D. Filipa de Lencastre não ter conseguido casar a filha com um dos dois sobrinhos, o de Castela ou o de Inglaterra, o casamento de uma jovem princesa no seio de uma família real era algo sempre muito desejado, na medida em que podia proporcionar alianças políticas profícuas para a linhagem e para o reino. Talvez o facto de a própria rainha D. Filipa ter casado tardiamente, contava vinte e sete anos, não a tenha apressado a pensar numa terceira alternativa de união para a sua única filha.

Pela mesma altura da preparação da armada, veio ao reino uma comitiva do rei de Granada com o mesmo objectivo com que as de Castela e Aragão já haviam vindo: saber das intenções da preparação de tão grande ajuntamento de embarcações, pois temiam que lhes fosse destinado. Segundo Zurara, a resposta do rei português não deixou os granadinos descansados, pois solicitaram uma audiência à rainha D. Filipa, na tentativa de que esta pressionasse o marido a admitir o que estava a suceder. Em troca, a rainha de Granada enviar-lhe-ia um rico enxoval para a sua filha solteira, em vias de casar: *“E porquanto ela sabia quanto os bons pedidos das mulheres tocam os corações dos maridos, quando lhes pedem algumas coisas que desejam, rogava-lhe que, em atenção a ela, fizesse o favor de aceitar o encargo de pedir a El-Rei a resposta daquele feito (...)”*. E prossegue Zurara, com os argumentos da *“rica forra que era a principal das mulheres daquele rei moiro”* pela boca dos embaixadores: *“E pois que ela [D. Filipa] tinha uma filha para casar em breve tempo poderia ver o agradecimento pela sua boa vontade, pois lhe garantia enviar-lhe o melhor e mais rico enxoval que nunca fora dado a nenhuma princesa moura ou cristã”*.

Perante uma pressão demasiado óbvia, D. Filipa não só não mostrou qualquer tipo de compreensão perante o assunto como ficou até ofendida pelo facto da rainha moura a querer aliciar com um enxoval para a filha. A resposta que os embaixadores granadinos

---

<sup>353</sup> Segundo Matilde Sousa Franco, *O Palácio Nacional de Sintra – residência querida de D. João I e D. Filipa de Lencastre*, p. 35: D. João I chegou a pedir dispensa papal para a efectivação deste casamento, que foi concedida, a 21 de Outubro de 1413.

levaram para a sua senhora foi bastante acutilante: “(...) *Eu não sei, o modo como os vossos reis se comportam com as suas mulheres, porém, entre os cristãos, não se considera bem que alguma rainha ou princesa se intrometa nos feitos de seu marido (...)*”, e acrescenta “(...) *que lhe agradeço a sua boa vontade, mas que poderá fazer o que entender com o seu enxoval, porque, com a graça de Deus, à minha filha não faltará enxoval para o seu casamento*”<sup>354</sup>.

A preocupação da rainha D. Filipa para com a união matrimonial da sua filha levou-a para o leito de morte. No capítulo da *Crónica da Tomada de Ceuta*, a que já fizemos referência, quando a rainha concorda em deixar à sua filha todos os seus bens, não se esquece de acrescentar perante o marido: “(...) *ainda que eu espere em Deus, que a caseis em pouco tempo como é de esperar*”<sup>355</sup>.

As referências a qualquer outra iniciativa ou proposta para casar a infanta D. Isabel ficam a partir daqui fora de qualquer crónica por nós conhecida. A morte da mãe em 1415, poucos dias antes da expedição a Ceuta, haveria de lhe destinar o futuro, e responsabilizá-la a partir dos dezoito anos pelo pai, pelos irmãos, pela corte e pelo reino, como se de uma rainha se tratasse. Já fizemos referência, no II capítulo deste trabalho, à função de representação e de cerimonial a que estava obrigada. A primeira em que a infanta participou como líder feminina da corte foi precisamente à frente da população de Évora, quando receberam a comitiva do rei de Portugal, regressada de Ceuta, que Gomes Eanes de Zurara tão bem relatou na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*.

O mesmo cronista, ainda faz uma brevíssima referência à infanta, na *Crónica do conde Dom Pedro de Meneses*, num capítulo “*que falla de como o Infante Eduarte casou, e o Infante Dom Pedro, e a Duquesa de Borgonha, e d’outras cousas místicas*”, para dizer que “(...) *foi levada por Mulher a Dom Philipe Duque de Borgonha, e Conde*

---

<sup>354</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Ob. Cit.*, cap. XXXIV, p. 79. Evidentemente que esta abordagem, não é só interessante para o casamento da infanta, ela é, sobretudo importante para que se entenda a perspectiva que D. Filipa de Lencastre tinha sobre a governação das mulheres. Após a sua morte, estamos em crer que terá sido a única directiva que a filha não teve em conta, para o seu futuro.

<sup>355</sup> Idem, *Ibidem*, capítulo XLIII: “*De como o infante D. Pedro requereu à rainha, que fosse sua mercê deixar as suas terras à infanta, sua irmã, e de como lhe foi concedido*”, pp. 95-97

de Frandes (...)”<sup>356</sup>. E em relação à infanta D. Isabel as referências terminam aqui. Só teremos notícias dela quando já for duquesa de Borgonha, através de Rui de Pina.

## 2. O interesse em casar a infanta D. Isabel com o duque Filipe III, de Borgonha

Desde a conquista de Ceuta que o prestígio de D. João I estava em alta por toda a Europa, embora nunca fosse demais sustentar laços mais fortes, sobretudo se isso revertesse em vantagens para o reino. Assim, a primeira diligência documentada para casar a infanta D. Isabel com o duque de Borgonha é-nos facultada por um documento borgonhês, datado de 1423, quando o rei D. João I e o seu primogénito enviaram a Filipe “*pluseurs lettres closes*”<sup>357</sup>, ainda que o referido documento não nos esclareça nem o conteúdo das mesmas, nem o seu portador. A maioria dos autores por nós consultada está convicta das intenções de tal diligência: o duque estava viúvo há cerca de um ano, pelo que a ocasião se mostrava favorável a uma união matrimonial com uma princesa portuguesa<sup>358</sup>.

Seguindo a mesma documentação, tomamos conhecimento de que, apenas quatro meses depois, D. João I volta a contactar o duque, já que “*(...) lui avoit fait presente de quatre beaulx chevaulx*”, um dos gostos preferidos de Filipe. Também neste caso não sabemos quem foi o “*chevalier portingalois qui, de par le roy de Portingal, estoit venu devers lui (...)*”<sup>359</sup>.

Outro documento com origem na Borgonha diz-nos que, em 1424, “*un évêque et autres Portugais venus en ambassade auprès du duc*” e, mais adiante refere “*ung docteur*”<sup>360</sup>. Neste ponto, há uma clara coincidência com as “*Despesas que El Rey D. João I fez depois da tomada de Ceuta até à sua morte*”<sup>361</sup>, onde a dado passo, no item

---

<sup>356</sup> ZURARA, Gomes Eanes – *Ob. Cit.*, cap. XXVI, p. 576

<sup>357</sup> *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle*, doc. 74 (datado de antes de 6 de Abril de 1423), p. 195. Esta designação implicava que as cartas não fossem verificadas pela chancelaria, indo directamente para as mãos a quem iam endereçadas.

<sup>358</sup> Filipe havia casado em 1409, com Michelle de Valois (1395-1422), filha dos reis de França, Carlos VI e Isabel da Baviera, quando eram ambos crianças, numa união preparada pelo avô, Filipe o Audaz, o primeiro duque de Borgonha do ramo Valois, pouco antes de morrer. Em Julho de 1422, a duquesa morreu no parto.

<sup>359</sup> *Portugal et Bourgogne ...*, doc. 75 (datado de antes de 18 de Julho de 1423), pp. 195-196

<sup>360</sup> *Idem*, doc.76 (datado de antes de 14 de Maio de 1424), pp. 196-197.

<sup>361</sup> Esta lista de despesas abarca 58 anos, logo três reinados: D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Para o nosso estudo, apenas nos interessa o reinado de D. João I. Assinalamos que estas despesas não têm qualquer data a acompanhá-las. Sabemos das deslocações, mas não sabemos

das “*Embaxadas ...*” podemos ler: “*A D. Alvaro Bispo do Algarve*<sup>362</sup>, e ao Doutor Fernando Affonso em França pello casamento da Duqueza”, tendo para isso disponibilizado “*1.960 coroas*”<sup>363</sup>. No documento borgonhês, no entanto, não há qualquer referência ao objectivo da dita embaixada, nem o nome de quem a integrava, apenas as funções. Além dos já apontados bispo e doutor, faz-se referência a um arauto do infante de Portugal, provavelmente de D. Duarte, e a um escudeiro: “*(...) ung escuier de la compagnie desdis Portingalois apresce qu’ilz avoient prins congié de lui, pour consideracion d’un bel present de quatre chevaulx gennéz qu’il avoit presente a mondit seigneur de par le dit roy de Portingal;*”<sup>364</sup>.

Voltamos à «lista de despesas», onde logo a seguir aos dois nomes referidos podemos constatar a existência do pagamento de “*180 coroas a Affonso Vas resposteiro em França*”, seguido do pagamento “*de 680 coroas a Pero Lopes do Quintal em França*”, e finalmente, o pagamento de 150.000 dobras “*a Affonso Esteves escudeiro ao Duque de Borgonha*”<sup>365</sup>, que pode muito bem ser o escudeiro referenciado no documento borgonhês, responsável pela entrega de quatro potros ao duque, como presente do rei D. João I. Como indicação e partindo do pressuposto que a «lista de despesas» foi escrita por ordem cronológica dos acontecimentos, anteriormente a esta embaixada, constatamos ainda que foram despendidas “*124 dobras a Gonçalo Nunes em França*”<sup>366</sup>, seguida da ida de “*Ruy Lourenço o duque de Brogonha*”, tendo-lhe sido

---

quando se efectuaram. SYLVA, Joseph Soares da – *Memórias para a História de Portugal que comprehendem o Governo del Rey D. João I: 1383 até 1433*, p. 225. FARO, Jorge – *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481, (subsídios documentais)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, pp. 66 a 117

<sup>362</sup> Estamos na presença de D. Álvaro Gonçalves de Abreu (de quem já falámos no II capítulo deste estudo), cónego de Lisboa e deão de Évora, talvez eleito bispo de Lamego antes de 24 de Julho de 1419. Nomeado bispo de Silves (ou do Algarve, como se dizia), de 1421 a 1429, altura em que passou para a Sé de Évora. Em 1429 será ele o prelado que casará a infanta D. Isabel com o duque de Borgonha, perante o seu representante, e a acompanhará na comitiva até à Flandres. Morreu em 1440, após ter sido conselheiro de D. Duarte e regente da casa da suplicação e participado na expedição de Tânger. Nota biográfica retirada de: COSTA, António Domingues de Sousa – *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV*, pp. 53 e 54, da Introdução; p. 1 do I capítulo.

<sup>363</sup> FARO, Jorge – *Ob. Cit.*, p. 75

<sup>364</sup> *Portugal et Bourgogne ...*, doc. 76, pp. 196 e 197. FARO, Jorge – *Ob. Cit.*, ver as n. r. 82 e 83, p. 75, onde é referido que tal embaixada terá sido enviada à Borgonha em 1428. Esta nova documentação dos arquivos borgonheses vem desmentir esta data, colocando-a em 1424, ou seja, antes do segundo casamento do duque Filipe e não antecedendo a vinda da embaixada borgonhesa, que terá lugar em Dezembro de 1428.

<sup>365</sup> FARO, Jorge – *Ob. Cit.*, p. 75

<sup>366</sup> Idem, *Ibidem*, p. 74

abonadas 200 coroas<sup>367</sup>, seguindo-se o pagamento de 370 coroas a “*frei Fernando pregador o duque de Brogonha*”<sup>368</sup>. Seria Rui Lourenço o enviado das referidas «*pluseurs lettres closes*»? Ou o dominicano frei Fernando? Ou teria sido Rui Lourenço o cavaleiro que acompanhou os quatro cavalos que seriam oferecidos ao duque de Borgonha? Com a documentação portuguesa e borgonhesa que possuímos não podemos responder cabalmente a estas perguntas. No entanto, podemos, sem hesitar, afirmar que entre o reino de Portugal e o ducado de Borgonha a convivência era intensa<sup>369</sup>, embora unilateral (apesar do duque retribuir generosamente todos os enviados de Portugal, como referem os citados documentos), já que todas estas tentativas se mostraram goradas perante o objectivo: despertar o interesse do duque de Borgonha pelo casamento com uma princesa portuguesa.

Filipe prefere consorciar-se, em Novembro de 1424, com Bonne d’Artois<sup>370</sup>, viúva do conde Filipe de Nevers e Rethel, seu tio, numa altura em que o ducado de Borgonha ainda não estava consolidado em termos territoriais e fronteiriços. Em menos de um ano, a duquesa morre no parto. Filipe volta, assim, a ficar viúvo pela segunda vez e o rei de Portugal tem agora um embaixador de sangue real na corte Borgonhesa: o seu filho D. Pedro<sup>371</sup>. Excede o nosso estudo pormenorizar o tão celebrado périplo do infante D. Pedro pela Europa, até porque os historiadores divergem muito nas datas e nos locais da estadia e mesmo quanto à justificação da saída<sup>372</sup>. Revemo-nos na opinião expressa pelo biógrafo de D. Duarte, a propósito dos três anos de viagens europeias de D. Pedro: “(*...*) *não podemos perceber até ao fim a história de Portugal desse período sem*

---

<sup>367</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>368</sup> Idem, *Ibidem*, p. 75

<sup>369</sup> Aliás, esta relação era antiga, e não estamos a falar das trocas comerciais com Bruges, mas entre os duques e o rei de Portugal. Por exemplo, após a tomada de Ceuta, a fama e a glória de D. João I ficou em alta por essa Europa fora. O prestígio do acto varreu literalmente as cortes da cristandade ocidental e o duque de Borgonha, João sem Medo, apressou-se a enviar ao rei de Portugal um retrato a óleo da sua pessoa.

<sup>370</sup> 1396-1425

<sup>371</sup> Evidentemente que quando D. Pedro saiu do reino, ainda a segunda mulher do duque de Borgonha não tinha morrido, por isso não havia qualquer incumbência da parte quer do pai, quer do irmão para que ele tratasse do casamento da irmã com o duque. Mas sabendo das tentativas que já haviam sido feitas nesse sentido, não admira que pessoalmente tivesse falado do assunto com o duque, se é que se encontrou com ele.

<sup>372</sup> Ver para o efeito, entre outros: ROGERS, Francis M. – *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, pp. 31-58; MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Vida e Obra do Infante D. Pedro*, pp. 10-11; MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira – *Os filhos de D. João I*, pp.77-112; RAU, Virgínia – *Estudos de História Medieval*, p. 68; SOUSA, António Caetano de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T. II, pp.41-42.

conhecemos bem essas viagens: onde esteve, o que viu, com quem conviveu. D. Pedro acumulou prestígio, experiência política e militar, conheceu as cortes mais requintadas e frequentou as grandes praças do comércio, das finanças, da indústria, da construção naval”<sup>373</sup>. Podemos afirmar, com alguma certeza, que esteve na Flandres, onde passou o ano de 1425 para 1426, aí permanecendo pelo menos até ao fim do mês de Fevereiro<sup>374</sup>. Há historiadores franceses que dizem que o duque de Borgonha nunca se avistou com o duque de Coimbra, como Labourdette<sup>375</sup> ou Paviot<sup>376</sup>. Por seu lado, é maioritária a ideia, entre os portugueses, que a entrevista entre os dois duques ocorreu, o que teria possibilitado a D. Pedro um trabalho de lóbi em relação às qualidades várias da sua irmã<sup>377</sup>. A ideia deve ter amadurecido na cabeça do duque, com a ajuda do cunhado John de Bedford<sup>378</sup>, regente do rei inglês em França, e nas veias de quem corria a mesma quantidade de sangue lancastriano que nas veias da infanta D. Isabel: eram primos diretos.

É provável que D. João I tenha enviado nova (s) embaixada (s) à Borgonha, entre a morte da segunda mulher do duque (final de 1425) e a vinda da embaixada deste a Portugal para tratar do casamento com a infanta D. Isabel (final de 1428). Cruzando com os documentos dos arquivos borgonheses revelados por Jacques Paviot, assinalamos a presença, em Março de 1428, de um enviado ou mensageiro (à época

---

<sup>373</sup> DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*, p. 125

<sup>374</sup> De onde escreveu para o irmão D. Duarte a célebre “carta de Bruges”, um instrumento de reflexão em que D. Pedro aborda vários problemas adstritos ao reino e à governação.

<sup>375</sup> LABOURDETTE, Jean-François – *História de Portugal*. Lisboa: D. Quixote, 2001, p. 121

<sup>376</sup> *Portugal et Bourgogne ...*, pp. 29 a 31. “(...) l’infant allait venir en aide du duc de Gloucester, troisième mari de Jacqueline de Bavière, héritière des comtés de Hainaut, Hollande et Zélande que lui disputait le duc Philippe (...). De telles circonstances se prêtaient mal à la venue de l’infant D. Pedro en Flandre, où il vint pourtant, mais où il ne rencontra pas Philippe le Bon”. “Durant tout son séjour en Flandre, l’infant D. Pedro ne put rencontrer le duc de Bourgogne qui était occupé en Hollande et en Zélande dans la guerre contre sa cousine Jacqueline de Bavière”. Estando na Flandres, diz Paviot, o infante e o duque apenas trocaram cartas, como refere a propósito de um documento de origem borgonhesa: doc. 80, pp. 199-200.

<sup>377</sup> Destacamos: MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira – *Os filhos de D. João I*, pp. 106 e 108; GÂNDARA, Alfredo – *Isabel, filha de D. João I ...*, p. 22; MARQUES, Oliveira A. H. – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 320; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481).” in *Memórias e Documentos para a História Luso-Francesa (XIII)*, p. 22; COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, pp. 124 e 127.

<sup>378</sup> João de Lancastre, duque de Bedford (1389-1435), filho de Henrique IV e de Maria de Bohun, sendo, por isso, primo direito da infanta D. Isabel. Nomeado regente inglês para a França, após a morte do seu irmão, o rei Henrique V, e no lugar do seu sobrinho, o pequeno rei Henrique VI, que nesta época tem cerca de quatro anos. Tendo como aliado na guerra dos Cem Anos, o duque de Borgonha, o duque de Bedford casa em 1423 com uma das irmãs de Filipe, o Bom, Ana de Borgonha.

intitulado arauto) de D. João I “(...) *de par i cellui roy apporté lettres (...)*”<sup>379</sup>, do qual, mais uma vez, não sabemos o nome. Quanto ao conteúdo das cartas, ele também não é revelado. Teria a ver com o casamento? Na referida «lista de despesas» qual dos nomes apontados pode ter desempenhado esta missão?

Entretanto, a diplomacia da Borgonha parece não ter parado, no que diz respeito a encontrar candidatas para casarem com o duque. São vários os autores que nos sugerem o interesse e mesmo a concretização do envio de uma embaixada a Aragão, da parte de Filipe o Bom, no decorrer do ano de 1427. A verdade é que existe uma carta em latim, datada de 14 de Agosto de 1427, em que Afonso V de Aragão comunica a Filipe, o Bom o seguinte: “*visto não ter recebido dentro do prazo fixado os embaixadores que haviam de vir dar execução aos seus desejos, de se unir à família aragonesa por laços de casamento, e porque a infanta sua irmã estava em idade de se matrimoniar, tratara e promovera, dias antes, o casamento dela com o príncipe D. Duarte, primogénito e futuro rei de Portugal*”<sup>380</sup>. Isto parece retirar qualquer validade para aquela afirmação, até porque, em nota de rodapé desta mesma carta, os autores desta compilação de documentos acrescentam que não encontraram qualquer referência às pretensões do referido duque à irmã do rei de Aragão, nem mesmo em Zurita, através da obra *Anales de la Corona de Aragon*. Mas a verdade parece ser outra. Continuando na documentação publicada na obra *Monumenta Henricina*, deparamo-nos com uma carta do rei Afonso V de Aragão ao primo, o conde de Foix, datada de 15 de Setembro de 1427, em que no meio de vários assuntos abordados, Afonso V comunica-lhe que “no dia anterior, chegaram a Valência mensageiros do duque de Borgonha, para tratar do casamento deste com a infanta D. Leonor, sua irmã, mas havia já um mês que ele assinara o casamento dela com D. Duarte, primogénito de Portugal”<sup>381</sup>. Não

---

<sup>379</sup> *Portugal et Bourgogne ...*, doc.88, p. 203

<sup>380</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc. 81, pp.164-165

<sup>381</sup> *Monumenta Henricina*, vol. XV e Suplemento (doc. 25, pp. 225 e 226). Esta resposta do rei de Aragão ao duque de Borgonha deve tê-lo irritado de tal forma que este culpabiliza o escudeiro aragonês João de Bassis pelo logro das negociações com vista ao casamento. De tal modo, que Afonso V e a sua mulher, a rainha Maria, se vêem no dever de defender o referido escudeiro, afirmando que ele tivera um comportamento impecável. Em cartas separadas ao duque Filipe, escritas em latim, datadas respectivamente de 15 de Outubro e de 16 de Outubro de 1427, reafirmam que, como já o haviam dito, a sua irmã iria casar com D. Duarte primogénito e futuro rei de Portugal (docs. 26 e 27, pp. 227 e 228). Não se compreende este mal-estar desnecessário, entre Aragão e a Borgonha, já que as primeiras referências a um possível casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão datam de 4 de Março de 1422 e não se concretizaram por motivos internos às coroas de Castela e Aragão, que não vamos abordar aqui, mas que através de documentação podemos adivinhar. *Monumenta Henricina*, vol. XV e Suplemento (doc. 5, pp.

encontramos, nas inúmeras obras consultadas sobre esta temática, quem alvitre uma justificação para que só “*in extremis*” o duque de Borgonha tenha optado pela princesa portuguesa. Apenas um historiador francês, numa obra do início do milénio dedicada à História portuguesa, dá uma visão muito pessoal sobre estas inúmeras tentativas falhadas para interessar o duque pela infanta portuguesa. Diz ele a dado momento: “*Qual era para ele o interesse daquela aliança? Valeria ela a pena conspurcar o seu sangue misturando-o com o sangue de uma casa manchada pela bastardia e suspeita de ter usurpado a coroa?*”<sup>382</sup>. É que, na época, o valor de uma mulher em condições de contrair matrimónio era determinada pela qualidade do seu sangue, ou seja, de uma linhagem.

Finalmente, e após este longo período de sedução diplomática de Portugal perante a Borgonha<sup>383</sup>, Filipe viu-se na contingência de ter de aceitar a princesa portuguesa, por ser a única disponível, de sangue real e em idade de lhe dar um herdeiro. É provável que Filipe soubesse que a mãe inglesa da infanta havia casado já com vinte e sete anos e tinha tido oito filhos, embora apenas seis sobrevividos. Se a genética funcionasse, relevava-se a bastardia e a idade avançada para a época, em detrimento de um útero que cumprisse a missão que era suposto cumprir: a reprodução biológica. Deste modo, o duque enviou a Portugal, para tratar do consórcio, uma embaixada de dignos representantes da elite flamenga e borgonhesa para avaliarem a noiva, embaixada essa presidida por Jean de Roubais e Herzelles, conselheiro e seu primeiro camareiro, e pelo pintor Jan Van Eyck<sup>384</sup>, com a missão de fazer um retrato da infanta *bem ao natural*.

---

206 e 207): a infanta D. Leonor encontrava-se em Castela, junto da mãe, Leonor de Albuquerque, viúva de Fernando I, de Aragão. Pelas inúmeras cartas existentes podemos concluir que da parte de Castela esta união não era bem vista. Encontrámos dois autores que apontam o interesse do duque de Borgonha não pela irmã do rei de Aragão, mas pela filha do conde Jaime de Urgel (eterno candidato à coroa de Aragão), mantido prisioneiro com as filhas. No entanto, Isabel de Urgel havia de casar com o infante D. Pedro. In GONÇALVES, J. Cardoso – *O casamento de Isabel de Portugal com Filipe-o-Bom, duque de Borgonha e a Fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*. Estudo comemorativo do V centenário destes acontecimentos históricos (1430-1930). Lisboa: Imprensa Moderna, 1930, p. 15; MORAIS, Faria de – “Dona Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha”. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, nº 28. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1958, p. 57

<sup>382</sup> LABOURDETTE, Jean-François – *Ob. Cit.*, p. 120

<sup>383</sup> Segundo outros documentos borgonheses compilados por Jacques Paviot, D. João I enviou ao duque de Borgonha, entre Março de 1426 e Maio de 1428, vários trovadores, um arauto com cartas e animais de carga (mulas), *Portugal et Bourgogne ...*, docs. 83, 88 e 89, pp. 201,203,204 (respectivamente).

<sup>384</sup> Nasceu provavelmente em Maaseik, em 1390 e morrerá em Bruges, em 1441. A maioria dos historiadores de arte está de acordo em que terá sido ele o fundador da escola flamenga de pintura, bem como um dos primeiros a dominar, desenvolver e aperfeiçoar uma nova técnica que melhorava o emprego

### 3. A Borgonha<sup>385</sup> e o seu duque, o grande leão da Flandres

Segundo Gomes Eanes de Zurara o duque Filipe era “(...) o *mayor Principe sem Coroa, que naquele tempo avia na Christandade*”<sup>386</sup>. Filipe, o Bom, terceiro duque de Borgonha (ramo Valois<sup>387</sup>), é nesta altura conde de Flandres, Artois, Borgonha, palatino de Namur, senhor de Salines e de Malines<sup>388</sup>, cujo sonho era reconstruir a velha Lotaríngia de Carlos Magno: um país-tampão entre a França e a Alemanha, ligando o Mar do Norte ao Mediterrâneo. Por isso, não olhava a meios para atingir os seus fins. Em termos estatutários o expoente máximo destes territórios era o ducado de Borgonha, mas a sua grande riqueza advinha-lhe do condado da Flandres, com o qual, aliás, Portugal há muito mantinha relações sólidas e diversas<sup>389</sup>.

Por toda a Europa, a sua fama registou-o como o *Grande Duque do Ocidente*, um dos homens mais poderosos e, por que não dizer, excessivo, da sua época. Odiado pelos adversários, amado pelos seus servidores e por todo o seu povo, que o apelidava de “o bom duque Filipe”, nasceu em Dijon, a capital do ducado de Borgonha, no dia 30 de Junho de 1396. Não chega, portanto, a ter um ano de diferença da nossa infanta. Seus

---

da pintura a óleo. Evidentemente que esta técnica era conhecida há muito, mas os pigmentos da cor (obtidos reduzindo a pó determinados minerais) que se juntavam ao óleo de linhaça ou de noz, resultava incómodo de utilizar pelo tempo que se tinha de esperar até secar, para poder aplicar nova camada. Ora parece que terá sido Jan Van Eyck o pintor que encontrou uma forma de acelerar o processo de secagem. Até 1425, o pintor flamengo havia estado ao serviço do conde da Holanda. A partir desta data entra ao serviço do duque de Borgonha, não só como pintor e camareiro de Filipe, mas também como diplomata (há quem afirme até como espião), ou seja, homem de total confiança do duque de Borgonha. *A Nova História da Arte de Janson: a tradição ocidental*, pp. 493-499. E também os seguintes documentos electrónicos: <http://www.nga.gov/cgibin/tsearch?artistid=1270>; [http://www.metmuseum.org/toah/hd/eyck/hd\\_eyck.htm](http://www.metmuseum.org/toah/hd/eyck/hd_eyck.htm) e <http://www.jan-van-eyck.org/>.

<sup>385</sup> Contextualizar a importância do ducado de Borgonha na Europa da época é uma necessidade, embora não seja uma obrigação. No entanto, é importante compreender que território é este, já que nos dá a medida do estatuto que o seu duque possuía. Esmiuçar a sua história ocupar-nos-ia algumas páginas e levar-nos-ia para fora do objectivo do nosso estudo, excedendo o nosso propósito. Por este motivo, optámos por fazê-lo num dos anexos deste trabalho (anexo D-I).

<sup>386</sup> ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica do conde Dom Pedro de Menezes*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Braga: CNCDP, 1988, cap. XXVI, p. 576

<sup>387</sup> Consultar o anexo D-I.

<sup>388</sup> É desta forma que aparece a designação no contrato de casamento, embora através do tratado de Delft, de 3/7/1428, com a sua prima Jacqueline da Baviera, os condados de Hainaut, Holanda, Zelândia e Frísia, tenham passado para a sua posse. Em 1430 herdará o Brabante-Limburgo, Antuérpia e Malines; herdará o Luxemburgo de sua tia; como prenda de casamento o duque de Bedford, a 8 de Março de 1430, dar-lhe-á os condados de Champagne e do Brie, além dos territórios consentidos no tratado de Arras, a partir de 1435. Ver mapa no anexo D-II.

<sup>389</sup> Consultar o anexo D-I.

pais foram João sem Medo (1371-1419), o segundo duque de Borgonha, e Margarida da Baviera (1363-1424)<sup>390</sup>. Foi o quinto filho e único rapaz, entre as sete filhas do casal.

Na sua juventude Filipe teve mestres e educadores flamengos, cuja língua dominava com fluência, e a maior parte da sua vida passou-a em Gand. A sua cultura geral era, no entanto, francesa<sup>391</sup>. Descrito pelo seu cronista borgonhês Georges Chastellain como “ponderado, objectivo e frio na forma como tirava conclusões; duro nos propósitos, firme no que prometia, confiava na consciência alheia e na honra de cada um, pois o sentido da dignidade era para ele uma espécie de culto; o seu estado de alma transparecia na face e todos os seus hábitos correspondiam ao que se lhe lia no rosto; nunca falava por falar e o que dizia nunca era em vão; não praguejava, era bondoso e calmo nos modos; o que norteava a sua existência era alicerçado no ideal cavalleiresco: a crença em Deus e o cerimonial; era um paladino da Igreja, sempre ao lado do Papa; passava horas a meditar depois da missa, e há quem diga que jejuava *a pão e água* vários dias por mês, mas era negligente e desleixado em todos os negócios, o que provocava grandes problemas ao seu país e aos seus súbditos”. O príncipe perfeito para contrair matrimónio com a decidida infanta portuguesa, não fosse o seu cronista acrescentar que o bom duque tinha “o vício da carne, sendo muito dado à luxúria: o que os seus olhos viam, o coração desejava”<sup>392</sup>. Segundo o historiador francês do século XIX Jules Michelet, Filipe o Bom “*teve só dezasseis bastardos, mas nada menos do que vinte e quatro amantes*”<sup>393</sup>.

Após o assassinio de seu pai, em 1419, por soldados franceses à ordem do delfim, há quem diga que se lhe “*impregnou nas veias o veneno do ódio, e no cérebro a ideia fixa da vingança que o levou a aliar-se aos ingleses*”. Mais tarde, Filipe será o árbitro da Guerra dos Cem Anos, aproximando-se ora da Inglaterra, ora da França,

---

<sup>390</sup> Ver quadro genealógico no anexo D-III

<sup>391</sup> MORAIS, Faria de – *Ob. Cit.*, p. 29

<sup>392</sup> CHASTELLAIN, Georges – *Chronique des Ducs de Bourgogne*, T. I, pp. XVII-XXX. Este panegírico descrito em 13 páginas por Chastellain no primeiro tomo dedicado aos duques de Borgonha intitula-se “Éloge du bon duc Philippe”, seguido da “Déclaration de tous les hautz faictz et glorieuses adventures du duc Philippe de Bourgogne cellui qui se nomme le grand duc et le grand lyon”. Optámos por apenas destacar alguns pormenores, traduzidos do original, para identificarmos um pouco melhor o futuro marido da infanta D. Isabel.

<sup>393</sup> MICHELET, Jules – *Joana d’Arc*. Lisboa: Pergaminho, 1993, p. 58. SOMMÉ, Monique (*Isabelle de Portugal ...*, p. 42) cita R. Vaughan para inflacionar estes números: Filipe teria tido 33 amantes e 26 filhos bastardos reconhecidos

conforme as conveniências que os seus projectos e ambições conduziam<sup>394</sup>. Assim sendo, é provável que o interesse em casar com uma princesa portuguesa, que transportava sangue inglês, não tenha sido uma escolha displicente. É ainda Michelet, que utiliza a ironia para afirmar: “*era um bom homem, segundo as ideias vulgares, com um coração terno, sobretudo para as mulheres, bom filho, bom pai, chorando facilmente. Chorou as mortes de Azincourt, mas a sua aliança com os ingleses fez mais mortos do que Azincourt. Derramou torrentes de lágrimas pela morte de seu pai e depois, para o vingar, derramou torrentes de sangue. Sensibilidade e sensualidade, são duas coisas que muitas vezes andam juntas*”<sup>395</sup>.

Era um dos Príncipes mais ricos e poderosos do seu tempo. Os seus rendimentos anuais rondavam os 900.000 ducados, o mesmo rendimento da República de Veneza, a *Sereníssima*, o dobro dos rendimentos do Papa e do ducado de Milão, superior três vezes ao reino de Nápoles e quatro vezes aos de Florença<sup>396</sup>. A Borgonha era nesta época “*um centro de luxo e cultura, de onde radiavam os últimos esplendores da pompa medieval e onde se cruzavam todos os interesses e todas as ideias do oscilante, contraditório e fecundo século de Quatrocentos*”, como sugeriu Alfredo Gândara<sup>397</sup>. No entanto, embora a consolidação territorial do seu ducado decorresse a bom ritmo, a falta de um herdeiro inquietava os súbditos. Em Setembro de 1428, Filipe recebeu mesmo uma petição dos *Quatro Membros da Flandres*, pedindo-lhe para que se casasse o quanto antes, de forma a assegurar o futuro da dinastia<sup>398</sup>.

Tendo em conta esses tempos que se adivinhavam de mudança, a figura de Filipe mantinha-se como um símbolo da nobreza da velha ordem de cavalaria feudal, tal como a Igreja a criou e definiu.

---

<sup>394</sup> BRAZÃO, Eduardo – *Portugal na Bélgica (de Filipe de Alsácia a Leopoldo I)*, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1969, p. 50; MORAIS, Faria de – *Ob. Cit.*, p. 52; PERNOUD, Régine et CLIN, Marie-Véronique – *Joana d’Arc*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1993, p. 92

<sup>395</sup> MICHELET, Jules – *Ob. Cit.*, p. 61

<sup>396</sup> BRAZÃO, Eduardo - *Ob. Cit.*, p. 51

<sup>397</sup> GÂNDARA, Alfredo – *Ob. Cit.*, p. 34

<sup>398</sup> SOMMÉ, Monique – *Ob. Cit.*, p. 26

#### 4. A embaixada borgonhesa em Portugal (Dezembro de 1428 a Outubro de 1429)

Em Portugal, desde Setembro de 1428 que o primogénito Duarte estava, finalmente, casado. A existência da futura “nova rainha” na corte libertava, por fim, a infanta D. Isabel para o casamento. Pela documentação já apresentada neste estudo podemos alvitrar que por esta altura ela é uma mulher activa em várias frentes, participando nos mais variados acontecimentos que decorriam no reino, prosseguindo entre outras coisas com a administração e a gestão - agora - de metade das suas terras, mas zelando ainda pela sua *Casa e as suas Gentes*, envolvendo-se igualmente na reforma da igreja, parecendo saber desde sempre qual o seu destino e que ele não se alteraria. O duque de Borgonha havia de vir ... e veio. Não pessoalmente, mas enviando uma embaixada da qual, felizmente, possuímos um relato, que tudo nos leva a crer ser verosímil. Através deste texto anónimo, que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris e que foi publicado em Bruxelas, em 1834, por Louis-Prosper Gachard<sup>399</sup>, sabemos quando e onde decorreram as conversações, onde foi pintado o retrato de D. Isabel, onde foi aceite o contrato de casamento, onde foi ratificado, onde decorreu a cerimónia do casamento por procuração, o banquete de despedida, os dois dias de justas e folgedos, a missa de despedida e, finalmente, a saída por mar da comitiva que acompanhou a infanta D. Isabel, até à Flandres. Em 1897, Joaquim de Vasconcelos foi, em Portugal, o primeiro a dar a conhecer o texto integral francês, paralelamente a uma cópia em castelhano, com muitas lacunas<sup>400</sup>. É baseado neste texto que seguimos o percurso dos últimos meses da presença da infanta D. Isabel no reino de Portugal.

Segundo A. H. de Oliveira Marques “*as narrativas de estrangeiros sobre qualquer país constituíram, desde sempre, uma fonte privilegiada de informações e interpretações, ausentes nos textos indígenas*”. No entanto, e tendo essas narrativas um olhar, por certo, diferente da narrativa escrita por um natural, é preciso filtrar esse olhar,

---

<sup>399</sup> Collection de documents inédits concernant l’histoire de la Belgique. *Relation de l’ambassade envoyée par Philippe le Bon en Portugal, pour demander en mariage et épouser, en son nom, l’infante Isabelle, ainsi que du voyage, de l’arrivée et de la réception de l’infante en Flandres, octobre 1428-janvier 1430*. tomo II. Bruxelas, 1834; “Voyage de Jehan Van-Eyck (1428-1430)”, publicada por Joaquim de Vasconcelos, *Revista de Guimarães*, Vol. XIV. Porto: Sociedade Martins Sarmiento, 1897, pp. 5-45.

<sup>400</sup> “Voyage de Jehan Van-Eyck (1428-1430)”. O texto que seguimos será aquele que A. H. Oliveira Marques publicou com o artigo referenciado na bibliografia e a que deu o nome: *O Portugal de D. Pedro visto por estrangeiros*, pp. 68-78. Também publicado por Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne ...*, doc. 92, pp. 205-218, com o título “*Relation de l’ambassade de Portugal*”.

já que lhe faltam “*pormenores de natureza social, económica ou cultural (...)*”<sup>401</sup>, que tentaremos colmatar recorrendo a outra bibliografia. Mas a verdade é que, para esta época, nenhum “natural” se dispôs a passar à escrita os acontecimentos aqui relatados. Para o nosso trabalho não só é elementar que divulguemos esta “relação”, já que foi escrita devido ao casamento da infanta D. Isabel, a personalidade em estudo, como é, arriscaríamos a afirmar, apenas através dele que vamos encontrar algumas situações do quotidiano no paço e na cidade, em que ela está envolvida, embora numa situação excepcional.

Várias lacunas despertaram a nossa atenção neste relato, que terá sido escrito por um “rei-de-arms”, chamado Flandre, membro integrante da embaixada. Desconhecemos qual o objectivo desta espécie de “diário”, embora nos pareça que haveria todo o interesse em que ele ficasse para a posteridade. Uma delas é a falta de descrição das personalidades que o relator vai encontrando e, principalmente, a omissão total da caracterização física e psicológica da infanta D. Isabel, já para não falar do resto da família e de outros intervenientes. Mesmo quando o quadro, entretanto pintado, ou os quadros, ficam prontos, nem uma palavra sobre o que o leitor (fosse quem fosse) poderia estar a ver. Mas não falham também os nossos cronistas, e em data posterior, os retratos literários das suas personagens mais relevantes? Outra lacuna, prende-se com os presentes que o duque deveria ter enviado, quer ao rei D. João I quer à sua futura noiva, mesmo que o casamento não se viesse a concretizar. O facto é que a “relação” nada nos diz a este respeito, mas tratando-se de Filipe, um dos homens que mais importância dava à etiqueta e ao protocolo, estamos em crer que eles existiram. Na obra sobre o paço de Sintra que o conde de Sabugosa escreveu no início do século XX, a dada altura cita um tal Abade de Castro, para referir que os embaixadores do duque de Borgonha “(...) *lhe trouxeram [à infanta] da parte d'elle alguns presentes (costume usado n'estes casos), entre os quaes um casal de cisnes mais brancos que arminhos (...)*”<sup>402</sup>. Embora não tenhamos qualquer certeza sobre este assunto, não deixa de poder ser verdade. Sabugosa admite haver uma tradição de alguns autores que apontam a responsabilidade do rei seu pai mandar pintar 27 cisnes no tecto da sala, que até aquela altura era a dos Infantes, após a saída da sua filha para a Flandres. É certo que tudo isto é pouco

---

<sup>401</sup> MARQUES, Oliveira A. H. – *O Portugal de D. Pedro visto por estrangeiros*, p. 59

<sup>402</sup> SABUGOSA, Conde de – *O Paço de Cintra*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 14

sustentado, à falta de documentos que o comprovem, no entanto tem no conde de Sabugosa o seu mais acérrimo defensor, que acrescenta “(...) *um casal de cysnes, oferta symbolica tão em harmonia com as ideias de cavalaria da epocha, e com os sentimentos romanescos do futuro esposo*”<sup>403</sup>. Com cisnes ou sem eles, o estranho é não termos qualquer indicação sobre os presentes que o duque terá enviado<sup>404</sup>.

A numerosa embaixada borgonhesa que havia saído de Écluse (o porto avançado de Bruges, na Flandres) no dia 19 de Outubro de 1428, era constituída, além dos dois nomes já citados, por: Bauduin de Lannoy, senhor de Moulembais, governador da cidade de Lille<sup>405</sup> e Andry de Thoulangeon, senhor de Mornay, escudeiro (ambos do Conselho do duque e seus camareiros); Bauduin d’Ongnies, escudeiro e mordomo, responsável pelo financiamento da embaixada, Jehan Hibert, secretário do duque, Oudot de Bran, escudeiro, Albrecht, bastardo da Baviera, Guinard de Landes, Ector Sacquespee, Jean Rigaut e Guiselin Vlieghe, e os restantes de que a seu tempo falaremos, sem esquecer os funcionários que asseguravam o bom funcionamento de todos os serviços inerentes à estadia desta comitiva<sup>406</sup>. Dois meses depois, as duas galeras venezianas que traziam a comitiva amarram, finalmente, em Lisboa, no dia 18 de Dezembro, sendo recebida pelo rei D. João I e pelos seus filhos, em Avis, já o ano era o de 1429 e o mês de Janeiro ia no dia 13.

Isto porque a vinda da embaixada coincidiu com a recepção levada a cabo por D. João I, em Estremoz, para finalmente conhecer a nora castelhana-aragonesa, D. Leonor, que havia casado com o primogénito, em Coimbra, no mês de Setembro anterior. Em Estremoz recebeu o monarca um rei-de-armas<sup>407</sup> da embaixada borgonhesa, anunciando a sua presença em solo lusitano, e a finalidade a que vinha. A família real ainda estacionou em Arraiolos, antes de chegar finalmente à sede da Ordem Militar.

---

<sup>403</sup> Idem, *Gente d’algo*, p. 54

<sup>404</sup> FRANCO, Matilde Sousa – *Ob. Cit.*. A antiga directora do Palácio cita um estudo de Roger F. Pye em que este afirma que o cisne branco foi usado como empresa por Henrique V, que como já fizemos referência esteve para casar com a sua prima, a infanta D. Isabel. Os cisnes teriam sido pintados no tecto em alusão a esse projectado casamento, p. 35.

<sup>405</sup> Cunhado de Jean de Roubais por este haver casado com uma sua irmã.

<sup>406</sup> *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle ...*, doc. 90, pp. 204-205. A forma com que estes nomes nos aparecem escritos nas diversas transcrições por nós consultadas, quer se trate de autores portugueses, franceses ou belgas, varia muito. Neste estudo optámos por seguir a documentação fornecida por Jacques Paviot.

<sup>407</sup> Este rei-de-armas chamado Flandre será provavelmente o mesmo que ficou em Estremoz e acabou por assistir à dita recepção, fazendo dela a descrição em pormenor.

Em Avis, ao lado de D. João I estavam os seus filhos, D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. Fernando, e Afonso, conde de Barcelos, entre outros notáveis da corte portuguesa. Do outro lado, mestre Gilles d'Escornaix, doutor em leis, preboste de Harelbeke, ouvidor de petições do duque, que anunciou em latim o objectivo daquela missão diplomática.

O rei de Portugal encarregou os infantes de tratar do negócio do casamento com os embaixadores, tendo sido elaborada uma proposta de contrato de casamento que foi enviada ao duque. E ficou registado: “(...) *em conclusão do tratado foi feita uma cédula por escrito, e com isto os ditos embaixadores fizeram pintar mui natural a figura da dita dama infanta, D. Isabel, por um homem chamado mestre João, moço de câmara do dito Monsenhor de Borgonha, excelente mestre na arte da pintura (...)*”<sup>408</sup>.

Foram feitos por Jan van Eyck dois retratos, enviados para a Flandres. Um terá acompanhado a missão por via terrestre nas pessoas de Jean de Vassy, escudeiro e por um passavante chamado Portejoie; outro por mar (o que chegou em primeiro lugar), levado por Pierre de Vauldrey, escudeiro e copeiro do duque e por outro passavante chamado Renty<sup>409</sup>. Ambos os emissários ao duque de Borgonha levavam as condições do casamento, bem como algumas cartas em que os embaixadores avaliavam a infanta D. Isabel<sup>410</sup>.

O duque Filipe ficou tão agradado com o retrato da sua futura mulher e com as opiniões expressas nas cartas que recebeu dos seus embaixadores sobre a princesa portuguesa, que aceitou de imediato as condições do contrato de casamento e que este se concretizasse por procuração e palavras de presente com o embaixador Jean de Roubais e Herzelles, seu representante. A propósito do referido retrato, citamos o mais recente biógrafo de D. Duarte: “*Não conhecemos o resultado do trabalho de Jean van Eyck; mas temos a certeza de que foi realista, porque não era um daqueles que se encomenda a um artista para transformar em bonita uma mulher feia (...) antes uma «fotografia» para Filipe ver se gostava. Pelos vistos gostou porque se casou com Isabel*

---

<sup>408</sup> MORAIS, Faria de – *Ob. Cit.*, p.81

<sup>409</sup> Segundo A. H. Oliveira Marques a moda do retrato individual (reis, rainhas, príncipes, princesas e grandes senhores), iniciou-se ainda no século XIV, afirmando-se, no entanto, na centúria seguinte. “*Era, em geral, de pequenas dimensões para ser facilmente transportável e limitando-se à cabeça e à parte superior do tronco – primeiro de perfil, copiando o modelo de moedas e medalhas, depois a três quartos ou de frente – passou a ser um objecto favorito do intercâmbio diplomático, escorando pedidos de casamento e ofertas de paz e aliança*”. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p.448.

<sup>410</sup> Não sabemos se alguma destas comitivas foi acompanhada por um ou mais representantes de D. João I.

(...). *Se o pintor embelezasse injustamente a infanta e o duque fosse avante com o matrimónio baseado nessa imagem falsa, vindo depois a constatar que D. Isabel era um mostrengo, certamente teria uma conversa áspera com o seu pintor*”<sup>411</sup>. Acrescentamos que o duque de Borgonha será padrinho do primeiro filho do pintor, como forma de lhe demonstrar grande estima e admiração, concedendo-lhe até à sua morte uma tença muito alta e oferecendo-lhe permanentemente presentes e protecção. Por isso, não calha aqui mal voltar a fazer referência às palavras do autor da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, sobre a modelo: “*A infanta D. Isabel era dotada de rara formosura, e de tantas perfeições, e virtudes (...)*”<sup>412</sup>, já que o relator borgonhês não nos informa de nenhum pormenor da aparência da infanta.

Evidentemente que o dote que D. Isabel levaria para a Borgonha não era um pormenor. Filipe era pragmático e embora fosse um dos homens mais ricos da Europa do seu tempo, o dinheiro nunca era demais para alimentar o seu exército e os seus luxos. É provável que o conteúdo das cartas onde se opinava sobre as qualidades da infanta não tenha deixado o duque indiferente: D. Isabel era uma mulher feita, intelectualmente preparada, sabia ler e escrever pelo menos em quatro línguas, temente a Deus, piedosa, pronta para as responsabilidades que a função de duquesa lhe traria, pois já governava a sua Casa e sobretudo, era senhora de uma personalidade vincada, onde a moralidade se sobrepunha a qualquer outra virtude. Ou seja, e de acordo com as concepções dominantes na época, a companheira ideal para o ajudar a governar os seus estados.

Enquanto aguardavam novas instruções do duque, alguns membros da embaixada visitaram Santiago de Compostela, os reis de Castela e Granada. Não sabemos se Jan

---

<sup>411</sup> DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte (requiem por um rei triste)*, pp. 95-96. Infelizmente não sabemos o paradeiro do retrato ou dos retratos. Pensa-se que andou perdido com o nome “la belle portugaise”, constando ainda nos inventários de 1516 e 1524, das colecções da sua bisneta, Margarida de Áustria (1480-1530, filha de Maximiliano da Áustria e de Maria de Borgonha e irmã de Filipe, o Belo, I de Espanha), que foi a governadora dos Estados da Flandres e da Borgonha, no reinado de seu sobrinho, o imperador Carlos V da Alemanha e I de Espanha, o que estranhámos, já que não parece admissível que Margarida não soubesse que aquele era o retrato da sua bisavó. Neste estudo incluímos os dois retratos que, maioritariamente, levam a aprovação dos historiadores para réplicas do de Jan Van Eyck, embora sem certeza: os desenhos do ANTT e o do Museu do Louvre (anexo C-I). Sobre a iconografia de D. Isabel veja-se: CORTEZ, José – “Infantes de Avis - D. Isabel duquesa de Borgonha”. Separata da *Revista de Belas Artes*, nº 5. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1953, pp. 3-10; FLOR, Pedro – *A arte do retrato em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010; FRANÇA, José-Augusto – *O Retrato na Arte Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981; RUIVAL, Maria Julieta – “D. Isabel, Duquesa de Borgonha (estudos iconográficos)”. Separata da *Revista de Belas Artes*, nº 20. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1964; RUIVAL, Maria Julieta – O «retrato de senhora» do Museu Metropolitano de Nova York e as suas relações com o «retrato de D. João I» do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa. Separata de *Belas-Artes*, nº 27. Lisboa. s/e, 1973.

<sup>412</sup> SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Vol. II, p. 67.

van Eyck os terá acompanhado ou se terá permanecido em Portugal. No final do mês de Maio, a embaixada regressa a Lisboa assistindo às festas em honra da entrada na cidade de D. Leonor de Aragão, mulher de D. Duarte, festas, aliás, descritas com grande pormenor no relato que continuamos a acompanhar.

## 5. O contrato de casamento

Finalmente a 4 de Junho, o escudeiro Pierre de Vauldrey é recebido por D. João I, no Paço de Sintra, trazendo consigo as cartas<sup>413</sup>, com a data de 5 de Maio<sup>414</sup>, assinadas e seladas pelo duque Filipe, na igreja de S. Salvador em Bruges, junto do seu chanceler Nicolas Rolin, do seu conselheiro João de Luxemburgo e do seu recebedor geral Guy Guilbaut. Na procuração o duque renovou os plenos poderes aos seus representantes: Bauduin de Lannoy, Andry de Thoulangeon, Gilles d'Escornaix e Jehan Hibert, designando Jean de Roubais como porta-voz e habilitando-o em seu nome a aceitar solenemente «por palavras de futuro» (equivale a uma promessa de casamento) e «por palavras de presente» (forma pela qual o casamento era imediatamente contratado), a infanta D. Isabel, tratada por Elisabeth como será frequente nos documentos da época. Os representantes do duque receberam a autorização final de determinar todas as condições financeiras do contrato de casamento, que ficou concluído a 11 de Junho de 1429<sup>415</sup>.

A escritura do contrato de casamento foi assinada em Lisboa, perante Filipe Afonso, notário régio, com data de 23 de Julho, levando a infanta, desta vez tratada por Helisabeth, outra das formas medievais para Isabel, o avultado dote de 154.000 coroas de ouro tornezas<sup>416</sup> (250.000 dobras). Não queremos deixar de destacar alguns pontos

---

<sup>413</sup> Um dos documentos é a procuração do duque de Borgonha que dá plenos poderes “*a três ou quatro dos seus representantes para tratarem de tudo*”. ANTT, Gaveta 17, mç. 3-3. Publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, pp. 682-685.

<sup>414</sup> Três dias depois, o exército francês, tendo à frente a jovem Joana d’Arc, toma Orleães.

<sup>415</sup> Este contrato de casamento, escrito em latim, está traduzido para o português actual, por Aires A. do Nascimento em *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI*, pp. 37 a 57. Segundo o costume da época, cada uma das partes contratadas recebia o original, selado e executado pela outra. A acta, munida dum selo de chumbo do rei de Portugal e assinada pelo próprio e pelo seu filho D. Duarte, encontra-se em Lille, e a acta assinada por Filipe, o Bom encontra-se em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, gaveta 17, mç. 1-3.

<sup>416</sup> Referentes à cidade de Tournai, por serem as de ouro mais puro, em termos de peso e liga, sendo cunhadas na fábrica da referida cidade. Esta quantia era pouco inferior aos gastos da expedição a Ceuta (280.000 dobras) e três vezes superior às despesas feitas com o matrimónio de D. Duarte. Nenhum outro encargo do Tesouro Público, no reinado de D. João I, atingiu tamanha dimensão. Voltaremos ao assunto mais adiante.

deste contrato, referindo desde já um item do texto que pensamos ser provavelmente uma exigência da própria infanta. Aproximando-se este documento do seu final, foi escrito o seguinte: “(...) *deu e concedeu [D. João I] à mesma senhora Infanta plena e livre autoridade e faculdade nesta questão assim como por esta forma era tido fazer o tratado. Esta senhora Infanta, como é indicado, autorizada e recebendo para si a dita autoridade e lidos e a ela convenientemente expostos os capítulos acima escritos, teve-os ela por bem notados, reconhecidos e entendidos, sem assédio nem engano mas sobre isto bem avisada e aconselhada, como dizia, não por força ou violência mas de sua espontânea vontade, na presença e com o acordo, para o efeito, dos ilustríssimos príncipes, Dom Duarte, primogénito, e Dom Henrique, Dom João e Dom Fernando, irmãos consanguíneos da mesma senhora Infanta (...). Assentiu, aprovou e ratificou, e a umas e a outras estabeleceu, concluiu, acordou e firmou (...)*”<sup>417</sup>. Uma alusão clara à vontade expressa e à consciência plena da infanta D. Isabel no seu próprio casamento, bem assim como o esclarecimento total do seu conteúdo e da sua escritura, já que estamos perante uma mulher madura, familiarizada com inúmeros e variados documentos administrativos, com o direito e o dever de participar activamente no conteúdo do seu contrato de casamento, como depois fará na Borgonha, com alguns contratos de casamento que ela própria promoverá. Destacamos, pois, outros pormenores desse contrato:

- Das 154 mil coroas de ouro do dote, 100 mil seriam pagas nos esponsais em Bruges, as restantes até um ano depois;
- A expensas de D. João I ficariam, a viagem para a Flandres (com tudo o que era necessário para que se realizasse com êxito e comodamente), bem como o enxoval que consistia na baixela de prata e outras jóias e ornamentos<sup>418</sup>;
- A responsabilidade do duque de Borgonha consistia em pôr casa a D. Isabel; nomear-lhe oficiais para seu serviço; manter a casa da duquesa à custa da sua própria fazenda; doar a D. Isabel, enquanto vivesse, 12.320 coroas de ouro anuais; doar-lhe todos os direitos sobre outros senhorios ou terras adquiridas depois de contraído o matrimónio;

---

<sup>417</sup> *Princesas de Portugal. Contratos Matrimoniais dos séculos XV e XVI*, p.57

<sup>418</sup> Não possuímos qualquer inventário com a descrição do enxoval que a infanta D. Isabel levou para a sua nova morada. Na Chancelaria do seu irmão, para o ano do seu casamento, possuímos uma série de gastos efectuados com diversos tecidos importados e que bem podiam ter servido para executar vestidos para o casamento e para o enxoval, bem como um avultado número de arcas, para o transporte do mesmo. Mas é uma mera suposição. *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. II, pp. 66-69

considerar a infanta por natural e cidadã da Pátria e de seus senhorios e não por estrangeira, para que pudesse gozar de todos os privilégios e liberdades e assim ficasse idónea, capaz e hábil para receber em si todos os bens de raiz, cidades, castelos e outros senhorios e feudos no ducado de Borgonha e no condado de Flandres; no caso de ficar viúva, tudo o que a duquesa possuísse seria seu, além das suas arras, que eram de 77 mil coroas: 1/3 podia deixar em testamento, os restantes 2/3, caso não tivesse descendência, revertiam para El-rei seu pai<sup>419</sup>.

No dia seguinte, 24 de Julho confirma-se este tratado de casamento através de um auto de sponsais<sup>420</sup>, um instrumento que basicamente é um “recebimento de casamento” que leva a assinatura de várias testemunhas. Do lado português encontramos quatro membros da corte de D. João I: o Conselheiro real, Dr. Martim do Sem<sup>421</sup>, o Chanceler-mor Gil Martins, o Dr. Diogo Martins e o Corregedor da corte João Mendes; do lado borgonhês, Pierre de Vaudrey e Ector Sacquespee, e ainda dois mercadores genoveses, Carlo Morisi e António Moraboto.

## 6. Lisboa como palco dos festejos

O tempo e o espaço são dimensões indissociáveis da história de uma cidade. As especificidades de um determinado tempo, o ano de 1429, reflectem-se no espaço da cidade como um palco vivo dos acontecimentos que tiveram a infanta D. Isabel como figura central, ligados às festividades do seu casamento e à sua despedida<sup>422</sup>. Pretendemos com esta abordagem um olhar para os lugares (alguns já desaparecidos) que foram o palco das cerimónias deste casamento que alteraria para sempre a vida da infanta D. Isabel, proporcionando-lhe um protagonismo na Europa do século XV, que

---

<sup>419</sup> Esta era uma das cláusulas em que se protegia os interesses da família e da linhagem do reino de origem. Mesmo depois do casamento e se entretanto não tivesse filhos, o herdeiro de D. Isabel era o pai. Um curioso artigo no tratado obrigava D. Isabel a renunciar aos bens mobiliários e imobiliários possuídos pelo duque à data do casamento, assim como às possessões que o seu marido pudesse adquirir de futuro, nomeadamente o ducado do Brabante e os condados de Hainaut, Holanda, Zelândia, etc. A pretensão do duque Filipe ao ducado de Brabante encontrava-se, assim, claramente expressa nos termos do seu próprio contrato de casamento, in *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI*, p. 47.

<sup>420</sup> *Chartularium Universitatis Portucalensis*. Dir. A. Moreira de Sá, vol. III. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966, pp. 376-377. Ver Anexo-Quadros B-I: “Documentos referentes ao casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha, Filipe, o Bom”.

<sup>421</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos «privados» de D. João I”, pp. 61-62. Nesta altura, além de Conselheiro de D. João I era Chanceler-mor de D. Duarte. Havia já testemunhado os casamentos dos filhos do rei, D. Beatriz e D. Duarte.

<sup>422</sup> ARAÚJO, Renata de – *Lisboa, a cidade e o espectáculo na época dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.5

provavelmente ninguém adivinharia. Mas também destacar o significado deste casamento para o reino e para o rei: “*O rei e a corte exibiram-se e apresentaram-se aos seus súbditos em ritos e cerimoniais, em símbolos e signos e em troféus de propaganda política e de celebração do poder real. (...) A festa foi do rei e do reino. A festa foi de todos e para todos*”<sup>423</sup>. E ela teve lugar na “*mais principal cidade dos seus reinos*”. Evidentemente que esta decisão não pode ter sido por acaso: D. João I possuía uma dívida de gratidão para com Lisboa. O seu povo tinha, em boa verdade, desencadeado o movimento social e político que lhe havia de dar o trono de Portugal. Tal como a decisão de querer morrer em Lisboa, também a decisão dos festejos do casamento e da despedida à sua filha, companheira dedicada nos últimos catorze anos, teve de recair naquela que, sem o saber, será a capital do reino. Lisboa seria sempre para o ainda rei D. João I, a sua “*mui nobre e sempre leal cidade*”.

É provável que, vindas de Sintra, as comitivas borgonhesa e portuguesa (que teriam ficado em Sintra), tivessem entrado em Lisboa pela porta norte, a de Santo Antão, uma das seis portas principais da muralha fernandina e à época uma das mais frequentadas, pois dava acesso ao Rossio de Santa Justa, onde se realizava a feira da cidade. As ruas eram estreitas e tortuosas, fazendo de Lisboa uma cidade apertada e confusa, onde se circulava dificilmente. Diz-nos Oliveira Marques que Lisboa era então, uma cidade cujas casas tinham em média rés-do-chão e primeiro andar, sendo frequentes as casas *térreas*. Grande parte delas prolongavam-se por hortas, quintais e pomares murados, quer nas traseiras quer ao lado, deitando para a rua<sup>424</sup>. Eram poucas as construções monumentais ou de aparência faustosa. Em grande número eram os *picos* que povoavam a Lisboa do final da segunda década do século XV, correspondentes às torres que aqui existiam. A maioria eram torres de igrejas (havia 34 igrejas românicas e góticas, sendo 21 delas paroquiais, com uma média de um templo por cada 3 hectares), de palácios (muitas deles coroados por coruchéus e flechas, de estilo gótico) e das muralhas defensivas (a moura, a de D. Dinis e a de D. Fernando, espaçadas de forma regular)<sup>425</sup>. A área económica situava-se na Baixa, entre a rua Nova e a Ribeira<sup>426</sup>. Era

---

<sup>423</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”, *História da Vida Privada em Portugal – a Idade Média*, p. 168

<sup>424</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – “A cidade na Baixa Idade Média”, *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 90 e 91

<sup>425</sup> Idem, *Ob. Cit.*, p. 92

na zona ribeirinha que pulsavam as actividades económicas e sociais da cidade. A oriente situavam-se as funções públicas régias e concelhias, mas era também o local da chegada dos barcos para carregarem e descarregarem mercadorias, sobretudo alimentos. A zona ocidental estava reservada à indústria naval. Era aqui que se situavam as Terceiras Reais<sup>427</sup>. No entanto, o centro urbano continuava situado na colina do Castelo de S. Jorge, baptizado há uns anos atrás por D. João I e onde se situava o Paço Real, a principal habitação do rei, da sua família e da corte, na cidade de Lisboa.

### **6.1. - O casamento por procuração, dito “por palavras de presente”, no paço do castelo de S. Jorge**

*“ (...) as cartas do contrato foram passadas diante de um notário no dito lugar de Lisboa, a 24 de Julho. No dia seguinte, Domingo, 25 do dito mês, no castelo do rei, em Lisboa, pelas sete horas da manhã, o senhor de Roubais, em nome e como procurador do meu senhor de Borgonha e com especial poder e procuração, recebeu a senhora infanta Isabel por palavras de presente. A assistir à cerimónia estavam entre outros os irmãos da noiva D. Duarte, D. Henrique, D. João e D. Fernando, as esposas de D. Duarte e de D. João, muitos prelados, cavaleiros, escudeiros, senhoras e donzelas, e gente de todos os estados em grande número ”<sup>428</sup>.*

Embora nesta descrição não seja dito de forma clara que, quer a validação legal do contrato de casamento, quer a cerimónia do casamento presidida pelo bispo de Évora, D. Álvaro Gonçalves de Abreu, tiveram lugar no Paço Real da Alcáçova, esta é a hipótese mais válida, já que nas palavras de José Custódio Vieira da Silva, “(...) A função primeira e fundamental do paço é a da habitação (...). O seu aspecto iminentemente civil distingue o paço, sem margem para dúvida do castelo (...). Nas cidades importantes, os paços das alcáçovas, com toda a carga simbólica a eles inerentes, pertencem ao rei. (...) Há pois uma ligação íntima entre paço e poder,

---

<sup>426</sup> SILVA, A. Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. Lisboa: C.M.L., 1987, vol. 1, p. 9.

<sup>427</sup> GONÇALVES, Iria – *Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média, Actas 1383/85 e a Crise Geral dos séculos XIV-XV, Jornadas de História Medieval*. Lisboa: História e Crítica, 1985, pp. 59 a 61

<sup>428</sup> Embora o texto original esteja escrito em francês, como já dissemos, optámos por traduzir para o português as partes que aqui iremos destacar. MARQUES, A. H. Oliveira – *O Portugal do tempo do Infante D. Pedro visto por estrangeiros ...*, p. 71. A única ausência, confirmada aliás no próprio contrato de casamento, foi a de D. Pedro, explicada provavelmente pela aproximação do seu próprio casamento, que ocorreu em data que desconhecemos, mas anterior a 26 de Setembro, pois D. Isabel de Urgel já está presente no banquete de homenagem à cunhada.

sobretudo o que deriva da autoridade do rei (...)”<sup>429</sup>. E que local podia ter mais simbolismo, do que aquele castelo tomado aos mouros no início da monarquia portuguesa, com a ajuda de cruzados flamengos e borgonheses? Um casamento com a importância já referida não podia ter tido lugar senão “ (...) na principal cidade e na melhor casa de seus reinos (...) que então mandava muito enobrecer (...)”<sup>430</sup>, referindo-se Rui de Pina aos Paços da Alcáçova e a D. João I<sup>431</sup>. Entremos, ainda que virtualmente, na sala de “um Paço Real”, já que no dizer de Vieira da Silva a sala “é o grande espaço de recepção de todas as pessoas, nacionais e estrangeiras. Pelas suas dimensões e pela sua localização na parte mais exterior, presta-se às cerimónias públicas de grande aparato, sejam recepções, sejam banquetes”<sup>432</sup>. Seria assim a sala do paço da Alcáçova? Os cronistas referem que já no tempo do casal real D. Fernando e D. Leonor Teles, que aí habitaram, se faziam muitas recepções, festas e banquetes. Mas pelo que se verá, a sala era demasiado modesta para comportar um banquete com um elevado número de convidados. Oliveira Marques diz-nos sobre este paço: “Reconstruído, acrescentado e modificado por quase todos os soberanos, não exibia por fora qualquer interesse arquitectónico. (...) em 1429 não havia nele sala de dimensões suficientes para comportar um banquete de Estado, oferecido aos embaixadores que vieram buscar a infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha”<sup>433</sup>. Por este motivo, o banquete oferecido pelo príncipe D. Duarte à irmã e ao pai teve lugar num dos armazéns das “taracenas”, designado como “sala das galés”, que foi esvaziado e decorado para o efeito, como veremos de seguida.

## 6.2. - O banquete de despedida na sala das Galés

*“Aproximando-se o tempo da partida de D. Isabel, o senhor infante D. Duarte, o primogénito, fez uma festa, de convívio com ceia, ao rei seu pai e a sua irmã: no dia 26 de Setembro, segunda-feira, e nos dois dias seguintes, fizeram-se justas e folguedos. A ceia fez-se no dito lugar de Lisboa, na sala das galés, que para o efeito foi esvaziada”*<sup>434</sup>.

<sup>429</sup> SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, pp. 34 a 36

<sup>430</sup> PINA, Rui de – *Crónica de D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914, cap. I, p. 74

<sup>431</sup> Sobre a morte de D. João I, em 1433.

<sup>432</sup> SILVA, José Custódio Vieira da – *Ob. Cit.*, p. 28

<sup>433</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “A cidade na Baixa Idade Média”, p.101

<sup>434</sup> MARQUES, A. H. Oliveira - *O Portugal de D. Pedro visto por estrangeiros...*, p. 71

A primeira questão que se coloca perante esta informação é: sala das galés? Que sala era esta? Onde se situava? Provavelmente nas Terceiras Reais ou *taracenas* (como se dizia à época), que eram os estaleiros navais de iniciativa real, junto ao Tejo, na zona ocidental da Ribeira, próximos da raiz da escarpa do morro de S. Francisco, local onde se situavam os grandes armazéns e se construía ou recuperavam as galés reais.

Como não existia nenhuma sala em qualquer local da cidade que comportasse tão grande número de convidados, foi necessário esvaziar um destes armazéns e decorá-lo de tapeçarias, grandes panos de lã de diversas cores e esteiras de juncos verdes. A nossa hipótese é secundada por Oliveira Marques e é com as suas palavras que a justificamos: “(...) *deduz-se que não havia no paço do castelo, nem em qualquer outro palácio acessível, uma sala de banquetes suficientemente ampla para ocasiões festivas como esta, tornando-se necessário recorrer às taracenas*”<sup>435</sup>. E acrescenta: “*Com maiores dimensões ainda, e porventura assinaladas por abóbadas de algum interesse, existiam as taracenas, tão vastas que podiam servir como sala de banquetes de Estado*”<sup>436</sup>.

Este jantar, que se realizou, então, na sala das galés livre de barcos e sumptuosamente ornamentada, aspirava a causar impressão entre os embaixadores, não só pelas baixelas de ouro e prata, como pela profusão de tapeçarias, riqueza de trajos e ornamentos, número e qualidade dos convidados. Era incontável o número de tochas e velas, colocadas por toda a sala, bem como vários archotes.

O cerimonial de corte<sup>437</sup> foi sofrendo alterações ao longo do tempo. E a corte de D. João I não foi exceção, tendo atingido um grau de sofisticação bastante elevado no que a algumas práticas dizia respeito. Nesta parte da *Relação da Embaixada* que estamos a seguir, chegámos talvez ao ponto mais significativo no que diz respeito aos usos e cerimoniais de corte, com todo o seu brilho, dignidade e ritualização, mas particularmente a um momento de propaganda política e de celebração do poder real, sendo nestes dois aspectos que assentamos a sua importância. O banquete comemorativo que iremos descrever foi sem sombra de dúvida o mais imponente e,

---

<sup>435</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 65-66

<sup>436</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – “A cidade na Baixa Idade Média”, p.104

<sup>437</sup> Veja-se entre outros, COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, pp. 144-154; GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, cap. V, pp. 295-325.

porque não dizê-lo, excêntrico, que se terá realizado no reinado de D. João I, demonstrando bem que a corte do reino de Portugal se aproximava cada vez mais da magnificência de algumas das suas congêneres europeias. Desde o início do século XV, o código social de comportamento, chamado mais tarde etiqueta, veio a estabelecer a regra de colocação de lugares à mesa. Assim, neste festim tão especial, a mesa do rei foi forrada com uma toalha em ouro e colocada num alto estrado, para o qual se subia por uma escada que alcançava o centro da sala do banquete. De um e outro lado da mesa do rei, mas em plano inferior, situavam-se outras duas mesas, e ainda uma terceira que estabelecia a ligação em forma de T. À direita do rei sentou-se a sua filha (a homenageada dos festejos) e, à esquerda, a esposa do infante D. João, D. Isabel de Barcelos, seguida da recentíssima esposa de D. Pedro, D. Isabel de Urgel. Quanto à mulher de D. Duarte, por estar em adiantado estado de gravidez<sup>438</sup>, acomodou-se numa galeria e dali observou a festa. À direita da duquesa de Borgonha<sup>439</sup> sentaram-se os embaixadores do duque. Quanto aos infantes, mandava a etiqueta que todos eles desempenhassem determinados rituais neste género de banquetes públicos especiais, servindo directamente o rei e os seus convidados mais próximos, como aconteceu no banquete do casamento de D. Duarte, relatado em carta pelo infante D. Henrique a seu pai (que não esteve presente), a 22 de Setembro de 1428, em que o próprio D. Henrique serviu os confeitos, D. Pedro levou o pano (para limpar as mãos), D. Fernando a fruta e D. Afonso, conde de Barcelos, o vinho<sup>440</sup>.

Este banquete teve o seu momento de exotismo e de fantasia, nos “entremezes” (uma espécie de intervalo entre os vários pratos), onde a imaginação não teve limites. Organizou-se um jogo-desafio, em que vários cavaleiros e gentis-homens, montados a cavalo e armados com vários tipos de armas, dirigiram-se, cada um a sua mesa, segurando um bastão na ponta do qual fixaram uma carta. O conteúdo das cartas contava que vinham de países longínquos e procuravam aventura. Um deles veio a cavalo e cobria o seu manto e as suas roupas de alfinetes, de forma a ficar parecido com um porco-espinho; um outro vinha acompanhado de sete belas raparigas, personificando

---

<sup>438</sup> O seu primeiro filho nasceria uns dias depois, morrendo de seguida.

<sup>439</sup> Assim que se casou, a infanta D. Isabel passou a designar-se *duquesa de Borgonha*. Conhecemos pelo menos um documento, datado de 13 de Setembro de 1429, assinado e selado por ela que se inicia: “*de mym a Jffante dona Jsabell, duquesa de Bregonha (...)*”. Também a sua assinatura deixou de ser “*a Infante*”, para passar a ser “*a duquesa de Borgonha*”. Ver cap. II, pp. 84 e 85

<sup>440</sup> *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 125, p. 258

os planetas. Os restantes estavam elegantemente vestidos e disfarçados, cada um, segundo o seu belo prazer.

A duquesa D. Isabel mandou anunciar, por toda a sala, com trombetas e outros instrumentos sonantes e estridentes, o torneio que se iria realizar nos dois dias seguintes.

O jantar, à base de vários tipos de carnes e diferentes vinhos, prolongou-se pela noite dentro, razão porque os convidados recolheram a suas casas sem haver baile.

### **6.3. - As justas e folguedos na rua Nova**

*“No dia seguinte, 27 de Setembro, após a refeição, vieram os justadores pelas ruas até à rua Nova em Lisboa, onde havia sido espalhada abundante areia. Ali foi colocada uma cerca de estacas espaçadas, para justar, coberta de panos de lã azuis e vermelhos (...) o rei, os senhores e as damas que para os ver, estavam às janelas das casas da dita rua. No dia seguinte, 28 de Setembro as justas continuaram”*<sup>441</sup>.

Esta foi a primeira grande artéria comercial paralela ao rio<sup>442</sup>, bem diferente de todas as outras que povoavam a Lisboa medieval. Desde o século XIII procedeu-se à abertura de uma rua mais cuidada, nas principais cidades, nomeadamente em Lisboa e no Porto, destinada à actividade comercial e aos serviços mais qualificados. Era a chamada *rua Nova*, no caso de Lisboa com boas ligações portuárias, separada da praia pela rua da Ferraria (sua paralela) e pela muralha. Era uma rua mais larga do que as suas congéneres, de traçado rectilíneo, ladeada por edifícios de melhor aparência<sup>443</sup>, com prédios de rés-do-chão e quatro andares, alternando com outros de três e dois andares, aparentemente mais numerosos. Era sem dúvida a principal rua da cidade<sup>444</sup>. Nas palavras de A. Vieira da Silva: *“(...) a rua Nova era uma das artérias mais importantes da antiga Lisboa, tanto pelo seu comprimento e largura, como, principalmente, porque nela se exercia a maior intensidade comercial, não só com produtos do país, mas especialmente com artefactos de nações estrangeiras (...)”*<sup>445</sup>. E conclui: *“(...) nesta rua estavam instalados os mercadores e grandes negociantes e, misturados com estes,*

---

<sup>441</sup> MARQUES, A. H. Oliveira - *O Portugal de D. Pedro visto por estrangeiros ...*, p. 72

<sup>442</sup> *Grosso modo* poderíamos dizer que ia da actual Praça do Município ao Campo das Cebolas.

<sup>443</sup> MARQUES, A. H. Oliveira - “A cidade na Baixa Idade Média”, p. 122

<sup>444</sup> Idem, *Ibidem*, p.91

<sup>445</sup> SILVA, A. Vieira da – *Ob. Cit.*, vol.1, pp. 91-92

*muitos outros mesteirais (...). Costuma-se geralmente escrever que esta rua ficava situada aproximadamente por onde corre a actual rua do Comércio (...)*”.<sup>446</sup>

Devido ao desenvolvimento urbano também a função da rua Nova se tornou mais abrangente, sendo um espaço privilegiado de sociabilidade<sup>447</sup>. Foi então aqui que o primogénito de D. João I promoveu as justas e os folguedos (divertimentos não especificados, embora na época também pudesse significar *dar folga*, ou seja, conceder um dia feriado para que todos pudessem participar e assistir), para comemorar o casamento da irmã. A rua Nova, central e pública, foi desta forma transformada num terreiro para a prática de justas, opondo no campo dois cavaleiros armados de espada ou de lança. Nesta circunstância o combate era apenas um jogo e o espectáculo era dado sobretudo pela forma como cavaleiro e cavalo iam luxuosamente ajazados e pela coreografia.

Em Portugal, a justa assumia uma forma peculiar: consistia em dividir o campo, com uma barreira de madeira forrada com um pano, colocada longitudinalmente, obrigando os cavaleiros a encontrarem-se de lado, e não de frente. Segundo a tradição da Flandres, a maneira de “tornear à portuguesa” será introduzida, justamente aquando das festas de casamento de D. Isabel com o duque Filipe, em Bruges<sup>448</sup>. Passou a ser conhecida com o nome de justa *à la toile*.

O vencedor do primeiro dia de jogos teve como prémio uma rica taça e o vencedor do segundo dia recebeu um diamante, ambos das mãos da infanta D. Isabel.

#### **6.4. - A missa de despedida na Sé-Catedral**

*“Na quinta-feira, dia 29 de Setembro e penúltimo dia daquele mês, que foi o dia que o rei propôs de levar e meter no navio, no porto de Lisboa, a minha senhora a infanta D. Isabel sua filha, para a enviar para a Flandres como disse, de manhã, trouxe-a a cavalo desde o seu palácio até à igreja catedral de Lisboa. (...) Os embaixadores e muitos senhores, cavaleiros, gentis-homens, senhoras e donzelas e outras gentes de todos os estados em grande número a acompanharam a pé até à*

---

<sup>446</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 94 e 98

<sup>447</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *Festa e Sociabilidade na Idade Média*, p.22

<sup>448</sup> SOMMÈ, Monique – *Ob. Cit.*, p. 31

*dita igreja que estava devidamente ornamentada e onde foi cantada a missa e feito o serviço divino grandioso e solene*<sup>449</sup>.

O aspecto exterior da Sé não mantinha, então, o de uma igreja de aspecto robusto e fortificado, como uma abadia beneditina do final do século XII, quando o primeiro rei, em 1173, ali mandou fazer um templo, voltado a poente, para guardar as relíquias de S. Vicente, o mártir diácono padroeiro de Lisboa. Olhando com atenção para a iconografia de Lisboa<sup>450</sup>, ela mostra-nos um templo, constituído por três torres: duas na fachada principal, rematadas por coruchéus e uma torre-lanterna ou sineira em forma de um paralelepípedo de três andares que imerge da zona do cruzeiro<sup>451</sup>. No interior, então como hoje, as paredes de 1429 estavam repletas de altares, túmulos, lápides e santinhos de devoção ao gosto de cada qual e de cada um, revertendo todo este aparato para o enriquecimento do templo. Nesta época, a Sé não era apenas um centro religioso, mas também cívico e cultural. No adro e nos claustros não era raro cruzarem-se alunos, comerciantes, clérigos, notários ou membros da assembleia municipal. A capela-mor tinha uma abside altaneira com deambulatório e capelas radiais, obra da iniciativa do bisavô da infanta D. Isabel, o rei D. Afonso IV<sup>452</sup>. Estas alterações fizeram parte de uma campanha de obras que se arrastou até ao reinado de D. João I, muito por culpa dos vários terramotos que atingiram todo o século XIV<sup>453</sup>, fazendo da Catedral um estaleiro permanente. A missa de despedida em louvor da infanta D. Isabel foi pronunciada pelo arcebispo<sup>454</sup> D. Pedro de Noronha, parente da família real (cunhado de D. Afonso, conde de Barcelos) e anos mais tarde fervoroso antagonista da regência do infante D. Pedro.

#### **6.4. - A saída da comitiva do porto**

*“No dia seguinte último dia de Setembro, após comer, quando o tempo ficou mais calmo, o rei, acompanhado de todos os seus senhores, os seus infantes, as*

---

<sup>449</sup> MARQUES, A. H. Oliveira - *O Portugal de D. Pedro visto por estrangeiros ...*, p. 73

<sup>450</sup> As panorâmicas de Braunio e da Biblioteca da Universidade de Leyden, in DIAS, João José Alves – “Lisboa Medieval na iconografia do século XVI”. *Actas 1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV e XV, Jornadas de História Medieval*. Lisboa: História e Crítica, 1985

<sup>451</sup> Ruiu completamente com o terramoto de 1755.

<sup>452</sup> Sepultado na capela-mor com sua mulher, a rainha D. Beatriz. Os túmulos ficaram destruídos no terramoto de 1755, mas sabemos que tinham jazentes e que estavam colocados de ambos os lados da capela-mor: o do rei à direita, o da rainha à esquerda.

<sup>453</sup> Terramotos ocorridos em 1337, 1344, 1355 e 1356.

<sup>454</sup> Em 1394 a diocese foi elevada a arcebispado.

*suas mulheres, os embaixadores e muitos senhores, cavaleiros, escudeiros, senhoras e donzelas e outras gentes em grande número, trouxeram a minha senhora sua filha para o navio que para a viagem ele fez aparelhar no porto de Lisboa (...). (...) acompanhada do senhor infante D. Fernando, seu irmão, do conde de Ourém seu sobrinho, de muitos cavaleiros, escudeiros, senhoras e donzelas, e outros em número de 2000 pessoas, em 14 embarcações (...)*<sup>455</sup>.

A designação de *porto de Lisboa* é tão vaga que mesmo para esta época talvez nos levante algumas dúvidas sobre a sua localização. Diz-nos A. Vieira da Silva que os nossos primeiros reis tinham escolhido o porto para abrigo das suas galés, numa pequena enseada que o rio formava na foz da ribeira que vinha do norte, no sopé do monte de S. Francisco, no sítio das tercenas<sup>456</sup>. Ao tempo de D. Dinis existia já o chamado *porto de Lisboa*, junto das suas tercenas, onde havia um cais mandado fazer pelo mesmo rei, chamado “caes da Oira”<sup>457</sup>. No entanto, no final do reinado de D. João I, ou já no de D. Duarte, parece que se erigiu outro cais, mais amplo, localizado mais para oriente daquele, no centro da actual Praça do Comércio: foi o chamado Cais da Ribeira, segundo um documento do ano de 1432, datado de 15 de Novembro, que menciona um cais na Ribeira, sem lhe indicar o nome, nem uma localização precisa<sup>458</sup>.

Assim, como vimos anteriormente a propósito da *sala das galés*, sabendo que as tercenas do lado oriental acabaram no século XIII, sabendo que uma das actividades da Ribeira era a carga e a descarga de barcos de mercadorias, zona que para isso devia estar sempre tão desocupada quanto possível, estamos em crer que o chamado *porto de Lisboa* de onde saiu a comitiva da princesa D. Isabel seria ou no cais da Oira ou algures entre este cais e a zona a sul da rua de Morraz, suficientemente afastado da área nevrálgica da actividade económica, perto da rua Nova, já que as 14 embarcações<sup>459</sup> que seguiriam para a Flandres, e algumas seriam de grande porte, aí se mantiveram cerca de oito dias antes de partirem para o Restelo, devido às condições atmosféricas pouco favoráveis para o início da viagem. Aqui permanecem, durante 4 dias, altura em que

---

<sup>455</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *O Portugal de D. Pedro visto por estrangeiros...*, p. 73

<sup>456</sup> SILVA, A. Vieira – *Ob. Cit.*, vol.2, pp. 24 e 34

<sup>457</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 65 e 27

<sup>458</sup> MENEZES, José de Vasconcelos e – *Tercenas de Lisboa* – II, p.15; DIAS, João José Alves – *Ob. Cit.*, p. 242

<sup>459</sup> D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica ...*, refere que terão sido 39 os barcos envolvidos no transporte da comitiva.

deixam Lisboa para se dirigirem a Cascais. Lançam âncora, mas por pouco tempo, logo a levantam para seguirem viagem. Navegam dia e noite, durante dois dias, até ao dia 15 de Outubro, altura em que os ventos contrários os fazem retroceder novamente a Cascais. Aí permanecem por dois dias, esperando ventos favoráveis. Como se percebe, a viagem começou mal e continuará a piorar.

## **6.6. - Os acompanhantes da infanta D. Isabel**

Já fizemos referência ao facto de à época ser vulgar que os filhos dos reis se deixassem acompanhar durante toda a sua vida por certos e determinados servidores, favoritos e pessoas da sua criação. Ora a infanta D. Isabel não foi excepção, pelo que alguns deles a seguiram nesta sua nova vida e permaneceram com ela até morrerem. Não temos a lista das cerca de 2000 pessoas que se pensa que tenham ido junto, mas possuímos alguns nomes na documentação portuguesa e borgonhesa que iremos destacar. A relação da embaixada que temos vindo a seguir diz-nos que à cabeça desta grandiosa comitiva se encontram o seu irmão mais novo, o infante D. Fernando, e o seu sobrinho, D. Afonso, conde de Ourém<sup>460</sup>, nesta altura ambos com 27 anos. Encontramos, no entanto, outros membros da sua família, dignatários da corte, eclesiásticos, nobres, damas e donzelas, alguns dos quais, como já dissemos, permanecerão com a infanta D. Isabel na Borgonha, não mais voltando ao reino, outros por lá ficarão apenas temporariamente e outros regressarão em tempo útil, como foi o caso do bispo de Évora, D. Álvaro Gonçalves de Abreu, o alcaide-mor de Lisboa, Rui Nogueira<sup>461</sup>, e um dignatário da corte, D. Fernando de Castro<sup>462</sup>. Quanto àqueles que não regressarão ou o fazem muito tempo depois, a documentação é mais generosa.

---

<sup>460</sup> Era o primogénito dos condes de Barcelos, D. Afonso (filho de D. João I e de Inês Pires) e de D. Beatriz, a herdeira de D. Nuno Álvares Pereira. Morrerá antes do pai, em 1460 e sem descendência legítima. Acompanhará em 1451 a infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, a Itália para se casar com o Imperador Frederico III, sendo por isso feito marquês de Valença.

<sup>461</sup> Já encontramos, no subcapítulo 5 do capítulo II, um dos seus irmãos, Afonso Nogueira, que juntamente com mestre João Vicente e frei Martim Lourenço fundaram os Lóios. Quando Rui Nogueira acompanhou a infanta D. Isabel à Borgonha deixou o seu testamento à guarda do prior da igreja de S. Lourenço, em Lisboa, Lourenço Eanes (ANTT/Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 5, n.º 44).

<sup>462</sup> Senhor de Monsanto, Penalva, S. Lourenço do Bairro, Alcaide-mor da Covilhã e Governador da Casa do infante D. Henrique, tendo comandado em 1425 uma numerosa frota com a intenção de conquistar a Grã-Canária. Com um antepassado que chegou a casar com uma das filhas do casal real D. Afonso III e D. Beatriz de Castela, mas da qual não houve descendência. Do primeiro casamento nasceu D. Álvaro de Castro, que foi o 1º conde de Monsanto. Sobre D. Fernando de Castro (morador e conselheiro de D. João I), ver: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos «privados» de D. João I”, p. 50

Destacamos: D. Margarida de Castro<sup>463</sup> e a tia desta, D. Isabel de Sousa<sup>464</sup>, damas-de-honor; Guiomar Rodrigues<sup>465</sup> e Leonor Rodrigues<sup>466</sup>, camareiras (não identificámos qualquer ligação familiar entre as duas); Mór Gonçalves, a sua ama; o dominicano João de Midões, seu confessor na Borgonha; os escudeiros Afonso Rodrigues, Álvaro Afonso, Álvaro de Brito, Ivo de Sequeira, Martim Colaço, Rui Borges e Pero da Água; um besteiro João Alves; um cavaleiro João Vasques<sup>467</sup>; dois músicos, João de Cordeal e João Fernandes; o seu antigo aio Pedro Eanes, responsável pelo dote e seu secretário; o boticário Brás de Azóia; o médico Afonso de Lucena e o camareiro Martim Afonso de Oliveira<sup>468</sup>.

A juntar a este séquito cujos membros conseguimos identificar, não podemos esquecer que a acompanhar a infanta D. Isabel seguiram muitas mulheres e muitos homens anónimos com profissões qualificadas, que ajudariam na adaptação à nova vida que D. Isabel iria iniciar na Borgonha: padeiras, cozinheiras, bordadeiras, tecelões, oleiros, cesteiros e um igual número de ajudantes.

Muitos destes acompanhantes serão favorecidos com benefícios vários e diversos, quer no reino de origem (como aliás já fizemos referência), quer na Borgonha, muitos deles adquirindo prestígio social. Outros contrairão honrosos casamentos, patrocinados pela duquesa e apoiados pelo duque, como ocorreu com muitas das donzelas que seguiram a infanta D. Isabel, potenciando a criação de laços sociais, políticos e económicos, sobretudo se se tratasse de donzelas da nobreza, ajudando a afirmação de

---

<sup>463</sup> Segundo António Caetano de Sousa na *História Genealógica ...* vol. XIII, era filha de D. Fernando de Castro e da sua segunda mulher D. Mécia de Sousa, filha de Afonso Vasques de Sousa (com antepassados de um filho bastardo de D. Afonso III) e de Leonor Lopes de Sousa (filha do mestre da Ordem de Cristo D. Lopo Dias de Sousa). Sem termos confirmação sobre a sua data de nascimento, alvitramos pelos dados disponíveis que devia ser ainda uma criança quando embarcou com a sua tia. Casará na Borgonha, em 1437, com Jean de Neufchâtel, senhor de Montaignu e camareiro do duque.

<sup>464</sup> Pensa-se que era uma donzela da criação da infanta, embora um pouco mais nova. Segundo António Caetano de Sousa na *História Genealógica ...*, vol. XIII, era irmã de Mécia de Sousa (logo, cunhada de D. Fernando de Castro), filha de Afonso Vaz de Sousa, senhor de Mafra e neta de D. Lopo Dias de Sousa. Casará na Borgonha, em 1431, com Jean de Poitiers, senhor d'Arcis, de Vandans e de Souvans, camareiro do duque.

<sup>465</sup> Casará na Borgonha, em 1432, com Philippe de Courcelle, escudeiro do duque, segundo SOMMÉ, Monique – “Les Portugais dans l'entourage de la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal (1430-1471)”, *Revue du Nord*, t. 77, n° 310, 1995, p. 329

<sup>466</sup> Já a ela nos referimos no sub-capítulo 3, do capítulo I. Casará na Borgonha três vezes, sendo a primeira, em 1433, com Jean Machefoing, segundo SOMMÉ, Monique – Ob. Cit., p. 328

<sup>467</sup> *Portugal et Bourgogne ...*, p. 125. Participou nas justas que se realizaram em Bruges, pelo casamento ducal, tendo ganho como prémio um rubi.

<sup>468</sup> Veja-se para todos os referenciados SOMMÉ, Monique – Ob. Cit., pp. 321-326; *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle ...*, cap. V, pp. 85-130

uma identidade construída em torno da sua senhora e difundindo os interesses de Portugal. Muitos dos frutos destas uniões constituirão a elite dos servidores de que o seu filho Carlos, o Temerário, se rodeará anos mais tarde.

## 7. - Os gastos com o casamento da infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha

Ontem como hoje, não há fausto sem despesa. Através da já citada «lista de despesas» do reinado de D. João I, podemos constatar que a segunda maior despesa durante o seu reinado foi precisamente com o casamento da infanta sua filha, onde se gastou 250 mil dobras (“*item o casamento da Duquesa, e seos corregimentos, e ida*”), apenas precedido pela tomada de Ceuta, que importou em 280 mil dobras<sup>469</sup>. Embora sabendo que a deslocação era longa, que na comitiva iam 14 embarcações e 2000 pessoas, não será errado inferir a importância desta união matrimonial entre o reino de Portugal e o ducado de Borgonha, embora o reino tenha ficado desfalcado. Todas as ocasiões serviam de justificação para que o rei pedisse dinheiro aos súbditos, sobrecarregando-os com mais um imposto extraordinário, numa época em que o erário público se encontrava sempre vazio, como refere Iria Gonçalves<sup>470</sup>. Ora o casamento dos filhos do rei era uma dessas ocasiões em que todo o reino era chamado a contribuir (através das cortes e dos concelhos, por exemplo) e nem a Igreja conseguia escapar.

Para as despesas com o casamento dos infantes D. Isabel e D. Pedro, em 1429, houve um «pedido e dízima», fora de cortes<sup>471</sup>. No ano seguinte, em Santarém, para “*obtenção de ajuda financeira para as despesas do casamento de D. Isabel com o duque de Borgonha*”<sup>472</sup>, houve um «pedido e meio» às cortes, embora Armindo de Sousa diga que “*(...) são conjecturas que a documentação destas cortes não confirma*”<sup>473</sup>. O que existe, segundo o mesmo autor, é uma carta de D. Duarte, datada

---

<sup>469</sup> FARO, Jorge - *Receitas e despesas ...*, p. 66

<sup>470</sup> GONÇALVES, Iria - *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direcção Geral das Contribuições e Impostos/Ministério das Finanças, 1964, p.129

<sup>471</sup> Idem, *Ibidem*, p. 208; VENTURA, Margarida Garcez – *Igreja e Poder ...*; “*Em 1429, novo pedido e dízimas fora de cortes para financiar o casamento dos infantes D. Pedro e D. Isabel com o duque da Borgonha*”. p. 305

<sup>472</sup> SOUSA, Armindo de – *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. I. Instituto Nacional de Investigação Científica. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 344-346.

<sup>473</sup> Idem, *Ibidem*.

de 28 de Julho de 1431 e enviada à cidade do Porto<sup>474</sup> (dando a entender desta forma que o pedido terá sido lançado sem consulta prévia dos povos e, portanto, fora de cortes). Como exemplo dos mais variados gastos, a que já fizemos referência, apontamos uma carta de quitação, feita pelo tesoureiro-mor de D. João I, no início de 1430, onde se registou uma parte do pagamento de “*huû conto de libras a Johann eannes*”, armeiro do rei, pelo frete de uma das naus que acompanhou a infanta à Borgonha<sup>475</sup>.

Quanto ao clero, foi chamado a pagar duas dízimas e meia. No entanto, em carta de quitação datada de 6 de Outubro de 1429, apenas serão pagos, pelo mosteiro de Alcobaça, 36.000 reais brancos correspondentes a uma dessas duas dízimas e meia, que o prior e regedor do dito mosteiro, Fr. Estevão de Lima havia prometido directamente ao rei para o casamento da infanta<sup>476</sup>.

Ao que parece, os gastos com esta união à casa de Borgonha foram de tal ordem que nem o tesouro real, nem a própria família passaram incólumes. Numa carta de 21 de Maio de 1432 ainda havia ecos deles, através da quitação passada por D. João I a João Gonçalves seu tesoureiro-mor, de várias peças de prata, branca e dourada, da sua baixela, que haviam sido penhoradas para assegurar o empréstimo de 1.000 coroas novas de Tournai, feito na Flandres por Luís Eanes, mercador de Lisboa, para o casamento da duquesa de Borgonha. Quanto à família, o caso envolveu o infante D. Henrique, que terá disponibilizado 2.272.060 libras, valor da penhora de “*dous pichees grandes dourados, de llauor de carrasco*”, posteriormente resgatados<sup>477</sup>. Não terá sido um empréstimo desinteressado, já que a ligação ao duque de Borgonha de forma tão íntima colocava em campo uma possível aliança pela Cruzada, na luta contra os infiéis, ideia que acompanharia o infante para sempre, bem como a sua irmã. No entanto, pelo

---

<sup>474</sup> *Idem, Ibidem*. O imposto foi lançado por D. João I com carácter de urgência, pois se não fosse entregue rapidamente o duque de Borgonha podia começar a *filhar* todas as mercadorias que habitualmente saíam do reino em direcção à Flandres. As gentes do Porto haviam pedido a intervenção do primogénito, para que junto do rei tentasse reduzir o imposto para apenas *um pedido*, deixando cair *o meio*, o que segundo o infante não era possível, pois a situação era por demais aflitiva.

<sup>475</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte (Livro da Casa dos Contos)*, vol. II, p. 72

<sup>476</sup> *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 145, p. 308.

<sup>477</sup> *Idem*, vol. IV, doc. 25, pp. 126-128. Um pichel era um vaso, uma espécie de jarro para levar à mesa com vinho. Estes deviam ser em ouro ou prata dourada com as suas armas cravadas, já que o carrasco ou carrasqueiro era a planta que havia sido escolhido para incluir no seu emblema ou divisa.

facto de Portugal ter pago este dote de forma célere, a imagem que passou para o exterior era a de um reino cuja riqueza crescia a olhos vistos<sup>478</sup>.

Em suma, os três casamentos que se fizeram no reino em apenas um ano, dos infantes D. Duarte, D. Isabel e D. Pedro, deixaram a coroa exaurida, obrigando-a a lançar mão a impostos múltiplos que recaíram sobretudo nas populações e a penhorar bens do tesouro real e bens próprios da família.

## **8. - Finalmente a tão esperada e desejada portuguesa: Isabel**

Regressados à travessia do Atlântico Norte em direcção à Flandres, após mais de um mês em que se perderam embarcações e outras acabaram por se desviar do percurso inicial, depois de algumas paragens de vários dias em diferentes portos da Galiza como Vivero e Ribadeo devido aos ventos contrários e a erros de navegação, a embarcação onde viajava a duquesa de Borgonha acabou batida por uma forte tempestade quando navegava em direcção à costa sul da Inglaterra, em Mouse Hole Bay, nas proximidades do cabo Lizard, na Cornualha. A 29 de Novembro atracam no porto de Plymouth, evitando *in extremis* o naufrágio<sup>479</sup>.

Por terra, acabariam por seguir a direcção de Londres, para que a infanta D. Isabel e o seu irmão D. Fernando conhecessem os seus familiares<sup>480</sup>: o rei Henrique VI<sup>481</sup> (primo em segundo grau) e o tio, o cardeal Henry de Beaufort<sup>482</sup>. A comitiva portuguesa assiste a 6 de Dezembro à comemoração do 8º aniversário do pequeno rei. São bonificados com uma tença no valor de 100 libras (a ordem para o pagamento é expedida precisamente nesta data, sendo a autorização necessária para o seu pagamento entregue a um clérigo da corte, William Leyn)<sup>483</sup>, para que possam manter-se na sua curta, mas por certo, proveitosa estadia<sup>484</sup>. O conhecimento pessoal travado entre a nova duquesa de Borgonha e o seu tio (que virá a ser o delegado de todas as embaixadas inglesas que

---

<sup>478</sup> SOMMÉ, Monique – *Isabelle de Portugal ...*, p. 30

<sup>479</sup> As embarcações onde viajavam o Senhor de Roubais e demais tripulação seguem viagem a 1 de Dezembro, chegando a Écluse cinco dias depois.

<sup>480</sup> SOMMÉ, Monique – *Ob. Cit.*, pp.32-33

<sup>481</sup> 1421-1471

<sup>482</sup> 1375-1447 – Filho do duque de Lencastre, João de Gand e da sua terceira mulher, Catherine Roelt Swinford, sendo desta forma, como aliás já o apontámos no capítulo I deste estudo, meio-irmão da mãe da infanta D. Isabel, Filipa de Lencastre.

<sup>483</sup> GUEDES, Armando Marques – *A Aliança Inglesa (notas de História Diplomática) – 1383-1943*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda., 1943, p. 102

<sup>484</sup> TERLINDEN, Vicomte Charles. – *Ob. Cit.*, p. 210

tentarão negociar a paz com a França), será uma vantagem que dará frutos a médio prazo. A duquesa revelou-se a mediadora ideal quando foi necessário restabelecer as relações políticas e comerciais com a Inglaterra, o país que assegurava a matéria-prima para que a Flandres fosse o maior contribuinte para a riqueza do ducado de Borgonha através da indústria têxtil. O duque responsabilizará a mulher pelas mais difíceis tarefas no campo da diplomacia que o ducado haverá de enfrentar, vindas de várias frentes: da França, da Inglaterra, do Império, de Roma, de Constantinopla e até, embora por motivos bem diferentes, de Portugal e de Aragão. Para todas as negociações, será a duquesa D. Isabel chamada a intervir. Será dela a responsabilidade de encabeçar as diversas comitivas diplomáticas.

Finalmente, a longa e atribulada viagem que levou a infanta D. Isabel até ao Norte da Europa, para se casar com o poderoso duque de Borgonha, termina no porto de Écluse, no dia de Natal de 1429. Apenas no dia seguinte, dia de Saint Étienne, “*a desejada*”, como logo foi apelidada pelos flamengos, colocará pela primeira vez os pés na Flandres, cuja terra estava forrada por um imenso tapete de lã sobre o qual caminhará até ao paço ducal, para que soubesse desde logo qual a riqueza daqueles lugares. A recepção à nova duquesa prosseguirá com a pompa e a circunstância próprias da corte de Borgonha<sup>485</sup>.

Havia chegado o tempo de iniciar novos protagonismos, num outro espaço: como mulher do duque de Borgonha, como mãe do futuro duque, como diplomata, como conselheira, como governante daquele território que ia do mar do Norte ao mar Mediterrâneo, encaixado entre dois suseranos, com quem manteve conversações intermináveis e difíceis, para restabelecer a paz na Europa e a autonomia do seu ducado. Por quarenta e um anos a infanta de Portugal e duquesa de Borgonha, filha de D. João I, irmã de D. Duarte e tia de D. Afonso V, assinará apenas *Isabel: “a linda flor do Sul, exilada nas brumas do Norte”*<sup>486</sup>.

---

<sup>485</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *O Portugal do tempo do Infante D. Pedr ...*, p. 74

<sup>486</sup> GÂNDARA, Alfredo – *Ob. Cit.*, p. 33

## CONCLUSÃO

A pergunta que se impõe no final deste nosso trabalho não pode deixar de ser: onde encontrar a verdadeira infanta D. Isabel de Lencastre e Avis? Na (quase) ausência das crónicas de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara? No sumiço (quase) total dos documentos que produziu, enquanto administradora, para as suas terras? Nas pouquíssimas cartas originais que chegaram até nós, assinadas e seladas pela própria? Na apologia estereotipada que a historiografia foi reproduzindo, acerca da sua beleza, inteligência e força de carácter? Ou na transposição do seu papel como duquesa, numa espécie de *flashback* àquilo que terá sido como infanta? Na reunião de todas as fontes disponíveis chegámos à verdade possível, provavelmente não definitiva, sobre a descoberta dos principais momentos do percurso de Isabel, enquanto infanta de e em Portugal, em cujas veias corria uma quantidade muito equilibrada de sangue luso e inglês, que a ajudou a moldar a sua personalidade e o seu próprio destino.

Quando trabalhamos sobre a História das Mulheres no período medieval, a certeza e a dúvida que nos assola ao longo da investigação ou o discernimento entre a verdade e a mentira são sempre mais empolados que em qualquer outro estudo, pois *verdadeiramente* as crónicas e as fontes têm-nos omitido muito, para glória de uns e desgraça de outros.

O plano inicial deste nosso trabalho era bem menos optimista. Pensámos que os trinta e dois anos de vida em Portugal, da infanta D. Isabel, filha de um rei e irmã de cinco homens carismáticos, era um deserto sem oásis. Tudo o que existia sobre D. Isabel começava no casamento e prosseguia na Borgonha, já como duquesa. No entanto, o argumento do silêncio das fontes não foi decisivo para que o caminho por nós traçado desde sempre sofresse desvios. “Obrigámos” e conseguimos que as fontes e alguns dos trabalhos historiográficos mais recentes se revelassem autênticas surpresas. Foi assim que encontrámos uma infanta dinâmica, inteligente e determinada nos vários assuntos que não diziam apenas respeito a si própria mas também ao reino, mostrando-nos que a travessia do deserto era possível, já que ao longo desse trajecto fomos encontrando alguns oásis que, embora pequenos, nos possibilitavam a sobrevivência.

Embora as crónicas e a historiografia não lhe tenham dado grande atenção, como infanta de Portugal, foi-se repetindo ao longo dos séculos uma opinião unânime que não encontra desmentido até hoje, muito pelo contrário: D. Isabel foi uma princesa dotada de grande formosura, inteligência singular e carácter firme, qualidades que possuía antes mesmo de se tornar, pelo casamento, a mais influente duquesa de Borgonha, cuja fama chegou até aos nossos dias.

Diz-se que foi uma mulher grave e séria. Provavelmente, sim. Mas também uma mulher de fortes convicções, empreendedora, sensata, persistente, sagaz e que não desperdiçou o seu estatuto, tomando sempre uma posição firme perante os problemas com que se deparava, quer na sua Casa, quer no seu ciclo de influência. Dado o lugar relevante que ocupava na corte joanina, até que ponto foi uma conselheira activa do pai e dos irmãos? Terá partilhado com eles decisões importantes da governação? Terão eles solicitado a sua opinião na resolução de problemas pessoais? Foi instruída por eles para se projectar além-fronteiras? Algumas destas perguntas foram respondidas no nosso trabalho, outras respondidas apenas com hipóteses e conjecturas.

Protectora dos seus - familiares, servidores, amigos - mas também dos que habitualmente não tinham voz, estatuto ou dignidade, parece não ter vacilado perante os obstáculos que lhe provocavam sofrimento ou frustração. Teve de aprender a respeitar e a ser respeitada, e esse processo de crescimento e aprendizagem foi a qualidade maior que lhe traçou o carácter e a personalidade que fizeram dela a grande mulher que foi. No século XV ou no século XXI seria sempre uma mulher de excepção.

A herança aos dezoito anos da casa da rainha sua mãe deu-lhe uma experiência que se revelaria muito profícua para o seu futuro como duquesa de Borgonha: a gestão económica, a prática da justiça e a tributação de rendas dos senhorios eram tutelados por ela, embora executados por um grupo de funcionários que ela própria escolhia, responsabilizando-a desde sempre. Como duquesa continuará exímia na administração, nas finanças, na gestão dos bens e das despesas do ducado, como uma espécie, diríamos hoje, de ministra da Finanças, acumulando com a pasta dos Negócios Estrangeiros.

De qualquer forma, a ênfase colocada na sua função de duquesa em detrimento da sua função de infanta não causa estranheza, já que é provável que a sua acção não se

tivesse desenvolvido plenamente em Portugal, constrangida pelo pai ou pelos irmãos ou mesmo pela oposição destes. Embora seja mera especulação, porque não acreditar que a sua presença junto do pai fez retardar a publicação da Lei Mental, promulgada apenas em 1434 (mas que a historiografia considera ter raízes muito anteriores), por nela constar, além de outros, o princípio da incapacidade política feminina, excluindo as mulheres da sucessão nos bens da coroa?

No contexto da Guerra dos Cem Anos, o seu parentesco com a realeza e a primeira nobreza de Inglaterra se muitas vezes lhe trará suspeitas, outras lhe dará esperança para continuar a lutar pela paz na Europa. Nas vésperas de completar 33 anos de idade, D. Isabel levará para o Norte da Europa a experiência resultante de ter vivido num período decisivo da história do seu reino e uma educação recebida já no modelo transitório que anunciava o Renascimento. O seu espírito estava, assim, aberto à mudança, embora os seus princípios fossem austeros, animados que eram por uma espiritualidade cristã sentida e criteriosa.

Por ter vivido muitos anos numa corte de homens, apostados numa política expansionista além-mar, partilhou com eles os novos horizontes que se abriam nos campos científico, da construção naval e das descobertas geográficas. Muitos se lhe têm referido como o braço direito do seu irmão D. Henrique na Europa, permitindo que se intensificassem os laços políticos e económicos com as potências do Norte. Outros, que a sua acção nas descobertas foi maior do que a de alguns dos irmãos. No ano em que ela parte para a Borgonha, 1429, o reino está em plena expansão, com alguns novos territórios incorporados, aos quais a infanta não é indiferente: Ceuta, Madeira, Açores e as primeiras léguas da Costa Africana. O primeiro, que coincidiu com a morte da mãe, mas também com a sua ascensão a primeira mulher do reino, Ceuta, será para ela um marco inesquecível até ao fim dos seus dias, a ele se referindo o seu epitáfio na Cartuxa de Champmol, em Dijon, para onde os seus restos mortais foram trasladados, em 1474.

O domínio desta infanta durante cerca de catorze anos assentou muito no poder de representação e no facto de privar intimamente com o rei, seu pai, sem esquecer a riqueza (mesmo que relativa) e o bom funcionamento da sua Casa. Foi, por isso, um misto interessante entre a esfera do público e do privado, transmitindo-lhe uma experiência, uma segurança e uma responsabilidade que engrandeceram a sua

personalidade, preparando-a para exercer o poder institucional efectivo que terá no ducado de Borgonha.

A frase providente que sua mãe terá proferido no leito de morte, sobre a posse dos seus bens agora transpostos para a sua única filha, revela muito do seu destino que ela não quis alterar, em convivência com o pai e os irmãos: “*até que venha outra rainha a este reino!*”. Não é de admirar que as conversações com o ducado de Borgonha com vista ao consórcio se tenham tornado decisivas apenas quando o casamento do primogénito se concretizou. A partir dessa altura a infanta D. Isabel perdia o protagonismo na corte do seu pai. Havia chegado a hora de procurar um outro local para iniciar novos protagonismos.

Elemento integrante do ínclito clã dos filhos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre continua no século XXI arredada dos manuais escolares<sup>487</sup> e das Histórias de Portugal, passando despercebida aos olhos de todos. D. Isabel de Lencastre e Avis não tem no seu país de origem uma estátua que a recorde, um jardim, um hospital, uma biblioteca, uma escola com o seu nome. E deveria! Resta apenas uma placa toponímica na cidade que a viu nascer, junto ao arco romano, na zona histórica de Évora: Rua de D. Isabel (antigo Largo de D. Isabel), sem uma data de nascimento ou de morte, para que se possa identificar a qual das inúmeras “Isabéis” que andaram “pelas brumas do tempo” esta rua é dedicada.

Não sabemos o que o duque Filipe, no imediato, pensou desta “*jeune fille belle et sage, dont on disait le plus grand bien*”. Sabemos apenas o que nos dizem os seus cronistas e eles são unânimes numa coisa, como refere Emmanuel Bourassin: “*Avec cette princesses portugaise, le fier duc Philippe n’aura pas toujours le dernier mot*”. Por aqui podemos desvendar a forte personalidade de D. Isabel, que não é para nós novidade, mas também os benefícios que daí advirão quando o duque iniciar a partilha de poder com a sua mulher. Como diz o ditado: “É fácil adivinhar o que será uma mulher em casa do seu marido vendo o que foi em casa de seus pais”.

Embora a acção de D. Isabel na Borgonha esteja bem documentada por vários autores que fomos citando nas páginas deste trabalho, será que a duquesa se foi

---

<sup>487</sup> Temos conhecimento de pelo menos um manual do 5º ano que se refere a D. Isabel: “(...) *por influência da duquesa D. Isabel de Borgonha, irmã do infante D. Henrique, fixaram-se nas ilhas Terceira, Pico, S. Jorge e Flores, grande número de colonos flamengos, isto é, da Flandres*”. COSTA, Fátima e MARQUES, António – *História e Geografia de Portugal*. Porto: Porto Editora, 2011, p. 146

esquecendo do seu reino de origem, dos seus familiares e das suas gentes? Essa é, sem dúvida, uma das vertentes mais interessantes dos quarenta e um anos que passou na Borgonha: a relação com o reino de Portugal e os portugueses. Mas isso ... será um outro percurso, uma outra *História!*

## **1 - FONTES**

### **1.1 – Fontes manuscritas**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Colecção Especial – Caixa 32, Documento 47; Caixa 72, Maço 26, Documentos 1, 2 e 3.

Gaveta XVII – Maços 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, e 9.

### **1.2 - Fontes impressas**

*As Gavetas da Torre do Tombo*, vols. VI e VII. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967/1968.

*Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. Quatro volumes: vol. I – tomo 1 (1433-1435); vol. I - tomo 2 (1435-1438); vol. II (Livro da Casa dos Contos); vol. III (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002.

*Chancelarias Portuguesas: D. João I*. Quatro volumes: vol. I - tomos 1 (1384-1385), 2 (1385) e 3 (1384-1388); vol. II: tomos 1 (1385-1392), 2 (1387-1402) e 3 (1391-1407); vol. III: tomos 1 (1385-1410) e 2 (1394-1427). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006. Organização e revisão geral: João José Alves Dias.

*Chartularium Universitatis Portucalensis*. Dir. A. Moreira de Sá, vol. III. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966.

*Descobrimientos Portugueses (documentos para a sua história): O Algarve e os descobrimientos*. Vol. II – Tomo 1 e Suplemento ao Vol. I. Publicados por Alberto Iria e prefaciado por João Martins da Silva Marques. Lisboa: Edição do Instituto de Alta Cultura, 1956.

*La correspondance d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne (1430-1471)*, éditée par Monique Sommé. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 2009. dir. A. Moreira de Sá, vol. III. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966.

*Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Ed. Diplomática, transcrição de João José Alves Dias, introdução e revisão de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

*Monumenta Henricina*. Vols. I a VII, X, XV e Suplemento, edição de António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961-1974.

*Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle (1384-1482)*. *Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Edition présentée et commentée par Jacques Paviot. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

*Princesas de Portugal. Contratos Matrimoniais dos séculos XV e XVI*. Edição e tradução Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

SOUSA, António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomos I, Livro III e Tomo II, Livro I. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, Lda., 1946.

*Tombo do Concelho de Óbidos*, introdução de Manuela Santos Silva e transcrição de Ana Filipa Roldão, 2007 (para publicação).

### **1.3 - Fontes narrativas portuguesas**

ÁLVARES, Frei João – *Chronica dos feytos, vida, e morte do Infante Santo D. Fernando que morreo em Fez*. Lisboa: Occidental, 1730

DUARTE, D. – *Leal Conselheiro*, edição de João Morais Barbosa (actualização ortográfica, introdução e notas). Lisboa: INCM, 1982.

LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal: Crónica de D. João I e de D. Afonso V*. Porto: Lello e Irmão, 1975.

- *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização Editora, s/d.

- *Crónica Del Rei Dom Joham I de boa memória e dos Reis de Portugal o decimo*, dois volumes. II vol., copiado por William J. Entwistle, com uma nota prévia de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968.

MARIZ, Pedro de – *Dialogos de Varia Historia, em que se referem as vidas dos senhores Reys de Portugal*, vol. I. S/l, 1749.

PINA, Rui de – *Crónica de D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.

PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico – primeira crónica dos Lóios*. Edição crítica, introdução e notas de Cristina Sobral. Lisboa: Roma Editora, 2007.

SOUSA, Frei Luís de – *História de S. Domingos*, vol. I. Porto: Lello e Irmãos Editores, 1977.

SYLVA, Joseph Soares da – *Memórias para a História de Portugal que comprehendem o Governo del Rey D. João I: 1383 até 1433*. Tomo Primeiro. Lisboa: Officina de Joseph Antónia da Sylva, 1730.

- *Colleçam dos Documentos com que se authorizam as memórias para a vida del Rey D. João I*. Tomos III e IV. Lisboa: s/e, 1732.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Editorial Escol, s/d.

- *Crónica do conde Dom Pedro de Menezes*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Braga: CNCDP, 1988.

#### **1.4 - Fontes narrativas borgonhesas**

CHASTELLAIN, Georges – *Œuvres*, oito volumes. Bruxelles: éd. Baron Kervyn de Lettenhove, 1863-1866.

- *Chronique des Ducs de Bourgogne*, T. I. Paris: J.- A. Buchon, 1827.

MARCHE, Olivier de la – *Mémoires (1435-1488)*, quatro volumes. S/l: s/e, 1884-1888.

SAINT-REMY, Jean Le Fèvre, seigneur de – *Chronique*, dois volumes. Paris: F. Morand, 1876-1881.

“Voyage de Jehan Van-Eyck (1428-1430)”, publicada por Joaquim de Vasconcelos, *Revista de Guimarães*, Vol. XIV. Porto: Sociedade Martins Sarmiento, 1897, pp. 5-45.

## **2 – BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Maria Zina Gonçalves de – *O Sagrado Feminino, da Pré-História à Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

ALMEIDA, Fortunato de – *História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Bertrand Editora, 2003.

ALMEIDA, D. Francisco de (conde do Lavradio) – *As Camareiras-mores das Rainhas Portuguesas*. Lisboa, 1941.

*A Grande História da Arte. Os alvares do Renascimento*, vol. 2. Porto: Público, 2006.

*A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. Actas do colóquio. Coimbra: Instituto de História Económica e Social/FLUC, 1986.

*A Nova História da Arte de Janson: a tradição ocidental*, 9ª edição. Lisboa: FCG, 2010.

ANDRADE, Ferreira de – *Palácios Reais de Lisboa*. Lisboa: Veja, 1990.

ARAÚJO, Renata de – *Lisboa, a cidade e o espectáculo na época dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomos III e XI. 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946.

BASTO, Artur de Magalhães – *O essencial sobre os doze de Inglaterra*. Lisboa: INCM, 1986.

BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. S/l: FCG/JNICT, 1995.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Rainhas de Portugal*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1878.

BOURASSIN, Emmanuel – *Philippe le Bon – Le grand lion de Flandres*. S/l: Éditions Tallandier, 1998.

- *Os Cavaleiros – esplendor e crepúsculo (1302-1527)*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

BRANDÃO, Fernando de Castro – *História da Expansão Portuguesa (1367-1580) – Uma cronologia*. Odivelas: Europress, 1995.

- *Dinastia de Avis (1385-1581) – Uma cronologia*. Lisboa: Europress, 2010.

BRAZÃO, Eduardo – *Portugal na Bélgica (de Filipe da Alsácia a Leopoldo I)*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1969.

BROOKE, Christopher – *O casamento na Idade Média*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.

BUESCU, Ana Isabel - “Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas”. *eHumanista*, vol. 8, 2007.

CALAFATE, Pedro (dir.) – *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. I. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

CASSAGNES-BROUQUET, Sophie – *La vie des femmes au Moyen Âge*. Rennes: Editions Ouest-France, 2009.

*Catalogue de l'Exposition “Charles le Téméraire (1433-1477) – Splendeurs de la cour de Bourgogne*. Dir. Susan Marti, Till-Holger Borchert et Gabriele Keck. Musée de Bruges. Bruxelles: Fonds Mercator, 2009.

CHAVES, Luís e SARAIVA, José da Cunha – *O século do Tosão de Ouro em Portugal (estudo comemorativo do V centenário da instituição da Ordem – 1430/1930)*. Lisboa: Imp. Moderna, 1930.

COELHO, António Borges – *O Tempo e os Homens*. Lisboa: Caminho, 1996.

- *Cristãos-Novos Judeus e os Novos Argonautas*. Lisboa: Caminho, 1998.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. II (apêndice documental). Lisboa: INCM, 1983.

- *Festa e Sociabilidade na Idade Média*. Coimbra: INATEL, 1994.

- “A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha”. Separata da *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXVI, Vol. 1, Coimbra: Instituto de História Económica e Social/FLUC, 2002/2003, pp. 43-70.

- *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

- *Montemor-o-Velho a caminho da corte e das cortes*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2010.

CORTEZ, José – “Infantes de Avis - D. Isabel duquesa de Borgonha”. Separata da *Revista de Belas Artes*, nº 5. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1953, pp. 3-10.

COSTA, António Domingues de Sousa- “D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”. *Studia Monastica*, vol. V, fasc.1. Abadia de Montserrat: 1963.

- *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (1394-1463)*, vol. I. Braga: Editorial Franciscana, 1986.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *Henrique, o Infante*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

DAEHNHARDT, Rainer – *Mulheres de armas e coragem*. Lisboa: Publicações Quipu, 1999.

DIAS, João José Alves – “Lisboa Medieval na iconografia do século XVI”. *Actas 1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV e XV, Jornadas de História Medieval*. Lisboa: História e Crítica, 1985, pp. 239-243.

DIAS, Pedro – *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

*Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena. Sacavém: Carlos Quintas e Associados - Consultores, Lda., 1994.

DUARTE, José Bento – *Peregrinos da eternidade (crónicas ibéricas medievais)*. Lisboa: Estampa, 2003.

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

- *Guerra pela independência (1383-1389)*. Matosinhos/Lisboa: Quidnovi/Academia Portuguesa de História, 2006.

DUBY, Georges e Al. – *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1992.

- *Damas do século XII*, três volumes. Lisboa: Teorema, 1996.

DUROSELLE, Jean-Baptiste – *História da Europa*. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.

ENGELBRECHT, W. A. – “Esboço das relações históricas entre Portugal e a Holanda”. *Congresso do Mundo Português*, vol. VI. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 403-435.

ENTWISTLE, W. J. e RUSSEL, P. E. – “A Rainha D. Filipa e a sua corte”. *Congresso do Mundo Português*, vol. II. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 319-346.

EVAM, J. e STOES, E. – *Flandres e Portugal na confluência de duas culturas*. Lisboa: Inapa, 1991.

FARIA, Américo – *Princesas Portuguesas, Rainhas no Estrangeiro*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1963.

FARO, Jorge – *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965.

FARO, Maria José e FARO, Jorge – “Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473: subsídios documentais”. *Actas do Congresso Internacional de História*

*dos Descobrimentos*. Vol. III. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

FERNÁNDEZ, Maria Bullón – *A Inglaterra e a Península Ibérica na Idade Média, séc. XII-XV (Intercâmbios Culturais, Literários e Políticos)*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2008.

FLOR, Pedro – *A arte do retrato em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

FONTES, João Luís Inglês – *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*. Cascais: Patrimonia Historica, 2000.

FRANÇA, José-Augusto – *O Retrato na Arte Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

FRANCO, Matilde Sousa – *O Palácio Nacional de Sintra* (residência querida de D. João I e D. Filipa de Lencastre). Sintra: Palácio Nacional de Sintra, 1987.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – “Maria Brandoa, a do Crisfal – A feitoria da Flandres”. *Arquivo Histórico Português*, vol. VI (1908), pp. 293-444.

GÂNDARA, Alfredo – *Isabel, filha de D. João I (prolongamento histórico de Joana d’Arc)*. Lisboa, Livraria Bernardo, 1954.

GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Vol. IV – Tomos 10 a 12. 3ª edição. Braga: Edição de Carvalhos de Basto, 1992.

GOEMAERE, Pierre – *Si le monde avait été plus grand ... Deux siècles d’or: Belgique et Portugal*. Bruxelles: Editions Labor, 1974.

GODIN, O.L. – *Princes et princesses de la famille royale de Portugal ayant par leur alliances régné sur la Flandres: rapports entre Flandres et le Portugal de 1094 à 1682*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1892.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis Portugueses no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GOMES, Saul António - “As políticas culturais de tradução na corte portuguesa do século XV”. *Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales*, nº 33, 2010, pp. 173-181.

GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direcção Geral das Contribuições e Impostos/Ministério das Finanças, 1964.

- “Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média”. *Actas 1383/85 e a Crise Geral dos séculos XIV-XV, Jornadas de História Medieval*. Lisboa: História e Crítica, 1985, pp. 59-67.

GONÇALVES, J. Cardoso – *O casamento de Isabel de Portugal com Filipe-o-Bom, duque de Borgonha e a Fundação da Ordem Militar do Tosão-de-Ouro*. Estudo comemorativo do V centenário destes acontecimentos históricos (1430-1930). Lisboa: Imprensa Moderna, 1930.

*Grande História Universal*, coord. Carlos Moretón Abón, vol. XI, coord. do vol. Luís Krus, rev. cient. Rosa Pomar. Alfragide: Ediclube, s/d.

GRANT, Neil – *Kings & Queens*. Glasgow: Collins gem, 2004.

GUEDES, Armando Marques – *A Aliança Inglesa (notas de História Diplomática) – 1383-1943*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda., 1943.

GUERRA, Miller – “A medicina em Portugal na Idade Média”. Separata do *II Centenário da Academia das Ciências*. Lisboa: Academia das Ciências, 1986.

HEMPTINNE, Thérèse – «Thérèse, Ferrand, Isabelle et leurs époux. Les alliances matrimoniales portugaises des comtes et comtesses de Flandre (1184-1526)». *Aspects de la vie culturelle dans les Pays-Bas Méridionaux (XIV-XVIII siècle)*. Miscellanea in Memoriam Pierre Cockshaw (1938-2008). Bruxelles, 2009, pp.127-136.

HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

- “O estatuto jurídico da mulher na época da expansão”. *O rosto feminino na expansão portuguesa*, Congresso Internacional, 21-24 Nov., 1994, Actas. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. I, pp. 53 - 64. Disponível em: [www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/acs\\_MA\\_4953.doc](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/acs_MA_4953.doc)

*História Comparada: Portugal, a Europa e o Mundo (uma visão cronológica)*, dir. António Simões Rodrigues, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

*História das Mulheres no Ocidente. A Idade Média*, dir. Christiane Klapish-Zuber, vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

*História de Portugal*, dir. de José Hermano Saraiva, vol. 2. Lisboa: Alfa, 1983.

*História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

*História de Portugal em datas*, coord. António Simões Rodrigues. Lisboa. Círculo de Leitores, 1994.

*História de Portugal*, dir. João Medina, vol. IV. Alfragide: Ediclube, 2004.

*História de Portugal*, coord. Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

*História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

*História Universal – Europa, sécs. XI-XV*, dir. Manuel Riu e Manuel Sánchez, vol. IV. Lisboa: Publicações Alfa, 1985.

*História da Vida Privada. Da Europa feudal ao Renascimento*, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, vol.2. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

*História da vida privada em Portugal – A Idade Média*, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, vol. 2. Lisboa: Temas e de Debates, 2011.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Conselho real ou conselheiros do rei? A propósito dos «privados» de D. João I”. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: FLUP. 1985. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2071.pdf>

- HUIZINGA, Johan – *O Declínio da Idade Média*. 2ª edição. S/l: Editora Ulisseia, 1985.
- LABOURDETTE, Jean-François – *História de Portugal*. Lisboa: D. Quixote, 2001.
- LACERDA, Daniel – *Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha: uma mulher de poder no coração da europa medieval*. Lisboa: Presença, 2010.
- LAGRANGE, Madame La Baronne Amaury de - *Itinéraire d'Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne et Comtesse de Flandre*. S.l.: Comité Flamand de France, 1938.
- LEITE, Bertha – *A Mulher na História de Portugal*. Lisboa: s/e, 1940.
- LEMAIRE, Claudine et HENRY, Michèle – *Catalogue Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne, 1397/1471*. Bruxelles: Bibliothèque royale Albert I, 1991.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, quatro volumes. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999 (tese de doutoramento policopiada).
- MACEDO, Jorge Borges de – *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1987.
- MAGALHÃES, Ana Maria e ALÇADA, Isabel - *Mistérios da Flandres*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Figueira da Foz-Mira-Lisboa: Centro de Estudos do Mar - C.M. de Mira-Gradiva, 1996.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Veja, 1980.
  - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV. Lisboa: Presença, 1987.
  - *Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

- “O Portugal do tempo do Infante D. Pedro visto por estrangeiros (A Embaixada Borguinã de 1428-29)”. *Biblos*, Vol. LXIX. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993. pp. 59-78.

- “A cidade na Baixa Idade Média”. *O livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 89-113.

MARTINEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1992.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira – *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães editores, 1993.

- *A Vida de Nun'Álvares*. Lisboa: Guimarães Editores, S.A., 2009.

MARTINS, Maria Odete Sequeira – *D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha*. Vila do Conde: Quidnovi/Academia Portuguesa de História, 2011.

MATOS, Luís de – “O ensino na corte durante a dinastia de Avis”. *O Humanismo Português (1500-1600)*. Lisboa: Academia das Ciências, 1988, pp. 499-592.

MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de – *O infante D. João (1400-1442) – subsídios para uma biografia*. Lisboa: FLUL, 1999 (tese de mestrado policopiada).

MELLO, Ana Maria Homem – *Oito séculos de Portugal na Cultura Europeia*. S/l: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1992.

*Memória de Portugal: o milénio português*, co-autor, A. H. de Oliveira Marques; direcção Roberto Carneiro; orientação científica Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 235.

MENEZES, José de Vasconcelos e – *Tercenas de Lisboa – I, II e III*. Lisboa: *Revista Municipal*, 1986. Ano XLVII, 2ª série, nºs 16 e 17, 2º e 3º trimestre (respectivamente).

MICHELET, Jules – *Joana d'Arc*. Lisboa: Pergaminho, 1993.

MINOIS, Georges – *La Guerre de Cent Ans: naissance de deux nations*. S/l: Perrin, 2008.

MONTEIRO, J. P. Franco – *As Donatarias de Alemquer (Historia da Casa das Rainhas)*. Lisboa: M. Gomes Editor, 1893.

MONTEIRO, João Gouveia – “A literatura dos príncipes de Avis”. *Vértice*, 2ª série, Agosto de 1988, pp. 89-103.

MORAIS, Faria de – “Dona Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha”. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, nº 28. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1958, pp. 9-96.

MORENO, Humberto Baquero - *Os itinerários de El-Rei D. João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.

- *O Infante D. Pedro, duque de Coimbra - Itinerários e Ensaios Históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1997.

NASCIMENTO, Aires A. – “Novos Fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada”. *Península*, Revista de Estudos Ibéricos, nº 2, 2005, pp. 7-24.

*No tempo das feitorias: a arte portuguesa na época dos Descobrimentos*, org. Museu Nacional de Arte Antiga, 2 vols.. Lisboa: MNAA, 1992

NORONHA, Eduardo de – *Heroínas, Mulheres ... (Galeria Feminina)*. Porto: Civilização Editora, 1925.

*Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, tomo I, vol. III, coord. Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Estampa, 2005.

*Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras, do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996.

NUNES, Eduardo – *Dom Frey Gomez, abade de Florença (...1420-1440...)*. Vol. I. Braga: Edição do autor, 1963.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – “A Criança”, *História da Vida Privada em Portugal - a Idade Média*, vol. 2, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates, 2011

OLIVEIRA, Fernando de – *O vestuário português ao tempo da expansão (séculos XV e XVI)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para os Descobrimentos Portugueses, 1993.

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia, 1999.

*Ordens religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Autoria: Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

PARISOTO, Felipe - *D. Isabel de Portugal, íclita duquesa da Borgonha (1430-1471), diplomata europeia do século XV: contributo para uma bibliografia crítica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011 (tese de mestrado disponibilizada pelo autor).

PAVIOT, Jacques – “As relações económicas entre Portugal e a Flandres no século XV”. *Oceanos*, nº4, Julho de 1990, pp. 30-34.

- «Portugal et Bourgogne au XV siècle: une relation privilégiée». Dossier l’art ibérique au XV siècle. *Dossier de l’art*, nº 132. Dijon: Éditions Faton, 2006, pp. 54-59.

PERNOUD, Régine – *A mulher no tempo das catedrais*. Lisboa: Gradiva, 1984

PERNOUD, Régine e CLIN, Marie-Véronique – *Joana d’Arc*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1993

PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

PINA, Maria Isabel Pessoa Castro – *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da congregação dos cônegos seculares de São João Evangelista*. Lisboa: FCSH-UNL, 2011 (tese de doutoramento disponibilizada pela autora).

RAU, Virgínia – *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

- “O infante D. Pedro e a regência do reino em 1439”. Separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, nº 8, 1965, pp. 143-150.

REIFFENBERG (Baron de), Frederic – *Coup d’oeil sur les relations qui ont existé jadis entre la Belgique et le Portugal*, 1841.

RENOUARD, Yves – “Isabel, duquesa de Borgonha”, vol. III, p. 341. *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

RESENDE, Helena Maria de – “D. Isabel, uma infanta portuguesa no ducado da Borgonha”. *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa, Congresso Internacional, I*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, pp. 153-162.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *Estudos sobre Torres Vedras medieval*. Cascais: Patrimonia Histórica, 1996.

ROGERS, Francis M. – *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1961.

ROSA, Maria de Lurdes - “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, *História Religiosa de Portugal*, vol. 1, dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000

RUAS, Henrique Barrilaro - “A Ínclita Geração”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. IV. Alfragide: Ediclube, 2004

RUSSEL, Peter E. – *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa: INCM, 2000.

RUIVAL, Maria Julieta – “D. Isabel, Duquesa de Borgonha (estudos iconográficos) ”. Separata da *Revista de Belas Artes*, nº 20. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1964.

- “O «retrato de senhora» do Museu Metropolitano de Nova York e as suas relações com o «retrato de D. João I» do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa. *Separata de Belas-Artes*, nº 27. Lisboa. s/e, 1973.

SABUGOSA, Conde de – *O Paço de Sintra*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1903

– *Gente d’Algo*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1915

SAMPAIO, Albino Forjaz de Sampaio – *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Vol. I. Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud e Betrand, 1929.

SANCEAU, Elaine – *D. Henrique, o Navegador*. 6ª edição. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1988.

SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com diversas potências do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. 3º Tomo. Pariz: J. P. Aillaud, 1842-1869.

SANTOS, Cândido dos - *Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1980.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

SANTOS, Vitor Pavão dos – “A Dinastia de Avis e a Europa”. *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento: núcleo da Casa dos Bicos*. Lisboa: Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983.

SCHNEIDER, Reinhold – *Santa Isabel da Hungria*. Castelo Branco: Evoramons, 2005.

SCHULZ, Werner – *Andreaskreuz und Christusorden – Isabella von Portugal und der burgundische Kreuzzug*. Freiburg: Universitat Freiburg, 1976.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481).” *Memórias e Documentos para a História Luso-Francesa (XIII)*. Lisboa/Paris: FCG/CCP, 1975.

- *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

- *Portugal e o Mundo (séculos XII a XVI)*. Lisboa: Verbo, 1992.

SILVA, A. Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3ª edição, 2 vols. Lisboa: C.M.L., 1987.

SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995.

- *O Palácio Nacional de Sintra*. S/l, Ippar/Scala Publishers, 2003
- “O paço”. *História da Vida Privada em Portugal – a Idade Média*, vol. 2, dir. José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- SILVA, Manuela Santos – “Óbidos, terra que foi da Rainha D. Filipa (O senhorio de Óbidos de 1415 a 1428)”. *A região de Óbidos na época medieval (Estudos)*. Óbidos: Coleção PH-Estudos e Documentos, 1994, pp. 87-109.
- “Os Primórdios da Casa das Rainhas de Portugal”. *Raízes Medievais do Brasil Moderno - Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2007, pp. 29-41.
- “O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança”. *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. coord. Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 77-91.
- “Filipa de Lencastre e o ambiente cultural na corte de seu pai (1360-1387)”. *CLIO, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nºs 16/17. Lisboa: Centro de História da Universidade e Lisboa, 2007, pp. 243-258.
- “Práticas religiosas e hábitos culturais inovadores na corte dos reis de Portugal (1387-1415)”. *Actas do colóquio “Poder espiritual/poder temporal: as relações igreja-estado no tempo da monarquia (1179-1909)”*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2009, pp. 193-212.
- “A casa e o património da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da casa das rainhas na Idade Média”. *Revista Signum*, 2010, vol. 11, nº 2, pp. 207-222.
- “Isabel: a Infanta da Ínclita Geração (1397-1430)”, comunicação apresentada na *Academia Portuguesa de História*, 29/6/2011. Disponível em: <http://academiaportuguesadahistoria.gov.pt/comunicacoes.html#com1>
- *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

SOMMÉ, Monique – *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV<sup>e</sup> siècle*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

- «Les Portugais dans l'entourage de la duchesse de Bourgogne Isabelle de Portugal (1430-1471)». *Revue du Nord*, t. 77, n° 310, 1995, pp. 321-343.

- «Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: une femme d'influence». *Dossier l'art ibérique au XV<sup>e</sup> siècle*. Dossier de l'art, n° 132. Dijon: Éditions Faton, 2006, pp. 60-63.

SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomos II e XIII. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, Lda., 1946.

SOUSA, Armindo de – *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. I. Instituto Nacional de Investigação Científica. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

- “1325-1480”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

- “Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)”. *Hispania, Revista Española de História*, vol. LXVII, n° 227. S/I: 2007, pp. 881-898.

SOUSA, Manuel de – *Reis e Rainhas de Portugal*. Mem Martins: Sporpress, 2001.

TAYLOR, Aline S. – *Isabel of Burgundy: the duchess who played politics in the age of Joan of Arc, 1397-1471*. New York: Madison Books, 2001.

*The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, dir. José Mattoso, eds. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco. Lisboa: IEM, 2011.

TORRES, Ruy d'Abreu – “Rainhas, Casa das”, vol. V, pp. 230-232. *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

TERLINDEN, Vicomte Charles – «Les relations de famille entre les maisons souveraines de Belgique et de Portugal». *Congresso do Mundo Português*, vol. II. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 199-220.

VENTURA, Margarida Garcez – *Poder régio e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*, dois volumes. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993 (tese de doutoramento policopiada).

- *Igreja e Poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Colibri, 1997.

- “Os bons clérigos recebem boas mercês: apontamentos para o estudo das doações régias à Ordem de São Domingos nos inícios da Dinastia de Avis”. *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Coord. Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 479-490

VILA FRANCA, Conde de – *D. João I e a Aliança Inglesa (investigações histórico-sociais)*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1950.

VITERBO, Sousa – “Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha. Notas documentais para a sua biografia e para a história das relações entre Portugal e a Borgonha”. *Arquivo Histórico Portuguez*, Lisboa, 1905, vol. III, n<sup>os</sup> 3 e 4, pp. 81-106.

WOLFF, Philippe – *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos*. Lisboa: Edições 70, 1988.

## **ANEXOS**

### **A – Documental**

I – Carta de doação de D. João I à sua filha, a infanta D. Isabel, das terras e bens que haviam constituído o património de sua mãe, a rainha D. Filipa de Lencastre, datada de 23 de Julho de 1415

II - Cartas da infanta D. Isabel enquanto senhora-donatária de Óbidos, entre 1423 e 1428

III – Cartas da infanta D. Isabel, entre 1416 e 1429

### **B - Quadros**

I - Documentos referentes ao casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha, Filipe, o Bom

II - Locais onde se registou a presença da infanta D. Isabel (1397-1429)

### **C - Iconografia**

I – Desenhos dos retratos da infanta D. Isabel atribuídos a Jan van Eyck

### **D - Outros**

I – O ducado de Borgonha

II – Mapa dos domínios do ducado de Borgonha

III – Genealogias

IV – Cronologia

## ANEXO DOCUMENTAL A - I

**1415 (1453) – Restelo, 20 de Julho**

**AHCMO/Livro do Tombo do Concelho de Óbidos, fls. 12v.-13r.**

*Carta de doação de D. João I à sua filha, a infanta D. Isabel, das terras e bens que haviam constituído o património de sua mãe, a rainha D. Filipa de Lencastre.*<sup>488</sup>

Dom Johom pella graça de Deus rei de Portugall e do Algarve nos, com acordo e consitimento de meu filho do ifante Eduarte primojenito erdeyro, fazemos pura e livre doaçom a ifante dona Isabell minha filha de totalas teras assy fortelezas como teras chãas com totalas rendas e dereytos e pertenças e jurdições e mero misto(?) inperio que a rainha Dona Filipa minha molher, (*fl. 12v*) a que Deus perdoe, de nos avia per doaçõs que lhe nos dellas avimos feytas. A quall doaçom lhe nos façemos tam soamente ataa que ella seia casada e non casada ella posto que entre em ordem e se faça freyra professa ou fazendo de ssy tall cousa per que desonre ssy e seu linhagem o que Deus non queyra ou morendo ante que casase pella guysa que dicto he que des entom quebree a dictaa doaçom e non valha, e as teraas com suas jurdições todas e rendas e dereytos e mero misto(?) inperio seiam tornadas a coroa do reyno. E damos-lhe e outorgamos poder que per ssy ou per seus procuradores lidimos e abastantes pera ello posa tomar e cobrar a pose das dictas teras com todas suas rendas e dereytos pella guysa que dicto he, a quall doaçom lhe fazemos<sup>489</sup> com condiçom que ella as non posa todas nem parti dellas vender, nem dar, nem doar, nem escambar, nem alear per alguum outro titulo de poçesam, nem legado, nem fidey comisso em testamento, nem em coudilho, nem em nenhũa outra ultima vontade, posto que ho fazer quiiesse e querendo ella hir contra esta doaçom em parte ou em todo queremos e outorgamos que a eese auto que assy virr qui ici(?) seia nenhuum. E em testemoyngo desto lhe mandamos dar esta carta asinada de noso nome e aselada de noso sello. Dada em Restelo, XX dias de Julho, el rey ho mandou, Garçia Rodriguiz a fez, era de mil IIII<sup>c</sup> e LIII anos. E nos, o infante

<sup>488</sup> Transcrita por Ana Filipa Roldão.

<sup>489</sup> Cancelado: “he fazemos”. Repetição do autor: “com condiçom”.

Eduarte em esta carta (*fl. 13r*) nomiado, prometemos a beençom da rainha minha senhor e minha madre a que Deus de ho santo parayso, a quall ante de sua morte nos encomendou que das sobredictas teraas a dicta minha irmãa fezesemos merçe que nunca iremos nem contra diremos a esta presente doaçom del rey meu senhor e meu padre, ante aguardaremos e faremos guardar e cumprir pera guisa que em ella he conteuda, e por certidom desto esta carta asinamos e com ho nosso sello mandamos a ssellar.

As quaaes cartas eu Afonso Anes escripvy e rigistey em este livro per minha mão per riquirimento do dicto Johom Eanes validador d'Obidos e per riquirimento de Lourenço Anes tabeliam da dicta villa como escripvom que he do dicto conçelho e em nome do procurador que hy ho non ha; testemunhas que a esto presentes forom, Filipe Martins tabeliam da dicta villa e Martim Anes de Sousa e Pero Alvarez e Afonso Anes todos moradores em Obidos e Estaçe Anes morador em A dos Negros e outros. E eu Afonso Anes do Cadavall escripvom do almoxarifado da senhor ifante em Obidos que estas cartas escrepvy e do livro do tombo da dicta senhor as treladey e em este livro do concelho as tre[lade]y so meu ssinall que tal (S. T.) he.

## ANEXO DOCUMENTAL A - II

### Cartas da infanta D. Isabel escritas enquanto senhora-donatária de Óbidos, entre 1423 e 1427

*(Livro do Tombo do Concelho de Óbidos)*<sup>490</sup>

<b>1</b>  3-2-1423 Santarém	À dita vila: retira todo o poder jurisdicional ao corregedor, João Mendes. Fica o concelho proibido de cumprir quaisquer posturas, ordenações e sentenças emanadas dele.	Escrita em papel pelo escrivão João Álvares e assinada pela própria.
<b>2</b>  24-10-1423 Lisboa	Ao concelho e homens-bons da dita vila: confirma todos os privilégios, liberdades, honras, bons usos e costumes.	Escrita em pergaminho, pelo seu escrivão João Álvares, selada com o selo da infanta nas costas e assinada pela própria. Traslada para o livro do tomo por Vasques Eanes, seu tabelião e escrivão de Óbidos.
<b>3</b>  13-7-1425 Feira	Aos juízes e oficiais do concelho dita vila: alvará retirando o privilégio aos besteiros a cavalo, de apenas servirem no exército.	Escrito pelo escrivão da corte João Lisboa e traslado para o livro do tomo por Vasco Eanes seu tabelião e escrivão de Óbidos.
<b>4</b>  18-10-1426 Lisboa	Aos juízes: renova a concessão do rei a Diogo Henriques, sobre o julgado dos órfãos.	Escrita pelo escrivão João Valdez, assinada pela mão da infanta e selada com o seu camafeu. Traslada para o livro do tomo por Gonçalo Eanes, escrivão do concelho.
<b>5</b>  18-8-1427 Santarém	Aos juízes, vereadores, procurador e homens-bons do concelho da dita vila: obriga a dar condições ao seu administrador das gafarias e hospitais, para consertar as casas das caldas da dita vila.	Escrita, muito provavelmente, pela própria, já que o escrivão não é referido. Traslada para o livro do tomo por Gonçalo Eanes, escrivão.
<b>6</b>  2-12-1427 Évora	Ao concelho de homens-bons da dita vila: resposta a uma anterior, tratando de vários temas.	Escrita em papel e selada com o seu camafeu. Pode ter sido escrita por ela própria, pois não tem escrivão. Traslada para o livro do tomo por Gonçalo Eanes.

<sup>490</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Óbidos

## Transcrição das Cartas<sup>491</sup>

### 1

Jhesuu

E outrosy per Vaasco Martinz prioll de Sam Pedro da dicta villa foy mostrada hũa carta sprita em papell e asynada per mandado da dicto senhor ifante, sprita per Joham Alvarez, dada em Santarem, III dias do mes de Fevereiro, era III<sup>c</sup> XXIII anos, em a quall faziam mençam ante as outras cousas que a dicto senhor ifante mandava que nom husasem de nenhuñas pusturas nem hordinações que em a dicta villa per Johane Mendez corregedor fosem postas, nem se fezese obra per nenhũas sentenças que per elle fosem dadas nem por cartas nem alvaraaes que a dicta villa viesem em seu nome nem d'outro nenhuum stormento(?) em contrairo das suas<sup>492</sup> ou do meu ouvidor, dante nem despois da feitura da dicta carta e quallquer que o contrairo se [...] se tornaria delle, porque a jurdiçam de todo he sua.

### 2

Jhesu.

Saibham quantos este stormento virem que, no ano do naçimento de nosso senhor Jhesuu Christo de mill III<sup>c</sup> XXIII annos, XXVI dias do mes de Março, em Obidos no paaço do conçelho, seendo no dicto logo em audiança Joham Annes Leall juiz geerall em a dicta villa, pareçeo Alvaro Afonso procurador do dicto conçelho e apresentou perdante o dicto juiz hũa carta de nosa senhora a ifante em porgaminho e aselada do seelo da dicta senhor nas costas e asynada per sua mão, da quall o theor tall he:

De my a ifante dona Isabell a quantos esta carta virem faço saber que eu, querendo fazer graça e merçee ao conçelho e homens boos da minha vila d'Obidos, tenho por bem e confirmo lhe todos seus privylegios e liverdades e honras e boos husos e costumes que

---

<sup>491</sup> Como já referimos no corpo do trabalho estas cartas fazem parte integrante de um estudo, entregue para publicação e por isso inédito até à data, intitulado *Tombo do Concelho de Óbidos*, cuja introdução é de Manuela Santos Silva e a transcrição de Ana Filipa Roldão.

<sup>492</sup> Cancelado: “minhas”.

am e de que husaram e steveram de pose em tempo das outras rainhas que ante foram, por em mando a todollos coregedores e meirinhos e juizes e justiças e outros ofiçiaees e outros quaeesquer que esto ouverem de veer a que esta carta for mostrada que leyam os dictos privylegios (*fl. 10v*) e liberdades e honras e boons husos e custumes que am e de que senpre usaram e acostumaram, e lhes cumpram e aguardem e façam cumprir e aguardar pella gisa que dicto he e lhes non vaam nem consyntam que contra ello nemhũa gisa que seia, porquanto minha merçee e vondade he que lhe seiam compridos e aguardados em todo como dicto he; e quallquer que lhe contra esto for seya çerto que lhe estranhares come aquelles que non comprem mandado de sua senhor. Unde all non<sup>493</sup> façam. Em testemunho desto lhe mandey dar esta carta dada em a çidade de Lixboa, XXIII dias do mes d’Outubro, a senhor ifante o mandou, Joham Alvarez a fez, era do naçimento de noso senhor Jhesuu Christo de mil III<sup>c</sup> XXIII annos.

A qual asy mostrada como dicto he o dicto procurador em nome do dicto conçelho pidio ao dicto juiz que mandase dar o trelado della em pubrica forma ao dicto conçelho, porquanto se della emtendia d’ajudar e o dicto juiz lhe mandou dar; testemunhas, Joham Fernandez tabeliam e Gonçallo Gill e Joham Lourenço e Stevam Gonçalves e frey Alvaro Martinz comendador e outros. Eu Vaasque Annes tabeliam da dicta senhor ifante em a dicta villa e sprivam do dicto conçelho que este stormento sprivy em que meu synall fiz que tall (S. T.) he em testemunho de verdade.

### 3

Saibhom quantos este stormento virem que, no ano do naçimento de nosso senhor Jhesu Christo de mill III<sup>c</sup> XXV anos, vinte e oyto dias do mes de Julho, em Obidos no paaço do conçelho<sup>494</sup>, seendo no dicto logo em audiança Joham Manuell escudeiro juiz hordynairo em a dicta villa e logo per o dicto juiz foy mostrado hum alvara de nosso senhor o ifante, do quall o theor delle tal lhe:

Nos ifante mandamos a vos juizes e ofiçiaaes do conçelho que ora sooes e ao diante fordes da villa d’Obidos<sup>495</sup> que non enbargando que per hordynaçam del rey meu senhor

---

<sup>493</sup> Nota na margem: “façades”.

<sup>494</sup> Repetição do autor: “conconçelho”.

<sup>495</sup> Nota na margem: “alvara do ifante”.

seia mandado que os coudees ajam de teer carego de costranger e dar as bestas da carega e os homees pera os serviços que lhe forem requeridos, vos tomees este carego e façaaes estes costrangimentos e dees os dictos homees e bestas, non enbargando a dicta hordynaçam e husaae delle segundo antigamente husavees ante que aos coudees este carego fose dado. E per este alvara mandamos ao coudell dese logar que abra dello mão e vos leixem husar como dicto he ca de sy he nosa merçee. Unde al non façades. Fecto em a fera XIII dias de Julho, Joham de Lixboa o fez, era IIII<sup>c</sup> XXV anos, esto faze senpre daqui em diante como suso he esprito.

E o quall asy mostrado o dicto juiz mandou a mim tabeliam adiante dicto que o registase no livro do dicto conçelho pera se per elle regerem so meu sinall; testemunhas, Pedre Anes despenseiro da ifante e Pero Gomez escollar em direito canonyco e Lourenço Vaasquez alcaide e Vasco Dominguez e Joham Lourenço de Coz e outros. Eu Vaasquo Annes tabeliam da ifante dona Isabell em a dicta villa d'Obidos e sprivam do dicto conçelho que este stormento sprivi em que meu synall fiz que tall (S.T.) he em testemunho de verdade.

#### 4

Era do naçymto de nosso senhor Jhesu Christo de mill e IIII<sup>c</sup> XXVI anos, IX dias do mes de Novembro, em Obydos no paço do conçelho em rollaçom, sendo no dicto logo Pero Fernandez do Rego escudeiro juiz jerall em a dicta villa e Afonso da Beira e Diego Gill e Joham Gomez variadores em esa mesmo e Pero Allvarez procurador do dicto conçelho e Johane Annes e Pero Afonso almotações moradores em a dicta villa, sendo o dicto juiz e ofyceaes todos em rollaçom, em presença de mim Gonçalo Annes escrivam da dicta camara, pareceo ha Diego Anryquez escudeiro<sup>496</sup> dell rey filho de Luis Anriquez, morador em Bonbarrall termo da dicta villa, e apresentou hũa carta da ifante nosa senhora asynada per maa da dicta senhor e asellada do seu camafeu da quall carta o theor della tal lhe:

Juizes da minha villa d'Obydos a ifante vos envio muito saudar. Faço vos saber que Diego Anriquez me dise que ell rei meu senhor lhe fez ora merçee do jullgado dos horfaãos desa villa e que lhe poendes enbargo em ell e non queres que use delle

---

<sup>496</sup> Cancelado: “rey”.

porquanto ho nom tem per minha carta e porque a mim praz de o elle aver de o elle aver. Porem vos mando que lho leixes servir e aver pella gisa que lhe ell rey meu senhor delle fez merçee e ho conthudo em a carta que lhe delle mando a fazer por minha merçee e vontade he de o elle asy aver come se o tevese per minha carta. Se all non façades. Escripta em a çidade Lixboa, XVIII dias do mes d’Outubro, Joham Vallvez a fez 1426.

E apresentada asy a dicta carta, o dicto juiz e officeaes mandaram que se comprise pella gisa que em ella era conthudo, e o dicto juiz mandou a mim sobredicto escripvam que registase em este livro do tonbo do conçelho a quall eu registey como susodicto he.

## 5

Era do naçimento de nosso senhor Jhesu Cristo de mill IIII<sup>c</sup> XXXVII(?) anos, XXV(?) dias do mes d’Agosto, em Obidos no paço do conçelho, sendo em rollaçom Lopo Fernandez do Poo e Lopo Diaz e Alvaro Gonçalvez moradores em a dicta vylla<sup>497</sup> e Joham Martinz procurador do dicto conçelho, pareceo hi frey Agostinho freire da terceira Ordem de Sam Francisco teendor e adminystrador das gafarias espritaes nas terras da Ifante e apresentou hũa carta da dicta senhor Ifante que tal lhe:

Juizes e varadores e procurador e homeens boons a Ifante vos emvio saudar. Faço vos saber que a mim he dicto que as calldas desa villa se [...] de se coregerem as casas dellas e, veendo eu como frey Agostinho he boom homeem e tall que o fara bem correger, tenho por bem e mando que elle aja d’aministraçam dellas e as faça correger e fazer como [...] e lhe faz mester e mando a vos que lhe dees [...] desa villa e termo bestas pera lhi carregarem [telhas e madeyra] e outras algũas cousas que lhe mester per as asy aver de fazer. He all non façades [...] escripta em Santarem, XVIII dias de Agosto, era de mil IIII<sup>c</sup> LXXV(?) anos.

**(fl. 16v)**

[...] os dictos hofiçeaes mandaram que se comprise [...] pella guissa que em ella era contheudo [...] pelos juizes e homens boons da dicta villa e [...] aos XXVII dias do

---

<sup>497</sup> Nota na margem: “frey Agostinho”.

dicto mes a porta prinçepall da egreia de [...] era bem de se cumprir a dicta carta mandada [...] senhor ifante e os dictos varadores mandaram a mim Gonçalo Anes<sup>498</sup> esprivam que registasse a dicta carta em este livro do tonbo a quall eu registey como dicto he. (Ass.)

## 6

Era do nascimento de noso senhor Jhesu Christo de mill IIII<sup>c</sup> XXVII annos, dez dias do mes Dezembro, em Obydos no paço do conçelho em rollaçom, sendo hi Pero Fernandez do Rego escudeiro juiz ordenayro em a dicta villa e Afonso da Beyra e Diego Gill e Joham Gomez varadores en esa mesma e Pero Alvarez procurador do dicto conçelho e o dicto Afonso da Beira chegara em deante da casa da ifante nosa senhor e per elle foy apresentada hũa carta da dicta senhor ifante escripta em papell çarrada e asellada do seu camafeu segundo em ella parecia, da quall o theor della tal lhe:

Conçelho de homeens boons da minha vylla d'Obidos a ifante vos envia saudar. Faço vos saber que vy a carta que me enviastes ssellada com sello dese conçelho por alguns agravos que a vos eram fectos aos quaes vos respondo. Primeiramente da çevada que me enviastes dizer que a non avia ha nem a podiam dar os lavradores que non fose com grande sua perda e dano da terra, porquanto os demais eram privilegiados e pessoas que nom he pera lha tomar e isso mesmo que a nom ouvera na terra, esto me parece que he mais vontade de me nom quererdes fazer serviço, mais que na por ha hi o nom aver segundo a pouca çevada que he. Porem vos (*fl. 15r*) mando que logo os dez moyos que vos da minha parte sam requeridos que me façaes buscar per essa villa e termo que llogo a busques e ma façaaes levar ao porto de Sylir e pera ella non seja nenhum escusado, que melhor he averem na de dar todos antre sy que sse escusarem os de mais porque dando cada livra a cada hum tam pouco que o nom pode muyto [...] alguns livra aos que escusados nom sam averem na de dar garnde agravo de mais que eu ha nom quero sem dereito, e d'aquy a muy pouco tenpo vo-lla mandarey pagar dos dinheiros de sas rendas que me hi saam asentados; e ainda que pera esta çevada eu mande que nom seja nenhum escusado, nom vaa em este conto vassalos<sup>499</sup> e molheres que foram de vassalos e estam en suas onrras. Outrossy do que me enviastes dizer de Joham Gonçalvez

---

<sup>498</sup> Entrelinhado: "Gonçalo Anes".

<sup>499</sup> Cancelado: "d'el Rei meu senhor".

escripvam dos contos d'el rei meu senhor que tem roupas dos lavradores e que esta hi em esa villa de cote avendo d'andar per a camara e que esto he em perjuizo aos lavradores, porque elle tem alvara d'el rey meu senhor, em esto eu nom poria mão e nem hirya contra elle; porem eu emtendo que elle lhe pode fazer em suas roupas muy pouco dano com essa pouca gente que traz; e quanto he no que dizies que per Mene Alvaraes mando hi dar roupas e pousadas aos gafos que nam com frey Agostinho esse mesmo he fecto grande agrauvo a esse<sup>500</sup> conçelho e termo dessa vylla, bem vos digo que taes alvaraes per mym nem per meu mandado nunca serom dades se nom dous que dey, *scilicet*, hum Rui Lourenço escudeiro do ifante Dom Pedro meu irmão que se agora vay curar de tall door, o qual he em tall ponto e desposyçam que com ajuda de Deos entendem que sera são e de que ainda ao tenpo dara nom podem delle muy grande nojo aver, e quando el rey meu senhor nom ho que [...] d'aver apousentar em Almerim junto comygo nos [...] d'aver; e outro dey a Rodrigo de Mafameu moço da camara non gafo e saao de tall hinfiridade como hum homem posa ser, e outro nenhum nom dey ataa ora per meos alvaraas [...] dezes que per mym sam dados [...] (*fl. 15v*) a esse [...] e termo dessa villa asy como me escrepvestes em razom dos sacos(?) que tomavam aos lavradores e que lhos non querem dar; e dizem esses que a lla estan per meu mandado reçebendo o pam em Syllir que os emtendem de llevar no navio com o dicto pam. Esto non he per meu mandado nem me praz e mando que tanto que o navio de todo for carregado e os non ouverem mester pera carregarem en elles o pam que os entreguem logo a sseus donos assy com lhos tomaram. Outrossy da çitaçom que me escrepvestes que por ligeiras coussas, mando aos juizes que venham per dante mym çitados e que por esto alguns que avyam de sseer juizes e ofyçiaes do conçelho o ano syguinte ho non querem seer he que daquy en deante aquelles que mynha vontade fose de vinrem çitados que fosem per carta pasada per a chançelaria, porque os dictos juizes e ofiçeaes non tem parte em as coussas que per mym ssam mandadas que comprem a meu serviço, que façam se non eu mesma quando elles non fezerem o que lhe per mym mandado for como ora fezeram aqueles que per dante mym mandar vin, eu os posso mandar vyr per alvara ou per portarya como ante minha merçee for e asy sede çertos que o farey quando cada hum de seu ofyçeo nom for deligente a meu mandado ou conhecer d'alguuns mandados ou cartas dos ouvidores ou corregadores d'ell rey meu

---

<sup>500</sup> Adição do editor: “<e>sse”.

senhor confiando(?) ifante meu senhor que forem em perjuizo aas minhas rendas e direitos e jurdiçom, sse mo primeiro fezerem saber ou vendo sobr'ello meu recado. E na parte da midida do pam que fazem aos lavradores que me am de dar jugadas, a esto mando que sse non receba pam de minhas jugadas, sse non per III<sup>o</sup> alqueires afillado per o padram do conçelho e per hum homem do almoxarifado ou outro se o conçelho quiser dar por mydidor, e cada hum desto que for seja juramentado aos Santos Avanjelhos que bem e dereitamente o meça; e quando se algum lavrador querellar, cada hum dos vereadores do conçelho com o meu almoxarife vejam esse agravo com o dereito e anbos o corregam de guisa que eu aja o meu dereito e o lavrador non fique agravado. E quanto he ao que me enviastes (*fl. 16r*) dezer do corregedor, mando que aqueles que aqueles que o rendeiro diser que tem pagado que o dicto carregador os nom posa costringer por outra paga e posto que eu alguns costringa segundo me enviastes dizer que lho non [...] pagem sseja pagado tenerem escripto. Em a çidade d'Evora, II dias do mes de Dezembro, era de III<sup>c</sup> XXVII anos.

E apresentada asy a dicta carta os dictos ofiçeaes mandaram a mym Gonçalo Annes escripvam do dicto conçelho que a registasse em este livro do tonbo pera sse o dicto conçelho ao deante aver d'ajudar das cousas que lhe fosem compridoiras e neseçareas conthudas em a dicta carta, a quall eu sobredicto escripvam reguistey como susso dicyo he e asyney do meu nome. (*Ass.*)

## ANEXO DOCUMENTAL A - III

### Cartas da infanta D. Isabel escritas entre 1416 e 1429

<p><b>1</b></p> <p>21-8-1416 Torres Vedras</p>	<p>A infanta absolve os moradores de Alfarelos, senhorio do mosteiro de S. Paulo de Almaziva, numa demanda que lhes movera o concelho de Montemor-o-Velho, permitindo àqueles terem currais próprios, onde encerrassem o gado encontrado em falta.</p>	<p>Escrita por Gil Vasques, tabelião</p>
<p><b>2*</b></p> <p>23-10-1419 Lisboa</p>	<p>Aos juízes de Alenquer, a todos outros juízes e justiças oficiais e pessoas de outras vilas, terras e lugares da infanta, confirma um privilégio dado por sua mãe ao convento de S. Vicente-de-Fora, em Lisboa.</p>	<p>Escrita por João do Porto, escrivão</p>
<p><b>3*</b></p> <p>25-10-1426 Lisboa</p>	<p>Doação de uns moinhos na vila de Alenquer a frei Estevão de Aguiar</p>	<p>Escrita por João Valdez, escrivão</p>
<p><b>4</b></p> <p>30-12-1428 Salvaterra</p>	<p>Enviada ao abade D. Gomes de Florença sobre as desavenças que o opunham a Frei Estevão de Aguiar e a frei Fernando Falcão</p>	<p>Pode ter sido escrita por ela própria, pois não tem escrivão.</p>
<p><b>5*</b></p> <p>13-9-1429 Lisboa</p>	<p>Doação ao mosteiro de S. Bento de Xabregas de uma série de bens situados em Lisboa, nomeadamente: uma almuinha, poços, vinhas e oliveiras.</p>	<p>Assinada pela sua mão e selada com o seu selo. Escrita por Álvaro Afonso, escrivão da puridade.</p>

\* Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Colecção Especial, cx. 72, mç. 26. As cartas n.ºs 2 e 3 foram transcritas por nós, pois não as encontramos publicadas.

**1416 – Torres Vedras, 21 de Agosto**

**ANTT/CR, S. Paulo de Almaziva, mç. 5, n° 188**

Publicada por Maria Helena da Cruz Coelho – *O baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Vol. II (Apêndice Documental). Lisboa: INCM, 1983, doc. 57, pp. 818-819.

**1419 – Lisboa, 23 de Outubro**

**ANTT/Colecção Especial – cx. 72 – mç. 26 – doc. 3**

De mym a Infante dona Isabel a vos Juizes da minha villa dalanquer E a todollos outros Juizes e justiças officiaes e pessoas das minhas villas terras e lugares a que esta carta for mostrada saúde. sabede que o prior e convento do moesteiro de sam Vicente de fora desta cidade de lixboa me mostraram um privilegio que lhes deu a Rainha minha senhora e madre cuja alma deus aja. E que me pediam que lho conffirmase E visto per mym o dicto privylegio e querendo lhes ffazer graça e mercee tenho por bem e confirmo lho E mandovos que lho guardees e ffaçaes comprir e guardar assym e pella guysa que em ele mais compridamente he contheudo. E no seia nenhum tam ousado de qualquer stado e condiçom que seia que lhe contra elle vaa em parte nem em todo em nenhuma maneira que seer possa que mynha mercee e vontade he que o dicto privilegio seia em todo bem guardado sem outro nenhum enbarguo que sobrelo lhes seia posto. E em caso algum contra elle vaa ou queira hir mando a vos justiças que lho nom consentaaes e lhe ffaçaa todo correger como for derecho. E guardae o dicto privylegio como dicto he he (sic). Huns E os outros al façades dat na cidade de lixboa xxiiij dias doutubro a senhora Ifante o mandou Joham do Porto a fez. Era de mil iiij<sup>c</sup>Lvij anos.

A Ifante

**1426 – Lisboa, 25 de Outubro**

**ANTT/Colecção Especial – cx. 72 – mç. 26 – doc. 1**

De mym a Infante Isabel(?) Vasco(?) afonso meu tesoureiro moor E ao escriptam de nosso officio E a outros quaesquer que esto ouvirem deante a quem esta minha carta for mostrada saúde sabede que eu querendo fazer graça E mercee a frey Stevom daguiar tenho por bem E dou lhe de tença em quanto minha mercee for os meos moinhos que eu hey em a minha villa dalenquer a que chamam os moinhos da fonte del Rey que ora traz de foro leonor gomez molher que foy dalvaro meendez procurador dos fechos del Rey meu senhor per poder de hum aforamento que el dicto alvaro meendez fez a rainha minha senhora que deus acrecente em sua gloria em vida de tres pessoas scilicet em sua dele dicto alvaro meendez e da dicta Leonor gomez e dautra pessoa quall o deraeuro delles nomeasse E por preço de cinco moyos de pam terçado duas partes de trygo e huma de segunda ou seis mill libras por o dicto pam segundo mais compridamente he contenda em hua carta da dicta senhora rainha o quall moinho lhe eu dou em teença que elle ho aja livremente sem me delle pagando nenhum foro nem pensam. E que o posa rrendar E fazer delle o que lhe prouver em quanto minha mercee fordicto elle asi teer Esto podendo eu tirar E desfazer per direito o dito foro a dita Leonor gomez E nom ho podendo eu tirar que elle aja os dictos cinco moyos de pam terçado asi E pela guisa que mos ela dicta Leonor gomez ha de dar ou seis mill libras segundo he contendo na dicta carta quall elle aver quiser porem vos mando E a outros quaesquer que depois de vos vierem por meus thesoueiros E escriptvaees que se virdes meu rrecado como eu desfaço o dicto foro a dicta Leonor gomez que lho leixees over asi livremente como dicto he e se nom os dictos cinco moyos de pam ou seis mill libras pera sempre em quanto minha mercee for e lhe facaes delle fazer hum pagamento em cada hum ano por que asi he minha mercee. Unde al nom façades dante em a cidade de lixboa xxv do mês doutubro A senhora Ifante o mandou Joaham nalvarez (sic) a fez Era do nacimiento de nosso senhor Jhesu Xto de mil e iiiii<sup>C</sup> xxvi anos.

A Iffante

**1428 – Salvaterra, 30 de Dezembro**

**Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença, cod. Ashb, 1792, I, fl. 123**

Publicada em: António Domingues de Sousa Costa – “D. Gomes, reformador da Abadia de Florença ...”, *Stydia Monastica*, vol. V, Fasc. 1, n.r. 153, pp. 134-135; *Monumenta Henricina*, vol. III, n.r. 1, pp.117-118.

**1429 – Lisboa, 13 de Setembro**

**ANTT/Colecção Especial – cx. 72 – mç. 26 – doc. 2**

Publicada por António Domingues de Sousa Costa – *Bispos de Lamego e Viseu no século XV (1394-1463)*, I, n.r. 343, pp. 214-215

## ANEXO QUADROS B - I

### Documentos referentes ao casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha, Filipe, o Bom<sup>501</sup>

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Gaveta 17		
MAÇO	DATA	CONTEÚDO
6-2*	1429 Janeiro 6	Carta pela qual o duque Filipe de Borgonha se obrigava a dar à infanta D. Isabel metade do seu dote e no caso de não ser pago recebesse 7.187 coroas das terras do seu condado de Flandres.
8-5	1429 Fevereiro 8	Carta pela qual o duque de Borgonha confessou receber do rei D. João I, 80.000 coroas de ouro, em parte da paga das 100.000 coroas que tinham sido prometidas por casamento com a infanta D. Isabel.
7-18	1429 Março 10	Obrigaçãõ feita pelo duque Filipe de Borgonha à infanta D. Isabel de 12.320 coroas de ouro, metade do seu dote.
3-3	1429 Maio 5	Procuraçãõ do duque Filipe de Borgonha pela qual nomeara os seus embaixadores e procuradores para receberem a infanta D. Isabel, filha do rei D. João I.
1-3*	1429 Julho 23	Escritura do contrato de casamento do duque Filipe de Borgonha com a infanta D. Isabel, filha do rei D. João I.
6-3	1429 Julho 24	Auto dos esponsais feitos em Lisboa da infanta D. Isabel, filha de D. João I com o duque Filipe de Borgonha.
4-13	1431 Maio 14	Carta pela qual constava que Filipe duque de Borgonha recebera certa quantia que o rei de Portugal lhe era obrigado a pagar pelo casamento com D. Isabel.
2-9	1431 Maio 26	Obrigaçãõ feita pelo duque Filipe de Borgonha da restituicãõ de metade do dote estabelecido no contrato do seu casamento com a infanta D. Isabel.
9-20	1433 Junho 13	Quitaçãõ que o duque Filipe de Borgonha deu do dote da infanta D. Isabel.
1-4*	1433 Outubro 25	Quitaçãõ dada pelo duque de Borgonha a D. João I das 154.000 coroas de ouro que lhe prometera por seu casamento com a infanta D. Isabel.

<sup>501</sup> Todos estes documentos foram publicados em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vols. VI e VII. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967-1968. À excepçãõ do “Auto dos esponsais” todos os documentos foram redigidos em latim. Os documentos assinalados com \* estãõ traduzidos na obra *Princesas de Portugal. Contratos Matrimoniais dos séculos XV e XVI*. Ed. e trad. Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, pp. 30-61

## ANEXO QUADROS B - II

### Locais onde se registou a presença da infanta D. Isabel (1397-1429)

Numa tentativa de percebermos por onde andou a infanta D. Isabel, tentámos delinear os itinerários possíveis desde o seu nascimento até à saída do reino, para se casar com o duque de Borgonha. Nos primeiros 18 anos da sua vida, partimos do princípio que andaria junto com sua mãe, embora, evidentemente, isso possa não ter acontecido. Mesmo assim, arriscamos “roubar” ao *Itinerário Provável de D. Filipa*, que Manuela Santos Silva descreveu na mais recente biografia dedicada a esta rainha<sup>502</sup>, as deambulações da corte itinerante, associando a infanta às andanças da mãe.

A partir da morte da rainha D. Filipa a nossa opção por delinear os percursos da infanta centrou-se na documentação por ela ordenada, a qual possui o local onde a carta foi escrita na sua presença e por si assinada. Utilizamos ainda alguns relatos das crónicas, sobre acontecimentos que se iam desenrolando no reino e nos quais a presença da infanta foi assinalada e, por fim, *Os Itinerários de el-rei Dom João I*, de Humberto Baquero Moreno, partindo de um princípio que embora maioritário não é consensual, de que a infanta apesar de muitas vezes se ter deslocado com o seu séquito, a maioria das vezes terá acompanhado o pai nas itinerâncias da corte. Seria habitual que a infanta estacionasse habitualmente nas suas terras? Não podemos responder cabalmente, pois possuímos apenas duas cartas enviadas das suas terras: uma de Torres Vedras<sup>503</sup>, outra de Óbidos<sup>504</sup>.

---

<sup>502</sup> SILVA, Manuela Santos - *Filipa de Lencastrre (1360-1415): a rainha inglesa de Portugal*, pp. 143-155; 213-215.

<sup>503</sup> Carta sobre uma contenda em Montemor-o-Velho, transcrita por Maria Helena da Cruz Coelho – *O baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Vol. II (Apêndice Documental), doc. 57, pp. 818-819. Lisboa: INCM, 1983

<sup>504</sup> *Monumenta Henricina*, vol. VII, doc. 165, pp. 250-251. Carta da chancelaria de D. Afonso V, ao tempo da regência de D. Pedro, confirmando uma carta assinada pela infanta, datada de 9 de Julho de 1422, em que manda os juizes de Torres Vedras e de todas as outras justiças que cumpram o conteúdo da carta de privilégio de sua mãe, a rainha D. Filipa, a João Domingos.

Data	Local
1397	Évora
1398	Coimbra Porto
1399	Lisboa Santarém
1400	Santarém Torres Vedras Braga
1401	Guimarães <sup>505</sup> Leiria Lisboa
1402	Montemor-o-Novo Santarém
1403	Sintra Lisboa
1404	Lisboa Montemor-o-Novo
1405	Montemor-o-Novo Sintra
1406	Lisboa Aldeia Galega (Merceana) Santarém
1407	Santarém Serra d'El Rei (Atouguia da Baleia) Estremoz

<sup>505</sup> Toda a família se encontra em Guimarães para a sagração da igreja da Nossa Senhora da Oliveira.

1408	Évora Lisboa Sintra Aldeia Galega Estremoz
1409	Évora Lamego Viseu
1410	Coimbra Santarém Lisboa
1411	Évora Santarém Lisboa
1412	Lisboa Sintra
1413	Lisboa Santarém Lisboa
1414	Santarém Sintra
<b>1415</b>	Sacavém Odivelas Alhos Vedros <sup>506</sup> Restelo <sup>507</sup> Évora
1416	Torres Vedras Odivelas Batalha <sup>508</sup>

<sup>506</sup> Após as exéquias fúnebres os infantes foram ter com o rei seu pai, que se encontrava nesta localidade além Tejo. Será que a infanta D. Isabel estava com eles?

<sup>507</sup> Será que a infanta se foi despedir ao Restelo dos seus familiares e amigos, na companhia dos seus dois irmãos mais novos, quando da partida para Ceuta?

<sup>508</sup> Trasladação do corpo de D. Filipa de Lencastre do Mosteiro de Odivelas para o Mosteiro da Batalha.

1418	Salzedas <sup>509</sup>
1419	Lisboa <sup>510</sup>
1422	Óbidos
1423	Santarém <sup>511</sup> Lisboa <sup>512</sup>
1425	Feira (Sta. Maria da)
1426	Lisboa
1427	Santarém <sup>513</sup> Évora
1428	Estremoz ou Coimbra <sup>514</sup> Estremoz Salvaterra (de Magos)
<b>1429</b>	Avis Sintra Lisboa Viveiros (Galiza) Ribadeo (Galiza) Playmonth (Inglaterra) Londres (Inglaterra) Écluse (Flandres)

<sup>509</sup> Provável estadia aquando do funeral de D. Beatriz Gonçalves de Moura, que se tornou um acontecimento nacional devido ao estatuto social que detinha na corte joanina.

<sup>510</sup> *Os Itinerários de D. João I* dão-no em Lisboa na mesma altura, p. 163

<sup>511</sup> *Idem*, dão-no em Santarém na mesma altura, p. 179

<sup>512</sup> *Idem*, dão-no em Lisboa na mesma altura, p. 179

<sup>513</sup> *Idem*, dão-no em Santarém na mesma altura, p. 195

<sup>514</sup> Será que a infanta se encontrava junto do pai por este se achar doente? Ou estava em Coimbra para assistir ao casamento do irmão mais velho? A carta escrita pelo infante D. Henrique ao seu pai, única fonte disponível sobre as cerimónias do referido casamento, não regista a presença da infanta D. Isabel.

ANEXO ICONOGRAFIA C – I

Desenhos dos retratos da infanta D. Isabel atribuídos a Jan van Eyck



Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal)



Museu do Louvre (Paris, França)

## ANEXO OUTROS D – I

### O ducado de Borgonha<sup>515</sup>

As relações entre a Borgonha e Portugal eram muito antigas, tanto no plano genealógico, como no diplomático, económico ou artístico. Várias alianças matrimoniais tiveram lugar no passado<sup>516</sup> e as relações comerciais entre as duas nações foram estabelecidas desde o fim do século XII<sup>517</sup>. O pai do primeiro rei de Portugal era oriundo da Borgonha<sup>518</sup>. Era um território onde as fronteiras eram flutuantes e a

---

<sup>515</sup> Este texto foi escrito tendo por base as seguintes obras: BOURASSIN, Emmanuel – *Philippe le Bon – Le grand lion de Flandres*. S/l: Éditions Tallandier, 1998; BRAZÃO, Eduardo – *Portugal na Bélgica (de Filipe da Alsácia a Leopoldo I)*. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1969; EVAM, J e STOES, E. – *Flandres e Portugal na confluência de duas culturas*. Lisboa: Inapa, 1991; GÂNDARA, Alfredo – *Isabel, filha de D. João I (prolongamento histórico de Joana d’Arc)*. Lisboa, Livraria Bernardo, 1954; *Grande História Universal*, coord. Carlos Moretón Abón, vol. XI, coord. do vol. Luís Krus, rev. cient. Rosa Pomar. Alfragide: Ediclube, s/d; *História Universal – Europa, sécs. XI-XV*, dir. Manuel Riu e Manuel Sánchez, vol. IV. Lisboa: Publicações Alfa, 1985; MINOIS, Georges – *La Guerre de Cent Ans: naissance de deux nations*. S/l: Perrin, 2008; MORAIS, Faria de – “Dona Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha”. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, nº 28. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1958, pp. 9-96; PERNOUD, Régine e CLIN, Marie-Véronique – *Joana d’Arc*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1993.

<sup>516</sup> O primeiro destes casamentos deu-se entre a segunda filha do casal real D. Afonso Henriques e D. Mafalda, a infanta D. Teresa (que os autores da Flandres chamavam Matilde) e Filipe da Alsácia, conde de Flandres, em Agosto de 1184, em Bruges. Com a morte do marido na Guerra Santa, em Acre, na Síria, em 1191, e sem filhos, volta a casar-se, desta feita com o duque de Borgonha Eudo III, em 1194, mas o matrimónio acaba por ser anulado, devido ao parentesco que os unia: eram primos. D. Teresa teria já 33 anos quando saiu do reino para casar e como condessa-viúva governou a Flandres por cerca de vinte anos, vindo a morrer em 1216, da queda de um cavalo. A sua governação deixou marcas de grande prestígio e, até hoje, a cidade de Bruges recorda-a todos os anos na procissão do Santo Sangue de Cristo. O segundo casamento na Flandres deu-se entre o infante D. Fernando, terceiro filho do casal real D. Sancho I e D. Dulce, e a condessa da Flandres, Joana, em 1212. Tiveram apenas uma filha que morreu antes do pai. D. Fernando juntou-se ao imperador e ao rei de Inglaterra na luta contra a França, mas após a batalha de Bovines acabou prisioneiro do rei francês, por três anos. Morre com cerca de 45 anos, em 1233. (informação retirada da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. I).

<sup>517</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, pp. 179-185. Os principais produtos de exportação do reino para a Flandres eram: figos e passas, vinho, cortiça, azeite, couro e peles; a partir dos anos 30 do século XV, açúcar e produtos tintureiros. Em sentido contrário, as importações da Flandres para Portugal consistiam sobretudo nos produtos têxteis, armas e munições, cobre, jóias, chapéus e outros artigos de luxo. A esta lista Jacques Paviot acrescenta para os produtos exportados de Portugal: vinagre, castanhas, mel e sal e, para os importados da Flandres, cereais, arenques salgados e manteiga.

<sup>518</sup> O primeiro duque de Borgonha foi Roberto I, o *Idoso* (bisavô de D. Afonso Henriques) filho do rei de França, Roberto II, o Piedoso (972-1031), do ramo Capeto da coroa francesa, cuja linhagem desapareceu com Filipe de Rouvre (1345-1361), que morreu sem descendentes, revertendo o ducado para a coroa francesa, com João II, o Bom (1319-64). Após a batalha de Poitiers (1356), entre franceses e ingleses, enquanto o delfim, futuro Carlos V, juntamente com os outros dois irmãos, os duques de Anjou e de Berry, se puseram ao largo no ardor da batalha, o jovem Filipe com apenas 14 anos defendeu o pai com ilimitada coragem. Perante o comportamento do filho mais novo, o rei concederá a Borgonha como apanágio a Filipe, o Audaz (1342-1404), primeiro duque do ramo Valois. Quando o pai morre e o irmão agora rei Carlos V, o Sábio, investe o seu irmão na posse do ducado, em 1363, mal podia imaginar o lugar que iria assumir no seio da feudalidade francesa.

suserania da França contestada e enfraquecida. Incluía um conjunto de “estados” aparentados, uns pela similitude de interesses e de língua, outros para salvaguarda da prosperidade económica, mas todos eles ligados, numa comunidade forte e respeitada, cuja cabeça era o duque.

As alianças que os duques de Borgonha procuravam, variavam de direcção conforme os interesses da altura, podendo e sendo efectivamente muitas vezes em sentido oposto aos vínculos feudais de dependência.

O primeiro impulso para o poderio da Borgonha foi dado pelo casamento, em 1369, entre o primeiro duque de Borgonha do ramo Valois, Filipe, o Audaz com Margarida de Male ou da Flandres, uma das mais ricas herdeiras do seu tempo, viúva do último duque, do ramo Capeto, Filipe de Rouvre, conde de Artois e filha de Luís de Male, conde da Flandres e de Nevers. Após a morte do seu sogro, em 1384, todos estes Condados serão por si herdados e governados: a Flandres, o Artois, o Franco-Condado da Borgonha, Nevers e Rethel. As cidades mais importantes da Flandres à época eram Gand e Ypres, que viviam da indústria de panos, os famosos panos da Flandres, que por sua vez dependiam da importação da matéria-prima - a lã inglesa - indispensável à manutenção e progresso destes grandes centros urbanos; Bruges era uma das cidades mais opulentas da Europa, devido a ser um centro de distribuição de comércio, com o seu porto que dominava o tráfico setentrional; e finalmente, Arras, conhecida pelos seus banqueiros e tapeçarias.

Em França, o rei Carlos V morre em 1380, sucedendo-lhe Carlos VI<sup>519</sup>, que conta apenas 12 anos, ficando o seu tio Filipe, o Audaz, como regente. A loucura do rei foi aproveitada pelos tios – os duques de Anjou, Berry e Borgonha – para dividirem entre si a administração das várias províncias francesas. Mas o grande beneficiário será o Audaz, que através de uma política de matrimónios continuará a expansão territorial do ducado. O duque de Borgonha prepara mesmo dois casamentos: o do próprio delfim, Luís de Valois, duque de Guyenne, com Margarida de Borgonha, uma das suas netas (1403), e de Michelle de França, filha do rei Carlos VI com outro dos seus netos, Filipe (1409), o futuro marido da infanta D. Isabel de Portugal.

Ao morrer, o Audaz não tem a consciência plena da complexidade dos problemas resultantes da nova constituição do ducado de Borgonha, que está mais forte

---

<sup>519</sup> 1368-1422, doente, pouco equilibrado e muito impressionável, acaba por enlouquecer a partir de 1392.

do que nunca aos olhos da mais alta nobreza francesa, nomeadamente de um dos irmãos do rei, Luís de Orleães, que juntamente com o seu partido resolve intrometer-se em algumas zonas de influência do ducado. Acabará por ser assassinado, em 1407. Quem terá instigado este crime terá sido o segundo duque de Borgonha, João Sem Medo<sup>520</sup>, seu primo. De acordo com a tradição, era um político astuto, destituído de escrúpulos, dotado de grande senso prático e com tal poder que ninguém ousou puni-lo por este crime.

Após este incidente, juntou-se à volta de Carlos de Orleães, filho mais velho e herdeiro de Luís, todo o partido dos *Armagnacs*, pois Carlos casara em segundas núpcias com Bonne, filha do Conde de Armagnac. Por seu lado, o partido borgonhês, além do novo duque e dos seus irmãos, tinha a seu lado o povo de Paris e a Universidade. Uma longa guerra civil teve início entre estas duas famílias da nobreza francesa. Entretanto, Henrique IV de Inglaterra (tio da infanta D. Isabel de Portugal) morre em 1413. O sucessor, Henrique V, decide invadir a França, à semelhança do que outros monarcas ingleses haviam feito, para tentar a paz no seu próprio território. A batalha de Azincourt, em 1415, vai deixar a França numa situação de verdadeiro descalabro, pois revelou-se um autêntico desastre: a cavalaria francesa confiou demasiado no número e na bravura pessoal, mostrando um completo desdém ou ignorância pelas regras mais elementares das novas artes da guerra. O exército francês era formado ainda por nobres, que cumpriam o seu dever de vassalagem, muitas vezes indisciplinados, e que combatiam a cavalo protegidos por pesadíssimas armaduras. Por outro lado, o exército inglês tinha tropas mais ligeiras e mais rápidas, formadas por jovens cavaleiros ávidos de conquista e de soldados de carreira experimentados, como os archeiros. Dois dos irmãos de João Sem Medo e o próprio delfim, juntamente com 8.000 cavaleiros maioritariamente da nobreza, perderam a vida. Catorze mil prisioneiros caíram às mãos dos ingleses, entre os quais Carlos de Orleães, chefe dos *Armagnacs*.

O que se seguiu foi uma série de golpes e contra golpes de algumas das personagens mais influentes de França, nomeadamente da rainha Isabel da Baviera, a quem os *Armagnacs* acusavam de adultério, exilando-a e confiscando os seus bens. Ressentida com tal acto, retirou o apoio ao próprio filho, o novo delfim Carlos, e pediu

---

<sup>520</sup> Dijon, 1371-Montereau, 1419. O seu cognome advém da sua participação na cruzada de Nicopolis contra os Turcos, em 1396. Foi feito prisioneiro e libertado após o pagamento de um grande resgate.

auxílio ao duque de Borgonha, que a libertou. Instalada em Troyes e com o argumento de o rei estar louco forma um governo autónomo. Ficam, assim, dois partidos em França: o do delfim Carlos e o da rainha e do duque de Borgonha, em nome do rei.

Perante este cenário, Henrique V, o rei inglês, desembarca na Normandia, cercando a cidade de Ruão iniciando as conversações com os dois partidos. As propostas eram:

- O seu casamento com Catarina, filha do rei de França;
- A entrega das províncias francesas, que constituíam senhorios de Eduardo III;
- A cedência da Normandia.

À partida, parece que todos estavam de acordo com as propostas. Mas um entendimento secreto entre os lados opostos pretendia dividir o governo francês e expulsar os ingleses. Para tal, o delfim e o duque de Borgonha encontraram-se em Montreuil. O encontro dá-se na ponte, mas João Sem Medo é assassinado pela escolta pessoal do delfim, decorria o dia 10 de Setembro de 1419. Este acontecimento despoletará uma nova fase nas relações entre a França, a Borgonha e a própria Inglaterra, já que o novo duque de Borgonha, Filipe III, o Bom, após o assassinio do pai resolve promover uma aliança com a Inglaterra: mais por raiva do que por se sentir anglófilo de um momento para o outro<sup>521</sup>. Desta aliança de Filipe o Bom com os ingleses resultou o tratado de Troyes, assinado a 21 de Maio de 1420. Nele os direitos reais de Carlos VI eram mantidos até à sua morte, altura em que passariam para o inglês Henrique V.

Escusado será dizer que o tratado se foi tornando impopular, assim como o carácter violento dos invasores, que não despertava simpatias, não só entre os franceses, mas mesmo entre a nobreza e as populações do ducado de Borgonha.

Entretanto, o ano de 1422 é crucial, já que acontecem três mortes praticamente em simultâneo: a de Michelle de Valois, a duquesa de Borgonha, a de Henrique V e a de Carlos VI. No seu testamento, o rei inglês recomendava que o governo de França fosse entregue a Filipe o Bom, que no entanto recusa. O delfim Carlos é proclamado rei de

---

<sup>521</sup> E isso será mais tarde assumido por ele perante o filho, Carlos, quando lhe diz que “foi para vingar a morte do meu pai. Nunca o meu coração foi inglês”. E quando a duquesa D. Isabel mostrou inclinação pelo casamento de Carlos com a filha do duque de York, Filipe terá vociferado que “se soubesse que o filho queria este casamento, nunca o deixaria ser senhor dos seus territórios e que se soubesse que algum dos seus filhos bastardos o tinha aconselhado a tal, o faria meter num saco e o deitava ao rio”. Em MORAIS, Faria de – *Ob. Cit.*, p. 52.

França, como Carlos VII, e coroado em Bourges. Passam, assim, a existir dois reis no mesmo território: Henrique VI, com apenas 10 meses, e Carlos VII.

A guerra prossegue, com cidades e castelos a mudarem de dono consoante os resultados dos combates cruéis e violentos, mas com os ingleses a ocuparem uma enorme área do território francês. Entretanto, há espírito e ambiente para realizar um casamento: o de Ana de Borgonha, irmã de Filipe o Bom, com o duque de Bedford, o regente da França, irmão do falecido rei inglês.

Este cenário de guerra só se alterará quando entrar em cena Joana d'Arc e se der a libertação de Orleães (8 de Maio de 1429), originando um reconhecimento do espírito patriótico francês. A partir daqui tudo se altera: Carlos VII é sagrado em Reims, a 17 de Julho de 1429, na presença de Joana, e esta, no mesmo dia, escreve a Filipe de Borgonha, dizendo-lhe *“que se queria guerrear o fizesse contra os Sarracenos”*. É talvez a partir deste momento que Filipe se torna o árbitro deste conflito: não hostiliza abertamente os ingleses, mas também não se reconcilia com a França.



## ANEXO OUTROS D – IV

### Cronologia

ANO	PORTUGAL	CRISTANDADE OCIDENTAL
1397	<p><b>21 Fevereiro: nascimento da infanta Isabel, em Évora.</b></p> <p>Maio: forças castelhanas invadem Portugal pela Beira, pilhando toda a região de Viseu;</p> <p>Outubro: Cortes em Coimbra;</p> <p>Dezembro: após ataques de Castela a Moura, Serpa e termo de Beja, D. Nuno Álvares Pereira entra por Castela chegando quase a Cárceres.</p>	
1398	<p>Janeiro: os nobres queixam-se nas Cortes de Coimbra da diminuição do valor das rendas devido à desvalorização da moeda;</p> <p>angariação de fundos para a guerra;</p> <p>Maio: D. João I conquista algumas povoações na Galiza e Nuno Álvares Pereira invade novamente Castela por Badajoz;</p> <p>Junho: D. Beatriz cede ao infante D. Dinis, filho de D. Pedro e de D. Inês de Castro, os seus direitos ao trono de Portugal. Exilados portugueses em Castela aclamam-no rei de Portugal. D. Dinis invade, sem sucesso, Portugal;</p> <p>Outubro: Cortes no Porto.</p>	<p>Em Inglaterra Ricardo II obriga o seu primo Henrique (futuro rei Henrique IV) a exilar-se temporariamente.</p>
1399	<p>22 Maio: D. João I faz doação dos seus paços de Benfica, a pedido do Dr. João das Regras, para se instalar um mosteiro beneditino;</p> <p>Agosto: nas Cortes de Lisboa D. João I lança um novo pedido de dinheiro para continuar a guerra com Castela.</p>	<p>13 Fevereiro: morre João de Gand, duque de Lencastre, avô materno da infanta Isabel;</p> <p>O rei de Inglaterra transforma o exílio temporário de Henrique em definitivo, impedindo-o de reclamar os bens do ducado de Lencastre, de que era herdeiro;</p> <p>Julho: Henrique invade a Inglaterra com um exército;</p> <p>13 Outubro: coroação de Henrique IV como rei de Inglaterra, depois de ter destituído Ricardo II.</p>
1400	<p>13 Janeiro: nasce em Santarém, o infante João;</p> <p>1 Abril: o papa Bonifácio IX autoriza a construção do mosteiro da Penha Longa, em Sintra;</p> <p>Junho: Cortes em Coimbra</p> <p>Agosto: carta régia concedendo privilégios aos mercadores ingleses;</p> <p>30 Setembro: lei proibindo os judeus de viverem fora das judiarias;</p> <p>Segunda versão da <i>Crónica Geral de 1344</i>;</p>	<p>Morte do poeta inglês Geoffrey Chaucer (n.1340), frequentador da corte do duque de Lencastre.</p>

	<p>25 Outubro: João das Regras é nomeado protector da Universidade de Lisboa;</p> <p>22 Dezembro: morre em Braga, o infante primogénito Afonso, com 10 anos.</p>	
1401	<p>Janeiro: Cortes de Guimarães que podem ter servido para que o infante D. Duarte fosse jurado herdeiro da coroa portuguesa; também os homens-bons de Lisboa se queixaram dos funcionários régios e dos mercadores estrangeiros estabelecidos na cidade;</p> <p>23 Janeiro: sagração da igreja-colegiada de N. Sra. da Oliveira, em Guimarães, na presença de todos os membros da família real;</p> <p>7 Maio: D. João I visita as obras da construção do mosteiro da Batalha;</p> <p>20 Outubro: D. João I legitima o seu filho bastardo, D. Afonso, filho de Inês Pires Esteves;</p> <p>1 Novembro: Nuno Álvares Pereira concede à sua única filha e ao seu futuro genro o condado de Barcelos e uma série de terras a norte do rio Douro;</p> <p>8 Novembro: casamento de Afonso com Beatriz, em Frielas;</p> <p>28 Dezembro: lei contra as barregãs dos clérigos e frades.</p>	
1402	<p>12 Janeiro: a jurisdição de Braga passa para a coroa;</p> <p>Cortes de Montemor-o-Novo;</p> <p>Nascimento de Leonor de Aragão futura mulher de D. Duarte, em data desconhecida;</p> <p>Setembro: Cortes de Santarém;</p> <p>25 Setembro: lei proibindo o uso de armas a clérigos, mouros, judeus e estrangeiros;</p> <p>29 Setembro: nasce em Santarém o infante Fernando, último filho do casal real;</p> <p>Lei proibitiva da exportação dos metais preciosos;</p> <p>18 Novembro: tréguas com Castela, por dez anos.</p>	
1403	<p>19 Março: promulgada a primeira lei portuguesa contra a feitiçaria.</p>	<p>16 Fevereiro: Westminster – rectificação por Henrique IV de Inglaterra do tratado de Windsor.</p>
1404	<p>3 Maio: morte de João das Regras;</p> <p>Cortes de Lisboa;</p> <p>Concessão ao genovês Giovanni de Palma da exploração de uma plantação açucareira no Algarve.</p>	<p>Cristina de Pizan escreve <i>Le Livre des Trois Vertus</i>, uma encomenda do duque de Borgonha João sem Medo, para a sua filha Margarida pelo casamento com o delfim Luís;</p> <p>1 Outubro: morre o papa Bonifácio IX;</p> <p>17 Outubro: eleito novo papa, Inocêncio VII.</p>

1405		6 Março: nascimento do herdeiro da coroa castelhana, Juan II, filho de Enrique III e Catalina de Lencastre; 26 Novembro: casamento em Inglaterra de Beatriz (filha bastarda de D. João I com Inês Pires Esteves), com o conde de Arundel, Thomas Fitzalan.
1406	13 Abril: a jurisdição do Porto passa para a coroa; Maio: Cortes de Évora; Setembro: Cortes de Santarém.	25 Dezembro: morre Enrique III de Castela, com 27 anos. Como regentes ficam sua mulher Catalina de Lencastre e o seu irmão Fernando. 6 Novembro: morre o papa Inocêncio VII; 30 Novembro: eleição do papa Gregório XII.
1407	Negociações de paz com Castela.	Tentativa falhada de colocar frente-a-frente os dois Papas; 23 Novembro: o duque de Borgonha João sem Medo manda assassinar o duque Luís de Orleães, irmão do rei francês. Início da guerra civil entre Armagnacs e Borgonheses.
1408	7 Abril: nas Cortes de Évora foram estabelecidas as <i>Casas</i> dos três infantes mais velhos: Duarte, Pedro e Henrique.	
1409	D. João I compra títulos da dívida pública florentina.	25 Março: reúne-se o Concílio de Pisa com alguns cardeais dissidentes a condenar os dois Papas; 26 Junho: eleição de um terceiro papa, Alexandre V.
1410	Agosto: Cortes de Lisboa; D. João I promulga o Regimento do imposto da dízima.	Tréguas bilaterais entre a Inglaterra e Castela; 23 Maio: morte do terceiro Papa, eleição de João XXIII, até 1415; O regente de Castela, Fernando, conquista Antequera ao reino de Granada.
1411	29 Abril: licença para um engenho de papel nas margens do rio Lis, em Leiria; 31 Outubro: tratado de paz com Castela; Bulas de cruzada contra o infiel, passadas pelo anti-papa João XXIII.	Guerra de sucessão na coroa de Aragão; 26 Dezembro: o duque de Borgonha João sem Medo concede importantes privilégios aos portugueses que iam aos seus estados ou neles residiam.
1412	Cortes de Lisboa; D. João I associa o infante D. Duarte ao governo.	6 Janeiro: provável nascimento de Joana d'Árc, em Dorémy, na região da Lorena (norte de França); O regente de Castela Fernando de Antequera, torna-se rei de Aragão, como Fernando I.
1413	Maio: Cortes de Lisboa.	20 Março: morte de Henrique IV de Inglaterra, tio materno da infanta Isabel. Henrique V, rei de Inglaterra; Rendição de Jaime de Urgel (candidato à coroa de Aragão), após cerco a Balaguer.
1414	Cortes de Lisboa; 12 Abril: constitui-se a Confraria dos flamengos em Lisboa; Morre no parto a condessa de Barcelos,	Reuniu-se o Concílio de Constança que procurava conseguir a unidade religiosa da Europa, a fim de acabar com o Grande Cisma do Ocidente;

	Beatriz Pereira Alvim, deixando três filhos: D. Isabel, D. Afonso e D. Fernando.	Em Zaragoza, Fernando I, de Antequera, é coroado rei de Aragão; Henrique V, de Inglaterra autoriza a vinda de 400 lanças para Portugal.
1415	Peste em Lisboa e no Porto; 18 Julho: morre no Mosteiro de Odivelas, vitimada pela peste, a rainha de Portugal, D. Filipa de Lencastre; 23 Julho: carta régia em que a infanta D. Isabel é feita herdeira dos bens de sua mãe; 25 Julho: a expedição militar a caminho de Ceuta sai do Restelo, em Lisboa; 22 Agosto: conquista de Ceuta; 25 Agosto: D. João I arma cavaleiros os três filhos mais velhos: Duarte, Pedro e Henrique; 11 Setembro: em Tavira, depois do regresso de Ceuta, D. João I faz duques os filhos Pedro (Coimbra) e Henrique (Viseu), os primeiros em Portugal.	26 Janeiro: Henrique V autoriza o envio de mais 350 lanças para Portugal; 4 Junho: morre o papa de Roma, Gregório XII; 25 Outubro: Batalha de Azincourt (França) entre tropas inglesas e francesas. Estas serão derrotadas pelos arqueiros ingleses, ficando mais de metade do território francês ocupado pela Inglaterra.
1416	Fevereiro: Cortes de Estremoz; Privilégios outorgados aos mercadores de Lisboa nos fretes de navios estrangeiros entrados no Tejo; D. João I concede ao infante D. Pedro, o castelo de Coimbra e ao infante D. Henrique a alcaidaria da cidade de Viseu; 24 Outubro: são depositados na capela-mor do mosteiro da Batalha os restos mortais de D. Filipa de Lencastre.	Morre em Barcelona, Fernando I, rei de Aragão; sucede-lhe o seu filho Afonso V.
1417	Setembro: Cortes de Lisboa; D. João I manda organizar um <i>Rol dos Besteiros do Conto</i> .	11 Novembro: fim do Grande Cisma do Ocidente; encerramento do Concílio de Constança; Eleição de Martinho V, como papa.
1418	5 Fevereiro: Martinho V confirma o estabelecimento dos dominicanos em Portugal; 4 Abril: Martinho V cria a diocese de Ceuta; Junho: D. João I lança nas Cortes de Santarém um novo pedido de empréstimo para a eventualidade de uma nova guerra com Castela; Fernão Lopes nomeado escrivão e guardamora da Torre do Tombo; 8 Outubro: o infante D. João é investido administrador da Ordem de Santiago.	2 Junho: morre Catalina de Lencastre, rainha-mãe de Castela, tia materna da infanta D. Isabel; 20 Outubro: Juan II de Castela casa com sua prima Maria de Aragão, filha de Fernando I e irmã de Afonso V.
1419	<i>Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal</i> ; O judeu Jácome de Maiorca, cosmógrafo, cartógrafo e construtor de instrumentos náuticos, passou a prestar serviço, a convite do infante D. Henrique;	10 Setembro: assassinio do duque de Borgonha, João sem Medo, em Montereau.

1419	<p>Provável saída do reino de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira para a viagem que os levará à ilha de Porto Santo e depois à ilha da Madeira;</p> <p>13 Agosto: forças muçulmanas de Granada cercam Ceuta;</p> <p>8 Novembro: promulgação de leis contra os abusos do clero;</p> <p>27 Novembro: D. Gomes é nomeado abade do mosteiro beneditino de Sta. M<sup>a</sup> de Florença.</p>	
1420	<p>25 Maio: nomeação do infante D. Henrique para administrador da Ordem de Cristo;</p> <p>Abraão Cresques, cartógrafo maiorquino, vem para o reino a convite do infante D. Henrique;</p> <p>João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira e Bartolomeu Perestrelo reconhecem a ilha da Madeira e iniciam o seu povoamento;</p> <p>Casamento de D. Afonso, conde de Barcelos, com D. Constança de Noronha.</p>	<p>20 Fevereiro: o duque de Borgonha, Filipe o Bom, confirma os privilégios concedidos por seu pai aos mercadores portugueses;</p> <p>10 Maio: Afonso V de Aragão deixa o governo à sua mulher, Maria de Castela e parte para Itália;</p> <p>21 Maio: assinatura do Tratado de Troyes, em que o rei de França, Carlos VI, o Louco, renega o delfim e reconhece como herdeiro o seu futuro genro;</p> <p>2 Junho: casamento em Troyes de Henrique V com Catarina de Valois, filha do casal real francês Carlos VI e Isabel da Baviera.</p>
1421	<p>Possíveis tentativas de exploração das terras a sul do cabo Não.</p>	<p>2 Agosto: Álvaro Vaz de Almada, amigo do infante D. Pedro, toma a cidade de Avranches, em França, ao serviço do rei inglês, pelo que é feito cavaleiro da Ordem da Jarreteira e conde da mesma cidade;</p> <p>6 Dezembro: nasce em Inglaterra o futuro Henrique VI, filho de Catarina e Henrique V.</p>
1422	<p>12 Agosto: estando em Óbidos, D. João I mandou que todos os documentos públicos passassem a ser datados pela era do nascimento de Cristo, em substituição da era de César (à data escrita retirar 38 anos);</p> <p>Nuno Álvares Pereira, depois de partilhar com os seus netos e demais familiares todos os seus bens, retira-se para o Convento do Carmo.</p>	<p>31 Agosto: morre Henrique V, em França, primo direito da infanta D. Isabel;</p> <p>1 Setembro: o duque de Bedford, João de Lencastre, irmão de Henrique V, assume a regência da França em nome do sobrinho, o futuro Henrique VI;</p> <p>21 Outubro: morte do rei Carlos VI, o Louco;</p> <p>Juan II de Castela nomeia seu condestável Álvaro de Luna.</p>
1423	<p>Epidemia que devasta Coimbra e os arredores;</p> <p>D. Nuno Álvares Pereira entra como donato na Ordem das Carmelitas.</p>	<p>Janeiro: casamento do duque de Bedford com Ana de Borgonha, uma das irmãs de Filipe o Bom.</p>
1424	<p>Tentativa malograda de D. Fernando de Castro para conquistar as ilhas do arquipélago das Canárias, não ocupadas pelos castelhanos;</p> <p>Bula papal reconhece o direito português sobre as ilhas do arquipélago das Canárias;</p> <p>11 Novembro: casamento do infante D. João com sua sobrinha, D. Isabel de Barcelos,</p>	

	filha dos condes de Barcelos.	
1425	Lisboa tem 65.000 habitantes, distribuídos por 23 paróquias; Primeiras navegações ao mar dos Sargaços; Ocupação e povoamento definitivos do arquipélago da Madeira; Junho: data mais provável para a saída do infante D. Pedro para o seu périplo pela Europa.	Carlos VII de França casa com Maria de Anjou, filha de Yolanda de Aragão.
1426	Martinho V exorta os bispos portugueses a resistirem ao que ele considera serem os abusos do rei de Portugal; 4 Outubro: testamento de D. João I (em Sintra); O arcebispo D. Fernando da Guerra reúne um concílio provincial, em Braga, para defender as “liberdades eclesiásticas”; 18 Dezembro: os vereadores de Lisboa determinam medidas de higiene e limpeza, com as devidas multas para os infractores.	O infante D. Pedro encontra-se em Bruges, no condado da Flandres, de onde escreve a seu irmão D. Duarte a célebre “carta de Bruges”.
1427	30 Agosto: D. João I assina uma concordata com o episcopado, com 94 artigos; Cortes de Lisboa; Cortes de Santarém; Diogo de Silves descobre as ilhas açorianas centrais e orientais; Nova expedição às Canárias, comandada por António Gonçalves da Câmara; Outubro: Cortes de Lisboa - pedido de ajuda para subsidiar o casamento de D. Duarte.	
1428	O infante D. Pedro regressa a Portugal trazendo com ele um <i>mapa-mundi</i> e o <i>Livro de Marco Polo</i> ; Setembro: tratado de casamento entre o infante D. Pedro e D. Isabel, filha do conde Jaime de Urgel; 22 Setembro: casamento em Coimbra de D. Duarte com D. Leonor de Aragão; 18 Dezembro: chegada a Cascais da embaixada borgonhesa; 25 Dezembro: recepção em Estremoz, organizada por D. João I, para a sua nora D. Leonor de Aragão.	6 Maio: o infante D. Pedro é recebido pelo papa Martinho V, em Roma; 19 Outubro: saída da embaixada borgonhesa, do porto de Écluse, com destino a Portugal, para tratar do casamento da filha do rei D. João I, D. Isabel, com o duque de Borgonha, Filipe o Bom.
1429	13 Janeiro: Avis - recepção da família real à embaixada borgonhesa; 4 Junho: Sintra - o enviado do duque de Borgonha apresenta a D. João I as cartas que confirmam o casamento com a sua filha; 23 Julho: Lisboa, Paço da Alcáçova - escritura do contrato de casamento entre a infanta D. Isabel e o duque de Borgonha; 25 Julho: Lisboa, Paço da Alcáçova - casamento por procuração da infanta D.	Março: Joana d’Arc é recebida em Chinon, pelo rei Carlos VII. Incitada pelas “vozes” de alguns santos, garante-lhe ser o rei legítimo e pede-lhe que lhe dê um exército para libertar Orleães ocupada pelos ingleses; 15 Abril: Carlos VII nomeia Joana chefe do seu exército; 5 Maio: o duque de Borgonha aceita e

<p><b>1429</b></p>	<p>Isabel com o duque de Borgonha;  26 Setembro: Lisboa, sala das galés -  banquete de despedida em homenagem à  infanta D. Isabel;  27 e 28 Setembro: Lisboa, Rua Nova -  homenagem à infanta D. Isabel, com justas e  folguedos;  30 Setembro: Lisboa, Sé-Catedral – missa de  despedida em honra da infanta D. Isabel;  8 Outubro: saída de D. Isabel e da sua  comitiva do porto de Lisboa com destino à  Flandres;</p>	<p>confirma o tratado de casamento com a  infanta D. Isabel, na igreja de S.  Salvador, em Bruges;  8 Maio: o exército francês toma a cidade  de Orleães;  17 Julho: Carlos VII é sagrado na  catedral de Reims;  6 Novembro: Henrique VI é sagrado rei  de Inglaterra, na catedral de Westminster;  6 Dezembro: D. Isabel assiste em  Londres às festas do 8º aniversário de  Henrique VI, seu primo em 2º grau;  25 Dezembro (Sábado): chegada da  infanta D. Isabel a Écluse, porto  avançado de Bruges;  <b>26 Dezembro (Domingo): desembarque de  D. Isabel, em terras flamengas (Écluse).</b></p>
--------------------	---	---